

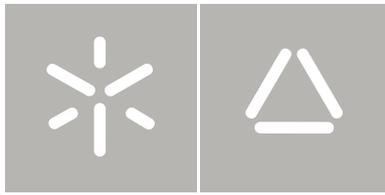


Evolução Urbana de Braga na Época Moderna.
Espaços públicos e periferia.

Mariana Leonor Costa Fafiães

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Mariana Leonor Costa Fafiães

Evolução Urbana de Braga na Época Moderna.
Espaços públicos e periferia

Relatório de Estágio
Arqueologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro

DECLARAÇÃO

Nome: Mariana Leonor Costa Fafiães

Endereço eletrónico: mariana_dvo18@hotmail.com

Telefone: 912364309

Número do Bilhete de Identidade: 13643857

Título da Tese de Mestrado:

Evolução Urbana de Braga na Época Moderna. Espaços públicos e periferia.

Orientadores:

Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro

Ano de conclusão: 2015

Ramo do Conhecimento do Mestrado:

Arqueologia

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE.

Universidade do Minho, ____ / ____ /2015

Assinatura: _____

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento vai para a minha orientadora científica, a Professora Doutora Maria do Carmo Ribeiro, que me ajudou na escolha do tema e que me soube estimular o gosto pelo estudo do Urbanismo e da Arqueologia das cidades históricas.

À Doutora Fernanda Magalhães, por quem nutro grande admiração, agradeço o grande apoio que me deu ao longo de todo o estágio. Um sincero obrigado pela sua dedicação, amizade, apoio, prontidão e ajuda.

À Engenheira Natália Botica um grande obrigado por me ter dado um novo ânimo, pela sua total disponibilidade e ajuda na parte informática do trabalho.

Quero deixar ainda uma palavra de reconhecimento a todos os investigadores e funcionários da Unidade de Arqueologia, pela sua boa disposição e ajuda sempre que necessário. O meu estágio não teria sido o mesmo sem a presença de todos eles.

Um especial obrigado à minha família, ao Avô Luciano, à Avó Alice, à mãe Iria, ao tio Benjamin, à madrinha Cidália, à irmã Beta e ao meu querido primo Simão, as pessoas mais importantes da minha vida, e que quer concordando ou não com as minhas escolhas, estiveram sempre prontos para me ajudar.

Agradeço também aos meus amigos, em especial à Marlene Vilaça, a minha irmã do coração, que me continua a provar que “só o amor e a arte tornam a existência tolerável”, ao Fábio Oliveira pelas longas conversas e prontidão em ajudar, à Andreia Pinho pela confiança que deposita em mim e pela sua compreensão, à Daniela Abrantes pela presença constante e por me ter proporcionado tantos momentos de alegria quando mais precisava e à Bruna Barros e ao Isaac Oliveira por se mostrarem sempre disponíveis e pelas suas palavras amigas.

E, por fim, ao Luís, o meu grande pilar. Quero-lhe agradecer o apoio incondicional, a presença constante em todos os aspetos da minha vida, a paciência que teve nos momentos menos bons, transmitindo-me sempre a calma e o foco que precisava e, também, as suas críticas certas, que me ajudaram a ver as coisas com uma nova perspetiva.

À memória da minha Avó Velhinha

“Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.”

«Fernando Pessoa
in *Odes de Ricardo Reis*

Resumo

O presente relatório de estágio, realizado no âmbito do Mestrado em Arqueologia da Universidade do Minho, tem por objetivo dar a conhecer o estudo realizado sobre a evolução urbana de Braga na Idade Moderna, através da análise dos espaços públicos que surgiram na área intramuros, mas também, de um modo geral, no crescimento registado na área periférica. O estágio, efetuado na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, consistiu numa abordagem arqueológica das profundas transformações urbanas ocorridas na cidade de Braga a partir dos inícios do século XVI, momento em que se regista o aparecimento de novas ruas e praças que visam modernizar a casco medieval, mas também permitir o crescimento urbano para fora dos limites definidos pela muralha medieval.

A concretização dos nossos objetivos foi realizada com recurso a um conjunto de fontes diversificado existente para a cidade de Braga, nomeadamente as fontes escritas e cartográficas, a iconografia histórica, mas também as marcas fossilizadas na paisagem urbana, bem como o edificado da época Moderna que sobreviveu de forma mais ou menos alterada até aos nossos dias e integra ainda o tecido urbano atual. Trata-se, na realidade, de explorar e cruzar o importante acervo documental disponível para estudar a cidade, para analisar as alterações urbanas, nomeadamente morfológicas (parcelas, quarteirões e ruas), bem como do edificado, que ocorreram na cidade e na periferia na época Moderna. A análise foi realizada com recurso às novas tecnologias de informação. Deste modo, o tratamento, armazenamento, análise e gestão dos dados foi realizado com recurso a bases de dados e utilizando as ferramentas de desenho assistido por computador (CAD) para tratar e analisar a informação gráfica e cartográfica, proveniente das fontes enumeradas anteriormente. Deste modo foi possível produzir plantas interpretativas das principais alterações morfológicas ocorridas na cidade de Braga durante a época Moderna, bem como proceder a representações 3D dos espaços construídos.

Abstract

The present work was accomplished in the ambit of the Masters Degree in Archeology of the University of Minho and aims to present the study of urban evolution of Braga in the Modern Age, by analyzing the public spaces that have emerged in the intramural area, but also, in general, the growth observed in the peripheral area.

The internship, performed in the Unit of Archeology of the University of Minho, consisted in archaeological approach of the profound transformations occurring in the city of Braga from the beginning of the 16th century, moment in which it notes the appearance of new streets and squares which aiming to modernise the medieval urban center, but also allow the urban growth for outside the limits defined by the medieval wall.

This study used different types of sources for the study of the city of Braga, in particular the written sources and cartographic ones, the iconography historical, but also the marks fossilized in the urban landscape, as well as the building of the Modern Age who survived more or less changed to our days and also includes the current urban fabric. This is, in fact, to exploit and cross the important documentary acquis available for studying the city, to analyze the changes, in particular morphological (plots, blocks and streets), as well as buildings, which occurred in the city and in the periphery in the Modern Age. The analysis was performed with the use of the new information technologies. In this way, the treatment, storage, analysis and management of the data was performed using database and tools of computer aided design (CAD) for dealing and analysing the graphic information, from the sources listed previously. In this way it was possible to produce interpretative plants of the main morphological changes that occurred in the city of Braga during the Modern Age, as well as make representations 3D of built-up areas.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	v
Abstract	vi
Índice	vii
Índice de Figuras	x
Lista de Tabelas	xvi
Lista de Apêndices	xvii
Lista de Abreviaturas	xix
Introdução	3
1. Contextualização geral da área de estudo	7
1.1. Enquadramento histórico-geográfico de Braga	7
1.2. A cidade enquanto objeto de estudo	18
1.3. O estudo da cidade Braga: resenha historiográfica	26
2. Objetivos	33
3. Caracterização das fontes utilizadas	37
3.1 Fontes Arqueológicas	38
3.2 Fontes Cartográficas e Iconográficas	39
3.2.1 Mapa de Braunio	41
3.2.2 Mappa da Cidade de Braga Primas	41
3.2.3 Mappa das Ruas de Braga	42
3.2.4 Planta de Braga, por Belchior Garcez e Miguel Maciel (século XIX)	42
3.2.5 Levantamento topográfico de 1883/84, por Francisco Goullard	43
3.2.6 Levantamento topográfico da década de 90 do séc. XX	44
3.3 Fontes Documentais	45
4. Metodologia	47
4.1 Trabalho de Campo	49
4.2 Trabalho de Gabinete	50
4.2.1 Correção da cartografia atual	50
4.2.2 Tratamento e análise da cartografia histórica	54
4.2.2 Análise do Mapa das Ruas de Braga (MRB) e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido (IPCC)	55
4.2.2 Preenchimento da Base de dados	60
4.2.3 Análise e interpretação dos dados através do SIG	62
4.2.4 Plantas interpretativas e Reconstituição 3D	63

5. A Evolução da morfologia urbana de Braga desde a Idade Moderna até à contemporaneidade: espaços públicos e periferia.....	65
5.1 Introdução.....	65
5.2 O plano urbano	66
5.2.2 Sistema Viário	68
5.2.2.1 Rua do Campo.....	69
5.2.2.2 Rua Nova de Sousa	73
5.2.2.3 Rua dos Açougues Velhos.....	76
5.2.2.4 Rua do Souto	79
5.2.2.5 Loura e Terreiro do Castelo	83
5.2.2.6 Rua de S. João do Souto	85
5.2.2.7 Rua da Vielinha	89
5.2.2.8 Rua do Alcaide.....	92
5.2.2.9 Rua dos Pelames	94
5.2.2.10 Rua do Anjo	98
5.2.2.11 Cangosta das Cruzes	100
5.2.2.12 Rua de S. Marcos.....	104
5.2.2.13 Rua das Águas.....	106
5.2.2.14 Rua do Carvalhal.....	108
5.2.2.15 Rua da Fonte da Carcova	111
5.2.2.16 Rua dos Chãos de Baixo.....	113
5.2.2.17 Rua dos Biscainhos.....	115
5.2.2.18 Rua em Frente do Açougue	117
5.2.3 Praças	121
5.2.3.1 Campo das Carvalheiras / Campo das Hortas	121
5.2.3.2 Largo da Porta Nova/ Largo da Praça Velha/Rossio da Praça	123
5.2.3.3 Campo da Vinha	125
5.2.3.4 Campo de Santa Ana	127
5.2.3.5 Campo dos Remédios	130
5.2.3.6 Campo de S. Tiago/ Largo de S. Paulo.....	132
5.2.3.7 Campo de S. Sebastião	135
5.2.3.8 Largo do Paço.....	137
5.2.3.9 Largo de S. João de Souto.....	139
5.2.3.10 Antiga Praça do Pão.....	141
5.2.4 Quarteirões	143
5.2.4.1 Quarteirão 00.....	145

5.2.4.2 Quarteirão A2.....	147
5.2.4.3 Quarteirão A6.....	149
5.2.4.4 Quarteirão A7.....	150
5.2.4.5 Quarteirão A8.....	153
5.2.4.6 Quarteirões B1/B2/B3	156
5.2.4.7 Quarteirão B4	160
5.2.4.8 Quarteirão F1.....	163
5.2.4.9 Quarteirão I1.....	166
5.2.4.10 Quarteirão I2.....	170
5.2.4.11 Quarteirão I3.....	172
5.2.4.12 Quarteirão I4.....	175
5.2.5 Parcelas	177
5.3 Considerações Socioeconómicas	181
5.3.1 Profissões	181
5.3.2 Casas pertencentes ao Cabido.....	182
5.3.3 Proprietários.....	183
5.3.4 Casas com funcionalidade comercial	185
5.3.5 Pensões/ Rendas.....	187
6. Considerações Finais.....	189
Bibliografia.....	191
Apêndices	

Índice de Figuras

Figura 1 - Localização geográfica da cidade de Braga (Ribeiro, 2008: 20)	7
Figura 2 - Vista aérea de Braga, atualidade (Google Earth)	8
Figura 3- Obra De Re Aedificatoria por Alberti	19
Figura 4 - Plano de Sforzinda por Antonio Averlino	20
Figura 5 - Ilustração do Tratado de Arquitetura de Francisco di Giorgio Martini	20
Figura 6 - A Ilha na Utopia, por Thomas More.....	21
Figura 7 - Palma Nova, por Scamozzi	21
Figura 8 - Crónica de Fernão Lopes (Ribeiro, 2008: 156).....	27
Figura 9 - D. Diogo de Sousa (Oliveira, 2000: 55)	27
Figura 10 - História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, frontispício da parte I (à esquerda) e frontispício parte II (à direita) (Ribeiro, 2008: 161	28
Figura 11 - Revista Cadernos de Arqueologia (1985).....	31
Figura 12 - Capa da Tese de Doutoramento de Maria do Carmo Ribeiro (2008)	31
Figura 13 - Mapa de Braunio, de 1594 (Fonte: UAUM)	40
Figura 14 - Mappa da Cidade de Braga Primas, século XVIII (Fonte: UAUM)	41
Figura 15 - Excerto do Mapa das Ruas de Braga, século XVIII (Fonte: UAUM).....	42
Figura 16 - Planta de Braga, por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, do século XIX, à escala de 1/4000 (Fonte: UAUM).....	43
<i>Figura 17 - Mapa de Francisco Goullard, realizado entre 1883/1884.....</i>	<i>44</i>
Figura 18 - Pormenor da Planta Topográfica de Braga da década de 90 (Fonte: UAUM)	45
Figura 19 - Mapa da Cidade de Braga com a representação (a vermelho) dos quarteirões que tinham associados os números de polícia	50
Figura 20 - Organização dos quarteirões atuais.....	51
Figura 21 - Localização dos quarteirões atuais estudados e que se encontram representados a vermelho	53
Figura 22 - Localização dos campos/praças estudados, bem como a identificação de diversos quarteirões que compõem o plano urbano de Braga	54
Figura 23 - Pormenor da informação presente no Volume II do MRB para a Rua do Souto.....	55
Figura 24 - Exemplo da informação recolhida do Volume I do MRB para a Rua do Souto	56
Figura 25 - Extrato da informação presente nos Índices dos Prazos das Casas do Cabido da Rua do Souto	59
Figura 26 - Formulários do back-office para registar a informação (Sistema de Informação UAUM).....	61
Figura 27 - <i>Footprints</i> da Rua do Souto	63
Figura 28 - Modelo 3D baseado no MRB (Botica, 2014: 6)	64
Figura 29 - Rua do Campo (Mapa de Braunio)	70
Figura 30 – Esquema do Lado Nascente e Poente da Rua do Campo no Mapa das Ruas de Braga, do século XVIII, e localização da parcela fRC	71
Figura 31 – Da esquerda para a direita vemos a representação da Rua do Campo no Mapa da Cidade de Braga Primas, na Planta de Braga do século XIX e no Levantamento topográfico de 1883/84	69
Figura 32 - Rua Nova no Mapa de Braunio, de 1594	73
Figura 33 – Esquema do Lado Norte e Sul da Rua Nova no MRB e a localização da parcela e2RN	74
Figura 34 - Rua Nova no Mapa da Cidade de Braga Primas	74
Figura 35 - Rua Nova na Planta da Cidade, do século XIX	75
Figura 36 - Localização da Rua Nova no Levantamento topográfico de 1883/84.....	75
Figura 37 - Rua D. Diogo de Sousa na Atualidade (CAD)	75
Figura 38 - Rua dos Açougues Velhos no Mapa de Braunio	76

Figura 39 - Rua dos Açougues Velhos (MCBP)	77
Figura 40 - Lado Nascente (em cima) e Poente (em baixo) da Rua dos Açougues Velhos no MRB.....	77
Figura 41 - Localização da Rua do Cabido na Planta de Braga do século XIX (à esquerda), no Levantamento topográfico de 1883/84 (no centro) e na Atualidade (à direita) (CAD).....	78
Figura 42 - Rua do Souto no MRB	80
Figura 43 – Esquema dos Lados Norte e Sul da Rua do Souto no MRB, 1750	80
Figura 44 - Rua do Souto no Mapa da Cidade de Braga Primas, 1755	81
Figura 45 - Rua do Souto n Planta de Braga, do século XIX.....	81
Figura 46 - Rua do Souto na Planta de 83/84	81
Figura 47 - Rua do Souto na Atualidade (CAD).....	82
Figura 48 - Modelo 3D de um pormenor do lado Norte da rua do Souto (UAUM)	83
Figura 49 - Loura e Terreiro do Castelo no Mapa de Braunio.....	84
Figura 50 - Lado Poente da Loura e Terreiro do Castelo no MRB.....	84
Figura 51 - Localização da Rua do Castelo, da esquerda para a direita: Mapa da Cidade de Braga Primas de 1755, Planta de Braga do século XIX, Levantamento topográfico de 1883/84 e Atualidade (CAD)	85
Figura 52 - Rua de S. João no Mapa de Braunio	86
Figura 53 – Esquema da representação de ambos os lados da Rua de S. João no MRB e localização da parcela dRSJ.....	86
Figura 54 - Localização da Rua de S. João no Mapa da Cidade de Braga Primas.....	87
Figura 55 - Casa dos Coimbras na Atualidade.....	87
Figura 56 - Rua de S. João na Planta de Braga no século XIX.....	88
Figura 57 - Rua de S. João na Planta de 83/84.....	88
Figura 58 - Rua de S. João na Atualidade (CAD)	89
Figura 59 - Rua da Vielinha no Mapa de Braunio	90
Figura 61 - Rua da Vielinha no MCBP	91
Figura 60 - Lado Nascente (em cima) e lado Poente (em baixo) da Rua da Vielinha no MRB.....	91
Figura 62 - Localização da Rua da Violinha, da esquerda para a direita: Planta de Braga do século XIX, Levantamento topográfico de 1883/84 e Atualidade (CAD).....	91
Figura 63 - Rua do Alcaide no Mapa de Braunio	92
Figura 64 - Rua do Alcaide (MRB).....	92
Figura 65 - Rua do Alcaide no Mapa da Cidade de Braga Primas	92
Figura 66 - Rua do Alcaide na Planta de Braga do século XIX.....	92
Figura 67 - Rua do Alcaide no Levantamento topográfico de 1883/84	94
Figura 68 - Rua do Alcaide na Atualidade (CAD).....	94
Figura 69 - Rua dos Pelames no Mapa de Braunio.....	95
Figura 70 - Representação de ambos os lados da Rua dos Pelames no MRB	96
Figura 71 - Rua de S. Geraldo, da esquerda para a direita: no Mapa de Braga Primas de 1755, na Planta de Braga do século XIX, no Levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD).....	97
Figura 72 - Rua do Anjo (Mapa de Braunio)	98
Figura 73 - Lado Sul da Rua do Anjo no MRB	99
Figura 74 – Localização da Rua, em cima, no Mapa de Braga Primas (à esquerda) e na Planta de Braga do século XIX (à direita) e, em baixo, no Levantamento topográfico de 1883/84 (à esquerda) e na atualidade (à direita) (CAD)	100
Figura 75 - Cangosta das Cruzes no Mapa de Braunio.....	101
Figura 76 - Esquema da Cangosta das Cruzes no MRB.....	102
Figura 77 - Rua dos Falcões no Mapa de Braga Primas	102
Figura 78 - Rua dos Falcões (Planta de Braga, século XIX).....	102
Figura 79 - Rua do Hospital no levantamento topográfico de 1883/84.....	103
Figura 80 - Rua dos Falcões na atualidade (CAD).....	103

Figura 81 - Rua de S. Marcos no Mapa de Braunio (à direita) e no MCBP (à esquerda)	104
Figura 82 - Rua de S. Marcos (MRB)	105
Figura 83 - Localização da Rua de S. Marcos, da esquerda para a direita: na Planta de Braga do século XIX, no Levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD)	105
Figura 84 - Rua das Águas no Mapa de Braunio	106
Figura 85 - Lado Poente da Rua das Águas no MRB	107
Figura 86 - Localização da Rua das Águas, da esquerda para a direita: Mapa de Braga Primas, na Planta de Braga do século XIX e no Levantamento topográfico de 1883/84	107
Figura 87 - Rua das Águas na atualidade (CAD)	108
Figura 88 - Rua do Carvalho (MRB).....	109
Figura 89 - Lado Sul da Rua do Carvalho no MRB.....	109
Figura 90 - Rua do Carvalho no Mapa da Cidade de Braga Primas.....	109
Figura 91 - Rua do Carvalho (Planta de Braga do século XIX)	110
Figura 92 - Rua do Carvalho no levantamento topográfico de 1883/84	110
Figura 93 - Rua do Carvalho na Atualidade (CAD)	110
Figura 94 - Rua da Fonte da Carcova no Mapa de Braunio.....	111
Figura 95 - Rua da Fonte da Carcova no MRB	112
Figura 96 - Rua da Fonte da Carcova no Mapa de Braga Primas.....	112
Figura 97 - Rua da Fonte da Carcova na Planta de Braga do século XIX.....	112
Figura 98 - Rua dos Capelistas no Levantamento topográfico de 1883/84.....	113
Figura 99 - Rua dos Capelistas na Atualidade (CAD)	113
Figura 100 - Rua dos Chãos no Mapa de Braunio	114
Figura 101 - Lado Poente da Rua dos Chãos de Baixo no MRB	115
Figura 102 - Rua dos Chãos de Baixo e de Cima no Mapa de Braga Primas.....	116
Figura 103 - Localização da Rua dos Chãos de Baixo (da esquerda para a direita):Planta de Braga do século XIX, Levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD)	116
Figura 104 - Rua dos Biscainhos no Mapa de Braunio	117
Figura 105 - Lado Norte da Rua dos Biscainhos no MRB	117
Figura 106 - Rua dos Biscainhos no Mapa de Braga Primas	117
Figura 107 - Representação, da esquerda para a direita, da Rua dos Biscainhos, na Planta da Cidade do século XIX, no levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD)	118
Figura 108 - Rua Em Frente do Açougue no Mapa de Braunio	120
Figura 109 - Lado Poente da Rua Em Frente do Açougue no MRB	120
Figura 110 - Rua Em Frente do Açougue no Mapa de Braga Primas.....	120
Figura 111 - Rua Em Frente dos Açougues (da esquerda para a direita): na Planta de Braga do século XIX, no Levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD)	120
Figura 112 - Campo das Hortas e Campo das Carvalheiras no Mapa de Braunio (à esquerda) e Campo das Hortas e Campo das Carvalheiras no Mapa de Braga Primas (à direita).....	121
Figura 113 - Esquema do Lado Poente do Campo de S. Sebastião no MRB	122
Figura 114 Campo das Hortas e Campo das Carvalheiras (da esquerda para a direita): na Planta de Braga do século XVIII, no Levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD).....	123
Figura 115- Largo da Porta Nova, Largo da Praça Velha e Rossio da Praça no Mapa de Braunio	124
Figura 116 - Pormenor do lado Sul da rua Nova de Sousa no MRB com a localização da Pracinha	124
Figura 117 - Largo da Porta Nova, Largo da Praça Velha e Rossio da Praça no MCBP	124
Figura 118 - Largo da Porta Nova, Largo da Praça Velha e Rossio da Praça na Planta da Cidade do século XIX (à direita) e na Planta de 83/84 (à esquerda).....	125
Figura 119 - Largo da Porta Nova, Largo da Praça Velha e Rossio da Praça na Atualidade (CAD).....	125
Figura 120 - Campo da Vinha no Mapa de Braunio.....	126
Figura 121 - Campo da Vinha no MCBP	126

Figura 122 - Campo da Vinha na Planta da Cidade do século XIX (à direita) e na Planta de 83/84 (à esquerda)	127
Figura 123 - Campo da Vinha na Atualidade	127
Figura 124 - Campo de S. Anna no Mapa de Braunio	128
Figura 125 - Representação dos Lados Norte e Sul do Campo de S. Anna no MRB	128
Figura 126 - Campo de S. Anna no MCBP	129
Figura 127 - Campo de S. Anna na Planta da Cidade do século XIX	129
Figura 128 - Campo de S. Anna na Planta de 83/84	129
Figura 129 - Avenida Central na Atualidade (CAD)	130
Figura 130 - Largo dos Remédios no Mapa de Braunio (à direita) e no MCBP (à esquerda)	131
Figura 131 - Largo dos Remédios na Planta da Cidade do século XIX	131
Figura 132 - Largo dos Remédios na Planta de 83/84	131
Figura 133 - Largo dos Remédios na Atualidade (CAD)	132
Figura 134 - Campo de S. Tiago e Largo de S. Paulo no Mapa de Braunio	133
Figura 135 - Campo de Santiago no MRB	133
Figura 136 - Campo de S. Tiago e Largo de S. Paulo no MCBP	134
Figura 137 - Localização do Campo de S. Tiago e do Largo de S. Paulo na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)	134
Figura 138 - Campo de S. Tiago e Largo de S. Paulo na Atualidade (CAD)	134
Figura 139 - Campo de S. Sebastião (Mapa de Braunio)	135
Figura 140 - Localização do Campo de S. Sebastião na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)	136
Figura 141 - Campo de S. Sebastião na Atualidade (CAD)	136
Figura 142 - Largo do Paço (Mapa de Braunio)	137
Figura 143 - Localização do Largo do Paço na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)	137
Figura 144 - Largo do Paço na Atualidade (CAD)	137
Figura 145 - Rua de S. João no Mapa de Braunio	138
Figura 146 - Localização do Largo de S. João no MCBP (à esquerda) e na Planta da Cidade do século XIX (à direita)	139
Figura 147 - Localização do Largo de S. João na Planta de 83/84 (à esquerda) e na Atualidade (CAD) (à direita)	139
Figura 148 - Praça do Pão (Mapa de Braunio)	139
Figura 149 - Localização dos Lados Norte e Sul da Praça do Pão (à esquerda) e no MCBP (à direita)	140
Figura 150 - Localização da Praça do Pão na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)	141
Figura 151 - Praça do Pão na Atualidade (CAD)	141
Figura 152 - Quarteirão 00 (Mapa de Braunio)	143
Figura 153 - Lado Sul da Rua Nova no MRB (à esquerda) e Quarteirão 00 no MCBP (à direita)	143
Figura 154 - Localização do Quarteirão 00 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)	143
Figura 155 - Quarteirão 00 na Atualidade (CAD)	144
Figura 156 - Quarteirão A2 (Mapa de Braunio)	145
Figura 157 - Quarteirão A2 (MCBP)	146
Figura 158 - Transformações ocorridas na antiga rua do Campo (a rosa), em comparação com a atual rua D. Frei Caetano Brandão na atualidade (a azul)	146
Figura 159 - Localização do Quarteirão A2 (da esquerda para a direita) na Planta da Cidade do século XIX, na Planta de 83/84 e na Atualidade (CAD)	147
Figura 160 - Espaços não edificados ou abertos no Quarteirão A2 (a azul) na Atualidade (CAD)	147

Figura 161- Quarteirão A6 (Mapa de Braunio).....	148
Figura 162 - Lado Nascente da Rua do Campo no MRB.....	148
Figura 163 - Quarteirão A6 no MCBP	149
Figura 164 - Quarteira A6 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita).....	149
Figura 165 - Quarteirão A6 na Atualidade (CAD)	149
Figura 166 - Espaços não edificados ou abertos no Quarteirão A6 (a azul) na Atualidade (CAD).....	150
Figura 167 - Quarteirão A7 no Mapa de Braunio (à esquerda) e no MCBP (à direita)	151
Figura 168 - Quarteirão A7 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita).....	152
Figura 169 - Quarteirão A7 na Atualidade (CAD) Figura 170 - Espaços não edificados ou abertos..	152
Figura 171 - Quarteirão A8 (Mapa de Braunio)	153
Figura 172 - Quarteirão A8 (MCBP)	154
Figura 173 - Quarteirão A8 na Planta da cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita).....	154
Figura 174 - Quarteirão A8 na Atualidade (CAD)	155
Figura 175 - Espaços não edificados ou abertos no Quarteirão A8 (a azul) na Atualidade (CAD).....	155
Figura 176 - Quarteirões B1, B2 e B3 (Mapa de Braunio)	157
Figura 177 - Quarteirões B1, B2 e B3 (MCBP).....	157
Figura 178 - Quarteirões B1, B2 e B3 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita).....	158
Figura 179 - Quarteirão B1 (à esquerda), Quarteirão B2 (ao centro) e Quarteirão B3 (à direita) na Atualidade (CAD).....	158
Figura 180 - Espaços não edificados ou abertos nos atuais Quarteirões B1, B2 e B3 (a azul) (CAD)	159
Figura 181 – Transformações ocorridas nos quarteirões B1, B2 e B3 (azul – atualidade; e rosa – MRB)	159
Figura 182 - Proposta de Reconstituição do Castelo medieval de Braga por Maria do Carmo Ribeiro (2008: 342).....	160
Figura 183 - Quarteirão B4 (Mapa de Braunio)	162
Figura 184 - Quarteirão B4 no MCBP (à esquerda), Planta da Cidade do século XIX (ao centro) e na Planta de 83/84 (à direita)	162
Figura 185 - Quarteirão B4 na Atualidade (CAD).....	163
Figura 186 - Espaços não edificados ou abertos na atual Quarteirão B4 (a azul) (CAD).....	163
Figura 187 - Quarteirão F1 (Mapa de Braunio).....	164
Figura 188 - Quarteirão F1 (MCBP)	164
Figura 189 - Quarteirão F1 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita).....	165
Figura 190 - Quarteirão F1 na Atualidade (CAD)	165
Figura 191 - Espaços não edificados ou abertos na atual Quarteirão F1 (a azul) (CAD).....	166
Figura 192 - Quarteirão I1 no Mapa de Braunio.....	167
Figura 193 - Quarteirão I1 (MCBP)	168
Figura 194 - Quarteirão I1 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita).....	168
Figura 195 - Quarteirão I1 atual, à esquerda, e espaços não edificados ou abertos no atual Quarteirão I1, à direita (a azul) (CAD).....	169
Figura 196 - Transformações do Quarteirão I1 entre o século XVIII e o XIX, à esquerda (rosa: MRB e verde: Planta 83/84), durante o século XIX (ao centro) e do século XIX à atualidade (à direita)	169
Figura 197 - Quarteirão I2 no Mapa de Braunio.....	170
Figura 198 - Quarteirão I2 no MCBP.....	171

Figura 199 - Quarteirão I2 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita).....	171
Figura 200 - Quarteirão I2 na atualidade, à esquerda, e espaços não edificados ou abertos no atual Quarteirão I2, à direita (a azul) (CAD)	171
Figura 201- Quarteirão I3 (Mapa de Braunio).....	172
Figura 202 - Quarteirão I3 no MCBP.....	173
Figura 203 - quarteirão I3 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita).....	173
Figura 204 - Quarteirão I3 na Atualidade (CAD)	174
Figura 205 - Transformações ocorridas no Quarteirão I3.....	174
Figura 206 - Quarteirão I4 no Mapa de Braunio (à esquerda) e no MCBP (à direita)	176
Figura 207 - Quarteirão I4 na Plana da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita).....	176
Figura 208 - Quarteira I4 na Atualidade (à esquerda) e transformações que ocorreram no Quarteirão I4 (à direita) (CAD)	177

Lista de Tabelas

Tabela 1- Parcelas edificadas dos alçados Poente e Nascente da Rua do Campo, do século XVIII à atualidade.....	72
Tabela 2 – Parcelas edificadas dos alçados Norte e Sul da Rua Nova de Sousa, do século XVIII à atualidade.....	76
Tabela 3 – Parcelas edificadas dos alçados Poente e Nascente da Rua dos Açougues Velhos, do século XVIII à atualidade	79
Tabela 4 – Parcelas edificadas dos alçados Norte e Sul da rua do Souto, do século XVIII à atualidade....	83
Tabela 5 – Parcelas edificadas do alçado Poente da rua do Castelo, XVIII à atualidade.....	85
Tabela 6 - Parcelas edificadas dos alçados Norte e Sul da rua de S. João, do século XVIII à atualidade...92	
Tabela 7 - Parcelas edificadas dos alçados Poente e Nascente da rua da Vielinha, do século XVIII à atualidade.....	92
Tabela 8 – Parcelas edificadas do Lado Sul da Rua do Alcaide, do século XVIII à atualidade.....	94
Tabela 9 – Parcelas edificadas dos alçados Poente e Nascente da Rua dos Pelames, do século XVIII à atualidade.....	97
Tabela 10 – Parcelas edificadas do alçado Sul da rua do Anjo, do século XVIII à atualidade	100
Tabela 11 – Parcelas edificadas dos alçados Norte e Sul da Cangosta das Cruzes, do século XVIII à atualidade.....	103
Tabela 12 – Parcelas edificadas do alçado Sul da rua de S. Marcos, do século XVIII à atualidade.....	105
Tabela 13 – Parcelas edificadas no alçado Poente da Rua das Águas, do século XVIII à atualidade	108
Tabela 14 – Parcelas edificadas no alçado Sul da Rua do Carvalho, do século XVIII à atualidade.....	111
Tabela 15 – Parcelas edificadas no alçado Norte da rua da Fonte da Carcova, do século XVIII à atualidade	113
Tabela 16 – Parcelas no alçado Lado Poente da Rua dos Chãos de Baixo, do século XVIII à atualidade.....	116
Tabela 17 – Parcelas edificadas no alçado Nascente da Rua dos Biscainhos, do século XVIII à atualidade	118
Tabela 18 – Parcelas no alçado Poente da rua Em Frente do Açougue, do século XVIII à atualidade....	120
Tabela 19 - Dimensões do Quarteirão 00.....	144
Tabela 20 - Dimensões do Quarteirão A2.....	147
Tabela 21 - Dimensões do Quarteirão A6.....	150
Tabela 22 - Dimensões do Quarteirão A7.....	152
Tabela 23 - Dimensões do Quarteirão A8.....	155
Tabela 24 - Dimensões dos Quarteirões B1, B2 e B3.....	160
Tabela 25 - Dimensões do Quarteirão B4	163
Tabela 26- Dimensões do Quarteirão F1.....	166
Tabela 27- Dimensões do Quarteirão I1.....	169
Tabela 28 - Dimensões do Quarteirão I2.....	172
Tabela 29 - Dimensões Quarteirão I3	175
Tabela 30 - Dimensões Quarteirão I4	177

Lista de Apêndices

- Apêndice 1 – Parcela jRN da atual Rua D. Diogo de Sousa
- Apêndice 2 – Parcela 7RN da atual Rua D. Diogo de Sousa
- Apêndice 3 – Parcela bRN da atual Rua D. Diogo de Sousa
- Apêndice 4 – Parcela iRS da Rua do Souto
- Apêndice 5 – Parcela a1RP do atual Largo da Praça Velha
- Apêndice 6 – Parcela 12PP da atual Rua D. Paio Mendes
- Apêndice 7 – Parcela 1RSJ da Rua de S. João
- Apêndice 8 – Parcela 11RSJ da Rua de S. João
- Apêndice 9 – Parcela 3RFA da atual Avenida de S. Miguel o Anjo
- Apêndice 10 – Parcela 5RP da atual Rua de S. Geraldo
- Apêndice 11 – Parcela 10RP da atual Rua de S. Geraldo
- Apêndice 12 – Parcela 1RAIc da Rua do Alcaide
- Apêndice 13 – Fachadas representadas no MRB e que persistem na atualidade
- Apêndice 14 – Profissões – Século XVIII
- Apêndice 15 – Casas do Cabido – Século XVIII
- Apêndice 16 – Localização dos Proprietários - MRB
- Apêndice 17 – Localização das casas do século XVIII que apresentam funcionalidade comercial
- Apêndice 18 – Perspetiva geral da distribuição dos Foros/Rendas (MRB)
- Apêndice 19 – Pormenor da distribuição dos Foros/Rendas
- Apêndice 20 – Localização das casas total ou parcialmente demolidas pela abertura/regularização de ruas
- Apêndice 21 – Representação das Ruas do MRB estudadas
- Apêndice 22 – Mapa com o levantamento topográfico de 1883/84 e Planta da Cidade de Braga do Século XIX
- Apêndice 23 – Mapa com o levantamento topográfico de 1883/84 e a planta da cidade atual
- Apêndice 24 – Mapa com o levantamento topográfico de 1883/84 e o MRB
- Apêndice 25 – Mapa com a Planta da Cidade de Braga do Século XIX e a planta da cidade atual
- Apêndice 26 – Mapa da Planta da Cidade de Braga do Século XIX e o MRB
- Apêndice 27 – MRB e planta da cidade atual

Apêndice 28 – Mapa Geral com a localização dos bairros estudados, bem como a identificação das ruas e praças atuais

Apêndice 29 – Localização dos espaços não construídos em cada um dos bairros estudados

Apêndice 30 – Listagem

Lista de Abreviaturas

UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

MRB – *Mappa das Ruas de Braga*

MCBP – *Mapa da Cidade de Braga Primas*

IPCC – *Índices dos Prazos das Casas do Cabido*

ZA – Zona Arqueológica

m – Metro(s)

m² - Metros quadrados

v – Vara(s)

p – Palmo(s)

Introdução

Introdução

Os estudos realizados acerca da evolução da paisagem urbana, tendo em conta, nomeadamente as transformações morfológicas do tecido urbano, têm permitido consolidar a ideia de que as cidades históricas se configuram como verdadeiros palimpsestos, conhecendo transformações consecutivas, mas também integrando e conservando elementos morfológicos de diferentes épocas.

Nesse sentido, o seu estudo requer o cruzamento de um amplo conjunto de diferentes tipos de fontes, saberes e técnicas que permitam conjugar os ténues testemunhos que se preservaram, com a finalidade de os reunir numa leitura tanto diacrónica como espacial.

A Arqueologia Urbana tem contribuído de forma muito particular para o estudo das cidades históricas, desenvolvendo metodologias capazes de executar os seus objetivos relativamente ao estudo das cidades sobrepostas, uma vez que os elementos morfológicos de uma cidade se encontram maioritariamente camuflados sob os espaços e edifícios anteriores. Por conseguinte, os arqueólogos têm fixado a sua atenção nas construções urbanas atuais, aplicando técnicas para o estudo das estruturas de épocas passadas. Na realidade, a Arqueologia é a única disciplina que possui métodos e técnicas que permitem o estudo dos testemunhos físicos e materiais que sobreviveram de épocas passadas e que integram as cidades atuais. De igual modo, o seu carácter multidisciplinar tem permitido incorporar nos seus estudos outro tipo de fontes, nomeadamente iconográficas e cartográficas, na exata medida em que estas possibilitam documentar e comprovar as formas físicas e materiais do passado, nomeadamente da forma urbana.

O atual conhecimento acerca da evolução da paisagem urbana de Braga, desde a sua fundação, no período romano, constitui um exemplo bastante elucidativo acerca da importância do contributo da Arqueologia para o conhecimento das formas urbanas passadas.

A cidade de Braga conta com mais de 2000 anos de ocupação histórica, encontrando-se documentadas várias fases da sua evolução, desde a fundação na época romana, até à atualidade. Todavia, as áreas ocupadas pelas diferentes cidades – romana, medieval, moderna e atual – não se sobrepuseram na sua totalidade e, por essa mesma razão, existem imensos espaços onde se encontram somente elementos provenientes da cidade romana, enquanto noutros apresenta uma sucessão de elementos que caracterizam as diferentes cidades, designadamente no quadrante nordeste da cidade romana que foi ocupada até à atualidade. Por fim, existem igualmente locais

onde só se encontram elementos construtivos da cidade moderna, resultado da expansão extramuros da cidade medieval (Ribeiro, 2008: 182).

A cidade de Braga constitui, portanto, um centro urbano que conheceu múltiplas transformações ao longo da sua história, reflexos das próprias conceções urbanas que vigoraram ao longo dos diferentes contextos cronológicos.

Os estudos realizados até ao momento sobre a evolução urbana de Braga permitiram interpretar as três primeiras grandes fases históricas de ocupação da cidade (romana, medieval, moderna) bem como analisar a transformação de aspetos concretos da morfologia urbana, designadamente o sistema viário, o parcelamento, os quarteirões e alguns edifícios, considerados estruturantes na morfologia urbana, como acontece com as muralhas (Ribeiro, 2008).

Os referidos trabalhos possibilitaram, igualmente, realçar as potencialidades oferecidas pelo cruzamento de diferentes fontes, designadamente as fontes iconográficas, cartográficas e escritas na avaliação das alterações urbanísticas, assim como, as vantagens na aplicação de uma metodologia de levantamento sistemático das marcas materiais conservadas e fossilizadas na paisagem urbana atual (Ribeiro, 2008; Martins e Ribeiro 2013).

Todavia, as alterações registadas no tecido urbano desde o século XVI até à atualidade permanecem por valorizar de forma sistemática e pormenorizada, nomeadamente no que se refere aos espaços públicos e ao crescimento registado na periferia urbana. A este nível devemos destacar, igualmente, a necessidade de proceder à correção da planta topográfica atual de Braga, produzida com base em levantamentos aéreos, que induzem erros de medida das ruas e parcelas, por considerarem os beirais dos telhados como limite da parcela construída. O presente estudo usou como cartografia base a referida planta, a partir da qual serão produzidas as diferentes plantas interpretativas para as alterações morfológicas registadas em Braga.

Neste sentido, as áreas de estudo incidiram nos quarteirões situados no interior da muralha medieval, designadamente nos localizados a norte e a sul da rua do Souto e da rua de S. João do Souto, bem como naqueles que se encontram na área periférica definida pela referida muralha, incluindo os que se relacionam com as praças abertas no século XVI, aplicando uma metodologia de estudo regressiva, ou seja, tendo como ponto de partida a cidade atual e, a partir desta, analisar as alterações registadas nos anteriores períodos cronológicos até aos inícios do século XVI.

Procurou-se, deste modo, explorar e cruzar o importante acervo documental disponível para estudar a cidade, do qual destacaríamos o *Mapa de Braunio*, do século XVI, o *Mapa das Ruas de*

Braga e a *Planta de Braga Primas*, produzidos em meados do século XVIII, a Planta de 1883/1884, de Francisco Goulard, a Planta da Cidade do século XIX, bem como os *Livros de Prazos do Cabido de Braga*, que integram a publicação do Mapa das Ruas de Braga (AAVV (1989-91)). Igualmente importantes, são as marcas fossilizadas na paisagem urbana, bem como o edificado da época Moderna que sobreviveu de forma mais ou menos alterada até aos nossos dias, o qual foi analisado no local, e a partir das fontes anteriormente enunciadas.

Na realidade, o leque diversificado de fontes disponíveis para o estudo da evolução urbana de Braga oferece múltiplas potencialidades de análise que só poderão ser aferidas numa análise cuidada e rigorosa, com recurso às novas tecnologias de informação.

Neste sentido, o recurso às bases de dados alfanuméricas permitiu o tratamento, armazenamento, análise e gestão dos dados provenientes das diversas fontes, enquanto as ferramentas de desenho assistido por computador (CAD) permitiram produzir, tratar e gerir a informação topográfica.

De modo a formalizar a apresentação dos resultados alcançados, este trabalho encontra-se estruturado em 6 capítulos.

No primeiro capítulo procedeu-se à contextualização da área de estudo (Cap. 1) tendo em consideração o contexto histórico-geográfico em que a primeira forma urbana de Braga se consolidou e a partir do qual evoluiu ao longo dos séculos (1.1), a problemática da cidade enquanto objeto de estudo (1.2), bem como os estudos realizados sobre Braga até ao momento, sob a forma de uma resenha historiográfica (1.3).

No segundo capítulo apresentam-se os objetivos do trabalho (Cap. 2) e no terceiro foram caracterizadas as fontes utilizadas (Cap. 3), ou seja, as fontes arqueológicas (3.1), cartográficas e iconográficas (3.2) e, por fim, as documentais (3.4).

A metodologia de análise utilizada foi abordada no capítulo quatro (Cap. 4), apresentando-se detalhadamente o trabalho de campo, onde foi abordado o processo de levantamento sistemático das marcas materiais conservadas e fossilizadas na paisagem urbana atual (4.1). O trabalho de gabinete, onde incluímos a correção da cartografia, o preenchimento da Base de Dados, a análise e interpretação dos dados através do SIG e as plantas interpretativas e reconstituição 3D, foi analisado na seção 4.2.

O quinto capítulo foi reservado à análise da evolução morfológica de Braga na Idade Moderna (Cap. 5), dos seus espaços públicos e periferia. Assim, e após a introdução (5.1), abordámos a evolução da Morfologia da Cidade (5.2) que compreendeu o seu a análise do sistema viário, das

praças e dos quarteirões, bem como do sistema de parcelamento, nomeadamente das parcelas edificadas. Neste capítulo, no ponto 5.3 tecemos ainda breves considerações acerca de alguns aspetos socioeconómicos que obtivemos para o período moderno.

Por fim (Cap. 6), tecemos as considerações finais relativas ao nosso trabalho.

Este trabalho inclui ainda um conjunto de apêndices que se apresentam no final. Assim, os apêndices 1a12 integram um conjunto de fichas relativas à caracterização de algumas parcelas do setor do plano urbano analisado para o período Moderno, localizadas tanto intra como extramuros e com características arquitetónicas particulares. Por conseguinte, o apêndice 13 identifica as parcelas cujas fachadas atuais ainda apresentam elementos muito semelhantes aos que figuravam no século XVIII, enquanto os apêndices 14 a 19 estão relacionados com os vários aspetos socioeconómicos. Os apêndices 20 a 28 reportam-se às alterações ocorridas na cidade, bem como à localização dos espaços estudados, enquanto no apêndice 29 se identificam as parcelas da atualidade que apresentam espaços não construídos. Por fim, o apêndice 30 compreende uma Listagem com informação socioeconómica relativa aos inquilinos e aos emprazamentos de algumas parcelas dos quarteirões e ruas analisadas, constante nos IPPC. Esta listagem encontra-se organizada por século e quarteirão, contendo informação desde o século XV ao XVIII, que foi introduzida na Base de Dados da UAUM.

1. Contextualização geral da área de estudo

1.1. Enquadramento histórico-geográfico de Braga

A cidade de Braga, situada no Noroeste Peninsular, ocupa um lugar privilegiado na região do Entre Douro e Minho, beneficiando das suas boas condições naturais, nomeadamente ao nível hidrográfico e orográfico, mas também geológico e vegetal. Trata-se, na realidade, de uma região de transições, que de Este para Oeste, compreende serras, florestas e leiras ao longo de grandes vales, planícies e campos verdejantes. As potencialidades do território bracarense encontram-se muito aumentadas pelo facto de a região beneficiar de duas grandes bacias hidrográficas, a do rio Cávado (a Norte), e a bacia hidrográfica do rio Ave (a Sul).

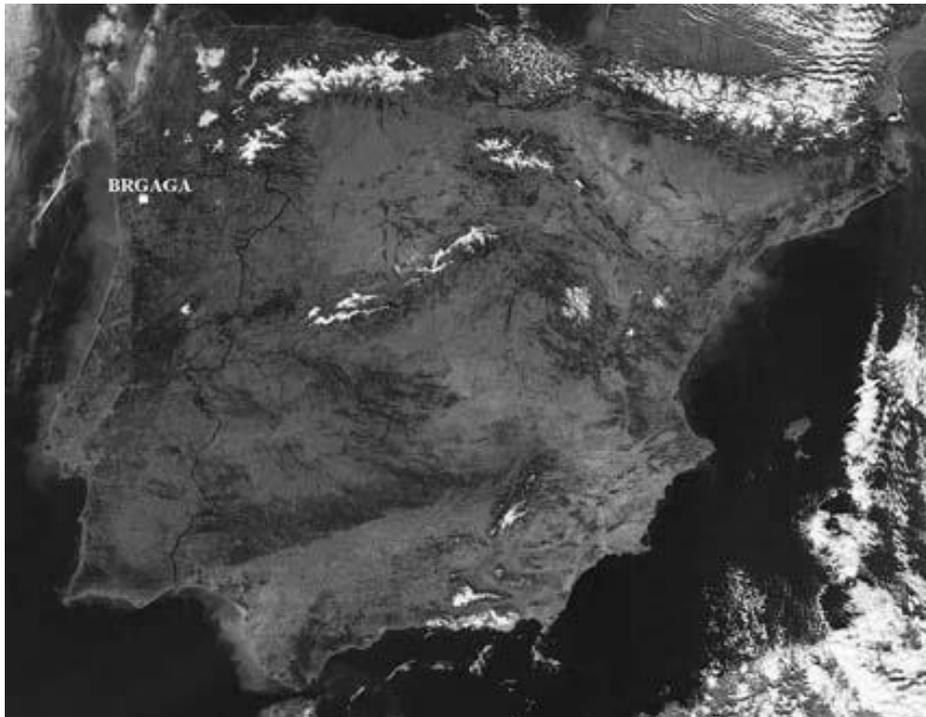


Figura 1 - Localização geográfica da cidade de Braga (Ribeiro, 2008: 20)



Figura 2 - Vista aérea de Braga, atualidade (Google Earth)

A área situada a norte da cidade, localizada na margem esquerda do Rio Cávado, é semiplana, graças ao grande vale do referido rio, enquanto a parte este se caracteriza por um conjunto de elevações, onde se destacam as serras do Carvalho (479m) e dos Picos (566m), ou os montes do Sameiro (572m) e de Santa Marta (562m).

Entre a Serra do Carvalho e a Serra dos Picos nasce o Rio Este, que passa na cidade, formando o vale d'Este. A sul da Serra dos Picos desenvolve-se o planalto de Sobreposta - Pedralva. No espaço a sul e oeste de Braga, o território apresenta maior variedade orográfica formada por um misto de montanhas, colinas e médios vales.

Tudo indica que o sítio de Braga deveria representar, já em época pré-romana, um importante centro viário e económico, localizado no coração de uma das zonas mais desenvolvidas do NO português, que possuía solos férteis e água abundante, fundamentais ao florescimento da atividade agrícola (Martins, 2009: 185).

Embora as condições topográficas de Braga, designadamente a sua baixa altitude (188 m) em comparação com os castros que se encontravam em seu redor (300 m), tornassem impróprio o seu desenvolvimento como povoado de tipo indígena, este era, devido à sua centralidade, um local

favorável para o estabelecimento de um centro político com um papel estratégico na região (Martins, 2009: 185).

Neste sentido, as condições privilegiadas do local escolhido para a fundação da cidade, designadamente a sua importância geomorfológica e geoestratégica, terão condicionado a sua história urbana, nomeadamente desde o período romano, momento em que este local foi estratégica e criteriosamente eleito para fundar umas das principais urbes romanas do Noroeste Peninsular – *Bracara Augusta*.

Desde a sua fundação romana, os inícios do Império, a cidade conheceu uma ocupação permanente até à atualidade, registando, no entanto, significativas alterações na sua forma urbana.

Bracara Augusta foi uma das três *urbs* fundadas por Augusto no Noroeste Peninsular, paralelamente a *Lucus Augusti* (Lugo) e *Asturica Augusti* (Astorga), com grande probabilidade entre os anos 16/15 a.C., com o intuito de proceder à reorganização das regiões recém-pacificadas (Martins, 2004: 151).

Edificada como um centro urbano *ex novo*, a cidade teve uma fundação civil e foi planificada de acordo com um plano ortogonal, segundo uma malha regular de quarteirões e eixos viários, com uma orientação que se prolonga no cadastro do território envolvente (Carvalho, 2008: 97).

Bracara Augusta desempenhou desde a sua fundação um papel de elevada importância político-administrativa, enquanto capital do *conventus bracaraugustanos* que se refletiu, designadamente, na arquitetura e no urbanismo da cidade. Entre o último quartel do século I e inícios do século II a cidade atinge a sua extensão máxima, que irá para além dos limites originalmente planificados. Neste período documenta-se, igualmente, um programa de obras e monumentalização, comprovadas pela construção de edifícios públicos de prestígio, designadamente de termas, de um teatro e de um anfiteatro (Martins, 2009: 183).

Importa igualmente referir, também pela sua persistência ao longo dos séculos, o conjunto de itinerários que asseguravam a comunicação de *Bracara Augusta* com as outras cidades da Hispânia. Entre estes destacam-se os itinerários principais, documentados no *Itinerário de Antonino*, onde são mencionadas cinco das seis vias que convergiam para a cidade, designadamente as vias XVI, XVII, XVIII (Via Nova ou Estrada da Geira), XIX e XX (per loca marítima). Existiam, ainda, as vias secundárias, que teriam sido eventualmente traçadas sobre caminhos proto-históricos, que ajudavam a conformar uma densa rede de caminhos que subsidiavam a

cidade, e permitem considera-la como uma grande plataforma viária do Noroeste Peninsular (Lemos, 2002: 95-127).

Nos finais do século III / inícios do IV *Bracara Augusta* regista um novo período da sua história urbana, fortemente relacionado com a sua elevação a capital da província da *Gallaecia*, criada por Diocleciano (Tranoy, 1981). Paralelamente à promoção da cidade, a arqueologia documenta um grande dinamismo construtivo, assinalado por numerosas remodelações em quase todos os edifícios, mas também pela construção de uma poderosa fortificação, que provocaram significativas transformações na topografia urbana, nomeadamente no traçado ortogonal da cidade no Alto Império (Martins, 2004: 155).

A construção desta muralha vem alterar significativamente a forma urbana da cidade, encerrando e delimitando um espaço que até então era aberto, conferindo-lhe uma forma elíptica e cercando uma área de cerca de 48 hectares que deixa de fora espaços construídos (Martins e Delgado, 1989-90: 27/28).

Após a queda do império romano do Ocidente, a cidade de Braga continuou a desempenhar importantes funções políticas e administrativas, mas também religiosas, sendo eleita capital do reino suevo, em 411, afirmando-se, de igual modo, como lugar central do Cristianismo do Noroeste Peninsular enquanto sede de Bispado (Ribeiro e Fontes, 2015).

Todavia, a construção de edifícios de carácter religioso e a progressiva difusão e enraizamento do cristianismo, assim como a perda da importância política registada a partir do século VI, terão contribuído para acelerar as alterações construtivas e urbanísticas, designadamente a progressiva desarticulação da malha urbana romana e as mudanças operadas nas unidades habitacionais, que conhecem uma subdivisão, tornando-se mais pequenas (Martins e Ribeiro, 2012).

Na realidade, o fim do domínio suevo e a sua integração no reino visigodo, após a invasão e saque de Braga, em 585, por Leovigildo, terão contribuído para a criação de uma nova realidade urbana, fortemente associada ao cristianismo. De facto, a arqueologia permite documentar uma intensa ocupação do quadrante nordeste da antiga cidade romana entre os séculos V-VIII, paralelamente à desafetação de alguns edifícios e à progressiva rarefação e ruralização na restante área da cidade amuralhada. Assiste-se, igualmente, à dispersão da população para zonas periféricas, sobretudo para os locais onde se ergueram novos edifícios de culto cristão, que funcionarão como polos agregadores de população. Entre estes núcleos destacam-se os formados entre os séculos VI e VIII, designadamente S. Vicente, S. Pedro de Maximinos e S. Vitor, distanciados da Catedral entre 800 a 1200 metros (Fontes *et al.*, 2010: 257). Estes polos, muito

provavelmente associados ao culto martirial, formaram-se sobre as antigas necrópoles e junto das principais vias imperiais romanas que ligavam *Bracara Augusta* ao restante território.

Desde a Idade Média que estes locais, originalmente como basílicas cemiteriais e posteriormente como paróquias medievais da área suburbana, vão exercer um importante papel urbano funcionando como aglutinadores da população e regulando o crescimento da cidade ao longo da Idade Moderna, que crescerá na sua direção, encontrando-se atualmente perfeitamente absorvidos pela mancha urbana.

Com as invasões muçulmanas, a partir de 711, Braga conhecerá um período conturbado da sua História, marcado pelo abandono da cidade por parte das autoridades eclesiásticas, bem como pelos tumultos associados à Reconquista Cristã. Apesar do impacto destes acontecimentos na cidade ser de difícil averiguação, parece evidente que uma parte da população se manteve a residir em Braga, a julgar, desde logo, pelos concílios aqui realizados, nomeadamente a reunião em Braga de uma cúria régia, no século VIII, onde esteve presente Afonso III, rei das Astúrias (Fontes, 2009: 443-474).

De igual modo, a partir da restauração e delimitação da cidade, em 873, no âmbito do processo de reorganização do território da região bracarense, empreendido pelos reis asturianos e leoneses, supõe-se uma revitalização do núcleo urbano, nomeadamente através da definição de um novo perímetro defensivo e das remodelações realizadas na primitiva basílica paleocristã erguida sob a atual catedral (Ribeiro e Fontes, 2015: 29-45).

O novo sistema defensivo reutiliza a norte o pano da muralha romana construído no Baixo-Império, admitindo-se a construção de uma nova cerca a sul, entre os finais do século IX e o século X (Fontes, 2011: 317).

Trata-se, na realidade, de uma nova etapa da evolução urbana da cidade, que desta forma se configura como um pequeno burgo, reduzindo substancialmente a sua área amuralhada, que assume uma dimensão bastante modesta, sobretudo quando comparada com os limites da cidade no período romano, não ultrapassando os 15 Ha (Ribeiro e Fontes, 2015: 29-45).

Todavia, será sobretudo a partir da restauração da Arquidiocese de Braga, em 1071, mesmo antes da fundação da Monarquia portuguesa, e com a eleição do bispo D. Pedro que a cidade ganhará uma maior consolidação urbana (Ribeiro, 2008: 317).

O bispo D. Pedro levou a cabo um importante conjunto de incitativas, entre as quais se destacam a criação do Cabido, a edificação da escola episcopal, bem como a construção da nova Catedral românica (Costa, 1959: 40), erigida sob a antiga basílica paleocristã (Ribeiro, 2008: 319).

Cabe igualmente salientar, que o engrandecimento do núcleo urbano também foi auxiliado pelos fundadores do Condado Portucalense, D. Henrique e D. Teresa. A ação política destes soberanos, nomeadamente a constituição de Braga como couto eclesiástico, em 1112, bem como as diligências com vista à sagração da Catedral românica, em 1089, marcaram o nascimento e a organização urbana medieval de Braga. Importa ainda referir que a doação do couto de Braga, realizada em 12 de Abril de 1112, por D. Henrique e D. Teresa, viria a ser confirmada e ampliada em 27 de Maio de 1128 pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques (Ribeiro, 2008: 318/319).

As disposições do couto eclesiástico de Braga permitiram à Igreja local obter uma posição muito privilegiada na cidade, que se traduziu num forte poder e influência, designadamente ao nível do urbanismo e arquitetura (Ribeiro, 2009/10).

Todavia, entre os séculos XI e XIII, a cidade irá manter-se confinada ao pequeno burgo medieval, ocupando a Sé uma posição periférica relativamente ao conjunto edificado. Esta situação só se alterará com o alargamento da muralha no século XIV, momento em que a Catedral passará a constituir o elemento central do espaço urbano (Ribeiro e Melo, 2014: 84).

Na realidade, a partir do século XIII regista-se um crescimento da cidade para as áreas extramuros, nomeadamente através da urbanização dos caminhos periféricos que a ligavam às paróquias suburbanas anteriormente referidas. De igual modo, no século XIV assiste-se à construção de novos edifícios na periferia urbana, designadamente a noroeste, o castelo, e a norte o paço arquiépiscopal, assim como a obras e alargamento da Catedral. Na realidade, será este crescimento da cidade para as áreas extramuros, bem como a ineficácia defensiva da muralha alto-medieval que terão dado origem ao alargamento da cerca medieval para norte e noroeste, configurando uma cidade maior, que praticamente duplica a anterior (Ribeiro e Melo, 2014: 111).

Contudo, apesar de a muralha duplicar praticamente a área amuralhada entre os séculos IX e XIII, “a cidade de Braga possuía, nos finais da Idade Média, uma imagem de pequenez, modéstia e até pobreza” (Marques, 1983: 31).

De facto, durante este período, a cidade pouco havia crescido para a periferia, encontrando-se igualmente alguns espaços por urbanizar na zona intramuros. Esta situação só se alterará nos inícios da Idade Moderna, momento em que ocorrerão um conjunto de circunstâncias bastantes favoráveis para o desenvolvimento urbano de Braga.

Devido à própria génese do plano da cidade medieval, podemos afirmar que este apresenta distintamente dois tipos de organização. Um caracterizado por ruas e quarteirões regulares nas

zonas em que a cidade está sobreposta ao plano romano e, o outro, por eixos viários sinuosos e quarteirões irregulares nas áreas que advieram da integração intramuros de zonas que tinham sido anteriormente rurais (Ribeiro, 2008: 548).

Durante o século XVI, a cidade irá beneficiar da atuação renovadora do Arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), que interveio de forma consciente no plano da cidade medieval, procedendo à alteração da sua fisionomia e à adaptação e criação de novos espaços tanto intra como extramuros (Ribeiro, 2008: 503).

Na realidade, este arcebispo disponha de condições favoráveis, designadamente políticas, culturais e económicas para intervir urbanística e arquitetonicamente no espaço urbano. Se por um lado, se verificava um aumento populacional, aliado ao desenvolvimento económico e comercial, por outro, a cerca medieval pedia a sua função defensiva. Se a tudo isto, juntarmos a formação de D. Diogo de Sousa, que lidou diretamente em Roma com os ideais da cidade renascentista, bem como o poder do arcebispo enquanto Senhor de Braga, facilmente se compreende a profunda renovação urbana encetada na cidade, nos inícios do século XVI (Ribeiro, 2008: 503).

Segundo Miguel Bandeira (2006:16), a ação urbanística deste arcebispo pode ser sintetizada numa única palavra – abertura. Na realidade, a sua atuação urbana foi bastante extensa e diversificada, incluindo a retificação e abertura de novas praças e ruas, a construção de novos equipamentos coletivos relacionados com o abastecimento de água ou com o comércio assim como o embelezamento do espaço urbano, através da colocação de novos elementos decorativos e arquitetónicos nos espaços públicos e nos principais edifícios.

De facto, as preocupações do arcebispo centravam-se na necessidade de rejuvenescer e engrandecer a cidade, conferindo-lhe espaço, luz e ar. Para que o conseguisse fazer, teve que comprar, com o seu próprio dinheiro, casas, campos, quintais e vinhas e, assim, abrir e alargar ruas e praças (Costa, 1993: 19).

De igual modo, D. Diogo de Sousa aproveitou os edifícios e espaços públicos que regularizavam o urbanismo medievo, designadamente a Sé Catedral, o Castelo e o Paço, recriou e renovou novas áreas situadas intramuros, procurando conciliar as estruturas preexistentes com os novos ideais de prestígio e modernidade. Para além disso, o arcebispo procedeu à expansão física da cidade, dedicando uma peculiar atenção aos espaços extramuros. Para tal, criou novas ruas e largos que permitiram o desenvolvimento para a zona periférica (Ribeiro, 2008: 503/504).

Neste sentido, e segundo o Padre A. Costa (1993: 19), D. Diogo de Sousa, em volta dos muros da cidade velha, fundou uma cidade nova, ampla e arejada, onde ainda hoje estão as melhores praças da cidade tradicional: Campo da Vinha, Campo das Hortas, Campo das Carvalheiras, Campo dos Remédios, Campo de Santa Ana, hoje Avenida Central.

Através da abertura destes campos e, conseqüentemente, das ruas que os ligavam entre si, o arcebispo traçou as linhas mestres do desenvolvimento urbano que viria a ocorrer em Braga (Ribeiro, 2008: 504). Esta reforma irá potenciar a urbanização das vias suburbanas, conferindo à cidade um plano perfeitamente radial, resultando num parcelamento bastante característico, denominado parcelamento gótico (Ribeiro, 2008: 520). A parcela gótica apresenta uma frente de pequenas dimensões para rua e um vasto desenvolvimento em profundidade para o interior. Podemos encontrar a acompanhar este tipo de parcela as casas de habitação típicas – formadas por uma porta e janela no piso térreo e, quando existe, uma ou duas janelas no piso superior. Estas casas surgem sobretudo em zonas distantes do centro urbano (Ribeiro, 2009/2010: 196).

Entre as novas obras mandadas fazer por D. Diogo de Sousa, destacam-se, em 1518, as novas casas da câmara ou Paço do Concelho (Freitas, 1890: 300) em frente à Sé. Mandou, igualmente, ampliar e restaurar o paço arquiépiscopal, assim como procedeu a obras de melhoramento, embelezamento e ampliação da Catedral. Na realidade, a Sé, que se encontrava muito necessitada de obras, foi objeto de inúmeras alterações, designadamente o levantamento do arco da porta principal, mandando, igualmente, substituir a antiga capela-mor, em gótico florido no interior e colocou, na parede exterior, a imagem de Nossa Senhora do Leite. Mandou, ainda, construir a capela de Jesus da Misericórdia na Sé com o intuito de aí colocar o seu túmulo (Costa, 1993: 20). Ao retocar a quase totalidade da catedral, colocou sete estátuas na frontaria, restaurou a Capela de S. Geraldo e a Capela de S. Lourenço Vicente, as torres, paredes exteriores e da sacristia. Na capela-mor mandou colocar os túmulos de D. Henrique e D. Teresa (Costa, 1993: 45).

Na área extramuros, mandou, também, restaurar e/ou construiu várias capelas, designadamente a de Santa Ana, de São Bartolomeu, de S. Miguel-o-Anjo, de S. Marcos e de Nossa Senhora a Branca (Costa, 1993: 19).

Refira-se, ainda, o melhoramento de outras infraestruturas urbanas, como o calcetamento de praças e de ruas, a renovação do sistema de abastecimento de água à cidade, criando novos chafarizes e fontes e reparando outros já existentes (Ribeiro, 2008: 505).

Na realidade, até à última década do século XVIII, foram os arcebispos que exerceram um domínio total e exclusivo sobre a administração municipal, o concelho e a comarca (Capela, 1991:

34). Desta forma, o arcebispado de Braga dominava a maior parte do território de entre os rios Douro e Minho, representando ainda uma grande potência económica e exercia uma verdadeira autoridade política (Bandeira, 1993: 102). Contudo, com as reformas da administração da justiça e territorial, impostas pelas leis de 1790/92, ocorre uma grande alteração, diminuindo o domínio senhorial e aumentando o setor de intervenção da ordem pública (Capela, 1991: 34).

Ainda assim, no tempo do clérigo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) foram abertos arruamentos importantes onde a preocupação de lhes conferir largura suficiente cortou com as regras e a tradição medieval. Os arcebispos procederam a muitas obras, como também à criação de rendas, com imposições destinadas especificamente para tal fim.

Nesta época, o plano urbanístico da cidade foi beneficiado sobretudo pelo bom clima político existente entre a câmara, o donatário e a autoridade real, permitindo, no período compreendido entre 1750 e 1775, no auge deste entendimento, importantes melhoramentos na cidade, dotando-a com a fisionomia clássica que ainda hoje exhibe. Através desta colaboração, a cidade consegue beneficiar de um plano geral de obras (proposto pela câmara) que se iniciaram em 1769, com o intuito de a modernizar. Desta forma, integram a cidade no movimento de reformas presentes noutras cidades do reino, designadamente o Porto e Lisboa (Capela, 1991: 152).

Por outro lado, depois do falecimento de D. Rodrigo de Moura Teles, foi aberto um período de vacância que durou 13 anos devido às divergências existentes entre D. João V e a Santa Sé que faziam com que o Cabido se mantivesse à frente da arquidiocese nesse período. Competia ao Cabido a administração e gestão dos bens da Mitra (esta representa o conjunto de bens patrimoniais reservados ao sustento e provisão do bispo) (Bandeira, 1993: 103).

Todavia, as preocupações pelo urbanismo continuaram presentes no governo dos seguintes arcebispos-príncipes, designadamente D. José de Bragança (1741-1756) e D. Gaspar de Bragança (1756-1789), trazendo grande benefício para a cidade de Braga. Estes não só trataram para as suas aposentadorias de reformar e fazer obras no seu paço, como de trazer a mesma formosura e dignidade à sua cidade (Capela, 1991: 151/152).

Assim, o século XVIII, segundo Miguel Bandeira (1993: 114), é o século do reformismo ilustrado, das preocupações pelo ordenamento do território, pela realização de grandes obras públicas.

Desta forma, vão surgindo declaradas preocupações em melhorar equipamentos, serviços urbanos e infraestruturas. Tomam-se posições quanto à ornamentação das fachadas, dos

pavimentos, da toponímia, da iluminação pública e do numeramento das ruas. As cidades são divididas em bairros e os primeiros jardins públicos são criados (Bandeira, 1993: 114).

Por outro lado, devemos aqui salientar, que a muralha medieval da cidade, em 1750, era uma estrutura concentracionária, impulsionadora do crescente adensamento dos espaços construídos. Apesar de não terem sido realizados melhoramentos na sua arquitetura militar defensiva, a cidade ainda transmitia uma imagem fortificada, com as suas ameias nos panos amuralhados e os seus torreões quadrados a flanquear as portas. Esta apresentava oito aberturas (portas e postigos), que na sua maior parte se propagavam em vias (Bandeira, 1993: 138/139).

Durante os séculos XVII e XVIII, os campos que tinham sido abertos pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa e a envolvente periférica, aos poucos e poucos, foram sendo ocupados por capelas, igrejas, conventos, asilos e recolhimentos. Assim, a cidade foi crescendo sob um movimento urbanizador espontâneo (Bandeira, 1993: 202).

É importante referir que, no século XVIII, com D. José de Bragança, se atinge o ponto culminante deste ciclo (Bandeira, 1993: 203). A cidade adota os modelos da cidade barroca que vão dominar o cenário urbano bracarense e sofrerá, uma vez mais, influências dos arcebispos e de arquitetos bracarense, designadamente André Soares (1720-169) e o engenheiro Carlos Amarante (1748-1815) (Ribeiro, 2009/2010: 197).

Durante a segunda metade do século XIX, a cidade sofreu um intenso dinamismo urbanístico, manifestado no alargamento da maioria das ruas localizadas no centro histórico. Para além disso, os edifícios herdados do passado foram desaparecendo, originando novas estruturas e iniciando, dessa forma, uma fase de renovação da edificação (Bandeira, 2003: 1).

Neste século, as intervenções de habitação/urbanização surgem-nos, frequentemente, associadas a processos de expropriação coletiva que se encontram relacionados com as retificações que ocorreram nos eixos viários e que afetaram muitos proprietários. A partir daí, ocorrem muitas obras de pequena envergadura, trabalhos de demolição, entre outros (Bandeira, 2003: 3).

É, na primeira década do século XX e depois de meados da década de quarenta em diante, que ocorrem as intervenções urbanísticas em grande escala em todos os quadrantes de expansão (Bandeira, 2003: 3).

Na verdade, o processo de urbanização da cidade abarca essencialmente a segunda metade do século XIX, e estende-se, de forma continuada, até ao final dos anos de 1920, terminando com

o aumento do protagonismo motivado pela abertura da principal avenida da primeira metade do século XX, a Avenida da Liberdade (Bandeira, 2003: 3).

Por fim, foram sendo implementados novos alinhamentos na cidade, transformando a imagem de Braga numa cidade estaleiro, que se caracterizava por mostrar extensas fiadas de arruamentos em obras, com diferentes focos de demolição e amontoados de materiais em depósito (Bandeira, 2003: 8).

Na atualidade, alguns dos edifícios da cidade conservam ainda as características arquitetónicas e topológicas dos inícios da Idade Moderna, designadamente as que foram edificadas nas novas artérias que surgem no exterior da muralha medieval, mas também em zonas intramuros (Ribeiro, 2009/2010: 197).

Braga é hoje um espaço onde ocorrem rápidas e profundas alterações no plano urbano que recorrem à intervenção de projetos de desenvolvimento, assentes na valorização da memória e de identidades coletivas (Bandeira, 1993: 101).

Todavia, a cidade de Braga é igualmente o resultado de um percurso complexo, onde diversas “cidades” se foram edificando ao longo dos tempos, num espaço em que se enlaçam e encontram várias marcas e vestígios dos seus sucessivos períodos de ocupação (Ribeiro, 2008: 21).

1.2. A cidade enquanto objeto de estudo

As cidades são espaços imensamente complexos que, enquanto campo de análise, implicam, inevitavelmente, o cruzamento de diferentes perspetivas de abordagem, reclamadas por distintas áreas do conhecimento, com base em metodologias e fontes também elas diferenciadas. Trata-se, na realidade, de um objeto de estudo multidisciplinar que tem vindo a ser abordado por inúmeras disciplinas, com aprofundados níveis de especialização, sugeridos muitas vezes pelo vocábulo Urbano, como a Arqueologia Urbana, a História Urbana, a Geografia Urbana, a Sociologia Urbana, entre muitos outros, mas também pelo Urbanismo e pela Arquitetura.

Na realidade, o interesse pelo estudo do fenómeno urbano resulta da importância da cidade no contexto civilizacional, na exata medida em que foi na cidade que se concretizaram alguns dos factos mais notáveis da civilização, como o surgimento da escrita, o desenvolvimento da arquitetura, novos equipamentos, entre muitos outros, mas também porque todos somos consumidores urbanos.

Mas, o estudo do fenómeno urbano tem tanto de aliciante como de complexo, colocando desafios constantes, que se vêm mantendo ao longo dos tempos, muitas vezes inerentes à própria definição do conceito. O facto de não existirem cidades iguais, remete para a heterogeneidade do conceito, certamente pelo facto da noção de cidade também ser um conceito histórico. Na realidade, o conceito de cidade foi sofrendo variadas definições ao longo dos tempos. Estas foram sendo produzidas por filósofos, eruditos, humanistas e por diferentes áreas do conhecimento. Contudo, nenhuma das definições consegue abarcar a totalidade da cidade nas suas múltiplas dimensões, pois as definições são sempre prisioneiras dos tempos e contextos que as viram nascer (Ribeiro, 2008: 33).

Na verdade, a cidade vai adquirindo diversas formas no tempo e no espaço e, por isso, a dificuldade em aplicar uma definição integradora a realidades tão diferentes como, por exemplo, a cidade pré-industrial ou as modernas megalópolis, ou os núcleos urbanos africanos e as cidades do nordeste dos Estados Unidos, sem ter em conta que cada uma delas obedece às características do tempo, cultura, lugar, nível de desenvolvimento, entre outros, em suma, da formação social em que se inserem (Ballesteros, 1995: 8/9).

Ao longo da história, a cidade assumiu funções de recipiente e, desta forma, a cidade foi, antes de tudo, um armazém, um acumulador, uma estufa. Foi por dominar essas funções que a cidade serviu à sua última função, a função transformadora (Mumford, 2004: 112).

Mas, o fenómeno urbano foi também sendo concebido e percecionado de forma muito distinta ao longo do tempo. Entre as definições históricas de cidades encontramos por exemplo a cidade grega, a cidade medieva ou a barroca mas também as conceções mais filosóficas dos inícios do século XX (Chueca Goitia, 1996).

Por exemplo, a cidade grega e os aspetos da vida helenística tornam-se visíveis na obra de Aristóteles, que, no século IV a.C., define a *pólis* segundo um conceito político, onde a cidade é o Estado e vice-versa. Esta, por sua vez, era formada pelos seus cidadãos que tinham como funções o exercício da democracia, materializado na ágora, o local onde se exercia o poder político (Chueca Goitia, 1996). Por outro lado, este filósofo grego considerava importante a existência de uma muralha, apesar dos gregos se gabarem de não necessitarem de nenhum sistema defensivo, bem como desejava transformar a ágora em praça de mercado (Mumford, 2004: 207).

Já para o período medieval, a cidade, tal como Afonso X, o Sábio, a concebe no século XIII, encontra-se profundamente conectada com as questões defensivas do espaço que implicava, obrigatoriamente, a existência de uma muralha (Chueca Goitia, 1996).

No século XVIII também a cidade barroca foi definida por R. Cantillon como a residência senhorial, consumista e luxuosa (Chueca Goitia, 1996).

Por outro lado, podemos verificar que existe, desde a Antiguidade Clássica, uma preocupação com o modo de construir o espaço urbano e a forma como este funcionava. Testemunho disso são as obras que chegaram até nós como, por exemplo, a obra de Vitruvius, escrita no século I a.C. Este foi um arquiteto e engenheiro que influenciou de uma forma profunda alguns autores do Renascimento.

Todavia, a teorização sobre a cidade só ganhará mais ênfase durante o Renascimento, surgindo associada à Tradística da Arquitetura. Neste período, diversos autores discutem a linguagem arquitetónica, procurando a sua racionalização e normalização, assim como um método de elaboração intelectual e de abstração matemática, para os edificios e, sobretudo, para a organização das cidades (Ribeiro, 2008: 29).

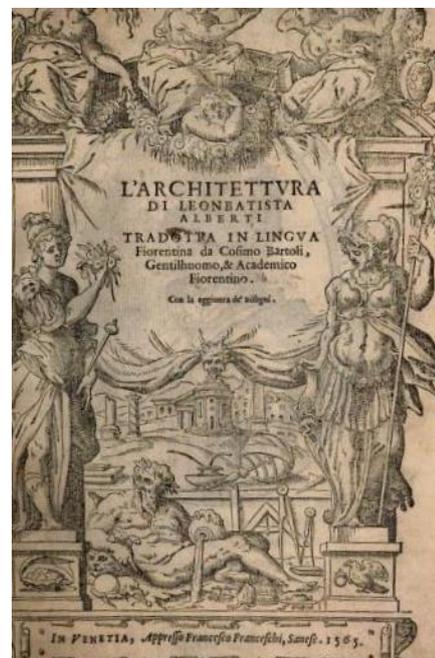


Figura 3- Obra De Re Aedificatoria por Alberti

Neste sentido, convém referir os trabalhos dos teóricos do século XV, tais como Leon Battista Alberti (1401-1472), Antonio Averlino (140?-1469) e Francesco Di Giorgio Martini (1439-1502) (Ribeiro, 2008: 30).

A Leon Alberti devemos a teoria do planeamento urbanístico, designada *De Re Aedificatoria*, na qual tratou certos aspetos da cidade, enumerando os edifícios públicos e a quem eram destinadas as construções. Por outro lado, tinha sempre presente uma atitude experimental, nunca tendo procedido à elaboração de um plano de cidade ideal completa (Rosenau, 1998: 58/59).

Por outro lado, Antonio Averlino, também conhecido por Filarete, por volta de 1457- 464, no seu Tratado de Arquitetura, planeia integralmente a primeira cidade ideal do Renascimento, descrevendo-a e ilustrando-a, colocando-lhe o título de Sforzinda (Rosenau, 1998: 61). O nome desta cidade foi atribuído em honra ao seu mecenas, Francesco Sforza (Amat, 2007: 172).

Igualmente, Francesco di Giorgio Martini ficou conhecido por ser um construtor de fortificações, interessando-se pelo planeamento. O seu Tratado de Arquitetura era dedicado a castelos, cidades e fortificações (Rosenau, 1998: 64).

Podemos concluir que os tratados dos autores supracitados contribuíram para a génese do urbanismo, propondo que as cidades ideais fossem geométricas e as partes que as constituem deviam ligar-se de forma orgânica, para que, desta forma, proporcionassem simetria à composição urbana (Ribeiro, 2008: 30).

Por outro lado, o Renascimento ficou marcado pela continuação destas teorias especulativas sobre a cidade ideal que passaram a constituir marcos importantes na forma de pensar, estudar e projetar o espaço urbano, não passando, contudo, e na sua maioria, de modelos urbanos virtuais (Ribeiro, 2008: 30).

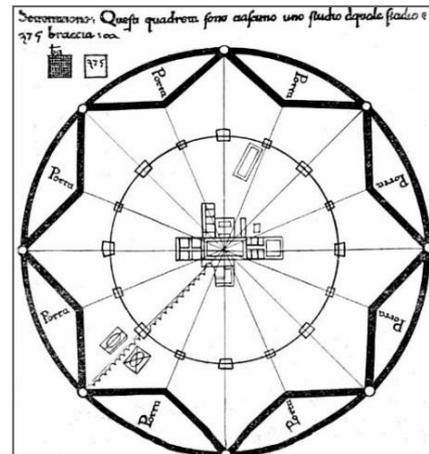


Figura 4 - Plano de Sforzinda por Antonio Averlino

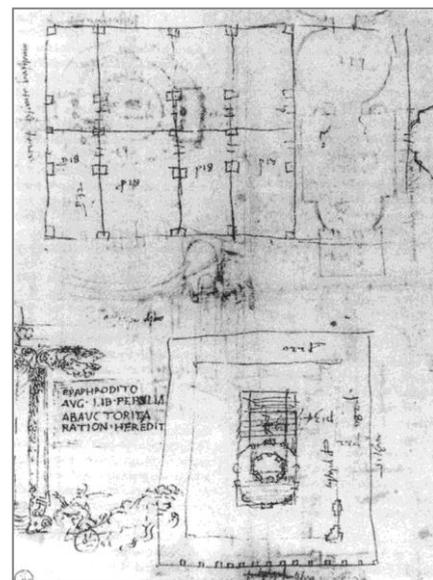


Figura 5 - Ilustração do Tratado de Arquitetura de Francisco di Giorgio Martini

Referir, ainda, a importância de alguns artistas, designadamente Leonardo da Vinci (1452-1519) que se preocupou sobretudo com os aspetos técnicos do planeamento urbano, enquanto Miguel Ângelo (1475-1564) foi o responsável por parte das fortificações de Florença. Por outro lado, Rafael (1483-1520) procedeu à projeção das três grandes artérias romanas e, por fim, Sir Thomas More (1478-1535) conhecido pela sua Utopia (1516), obra onde propõe a criação e modelação do espaço natural, de forma a albergar uma sociedade virtuosa, numa realidade futura (Rosenau, 1998: 65-70). Este foi quem mais se deteve na observação do problema social da cidade (Amat, 2007: 173).



Figura 6 - A Ilha na Utopia, por Thomas More

Nos finais do século XVI, começa-se a verificar uma certa mudança, orientada para a especialização, resultando numa nova fase, designada por Maneirista (Rosenau, 1998: 70).

Nem todas as cidades ficaram no plano teórico, surgindo, dessa forma, a cidade de Palma Nova, construída com um plano desenhado pelo arquiteto Vincenzo Scamozzi (1552-1616) (Ribeiro, 2008: 30). No seu tratado, estabelece certas regras sobre o planeamento da cidade ideal, pois esta deveria ser dividida em cinco espaços abertos, de forma regular e cujas finalidades foram obviamente definidas (Rosenau, 1998: 71).

Assim, em 1593, procedeu-se, em Veneza, à construção de uma grande fortaleza com o intuito de albergar cerca de 15.000 habitantes na sua fronteira oriental. Desta forma, Scamozzi planeia formalmente um polígono com nove lados com pontas lanceadas nos seus vértices (Amat, 2007: 172).

Neste contexto, e durante este período, a atenção recaiu sobre a dignidade e regularidade das cidades, as normas de uma conduta adequada e a importância do controlo social, sobressaindo uma dicotomia entre o sentido prático e estético (Rosenau, 1998: 74).

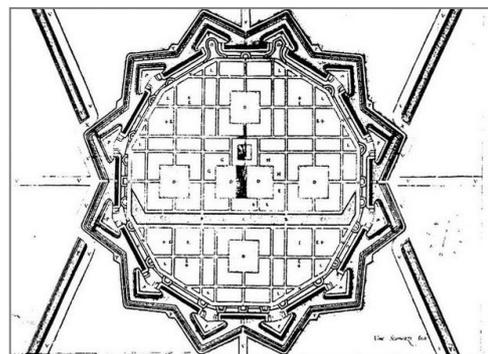


Figura 7 - Palma Nova, por Scamozzi

Deste modo, os ideais renascentistas foram sendo aplicados em muitas cidades da Europa, regularizando e construindo ruas retilíneas, implantando praças e jardins ornamentados. Tudo isto

irá culminar no século XVIII com a cidade barroca. Esta caracterizava-se pela harmonia e a estética urbana, bem como a ligação da cidade à natureza envolvente, com os planos globais que visavam o embelezamento e expansão da cidade (Ribeiro, 2008: 30/31). Desta forma, surge um novo conceito de cidade. Esta, um produto do desenvolvimento político e económico europeu, era, essencialmente, um espaço burocrático e administrativo, de origem senhorial ou principesca, que fascinava pela sua riqueza, dando valor à ostentação e ao consumo, organizando-se de maneira cenográfica com arquiteturas e espaços de prestígio (Ribeiro, 2008: 34/35).

O conceito de barroco, que tomou forma no século XVII contém em si dois elementos contraditórios. Por um lado, o aspeto matemático e abstrato, patente na perfeição rigorosa do plano de ruas, nos traçados formais e nos desenhos geometricamente ordenados de jardins e paisagens. Por outro, a pintura e a escultura deste período abrangiam um lado rebelde, sensual, anticlássico e extravagante, expresso nas roupas e vida sexual, assim como no fanatismo religioso. Assim, estes dois elementos existiram juntos (Mumford, 2004: 382).

Por outro lado, e relativamente às tendências maneiristas, estas mantiveram-se como um poderoso elemento no barroco, dando ênfase ao planeamento de partes independentes da cidade, combinadas com efeitos de ilusão. Por outro lado, no barroco estamos perante um desejo de expansão arquitetónica (Rosenau, 1998: 94).

Todavia, o século XVII antecede uma onda de energia industrial (Mumford, 2004: 282) que irá culminar no século XVIII com a Revolução Industrial, caracterizada pela queda das estruturas tradicionais (Benevolo, 1994: 24).

Neste contexto, a revolução demográfica e industrial transformou radicalmente a distribuição dos habitantes no terreno. As famílias abandonaram os campos, deslocaram-se para aglomerados industriais e ficaram alojadas ou em espaços vazios dentro dos bairros antigos, ou então, nas novas construções que iam surgindo nas zonas periféricas, e que depressa se multiplicaram formando bairros novos em redor dos núcleos primitivos (Benevolo, 1998: 35).

Neste período ocorreu uma verdadeira transformação das cidades ocidentais, que se desenvolvem em duas linhas de atuação bastante diferenciadas. Por um lado, assiste-se a um aumento exponencial da população urbana, com o surgimento do proletariado como classe massiva e ao aparecimento de bairros obreiros que apresentavam edifícios mal construídos e sobrelotados, e por outro lado, estabeleceram-se as formas representativas da cidade burguesa, onde os lugares de trato social adquiriram grande importância, designadamente o parque público, a praça e o teatro (Lloret, 2003: 149).

Como podemos constatar, os diferentes conceitos de cidade são prisioneiros da História, pois só podem ser entendidos nos próprios contextos que os produziram e em função das vivências e preocupações dos homens que aos poucos foram reelaborando as paisagens urbanas (Ribeiro, 2008: 35).

A fronteira entre a Cidade Antiga e a atual é colocada justamente no momento da eclosão da Revolução Industrial. É a partir dessa altura que vão surgir as grandes cidades mundiais, verificando-se um aumento brutal da taxa de urbanização, operando-se as transformações mais radicais nas cidades existentes. Desta forma, as principais mudanças que se operaram nas cidades das últimas décadas foram a dimensão, a morfologia e a estrutura funcional (Neves, 2010: 22/23).

As novas preocupações urbanísticas centram-se, deste modo, em gerar soluções de progresso e continuidade ao urbanismo moderno. Assim, as consequências geradas pela industrialização nos espaços urbanos europeus impulsionaram, a partir do século XIX, novos estudos de morfologia urbana, devido à necessidade de definir e regularizar a cidade herdada. Por outro lado, a industrialização também irá conduzir a população para a periferia das cidades, tratando, ao mesmo tempo, de a definir como área de conhecimento, sujeita a metodologias específicas de análise (Ribeiro, 2008: 31).

Nesse sentido, importa referir o contributo de arquitetos, engenheiros e urbanistas na criação de uma nova disciplina científica, o Urbanismo. Entre este destacam-se o espanhol Ildefonso Cerdá, o francês Le Corbusier ou o austríaco Camillo Site, cujas obras ainda hoje se constituem de extrema relevância para o estudo da forma urbana. Paralelamente aos trabalhos escritos, foram autores de grandes planos urbanísticos, designadamente a reforma urbanística de Barcelona do século XIX que levou à criação do atual bairro de Ensanche, por Cerdá, ou o plano Voisin (1925) de Le Corbusier para o centro de Paris (Ribeiro, 2008: 33-35).

De igual modo, desde os inícios do século XX, o estudo da cidade tornou-se num campo de análise reclamado por diversas disciplinas, assim como a especialidade dita “urbana” passou, ao mesmo tempo, a representar uma área especializada do conhecimento.

A contribuir para o aumento da teorização bem como das especializações no estudo das formas urbanas salienta-se a destruição provada em muitos centros históricos europeus em consequências das Grandes Guerras Mundiais. As preocupações com a preservação mas também com a reconstituição dos espaços urbanos arruinados fará emergir áreas do saber como a Arqueologia e a História Urbana que, desta forma, se associam às outras áreas do saber, como a

Geografia ou o Urbanismo no estudo das estruturas físicas das cidades (Martins e Ribeiro, (2009/2010: 149-177).

Desde então, os resultados alcançados pelas diferentes áreas do saber têm permitido introduzir uma nova dimensão na abordagem dos espaços urbanos, centrada no estudo do seu espaço físico, ou seja, na sua morfologia.

Importa, neste sentido, destacar o enorme contributo dado pelo Urbanismo que surge com o objetivo de proceder a uma análise histórica da cidade, mas também de normalização e sistematização dos elementos tipológicos que formalizam a morfologia urbana, como a rua, as praças e os quarteirões. Na realidade, o Urbanismo moderno, que nasceu para dar resposta aos problemas da cidade derivados da Revolução industrial, foi-se definindo como uma disciplina em busca da sua identidade através do apoio das ciências sociais (Terán, 2009:38).

De igual modo, as disciplinas históricas assumem um papel essencial no estudo das formas urbanas ao darem sentido diacrónico à transformação da cidade, permitindo analisar o processo histórico e contextualizar a evolução da paisagem urbana (Ribeiro, 2008: 40).

De facto, a cidade histórica pode ser considerada um produto ou o resultado de um processo de crescimento ou transformação, que resulta de um amplo conjunto de condições, designadamente económicas, sociais, topográficas, culturais e políticas, que se entrecruzam constantemente (Ribeiro, 2008: 37/38). Do mesmo modo, a cidade é detentora de um conjunto de características físicas próprias que permitem conformar a sua estrutura urbana, as distinguem das demais e lhe conferem identidade (Ribeiro, 2008: 54).

Nesse sentido, o estudo da evolução urbana deve valorizar uma perspetiva de abordagem multidisciplinar que permita caracterizar e identificar o espaço construído, através dos seus elementos físicos como, por exemplo, os quarteirões, as parcelas ou as ruas, mas também analisar a sua distribuição espacial e definir e caracterizar o espaço construído. Igualmente, deve-se permitir compreender a sua relação e articulação na estrutura do tecido urbano que caracterizou os diferentes momentos de ocupação da cidade (Ribeiro, 2008: 39).

De igual modo, o estudo da evolução urbana carece do uso diferenciado de fontes de informação, nomeadamente das fontes documentais, iconográficas e cartográficas, não só porque elas constituem, por vezes, a única informação sobre certos aspetos do tecido urbano, mas, também, porque representam um complemento informativo para a análise dos espaços parcialmente conservados ou soterrados.

Por outro lado, importa salientar que os estudos da evolução da paisagem urbana contribuíram para a análise, identificação e individualização dos elementos constituintes da trama de uma cidade, ou seja, o edificado, o uso do solo e o plano, assim como permitiram avaliar a estrutura urbana na sua totalidade, estudando diversos aspetos elucidativos da sua forma, tais como a economia, a demografia, as suas atividades e modos de vida.

Na verdade, os vestígios físicos e materiais que permitem estudar o tecido urbano das formas primitivas da cidade encontram-se, na generalidade, integrados ou sob o edificado atual, sendo, neste último caso, só possíveis de recuperar pela prática arqueológica. Nesse sentido, a Arqueologia tem vindo a desenvolver metodologias específicas para estudar as cidades sobrepostas, analisando as próprias construções atuais e utilizando técnicas para estudar as estruturas antigas que possam ter sobrevivido integradas e/ou recicladas nos espaços urbanos contemporâneos (Ribeiro, 2008:40).

Assim, é importante referir a enorme relevância da Arqueologia para o estudo da evolução urbana pois esta apresenta-se como uma fonte imprescindível no conhecimento das várias etapas de ocupação de uma cidade, bem como nos descreve e determina quais as alterações que os elementos estruturantes do espaço urbano foram sendo alvo ao longo dos tempos.

De facto, embora esta área do conhecimento estude as sociedades através da descoberta de vestígios materiais, o registo arqueológico apenas nos fornece dados fragmentados, dificultando, dessa forma, a compreensão do significado dos espaços. Por outro lado, é possível traçar a evolução urbana através das alterações ocorridas ao nível do edificado. Todavia, o conhecimento existente sobre os espaços urbanos foi sofrendo evoluções ao longo do tempo devido ao contributo da arqueologia urbana que, a partir dos anos setenta do século XX, permitiu dar início ao estudo de muitas cidades.

Deste modo, esta disciplina ocupa um lugar de destaque no conhecimento das sociedades do passado por ser a única capaz de elaborar interpretações acerca das comunidades sem escrita, bem como todas as que deixaram testemunhos físicos e materiais da sua existência. Neste contexto, a Arqueologia Urbana, sendo considerada como a Arqueologia das cidades, tem como objetivo principal a valorização das diversas dimensões que caracterizam o meio urbano, intervindo nele para minimizar os impactos resultantes do seu crescimento e da necessidade de requalificar e reabilitar os centros históricos (Ribeiro, 2008: 47/48).

Na verdade, todas as marcas físicas e vestígios materiais que derivam da atividade humana no passado podem ser estudados a nível arqueológico, uma vez que se incorporam na cultura

material dos espaços urbanos. Com efeito, o tempo encontra-se refletido no espaço através dos contextos construtivos, bem fundamentado na forma dos edifícios, nos traçados das ruas, na evolução do uso do solo e nos materiais utilizados. Por sua vez, o espaço integra as várias formas de organização das sociedades ao longo do tempo. Desta forma, podemos encontrar na cidade atual diferentes temporalidades materializadas espacialmente (Ribeiro, 2008: 188).

1.3. O estudo da cidade Braga: resenha historiográfica

O dilatado passado de Braga permitiu que em diferentes tempos e por parte de distintos autores fossem sendo produzidos escritos que nos dão testemunho da sua longa História. De igual modo, as obras passadas foram sendo reinterpretadas, aumentando de forma significativa no último século, nomeadamente com os dados obtidos pela investigação arqueológica e histórica.

As primeiras narrativas sobre Braga remontam ao século XVII, embora existam algumas fontes escritas, onde a cidade aparece referida desde a sua fundação na época romana. É o caso dos relatos pontuais e indiretos nas obras de Estrabão e Plínio, O Velho, ou na obra denominada comumente como Itinerário de Antonino.

Este parco conjunto de relatos e, ainda, o recurso a alguns vestígios materiais de construções da época romana que ainda se encontravam presentes na cidade, permitiu aos antiquários formalizar uma primeira interpretação acerca das origens da cidade romana, bem como destacar a importância que esta representava no contexto do NO Peninsular.

Saliente-se, de igual modo, o poema denominado *Ordo Urbium Nobilium*, escrito por Décimo Magno Ausónio, no século IV, que descreve *Bracara Augusta* como “*Bracara Dives*”, incluindo-a nas vinte cidades mais nobres e ricas de todo o império, permitindo supor que, nesta altura, *Bracara Augusta* seria uma cidade dinâmica, corroborando o seu estatuto de sede metropolitana e um pólo difusor do cristianismo (Lemos, 1998: 7).

Cabe igualmente referir que, na *Crónica*, escrita pelo bispo Idácio, são relatados os acontecimentos do Império ocidental, entre os anos de 379-469, assim como nos relatos de Paulo Orósio, designadamente na sua obra *História Contra os Pagãos*, escrita depois de 416, onde se descobrem informações bastante relevantes referentes à continuidade e importância ocupacional da cidade romana de Braga durante o período suevo, na qualidade de capital do reino (Fontes, 2009: 273/274).

Por outro lado, e após de um largo período sem qualquer referência escrita sobre Braga, surgem alguns relatos de cronistas. Entre eles, Fernão Lopes, com a *Crónica de D. Fernando*, na qual é mencionado o estado de devastação da cidade de Braga após a sua invasão pelas tropas de Castela, nos finais do século XIV. Na verdade, embora esta seja uma descrição pouco detalhada, refere alguns elementos urbanísticos como, por exemplo, a muralha medieval, adjetivada como sendo um “muro baixo” (Ribeiro 2008: 156). Contudo, será sobretudo a partir do século XVI, inserido no espírito renascentista da época, que podemos considerar a existência de um verdadeiro interesse pela história da cidade, que pode ser avaliado pela produção de representações iconográficas e obras historiográficas, mas também pelas atitudes de valorização e proteção de alguns vestígios, levados a cabo pelos Senhores da Cidade, os arcebispos.

A este propósito destaca-se, logo na primeira década do século XVI, a atuação de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga entre 1505 e 1532, que mandou reunir uma coleção de lápides e miliários romanos no então campo de Santa Ana, largo por ele mandado abrir. Tal como já referido, é também a este arcebispo que se ficam a dever um conjunto de iniciativas de renovação urbana, descritas em obras eruditas nos séculos posteriores (Ribeiro, 2008: 157).

Salienta-se, igualmente, nos finais do século XVI, a produção da primeira ilustração iconográfica conhecida para Braga, denominada de Mapa de Braunio. Esta é uma fonte excecional, datada de 1594 que ilustra claramente as reformas urbanísticas efetuadas por D. Diogo de Sousa, sendo igualmente válida para o estudo da forma urbana da cidade no período medieval. Para além de constituir a primeira representação global do plano urbano de Braga, esta iconografia assinala ainda alguns espaços da cidade romana como, por exemplo, o fórum e as principais vias que ligavam *Bracara Augusta* ao exterior.

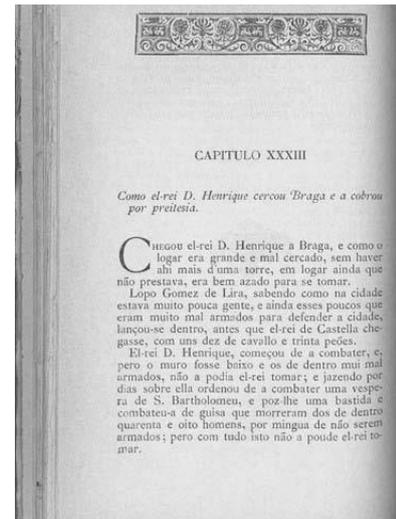


Figura 8 - Crónica de Fernão Lopes (Ribeiro, 2008: 156)



Figura 9 - D. Diogo de Sousa (Oliveira, 2000: 55)

Alguns pormenores acerca da cidade de Braga aparecem igualmente retratados em obras generalistas da autoria de humanistas portugueses, surgidas dentro do espírito antiquarista e colecionista que ganha forma um pouco por toda a Europa. Destacam-se, a este propósito, a obra *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, da autoria de João de Barros (1496-1570), onde é feita uma descrição de Braga no século XVI, incluindo informações sobre a muralha medieval fernandina, entre outros (Marques, 1986: 11). Refira-se, ainda, a obra *Antiguidades da Lusitânia (Antiquitatibus Lusitaniae)* 1593) de André de Resende (150?-1573), um dos pioneiros da arqueologia portuguesa, ou o *Agiológico Lusitano*, de Jorge Cardoso (1606-1669), que fornece informações muito importantes sobre a vida social, cultural e económica de Braga, bem como do resto do país (Ribeiro, 2008: 159).

Contudo, a primeira história geral sobre Braga será produzida somente no século XVII, pelo arcebispo D. Rodrigo da Cunha (1627-1635), denominada *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Esta obra, publicada em dois volumes, entre 1634 e 1635, constitui a primeira síntese histórica de Braga, onde a evolução da cidade é analisada, desde o momento da sua fundação até à Alta Idade Média. Para além das informações pontuais sobre a localização da área onde se achavam certos equipamentos romanos, ainda visíveis na época, esta obra retrata a condição da cidade como capital do reino suevo bem como analisa os edifícios que sobreviveram às destruições pelos muçulmanos.

No século XVIII surge a segunda história geral da cidade, elaborada por outro religioso, Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), designada por *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga. Primaz das Hespanhas*, dividida em quatro volumes. O clérigo publica também *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*. A ele se ficou a dever o conhecimento de uma vasta coleção de abundantes vestígios que foram encontrados em vários locais da cidade e a descrição e interpretação de inscrições e ruínas, assim como a primeira delimitação do perímetro da cidade na época romana.



Figura 10 - História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, frontispício da parte I (à esquerda) e frontispício parte II (à direita) (Ribeiro, 2008: 161)

Paralelamente, a história de Braga foi sendo retratada nas obras de carácter mais generalista, como a *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal...*, que descreve com detalhe topográfico diversas localidades de Portugal, inclusive Braga, no século XVII¹.

De igual modo, a partir do século XVIII, e acompanhando as tendências iluministas europeias, destaca-se o surgimento das Academias apoiadas pelo poder régio, designadamente a Real Academia de História Portuguesa e a produção de obras que procuram averiguar e registar o património do reino, como por exemplo, o *Dicionário Geográfico*, do Padre Luís Cardoso² ou as *Memórias Paroquiais*, de 1758.

Desta forma, a história do passado de Braga foi sendo memorizada sob a forma escrita em várias obras, com diferentes níveis de pormenor.

Importa, igualmente, salientar a relevância das novas produções iconográficas surgidas ao longo dos séculos XVII, designadamente uma planta colorida da cidade setecentista e a planta denominada *Braga Pitoresca ou a Verdadeira Cyntra do Norte* (Oliveira, 1995: 473), mas também o *Mappa das Ruas de Braga* e o *Mappa da Cidade de Braga Primas*, elaborados no século XVIII, e que analisaremos com maior detalhe no capítulo deste trabalho designado de Fontes e Metodologia.

Para este período, devem ainda ser mencionadas as iniciativas levadas a cabo para proceder à reorganização das fontes documentais eclesiásticas, que estarão na origem do Arquivo Distrital de Braga. A primeira tentativa de organizar deste fundo documental esteve as mãos do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, em 1723 (Ribeiro, 2008: 166/167).

No mesmo sentido, mas já no século XIX, destacam-se diversas iniciativas culturais, designadamente a criação da Biblioteca de Braga, em 1841, bem como a tentativa de criação de um museu de arqueologia (Ribeiro, 2008: 167). Todavia, somente em 1918, é criado o principal museu arqueológico, o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, por iniciativa do município cria o Museu Arqueológico de D. Diogo de Sousa. Até à sua revitalização em 1980, este museu permaneceu somente como um armazém de peças (Oliveira, 1985).

Cabe, ainda, destacar o papel de alguns eruditos bracarenses na preservação da memória e dos vestígios do passado da cidade, designadamente José Joaquim da Silva Pereira Caldas (1818-1903), publicista bracarense que realizou algo semelhante a um guia do distrito de Braga (Oliveira e Fernandes, 1984); Albano Ribeiro Belino (1863-1906), um grande defensor da arqueologia de

¹ A obra pode ser consultada na internet, através do site: <http://purl.pt/434/4/>

² Encontra-se disponível *online*: <http://purl.pt/13938/4/>

Braga, que dedicou quase toda a sua vida à preservação e divulgação do património da cidade, impulsionando, designadamente, a criação do primeiro núcleo museológico privado de Arqueologia; Bernardino José de Senna Freitas, autor da obra *Memórias de Braga* ou José Teixeira (1859-1928) que produziu um manuscrito, em 1910, denominado *Planta de Braga. Apontamentos arqueológicos da cidade de Braga*, que inclui, entre outras informações, a primeira planta que representa o traçado da muralha romana. Este manuscrito pertence à Biblioteca Pública de Braga. De igual modo, desde os finais do século XIX, começam a surgir publicações periódicas sobre arqueologia que passam a registar de forma sistemática as descobertas casuais que vão ocorrendo um pouco por toda a cidade, sobretudo nos desaterros efetuados na sua envolvente.

De referir, também, as obras de alguns vultos da cultura portuguesa, como José Leite de Vasconcelos, designadamente as *Religiões da Lusitânia*, produzida entre 1897 e 1913, onde são fornecidos dados sobre a cidade de Braga, mas também de Monsenhor José Augusto Ferreira, religioso e erudito, que publicou uma narrativa geral sobre a história de Braga intitulada *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. III - séc. XX)*, em vários volumes (Ribeiro, 2008: 174).

O século XIX foi, igualmente, profícuo na produção de cartografia, destacando-se a Planta de Braga, de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, produzida em data desconhecida, à escala de 1/4000, bem como o primeiro levantamento topográfico da cidade, concretizado por Francisco Goullard, em 1883/84, à escala 1/500.

O século XX ficou marcado pela destruição de inúmeros vestígios do passado, devido, sobretudo, ao crescimento e modernização da cidade (Martins, 1991/92: 185). Todavia, foram, igualmente, muitas as iniciativas que procuraram inverter esta situação, assim como criar as condições necessárias para o estudo do passado da cidade.

Nesse sentido, merecem particular destaque, por um lado, as denúncias na imprensa periódica, que registam e permitem documentar os danos patrimoniais, nomeadamente os elementos construtivos que iam sendo destruídos, e por outro as primeiras escavações arqueológicas, realizadas partir de 1950/60, pelo Cônego Arlindo Ribeiro da Cunha e a J.J. Rigaud de Sousa.

No processo de salvaguarda e estudo do passado de Braga foi decisiva a criação, em 1976, de um Campo Arqueológico, tutelado pela Universidade do Minho, bem como a produção de legislação cautelar que impedia a construção sem um acompanhamento arqueológico prévio (Martins e Lemos, 1997/98: 10). Igualmente, no ano seguinte, em 1977, ocorre a criação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, instituição que desde então ficou responsável pelo projeto de *Salvamento de Bracara Augusta* (Martins e Lemos, 1997/98: 10).

Já em 1992, a Câmara Municipal de Braga cria o Gabinete de Arqueologia que ficou responsável pelo controlo de todas as situações de emergência e de salvamento na zona do Centro histórico da cidade (Martins e Lemos, 1997/98: 12).

Neste contexto, e acompanhando o ritmo de crescimento e renovação urbana, tem sido realizadas inúmeras escavações arqueológicas, bem como reavaliados os dados históricos, epigráficos e arqueológicos conhecidos sobre o passado da cidade. Os resultados deste trabalho têm alimentado monografias, revistas (como, por exemplos, os *Cadernos de Arqueologia*) e atas de reuniões científicas, quer nacionais quer internacionais, bem como a produção de teses de mestrado e de doutoramento.

De igual modo, mas com base nas fontes documentais existentes, os historiadores têm produzido estudos particularmente significativos para a ocupação da cidade no período medieval, como por exemplo, os trabalhos de Avelino de Jesus da Costa (Costa 1978; 1993; 1997-2000) ou José Marques (Marques 1982b; 1983a; 1983b; 1986; 1988c; 1997), entre muitos outros. Igualmente profícuos, sobretudo para o período moderno, tem sido os trabalhos realizados na área da História da Arte, nomeadamente por Rui Maurício (Maurício, 2000) e Miguel Bandeira (Bandeira 1994; 2000a; 2000b; 2002; 2006).

Importa referir, mais uma vez, que os cursos de mestrado e doutoramento em arqueologia, história e património,

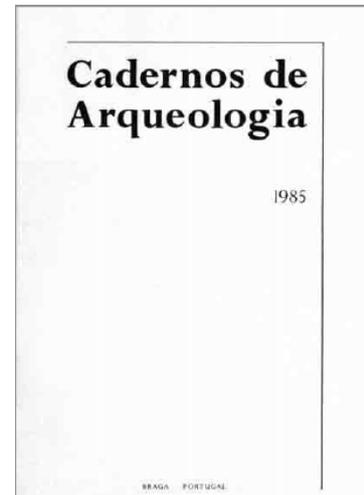


Figura 11 - Revista Cadernos de Arqueologia (1985)



Figura 12 - Capa da Tese de Doutoramento de Maria do Carmo Ribeiro (2008)

particularmente os desenvolvidos na Universidade do Minho, têm desempenhado um importante papel na produção de estudos sobre a cidade de Braga.

Particularmente significativo no âmbito do trabalho desenvolvido no nosso estágio, refira-se, a tese de doutoramento de Maria do Carmo Ribeiro intitulada *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma A metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano* (Ribeiro, 2008).

Este trabalho teve como objetivos gerais a análise da evolução do espaço urbano de Braga, desde que foi fundada até à Idade Moderna, mas também implementar uma metodologia válida para estudar o espaço físico de uma cidade histórica (Ribeiro 2008, 180). Para a concretização dos objetivos, a referida investigadora utilizou uma abordagem metodológica multidisciplinar, que procurou valorizar os diferentes componentes em que pode ser categorizado o espaço das cidades, como sejam, o plano urbano, o sistema viário, as parcelas, os quarteirões e o edificado. Maria do Carmo Ribeiro privilegiou, igualmente, o cruzamento de diferentes fontes de informação, nas quais se incluem as arqueológicas, as iconográficas e cartográficas, as histórico-documentais, mas, também, as marcas fossilizadas na paisagem urbana e no edificado atual (Ribeiro, 2008: V).

Cabe igualmente referir os imensos trabalhos que Maria Manuela Martins tem vindo a desenvolver, em conjunto com a sua equipa, e que impulsionaram o aumento do conhecimento sobre o urbanismo bracarense. Em 2013, juntamente com Maria do Carmo Ribeiro, publicam um artigo intitulado *Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na Longa de duração*. Este artigo aplicou, pela primeira vez, a metodologia que foi empregue neste trabalho (Martins e Ribeiro, 2013).

Por fim, será importante destacar os projetos que visam contribuir para o conhecimento, conservação e valorização dos diversos aspetos culturais que se encontram relacionados com a cidade de Braga e sua envolvente, como por exemplo os relacionados com o património da água (Martins *et al.*, 2012: 11/12). Trata-se, desde modo, de contribuir para o aumento da sensibilização da comunidade para a necessidade de se conservarem e valorizarem os diferentes aspetos da história e do património, reveladores da íntima relação dos seus habitantes com a cidade (Martins *et al.*, 2012: 11/12).

2. Objetivos

A forma urbana das cidades históricas é devedora, em parte, das múltiplas alterações morfológicas ocorridas ao longo dos diferentes períodos cronológicos que conheceram. Braga, cidade com mais de 2000 anos de história urbana, conheceu, desde a sua origem, diferentes alterações urbanísticas, só possíveis de analisar através do uso de uma metodologia que cruze as várias fontes disponíveis, que permitam analisar os distintos componentes da morfologia urbana, e com o recurso às ferramentas informáticas que possibilitem o seu tratamento e valorização interpretativa.

Os estudos desta natureza, em virtude da amplitude geográfica e cronológica, implicam projetos de longa duração. Com o presente trabalho, pretendemos contribuir para o aprofundamento do conhecimento das alterações urbanísticas ocorridas durante a época Moderna até à contemporaneidade, através do estudo das sucessivas transformações morfológicas que a cidade conheceu durante este espaço temporal.

De facto, subsiste ainda a necessidade de proceder a uma análise mais detalhada, cronológica e geograficamente circunscrita, das alterações morfológicas ocorridas na cidade, através da aplicação de uma metodologia já ensaiada em trabalhos anteriores e baseado no mesmo tipo de fontes. A área geográfica contemplada corresponde ao sector norte do núcleo urbano amuralhado na Idade Média, limitada a sul pela artéria formada pelas atuais ruas do Souto e D. Diogo de Sousa, e a norte pela antiga cerca medieval, bem como naqueles espaços que se encontram na área periférica definida pela referida muralha, nomeadamente os que se relacionam com as praças abertas no século XVI e as ruas que as ligam entre si.

Neste sentido, o presente trabalho visa a concretização de diversos objetivos. O primeiro consiste em proceder à correção da planta atual para as áreas em estudo. Este objetivo será concretizado tendo por base os trabalhos de levantamento realizados no âmbito da tese de doutoramento de Maria do Carmo Ribeiro (2008) que consistiu num levantamento sistemático das marcas materiais conservadas e fossilizadas na paisagem urbana atual, que se encontram por informatizar.

A cartografia atual a ser corrigida corresponde ao levantamento topográfico executado pela Câmara Municipal de Braga durante os anos 90. Este levantamento foi elaborado com base na fotografia aérea, circunstância que introduziu erros na sua elaboração, designadamente ao nível

das dimensões das parcelas e das ruas. A correção do sector em estudo neste trabalho permanece por realizar. Nesse sentido, a partir das informações registadas em trabalhos anteriores, já referidos (Ribeiro 2008), em suporte de papel, procedeu-se numa primeira fase à digitalização e posteriormente à vetorização da referida informação, com recurso a ferramentas informáticas como o CAD, de modo a produzir uma base topográfica rigorosa e detalhada, a partir da qual se realizará o estudo regressivo acerca das modificações da forma urbana destas áreas.

De modo a proceder à análise das transformações diacrónicas ocorridas nos diferentes componentes do espaço urbano (ruas, praças, quarteirões, parcelas e edificado) desde a sua génese, na generalidade na época Moderna, até à contemporaneidade, foi necessário explorar e cruzar o acervo documental disponível para estudar a cidade, designadamente a cartografia histórica, onde se destaca o *Mapa de Braunio*, do século XVI, o *Mapa das Ruas de Braga* e a *Planta de Braga Primas*, produzidos em meados do século XVIII, e a Planta de 1883/1884, de Francisco Goulard. Importa igualmente valorizar a informação escrita produzida para a época Moderna, nomeadamente o *Índice dos Livros de Prazos do Cabido de Braga* que integra a publicação do *Mapa das Ruas de Braga* (AAVV (1989-91)). Por fim, também o edificado da época Moderna que sobreviveu de forma mais ou menos alterada até aos nossos dias será analisado, a partir do levantamentos de algumas características arquitectónicas das fachadas, e posteriormente comparado com a sua representação no *Mapa das Ruas de Braga*. Procura-se, desta forma valorizar o contributo da arqueologia no estudo das cidades históricas, entendidas como artefactos onde a história se reescreve.

A informação obtida, designadamente os dados alfanuméricos, será armazenada numa base de dados. Por sua vez, a informação gráfica será tratada em *software* de desenho assistido por computador (Autocad). A partir de software específico proceder-se-á ainda ao cruzamento dos dados alfanuméricos e gráficos de modo a elaborar plantas interpretativas, que ilustram as alterações morfológicas registadas nas várias áreas seleccionadas e estudadas neste trabalho, desde época Moderna até à contemporaneidade.

Pretende-se, igualmente, através do cruzamento dos dados do *Mapa das Ruas de Braga* e do *Índice dos Prazos do Cabido* elaborar plantas relacionadas com diferentes aspetos socioeconómicos, nomeadamente acerca da distribuição dos profissionais para a área urbana estudada.

Através do estudo realizado, este trabalho visa igualmente contribuir para a análise dos mecanismos responsáveis pelas transformações urbanas ocorridas, bem como pelo surgimento de novas tramas urbanas na época Moderna.

3. Caracterização das fontes utilizadas

As cidades históricas são devedoras de uma longa persistência no tempo e no espaço. Ao longo de diferentes momentos ocupacionais foram sendo impressas características urbanas distintas num mesmo espaço que, na generalidade, reaproveitam, transformam e acrescentam novas particularidades ao espaço urbano. Compreender este processo, bem como aceder ao tecido urbano que caracterizou a cidade nos diferentes contextos cronológicos da sua ocupação torna-se uma tarefa complexa.

Na realidade, o estudo da morfologia urbana das cidades históricas torna-se uma tarefa mais difícil para alguns períodos devido à escassez ou até mesmo ausência de dados. De facto, para os períodos históricos mais antigos as fontes são, por vezes, bastante escassas, ao contrário do que acontece para o período moderno, e sobretudo contemporâneo, para os quais existe um maior e mais diversificado conjunto de dados, possibilitados pela análise da fotografia aérea, da cartografia, das fontes cadastrais ou dos planos municipais.

Na realidade, a ausência de informação para os períodos mais recuados da história urbana implica o uso de dados provenientes de diferentes tipos de fontes, nomeadamente iconográficas e cartográficas, documentais e materiais. De igual modo, a metodologia utilizada implica uma análise regressiva que, partindo do plano atual, permita ir reconstituindo o plano urbano para os períodos anteriores. No caso da cidade de Braga, e nomeadamente para o estudo do período moderno, tendo em consideração que a cidade tem a sua génese no período romano e que, pelo menos uma parte foi ocupada até à atualidade, torna-se importante considerar no estudo do período moderno, a morfologia herdada dos períodos anteriores, nomeadamente romano e medieval.

A morfologia da cidade de Braga para a época romana tem vindo a ser reconstituída com base no conjunto de evidências arqueológicas que foram sendo recuperadas através de inúmeras escavações arqueológicas realizadas na cidade. Nesta análise, foram igualmente considerados os elementos fossilizados no plano atual, a fotografia aérea, a planimetria atual bem como a cartografia rigorosa produzida a partir do século XIX (Martins e Ribeiro, 2013).

Por sua vez, a análise da forma urbana medieval tem sido possível graças às evidências arqueológicas, mas sobretudo pela utilização da cartografia rigorosa produzida a partir do século XIX, nomeadamente a planta topográfica de B. Garcez e M. Maciel, para a restituição do traçado

viário e o MRB (*Mapa das Ruas de Braga*) do século XVIII para a análise do parcelamento. Têm sido igualmente consideradas como fontes secundárias a documentação histórica disponível e a iconografia, em particular o conhecido *Mapa de Braunio*, de 1594, o qual nos fornece uma imagem da urbanização do setor analisado.

Entre o conjunto de evidências que permitem o estudo da cidade medieval, destacam-se os elementos construídos medievais conservados no plano atual da cidade, alguns deles estruturantes, como o caso foi o caso do sistema defensivo, parcialmente ainda conservado no plano atual, mas também as marcas fossilizadas na paisagem urbana (Martins e Ribeiro, 2013).

As mesmas fontes têm vindo a ser utilizadas para caracterizar a morfologia da cidade moderna, entre os séculos XVI e XVIII.

Na realidade, e apesar da ausência de dados que permitam documentar a morfologia urbana de alguns períodos da sua história urbana, a cidade de Braga beneficia de um conjunto diversificado de fontes, que utilizado de forma articulada, tem permitido propor a reconstituição dos planos urbanos das principais fases de ocupação da cidade.

Este trabalho, que se pretende ser um contributo para o estudo da forma urbana no período moderno, implicou, igualmente, o recurso e articulação das diferentes fontes de informação disponíveis para Braga, designadamente as arqueológicas, cartográficas, iconográficas, bem como a documentação histórica.

3.1 Fontes Arqueológicas

As fontes arqueológicas são entendidas como o conjunto de vestígios materiais que podem ser identificados, registados e interpretados através de uma metodologia arqueológica, baseada na estratigrafia. Assim, integram-se neste tipo de fontes, os elementos que são visíveis à superfície do solo, os que se encontram atualmente soterrados e que foram recuperados através de escavações e, por fim, os elementos que se recuperaram de forma acidental e que, por essa razão, não possuem um contexto exato (Ribeiro, 2008: 181/182).

A cidade de Braga possui um grande acervo de evidências arqueológicas pois, a partir de 1976, com a criação do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, iniciaram-se dezenas de escavações.

Desta forma, e com o intuito de precaver diversas dificuldades e acelerar a publicação dos resultados das intervenções arqueológicas urbanas foi criado o Sistema de Informação arqueológico para *Bracara Augusta* (SIABRA), em 1998. Este reúne a quase totalidade da informação gráfica e alfanumérica das escavações executadas desde 1976. Através deste sistema

é possível ter acesso a informação georreferenciada como, por exemplo, vias e construções, que podem ser integradas com grande facilidade na cartografia de Braga.

O repositório/base de dados criado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que foi utilizado no presente trabalho, inclui ainda os eixos viários e as construções, em articulação com a malha ortogonal, os achados isolados, entre outros, sendo alvo de contínuos ajustes, representando o conjunto de fontes arqueológicas disponíveis para o estudo da morfologia urbana de Braga.

Também alguns dos edifícios da cidade atual incorporam elementos construtivos de construções anteriores como, por exemplo, troços da muralha, sendo preciso valorizá-los, integrá-los no acervo de fontes arqueológicas e, por fim, estudá-los de acordo com a sua origem e integração ulterior.

Desta forma, e através destes indicadores, tem sido possível entender a organização da cidade de Braga, desde a definição da malha romana, à interpretação da sua arquitetura e urbanismo e, ainda, a sua evolução ao longo dos tempos.

A cidade de Braga é beneficiada pela grande variedade de elementos que sobreviveram das épocas anteriores e que foram sendo reaproveitados e até mesmo integrados no tecido histórico da cidade moderna. Com efeito, alguns edificadas da atualidade disfrutaram de uma grande permanência temporal como, por exemplo, a Sé Catedral e o Paço Arquiepiscopal. O mesmo acontece com o edificado privado que também apresenta elementos que pertenceram a construções mais antigas. Estas evidências estão relacionadas com os materiais de construção, os elementos da arquitetura e decoração provenientes de construções anteriores e com a tipologia construtiva.

Neste trabalho, as evidências materiais utilizadas resultaram de um trabalho de prospeção e de registo do edificado histórico com génese na época Moderna que integra ainda diferentes quarteirões da cidade atual, na área geográfica analisada neste trabalho. Foram essencialmente valorizadas algumas características morfológicas e arquitectónicas das fachadas nomeadamente, o número de pisos, águas, portas e janelas. Estes dados serão posteriormente analisados tendo por base a representação dos edifícios analisados no Mapa das Ruas de Braga.

3.2 Fontes Cartográficas e Iconográficas

Para o estudo do urbanismo da cidade de Braga na época moderna recorreremos a diversas fontes cartográficas e iconográficas. Na realidade, apesar das plantas cartográficas com rigor

topográfico remontarem ao século XIX, as produções iconográficas elaboradas entre os séculos XVI e XVIII permitem caracterizar os principais elementos urbanos, designadamente o sistema viário (ruas e praças), os quarteirões, as parcelas e a massa edificada, bem como alguns elementos estruturantes da malha urbana, como o sistema defensivo medieval.

3.2.1 Mapa de Braunio

A primeira representação cartográfica conhecida para Braga data de 1594 e é comumente designada por Mapa de Braunio. Esta ilustração, intitulada *nova Bracaræ Avgvste descriptio*, é usualmente atribuída a Georg Braun e faz parte da obra *Civitates Orbis Terrarum*, algo muito semelhante a um álbum onde podemos ver representadas diversas cidade europeias (Bandeira, 2000: 111).



Figura 13 - Mapa de Braunio, de 1594 (Fonte: UAUM)

Apesar da desproporcionalidade e da falta de rigor cartográfico, não possuindo escala, esta ilustração constitui um documento de elevado valor histórico e artístico, representando pormenorizadamente a cidade quinhentista e os arredores de Braga. Através da sua análise, é possível a identificar diversas estruturas urbanas, designadamente aquelas que na altura seriam mais representativas, destacadas pela sua desproporcionalidade relativamente à restante massa construída, como a Sé, o paço arquiépiscopal, o castelo, mas também a muralhas e suas torres. A envolvente imediata da cidade, designadamente as praças junto das portas da muralha medieval e os caminhos que a ligavam a periferia, surgem representados em associação com a massa

construída e o espaço rural. Paralelamente, surgem assinalados alguns espaços construídos em época bastantes anteriores, como é o caso do *forum* romano ou das vias que desde a época romana permitiam ligar a cidade ao exterior (Ribeiro, 2008: 191).

3.2.2 Mappa da Cidade de Braga Primas

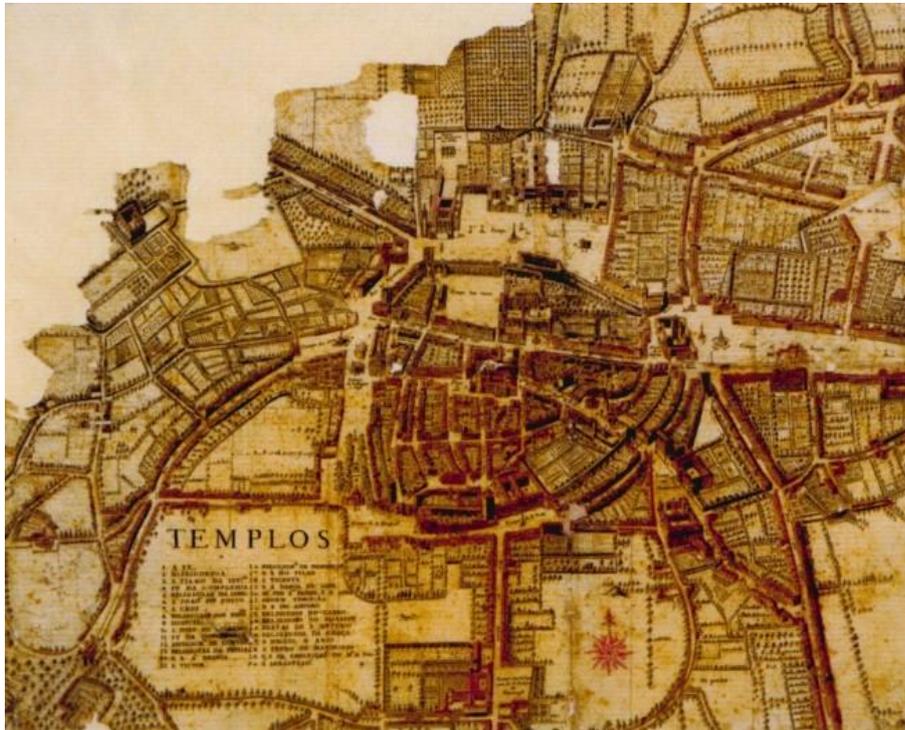


Figura 14 - Mappa da Cidade de Braga Primas, século XVIII (Fonte: UAUM)

O século XVIII foi um período bastante favorável na produção cartográfica, destacando-se o *Mappa das Ruas de Braga*, bem como o *Mappa da Cidade de Braga Primas*, executado por André Ribeiro Soares da Silva, um arquiteto bracarense.

A representação cartográfica intitulada *Mappa da Cidade de Braga Primas*, foi produzida em meados do século XVIII a uma escala aproximada de 1/2000, com as dimensões de 1250 x 775 mm. Este mapa, que representa proporcionalmente os elementos urbanos, procura conciliar a perspetiva com a escala, denotando uma rigorosa projeção tridimensional do espaço urbano. Fornece, ainda, um conjunto de anotações toponímias, bem como uma legenda que permite identificar os principais edifícios religiosos que existiam na cidade setecentista (Ribeiro, 2008: 192).

3.2.3 Mappa das Ruas de Braga

O *Mappa das Ruas de Braga* (MRB), apesar de ser designado por mapa, é, na verdade, um livro que contém desenhados os alçados das construções que se encontram anexas a algumas ruas, praças ou largos que constituíam o espaço urbano setecentista (Martins e Ribeiro, 20013: 16). Trata-se, na realidade, de um documento de grande valor cadastral e iconográfico, elaborado em 1750, pelo Padre Ricardo Rocha (1702-1767), um clérigo menor, por ordem do Cabido eclesiástico da Sé catedral de Braga com o intuito de registar os bens patrimoniais pertencentes ao Cabido da Sé de Braga (Bandeira, 2011: 2).

Contudo, e apesar dos desenhos deste livro apresentarem detalhes notáveis, num total de 4046 fachadas e 70 ruas da cidade de Braga (Natália *et al.*, 2014:1), ele não contempla a totalidade das ruas e praças da cidade. Na verdade, apenas as ruas onde o Cabido detinha propriedades foram incluídas neste *Mappa*. Refira-se, por exemplo, aquelas que são abordadas pormenorizadamente neste trabalho, designadamente o lado/alçado Sul da Rua dos Biscainhos, que não tem qualquer representação, ou o lado/alçado Nascente da Rua de S. Marcos que não está totalmente desenhada, contemplando apenas o Convento dos Remédios e duas casas anexas.

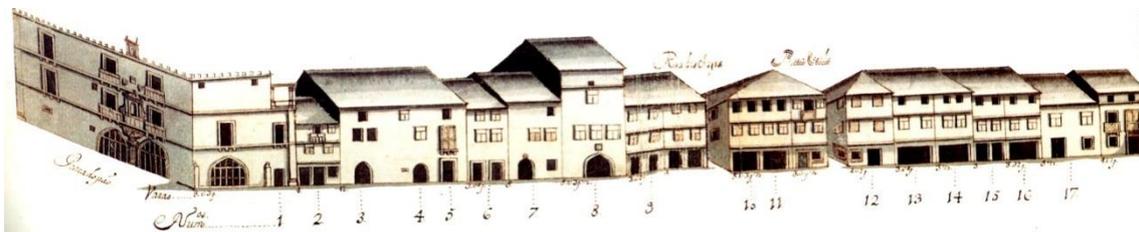


Figura 15 - Excerto do Mapa das Ruas de Braga, século XVIII (Fonte: UAUM)

Neste trabalho foi utilizada uma reedição e ampliação deste mapa que foi publicada pelo Arquivo Distrital de Braga, composta por dois volumes. O primeiro foi publicado em 1989 e o segundo em 1991. Assim, através desta versão, temos acesso ao documento original e a uma análise da relação que existia entre as propriedades do Cabido e a informação documental existente acerca das mesmas.

3.2.4 Planta de Braga, por Belchior Garcez e Miguel Maciel (século XIX)

Para o século XIX dispomos de um levantamento topográfico geométrico e rigoroso, que representa o espaço urbano de Braga em oitocentos, possibilitando uma leitura precisa do plano

urbano. Trata-se da planta realizada por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, à escala 1/4000.

Refira-se, por exemplo, que este documento, produzido no século XIX, possibilitou, pela primeira vez, cartografar de forma rigorosa o plano medieval de Braga (Martins e Ribeiro, 2013: 17).

Para além da informação referente ao sistema viário, a planta também fornece uma legenda, no canto inferior esquerdo, onde são referenciados 45 espaços e edifícios considerados como os mais emblemáticos e característicos da época, bem como a demarcação das zonas extramuros, os limites das propriedades, as parcelas não edificadas e os caminhos rurais que não se encontravam urbanizados.

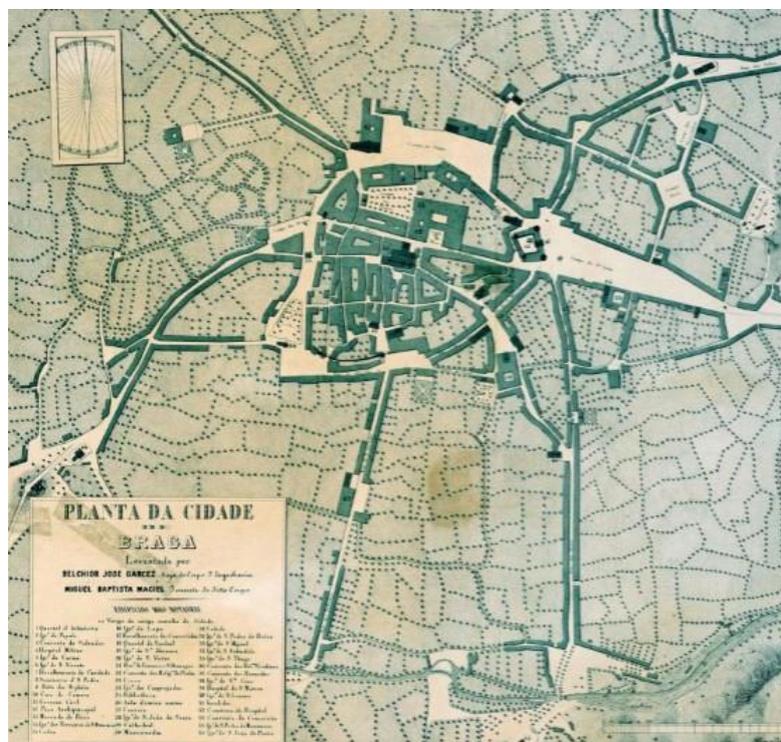


Figura 16 - Planta de Braga, por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, do século XIX, à escala de 1/4000 (Fonte: UAUM)

3.2.5 Levantamento topográfico de 1883/84, por Francisco Goullard

Nos finais do século XIX foi, também, elaborada uma planta topográfica, à escala 1/500, pelo engenheiro civil Francisco Goullard. Trata-se de um levantamento realizado entre 1883/1884, composto por 32 folhas, onde se regista com elevado rigor topográfico o sistema viário, os quarteirões, o parcelamento e o edificado, bem como o uso diversificado do solo. Esta planta fornece, ainda, outras informações topográficas, como as curvas de nível cotadas, abrangendo a

totalidade da zona urbana e da zona rural imediata. De facto, estamos perante a primeira planta que representa todas as características morfológicas da cidade, assim como outro tipo de informação sob a forma de textos, cores ou símbolos.



Figura 17 - Mapa de Francisco Goullard, realizado entre 1883/1884

3.2.6 Levantamento topográfico da década de 90 do séc. XX

O levantamento topográfico da década de 90 do século XX, mandado executar pela Câmara Municipal de Braga, constitui a primeira base cartográfica disponível em formato digital.

Esta planta, elaborada à escala 1/5000, resultou de uma restituição aérea, constituindo um levantamento de elevado detalhe, apresentado, no entanto, algumas limitações no micro posicionamento dos seus elementos, designadamente das dimensões das parcelas e dos quarteirões.

Todavia, e por se tratar do levantamento que mais se aproxima mais do plano urbano do século XIX, constitui a base digital a partir da qual procedemos à nossa análise e onde foram realizadas as correções topográficas decorrentes do levantamento ao nível do solo efetuado no âmbito deste estágio. Na realidade, a delimitação dos quarteirões, do sistema viário e das parcelas necessitou de ser retificada pois contempla entre outras, as dimensões das coberturas do edificado.



Figura 18 - Pormenor da Planta Topográfica de Braga da década de 90 (Fonte: UAUM)

3.3 Fontes Documentais

As fontes documentais constituem para a investigação arqueológica um importante complemento da informação material que sobreviveu até aos nossos dias, e que integra a paisagem urbana atual.

Os dados escritos disponíveis para o estudo da cidade de Braga integram um importante manancial de informação produzido maioritariamente pelo Cabido da Sé Primacial de Braga, designadamente para o período medieval. Na verdade, enquanto maior proprietário urbano, o Cabido foi também um dos maiores autores de documentação escrita para o período medieval, mas também para as épocas posteriores. De facto, a maioria dos documentos encontra-se no Arquivo Distrital de Braga mas, também, no Instituto Nacional de Arquivos – Torre do Tombo – em Lisboa e no Arquivo da Câmara Municipal de Braga. Todavia, parte desta informação ainda se encontra por transcrever ou publicar.

Entre as fontes escritas que se encontram disponíveis destacam-se as que resultaram do processo de reorganização do arquivo capitular, pela Mesa Capitular, realizado no século XVIII, cujo resultado foi a produção de 14 livros de índices – o *Índice das Gavetas* (6 volumes), o *Índice*

das Sentenças (1 volume), o *Índice dos Prazos dos Casais* (3 volumes) e, por fim, o *Índice dos Prazos das Casas* (4 volumes) e um documento iconográfico, o já mencionado MRB.

Tendo em conta o conteúdo destes documentos, bem como o âmbito cronológico, este trabalho utilizou apenas o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido*, para o período de 1406 a 1905, e que foi publicado, como apêndice, com o segundo volume do MRB.

Na verdade, este documento permite conhecer um pouco da sociedade da época pois resulta de um levantamento sobre os arrendatários das diferentes parcelas. Igualmente, fornece informações sobre diferentes características urbanas, designadamente o sistema viário, a toponímia, as parcelas construídas e as propriedades urbanas, entre outras.

Este tipo de dados torna-se particularmente significativo quando confrontado com as fontes anteriormente referidas, designadamente, no caso particular deste índice, com o *Mappa das Ruas de Braga*.

4. Metodologia

A metodologia adotada para a concretização dos objetivos deste trabalho teve como base o recurso a um conjunto de fontes diversificadas existentes para a cidade de Braga, nomeadamente as fontes escritas e cartográficas, a iconografia histórica, mas também o edificado da época Moderna que integra ainda a paisagem urbana atual.

Os elementos presentes nas fontes enunciadas constituem testemunhos das diferentes transformações ocorridas no tecido urbano, designadamente na Idade Moderna, pois revelam traços morfológicos, como sejam o sistema viário, o parcelamento ou os quarteirões, que deram expressão à cidade num determinado momento, podendo mesmo continuar a dela fazer parte. Do mesmo modo, a observação atenta e pormenorizada do edificado atual, quer ao nível das soluções construtivas e compositivas das fachadas, quer ao nível das plantas, ajudam a recriar a evolução da arquitetura histórica da cidade.

Contudo, é insuficiente juntar apenas essas fontes de informação para que qualquer plano urbano se evidencie, sendo necessário valorizar e interpretar todos esses dados e, a partir destes, produzir nova informação.

Assim, pretendemos dar continuidade a uma metodologia de análise já ensaiada por outros investigadores que procura compreender, de uma forma regressiva e através do cruzamento de diferentes fontes de informação, as transformações que foram ocorrendo em diferentes espaços urbanos, a partir da Idade Moderna.

Desta forma, a nossa atenção incidiu sobre os espaços públicos (ruas, praças, quarteirões e parcelas), mas também nas construções e outras infraestruturas pré-selecionadas, que sofreram transformações a partir dos inícios do século XVI, momento em que se regista o aparecimento de novas ruas e praças que visam modernizar o casco medieval, assim como permitir o crescimento urbano para fora dos limites definidos pela muralha medieval. Alguns destes elementos urbanos acabaram por se perpetuar, integrando, de forma mais ou menos dissimulada o tecido urbano atual.

A abordagem realizada começou por um minucioso trabalho de prospeção, onde se procedeu no campo ao levantamento das marcas materiais conservadas e/ou fossilizadas no tecido urbano atual. Posteriormente, já em gabinete, efetuou-se a correção da cartografia atual,

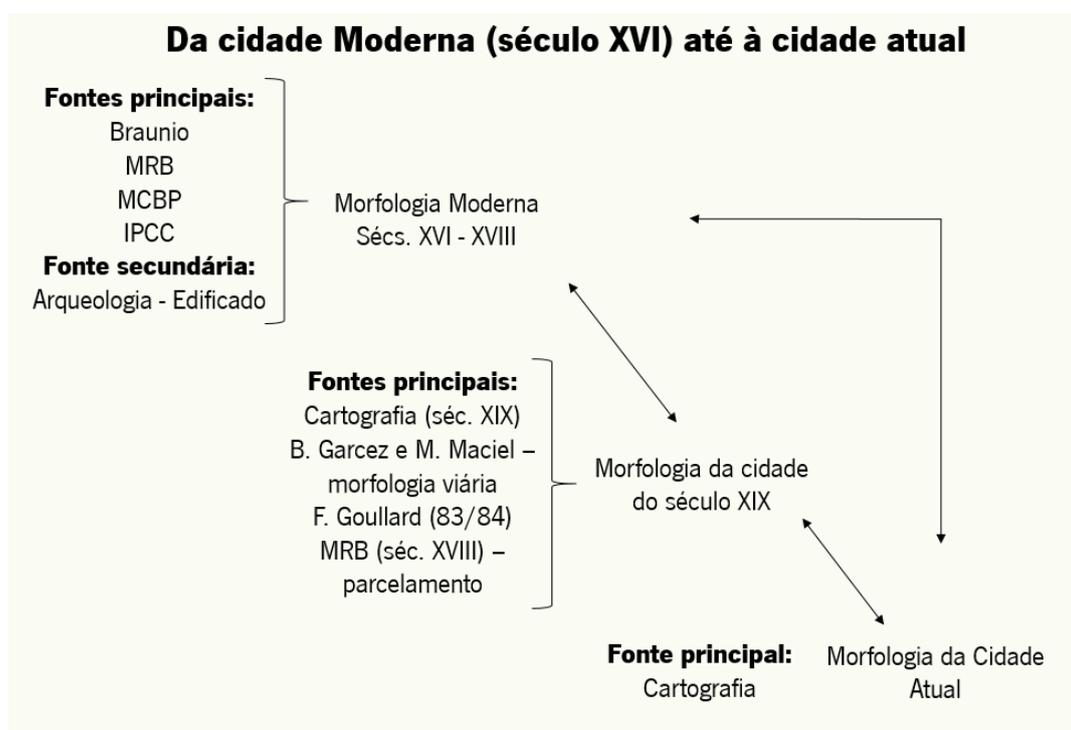
nomeadamente no que se refere às parcelas que integram os quarteirões analisados, com base nos dados obtidos no trabalho de campo.

De seguida, procedeu-se ao tratamento da cartografia histórica do século XIX, designadamente a Planta de Braga da autoria de Belchior José Garcez e Miguel Batista Maciel e o Levantamento topográfico de 1883/84 por Francisco Goullard. Assim, foi possível elaborar um conjunto de plantas interpretativas, bem como dar início à interpretação das alterações que se registaram no plano de Braga ao longo deste período, em conformidade com o levantamento atual.

O passo seguinte contemplou a recolha e análise da informação presente no MRB e nos IPCC para que, desta forma, fosse possível interpretar o plano urbano de Braga no século XVIII, bem como dos séculos anteriores.

Para obtermos uma visão do plano urbano da cidade durante o século XVI, procedemos à análise do Mapa de Braunio, datado de 1594, comparando-o com as restantes fontes de informação.

A partir do esquema que se segue ilustra-se a metodologia aplicada para a concretização dos objetivos deste trabalho:



Toda a informação recolhida nas etapas anteriores foi armazenada na Base de Dados da UAUM e, após a análise e interpretação dos vários dados, foi elaborada uma cartografia representativa da forma urbana de Braga, bem como plantas interpretativas referentes à

morfologia dos quarteirões e das várias áreas selecionadas e estudadas neste trabalho. Por fim, foi ainda possível, tendo em conta o cruzamento dos dados do *Mapa das Ruas de Braga* e do *Índice dos Prazos do Cabido* elaborar plantas relacionadas com diferentes aspetos socioeconómicos, nomeadamente acerca da distribuição dos profissionais para a área urbana estudada.

4.1 Trabalho de Campo

As áreas urbanas analisadas neste estudo foram objeto de trabalhos de reconhecimento e registo no terreno, de modo a proceder à sua correta localização e identificação, para posterior análise e estudo.

Procedemos à confirmação dos levantamentos acerca do edificado histórico realizado em trabalhos anteriores. Como já referimos nos objetivos do presente trabalho, esses levantamentos foram feitos para a tese de doutoramento de Maria do Carmo Ribeiro e consistiram num levantamento sistemático das marcas materiais conservadas e fossilizadas na paisagem urbana atual. Esta confirmação consistiu numa observação atenta e cuidada dos espaços públicos (ruas e praças e respetivos quarteirões e parcelas).

De seguida, procedemos a um levantamento fotográfico do edificado atual, das suas fachadas e plantas, para que, deste modo, fosse possível posteriormente interpretar as alterações urbanísticas e arquitetónicas ocorridas no século XVI, bem como analisar as continuidades ou discontinuidades urbanas operadas desde então até à atualidade. Para além disso, através deste levantamento foi possível comparar as fachadas atuais com as fachadas representadas no MRB e, assim, determinar quais as que ainda figuram na atualidade e que modificações sofreram. Subjacente a interpretação do edificado histórico realizada encontra-se a metodologia da Arqueologia da Arquitetura que, em correlação com as outras fontes, forneceu os dados necessários para a melhor análise dos elementos materiais e topográficos que caracterizaram a cidade nos diferentes momentos ocupacionais.

Por outro lado, houve também a necessidade de recolher alguns números de polícia designadamente os dados para a periferia urbana, visto que os que existiam apenas se referiam ao centro histórico da cidade.



Figura 19 - Mapa da Cidade de Braga com a representação (a vermelho) dos quarteirões que tinham associados os números de polícia

A informação recolhida foi posteriormente introduzida na base de dados da UAUM. Os trabalhos de reconhecimento e registo nem sempre foram realizados de forma contínua, pois sempre que se justificou voltou-se ao terreno para a obtenção de mais detalhes ou confirmações/correções.

4.2 Trabalho de Gabinete

4.2.1 Correção da cartografia atual

Uma vez que se trata de um estudo urbanístico regressivo foi necessário obter uma base topográfica rigorosa, o mais atual possível, para, a partir da mesma, elaborar uma sucessão de plantas que representam teoricamente as diversas modificações que foram ocorrendo, ou seja, a evolução dos diferentes espaços e as alterações morfológicas da cidade de Braga, desde a época moderna até à atualidade.

Na realidade, os levantamentos cartográficos mais recentes para a cidade foram realizados em 1990 e em 2004, à escala 1/1000. Tal como já referido, a escolha da base cartográfica utilizada neste trabalho recaiu no levantamento da década de noventa, pois este apresenta menos transformações topográficas e aproxima-se mais da cartografia do século XIX. No entanto,

uma vez que se trata de uma planta produzida com base em levantamentos aéreos apresenta algumas incorreções, nomeadamente em termos das dimensões e o número de parcelas que integra os quarteirões. Nesse sentido, foi necessário proceder à sua correção.

Esta retificação, iniciada em trabalhos anteriores (Ribeiro, 2008), foi possível graças à realização de trabalhos de prospeção e registo dos diferentes quarteirões localizados no centro histórico e na periferia da cidade atual de Braga. Paralelamente à individualização dos vários quarteirões que constituem o plano urbano da cidade, foram identificadas as diferentes parcelas que os constituem, identificando-se as parcelas construídas e não construídas, bem como a descrição e o desenho de fachadas, entre outros (Ribeiro, 2008).

Desta forma, neste estudo, foi usada a mesma designação dos quarteirões que compõem o plano urbano da cidade atual, bem como a metodologia anteriormente utilizada (Ribeiro, 2008) para proceder à correção da planta base.

A designação dos quarteirões teve como local de referência o edifício central da cidade, ou seja, a Sé Catedral de Braga, designado por 00 (Q.00), e a organização dos mesmos seguiu a ordem dos ponteiros do relógio.

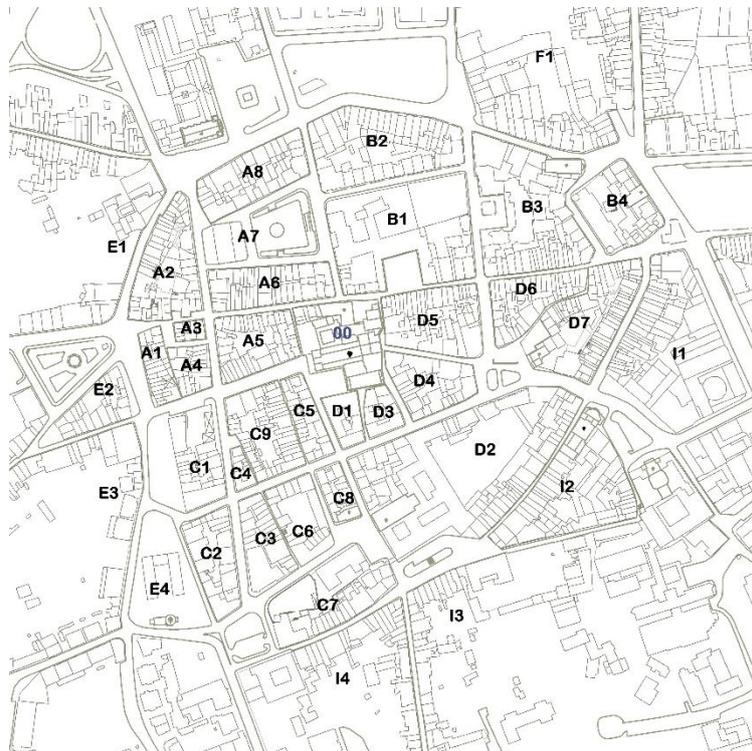


Figura 20 - Organização dos quarteirões atuais

Os quarteirões analisados neste estudo compreenderam um total de 14 quarteirões, como podemos verificar no apêndice 28, designadamente:

1. Quarteirão 00: localizado na área central do perímetro correspondente à cerca medieval fernandina. Por conseguinte, este quarteirão corresponde à Sé Catedral de Braga, tal como referido anteriormente.
2. Quarteirão A2: encontra-se delimitado a norte pela Praça Conselheiro Torres de Almeida, a sul pelo Largo da Praça Velha, a oeste pela Rua dos Biscainhos e a este pela Rua D. Frei Caetano Brandão.
3. Quarteirão A6: limitado a norte pela Praça Municipal, a sul pela Rua D. Diogo de Sousa, a oeste pela Rua D. Frei Caetano Brandão e a este pela Rua da Misericórdia.
4. Quarteirão A7: corresponde ao edifício da Câmara Municipal, localizado na Praça do Município.
5. Quarteirão A8: a norte é limitado pela Praça Conselheiro Torres de Almeida, a sul pela Praça do Município, a oeste pela Rua D. Frei Caetano Brandão e a este pela Rua de Santo António.
6. Quarteirão B1: delimitado a norte pela Rua Eça de Queirós, a sul pela Rua do Souto, a oeste pela Rua da Misericórdia e a este pela Rua Dr. Justino Cruz.
7. Quarteirão B2: limitado a norte pela Praça Conde Agrolongo, a sul pela Rua Eça de Queirós, a oeste pela Rua Santo António e a este pela Rua Dr. Justino Cruz.
8. Quarteirão B3: a norte é delimitado pela Rua dos Capelistas, a sul pela Rua do Souto, a oeste pela Rua Dr. Justino Cruz e a este pela Rua do Castelo.
9. Quarteirão B4: corresponde à área onde se localizava o Castelo e é delimitado a norte pelo Largo de S. Francisco, a sul pelo Largo Barão S. Martinho, a oeste pela Rua do Castelo e a este pela Praça da República.
10. Quarteirão F1: a norte localiza-se a Rua do Carvalho, a sul é delimitado pela Rua dos Capelistas, a oeste pela Rua do Carmo e a este pela Rua dos Chãos.
11. Quarteirão I1: limitado a norte pelo Largo Barão de S. Martinho, a sul pela Rua Dr. Gonçalo Sampaio, a oeste pela Rua de S. Marcos e pelo Largo Carlos Amarante e a sul pela Avenida da Liberdade.
12. Quarteirão I2: a norte é limitado pela Rua do Anjo, a sul pela Rua dos Falcões, a oeste pelo Largo de Santiago e a este pelo Largo de Santa Cruz e o Largo Carlos Amarante.

13. Quarteirão I3: delimitado a norte pelo Largo de Santiago, a oeste pela Rua de S. Geraldo, a sul pela Avenida da Imaculada Conceição e a este pela Avenida da Liberdade.
14. Quarteirão I4: a norte é delimitado pela Rua do Alcaide, a oeste pela Rua dos Bombeiros Voluntários, a este pela Rua de S. Geraldo e a sul pela Avenida da Imaculada Conceição.

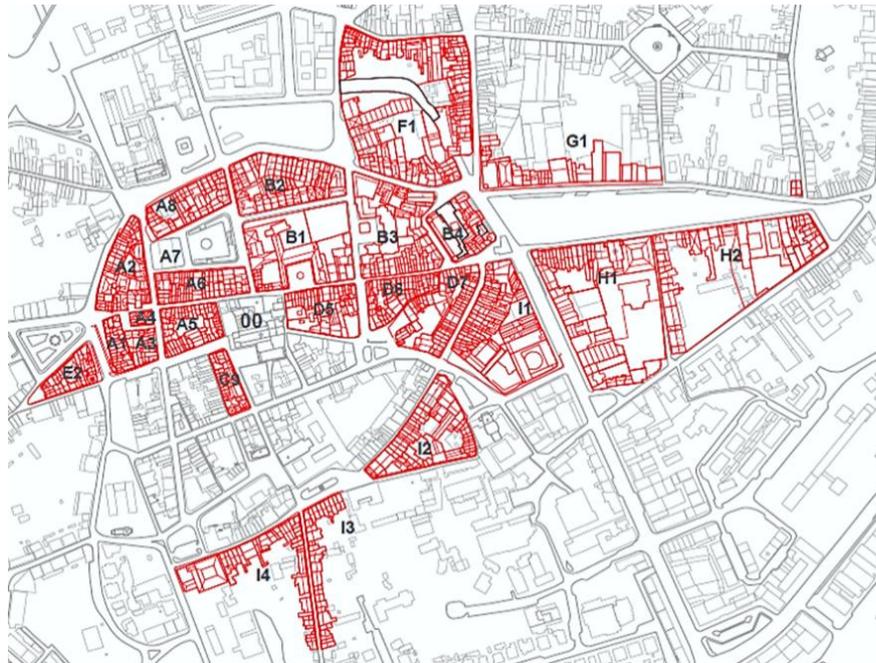


Figura 21 – Localização dos quarteirões atuais estudados e que se encontram representados a vermelho

Para além do estudo dos quarteirões assinalados anteriormente, este trabalho também contemplou a análise de cerca de 15 largos ou praças (que estão numerados segundo a imagem seguinte), designadamente:

1. Largo do Campo das Hortas: a norte é limitado pelo Quarteirão E1 e a sul pelo E2.
2. Largo da Porta Nova: demarcado a norte pelo Quarteirão A2 e a sul pelo Quarteirão A1.
3. Largo da Praça Velha: delimitado a norte pelo Quarteirão A2 e A4, a sul pelo Quarteirão A3 e oeste pelo Quarteirão A1.
4. Praça Conde Agrolongo: limitado a sul pelo Quarteirão B2.
5. Avenida Central/Praça da República: a norte encontram-se os Quarteirões G1 e G5 e a sul os Quarteirões H1 e H2.
6. Largo Carlos Amarante: a este é limitado pelo Quarteirão I1 e a oeste pelo I2.
7. Largo de Santiago: a norte é limitado pelo Quarteirão D2 e a sul pelo Quarteirão I3.

8. Largo de S. Paulo Osório: limitado a norte pelos Quarteirões E4, C2 e C3 e a sul pelo Quarteirão I4.
9. Largo de S. Paulo: a norte encontra-se o Quarteirão C8 e a sul o Quarteirão C7.
10. Largo do Campo das Carvalheiras: limitado a norte pelo Quarteirão A1 e a sul pelo E4.
11. Praça Municipal: a norte é limitado pelo Quarteirão A8 e a sul pelo A6.
12. Largo do Paço: a norte deste encontra-se o Quarteirão B1 e a sul o Quarteirão D5.
13. Largo Barão de S. Martinho: a norte localiza-se o Quarteirão B4 e a sul os Quarteirões D7 e I1.
14. Largo de S. João de Souto: limitado a norte pelos Quarteirões D5 e D6 e a sul pelo Quarteirão D2.
15. Antiga Praça do Pão: a norte é limitada pelo Quarteirão A5 e a sul pelo Quarteirão C9.

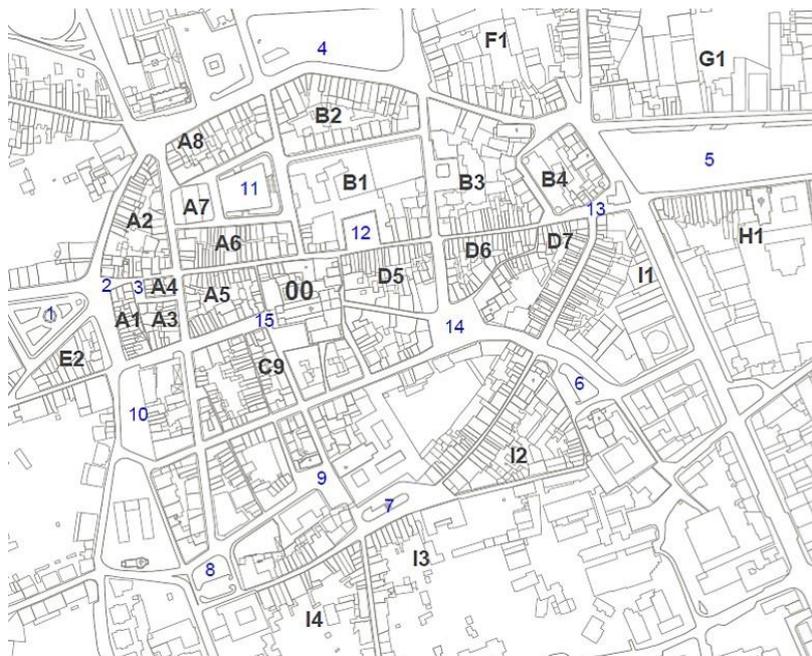


Figura 22 - Localização dos campos/praças estudados, bem como a identificação de diversos quarteirões que compõem o plano urbano de Braga

4.2.2 Tratamento e análise da cartografia histórica

A elaboração de plantas interpretativas para as várias etapas da evolução urbana de Braga implicou o tratamento prévio da cartografia histórica disponível, de modo a tornar possível a sua manipulação e análise em suporte vetorial.

Nesse sentido, procedeu-se ao tratamento do levantamento topográfico de Francisco Goullard, de 1883/84, bem como à vectorização da planta do século XIX de Belchior José

Garcez e Miguel Baptista Maciel, em *software* de desenho assistido por computador (CAD), no programa *AutoCad*.

Deste modo, foi possível começar a interpretar as alterações registadas no plano urbano do século XIX, em analogia com o levantamento atual.

A metodologia consistiu em, tendo como suporte gráfico digital a planta atual corrigida, subtrair-lhe os elementos que não se encontram representados nas plantas do século XIX, resultantes das alterações do século XX.

4.2.2 Análise do Mapa das Ruas de Braga (MRB) e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido (IPCC)

O passo seguinte consistiu em recolher e analisar a informação presente no Mapa das Ruas de Braga (MRB) e nos Índices dos Prazos das Casas do Cabido (IPCC), de forma a conseguir interpretar o plano urbano do século XVIII, mas também dos séculos anteriores.

Esta fonte, datada de 1750, apresenta uma inventariação das casas, ruas, igrejas e espaços do espaço urbano bracarense, num total de 70 ruas e de 4064 fachadas, fornecendo, desta forma, uma visão mais clara do grau de urbanização do século XVIII.

Assim, no volume II deste documento recolhemos informação sobre o enfiteuta de cada uma das casas pertencentes ao Cabido, mantendo a designação dessas casas, a pensão ou foro a pagar pelos arrendatários e outras referências.

CASA (Nº)	ENFITEUTA	PENSÃO OU FORO	OUTRAS REFERÊNCIAS
1	Agostinha Maia, viúva de Domingos Antunes da Rocha, ourives	250 reis e 2 galinhas	Metade desta casa é pertença do cabido de Lamego. Confronta, do poente, com os Paços Arcebispaes (onde se situavam, em 1550 as casas novas da Relação e, no séc. XVIII, o Aljube); do sul com a parte pertencente ao cabido de Lamego, e, do norte com a Relação Eclesiástica.
2	Luis Fernandes Braga	320 reis e 2 galinhas	Confronta, de poente, com casa foreira à Mitra e, do nascente, com casa do morgado dos Leites.
3	Rev. Cónego João Pinheiro Leite	620 reis e 2 galinhas	Confronta, do nascente, com casa foreira à Igreja de S. Pedro d'Este e, do poente, com casa foreira ao Morgado dos Leites. Este prazo foi comprado pelo Cabido, em 1485, ao Rei D. João II.
4	Maria Ferreira, viúva de Custódio Barroso	200 reis e 1 galinha	Confronta, do poente, com casa foreira à Igreja de S. Pedro d'Este.

Figura 23 - Pormenor da informação presente no Volume II do MRB para a Rua do Souto

Relativamente ao volume I procedemos ao levantamento da informação sobre o comprimento e altura das fachadas, o número de portas, janelas, andares e águas, qual o tipo de ocupação de cada uma dessas parcelas (casa, edifício, etc) e a funcionalidade (habitação, comercial, religiosa).

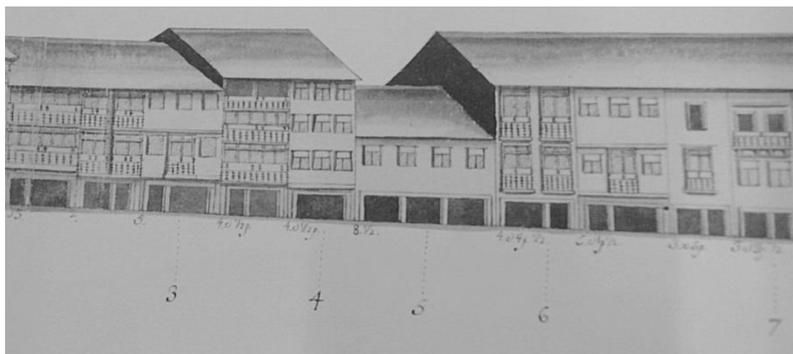


Figura 24 - Exemplo da informação recolhida do Volume I do MRB para a Rua do Souto

É importante referir que às casas que não pertenciam ao Cabido e que, por essa mesma razão não apresentavam nenhum número associado, foi-lhes atribuída uma letra do abecedário, primeiro em minúscula e depois, caso necessário, em maiúscula.

Consideramos igualmente relevante estabelecer uma relação das fachadas do século XVIII com as atuais através da informação recolhido no MRB e nos levantamentos realizados por Maria do Carmo Ribeiro (2008).

Relativamente às medidas das larguras das fachadas, estas encontram-se anotadas na base de cada um dos alçados no MRB, figurando em varas (v), que se subdividem em palmos (p) e, nalguns casos, cada um destes encontra-se repartido em meio palmo, ou seja, 6 polegadas.

Para procedermos à conversão em metros de cada uma dessas medidas utilizamos dois métodos.

O primeiro baseou-se na seguinte tabela apresentada por Miguel Bandeira (1993):

<i>varas</i>	lv1/2	lv1p	lv1p1/2	lv2p	lv2p1/2	lv3p	lv3p1/2	lv4p	lv4p1/2
conv.deci	1,1v	1,2v	1,3v	1,4v	1,5v	1,6v	1,7v	1,8v	1,9v

Assim, usámos a conversão de 1 vara que corresponde a 1,10m, pelo que, por exemplo, 3v1p1/2 seria igual a 3,3v, ou seja, 3,63m (3,3m x 1,1m).

O outro método foi aplicado nas casas cuja medida não era possível identificar, bem como nas alturas das fachadas. Assim, procedemos à medição, em centímetros, de cada uma dessas parcelas, como se apresenta no quadro abaixo:

Centímetros	Varas	Metros	Centímetros	Varas	Metros
0.3	1	1.1	4.2	14	15.4

0.6	2	2.2	4.5	15	16.5
0.9	3	3.3	4.8	16	17.6
1.2	4	4.4	5.1	17	18.7
1.5	5	5.5	5.4	18	19.8
1.8	6	6.6	5.7	19	20.9
2.1	7	7.7	6	20	22
2.4	8	8.8	9	30	33
2.7	9	9.9	12	40	44
3	10	11	15	50	55
3.3	11	12.1	18	60	66
3.6	12	13.2	21	70	77
3.9	13	14.3	24	80	88

Importa, mais uma vez referir que não foram estudados todos os alçados representados no MRB. De facto, apenas foram analisadas os espaços viários alterados na época moderna, designadamente na área intramuros definida pela muralha medieval e que integram o plano urbano atual, mas também os espaços públicos situados na periferia da cidade.

Assim, as ruas selecionadas foram as que se apresentam na tabela que se segue:

Nome Atual/ Nome MRB	Representação
Rua D. Frei Caetano Brandão/Rua do Campo (1)	Lado Poente – Q.A2. Lado Nascente – Q.A6, Q.A7 e Q.A8
Rua D. Diogo de Sousa/ Rua Nova (2)	Lado Norte – Q.A6 Lado Sul – Q.A5
Rua do Cabido/ Rua dos Açougues Velhos (3)	Lado Nascente – Q.00 Lado Poente – Q. A5
Rua D. Paio Mendes/ Praça do Pão (4)	Lado Norte – Q.A5 Lado Sul – Q.C9

Rua do Souto/Rua do Souto (6)	Lado Norte – Q.B1 e Q.B3 Lado Sul – Q. D5, D6 e D7
Rua do Castelo/ Loura e Terreiro do Castelo (7)	Lado Poente – Q.B3
Rua de S. João/ Rua de S. João (9)	Lado Norte – Q.D5 e D6 Lado Sul – D4 e D2
Rua da Violinha/ Rua da Vielinha (24)	Lado Nascente – Q.A3 Lado Poente – Q.A1
Avenida de S. Miguel-o-Anjo/ Rua em Frente do Açougue (25)	Lado Nascente – Q.E2
Rua do Alcaide/ Rua do Alcaide (31)	Lado Sul – Q. I4
Rua de S. Geraldo/ Rua dos Pelames (32)	Lado Nascente – Q.I3 Lado Poente – Q.I4
Rua do Anjo/ Rua do Anjo (33)	Lado Sul – Q.I2
Rua dos Falcões/ Quingosta das Cruzes (34)	Lado Norte – Q.I2 Lado Sul – Q.I3
Rua de S. Marcos/ Rua de S. Marcos (35)	Lado Nascente – Q.I1
Avenida da Liberdade (entre a Arcada e o Rechicho) / Rua das Águas (36)	Lado Poente – Q.I1
Rua do Carvalho/ Rua do Carvalho (44)	Lado Sul – Q.F1
Rua dos Capelistas/ Rua da Fonte da Carcova (44)	Lado Norte – Q.F1
Rua dos Chãos/ Rua dos Chãos de Baixo (45)	Lado Poente – Q.F1
Rua dos Biscainhos/ Rua dos Biscainhos (59)	Lado Poente – Q.A2

De seguida, procedemos ao levantamento e análise da informação presente na documentação histórica, designadamente a contida nos *Índices dos Prazos das Casas do Cabido*. Na realidade, os dados contidos nestes índices foram objeto de uma análise cruzada com o MRB, apresentada sob a forma de listagem na edição utilizada neste trabalho do MRB (AAV, 1991). Das várias listagens/índices que constituem o referido documento (toponímico, onomástico, cronológico e de "profissões") decidimos utilizar o cronológico, uma vez que apresenta as datas de contrato ordenadas cronologicamente. Este encontra-se organizado pelo número da casa do Cabido que corresponde ao número que surge no MRB, data do contrato, nome do arrendatário, profissão, estado civil e notas de prazos (escritura de prazo, prazo).

CASAS	N.º	DATA DO CONTRATO	NOME	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	NOTAS DE PRAZOS
R. do Souto	17	1556-04-21	Alvaro Luis	Luveiro	C.C. Maria Gonçalves	Prz.
R. do Souto	17	1606-04-29	Mónica Lobo		F. de Leonel Lobo, Cidadão de Braga	Prz.
R. do Souto	17	1714-08-04	Jacinto da Silva Coelho	Mercador	C.C. Margarida Maria de Lima	Prz.
R. do Souto	18	1471-02-15	Álvaro Vaz	Bacharel, Cônego de Braga		Prz.
R. do Souto	18	1484-06-27	João de Tomar	Correio	C.C. Isabel Álvares	Prz.
R. do Souto	18	1544-01-11	Jácome Rodrigues	Escudeiro de Braga		Prz.
R. do Souto	18	1544-11-18	Francisco Martins	Mercador de		
				Geraz de Lanhoso	C.C. Filipa de Macedo	Prz.
R. do Souto	18	1578-05-15	Pedro Fernandes	Mercador	C.C. Francisca Lopes	Prz.

Figura 25 - Extrato da informação presente nos Índices dos Prazos das Casas do Cabido da Rua do Souto

A análise dos dados contidos no Índice requereu o domínio de informação bastante diversificada, alguma dela sob a forma de abreviatura. A título de exemplo, refiram-se as que enunciamos de seguida:

Abreviaturas	
C.C.	Casado com
Cidad.	Cidadão
D.	Dom; Dona
Donz.	Donzela
Esc. Prz.	Escritura de Prazo
Prz.	Prazo
Lic.	Licenciado
Escud.	Escudeiro
F.	Filho(a)

Sobr.	Sobrinho(a)
Solt.	Solteiro(a)
V.	Viúvo(a)

Por fim, procedeu-se à análise da ilustração de 1594, o Mapa de Braunio, que permitiu obter uma visão geral do plano urbano de Braga no século XVI, nomeadamente as alterações urbanas realizadas no plano medieval pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, entre 1505 e 1532.

É importante reforçar a ideia de que uma das tarefas mais importantes e necessárias para tornar possível a análise da morfologia urbana reside na comparação entre os vários suportes cartográficos, iconográficos e documentais, de forma a ser possível assinalar e identificar as sucessivas transformações e alterações que ocorreram ao longo do tempo.

4.2.2 Preenchimento da Base de dados

A informação alfanumérica recolhida decorrente das etapas anteriormente enunciadas, designadamente os dados obtidos com os levantamentos de campo, da cartografia histórica e das fontes documentais, foi posteriormente introduzida na Base de Dados da Unidade de Arqueologia, ou seja, arquivada numa aplicação de *back-office*, desenvolvida em PHP, que armazena os dados numa base de dados *Mysql*, garantindo na sua estrutura e organização que as várias entidades registadas se interliguem e relacionem entre si. Assim, todos os dados qualitativos associados a cada edifício, tais como, os arrendatários, os números de andares, a altura dos edifícios e imagens de fachadas, entre outros, passaram a estar relacionados e acessíveis em aplicações externas, como os Sistemas de Informação Geografia (SIG), e assim produzir plantas interpretativas e modelos 3D.

A Base de Dados encontra-se organizada em diversas entidades, designadamente Rua, Quarteirão, Parcela e Ocupação da Parcela, que por sua vez, têm associados os atributos que as permitem caracterizar.

Cada uma destas entidades encontra-se indexada por períodos cronológicos. Assim, na entidade Rua foi inserido o nome de cada uma delas, para cada um desses períodos cronológicos. De seguida, foi preenchida a entidade Quarteirões que, posteriormente, foi relacionada com a entidade Rua. Os atributos da entidade Quarteirão contemplam a designação de cada uma das suas parcelas, bem como, e caso houvesse essa informação, o seu proprietário, a sua largura, o comprimento e as observações.

As informações mais detalhadas sobre cada uma dessas parcelas foi introduzida na entidade campo Ocupação Parcela, como podemos observar nos formulários da aplicação de *back-office* apresentados na figura 26.

The image shows two screenshots of a web application interface. The top screenshot is a form for 'Ocupação Parcela' with fields for Designação (B3), Observações, Toponímia, and Localização. The bottom screenshot is a more detailed form for 'Ocupação Parcela' with fields for Designação (13ca), Arrendatário (Domingos Fernandes Gu), Estado Civil, Tipo (Casa), Estado, Funcionalidade (Habitação), Largura Fachada (5.28), Nº de pisos (3), Nº de Áreas (2), Nº de portas (2), Moeda, modal: (2), Observações, Profissão (Ceneiro), Renda (650réis e 5Galinhas), Data contrato (1724-07-29), Nº pedida, Funcionalidade (Comercial), Altura Fachada (3.07), Caves, Anual (Sim), Nº de janelas (4+2p), and Moeda Romanca. To the right is a table with columns 'Parcela', 'Editar', and 'Apagar'. The table lists parcel numbers from 13RS to 13RS-95, each with a pencil icon for editing and a red 'X' for deletion.

Figura 26 - Formulários do back-office para registar a informação (Sistema de Informação UAUM)

A designação de cada uma das parcelas, como já referimos, manteve a designação presente no MRB para as pertencentes ao Cabido. As que não pertenciam ao Cabido foi-lhes atribuída uma letra do abecedário. Para facilitar o preenchimento, posterior, da entidade Ocupação Parcela referente ao século XVIII, também foi associada as iniciais das ruas a que cada uma pertencia. Por exemplo, no Quarteirão B1, a parcela 3RS, refere-se à casa número 3 do Cabido, na rua do Souto.

Neste sentido, no caso do preenchimento da entidade Parcela, foi possível estabelecer uma relação entre as características arquitetónicas da fachada de algumas casas do século XVIII, documentadas no MRB, com as existentes na atualidade, tal como se pode observar no apêndice 13.

Igualmente, nos apêndices apresentados neste trabalho, é possível confrontar os resultados obtidos através do preenchimento das diferentes entidades da base de dados, designadamente ao nível da profissão dos inquilinos, bem como as casas pertencentes ao Cabido, para o século XVIII.

A tarefa de preenchimento da base de dados constituiu uma das etapas mais trabalhosas e morosas do nosso trabalho, envolvendo, por exemplo, a introdução de informação referente ao

parcelamento desde a atualidade até à Época Moderna, que, para o século XVIII contemplou os dados referentes a aproximadamente 684 parcelas.

4.2.3 Análise e interpretação dos dados através do SIG

Depois de terminada a análise e interpretação do conjunto dos dados alfanuméricos, foi possível começar a elaborar uma cartografia representativa da forma urbana de Braga, bem como plantas interpretativas da morfologia dos quarteirões e dos vários espaços que selecionamos para o nosso estudo, avaliando, desta forma, a evolução da planimetria da cidade. Assim, foi possível articular a arquitetura das nossas parcelas com os espaços que as circundavam com o intuito de estudarmos as características morfológicas dos vários planos urbanos ao longo dos diversos períodos cronológicos.

De facto, um Sistema de Informação Geográfica (SIG), apesar das diversas definições que conhece, decorrentes da própria finalidade para que são usados, permite a produção e análise da cartografia recorrendo à tecnologia computacional. Assim, o SIG relaciona-se com outras tecnologias como, por exemplo, as de desenho assistido por computador (CAD) e as Bases de Dados, lidando com informações georreferenciadas que se podem dividir em entidades geográficas e atributos¹.

Desta forma, foi possível elaborar uma proposta de planimetria para o século XVIII, que teve como base o *Mappa das Ruas de Braga*, de 1750, que representa a fachada dos edifícios de uma forma bastante precisa. Por outro lado, para obtermos as *footprints* (“pegadas”) dos edifícios num formato vetorizado, combinámos esta fonte de informação com os planos topográficos de Garcez Belchior e M. Maciel e de F. Goullard, de 1883/84, recorrendo ao programa de SIG, designado de ArcMap, tal como se apresenta no apêndice 21.

O ArcMap permitiu a sobreposição dos planos de informação matricial e vetorial, objetos gráficos, figuras, criação e edição de dados, pesquisas e análises espaciais, padronização e impressão de mapas, entre outros. Desta forma, foi possível criar mapas e plantas sobre, por exemplo, a localização geográfica dos proprietários das casas do Cabido do século XVIII (apêndice 15) ou as profissões dos enfiteutas no século XVIII (apêndice 14), recorrendo, também, à articulação com a informação armazenada na base de dados.

¹ Informação retirada de <http://w3.uaig.pt/~tpanago/SIGconsist.htm>. Consultado a 15/08/2015 pelas 22 horas.

4.2.4 Plantas interpretativas e Reconstituição 3D

Como já referimos, a evolução da morfologia da cidade de Braga tem sido objeto de estudo por parte de investigadores que foram focando a sua atenção em diferentes áreas urbanas e em distintos períodos cronológicos. Assim, e usando o conhecimento acumulado proveniente das mais diversas fontes de informação, diversos autores propuseram uma metodologia de trabalho para a representação 3D das áreas urbanas usando o ESRI CityEngine (Botica *et al.*, 2014:1-12). De facto, esta ferramenta de modelação procedimental que pode ser usada para modelar uma cidade inteira de uma maneira semiautomática (Parish e Müller, 2001: 301-308). A modelação procedimental permite criar cenas de grande escala, usando um conjunto de algoritmos ou regras. O nível de detalhe também pode ser alterado e controlado através de parâmetros que determinam o número de polígonos criados para cada elemento das cenas a representar (Ganster e Klein, 2007: 123-130).

Aos *footprints* vetorizados que se apresentam subdivididos em parcelas agrupadas em blocos rodeados por ruas, transformados em *shapefiles*, é possível associar a informação qualitativa registada em base de dados, como a altura dos edifícios com a imagem da fachada em formato JPEG (Botica *et al.*, 2014: 1-12).



Figura 27 - Footprints da Rua do Souto

No âmbito do nosso estágio pudemos beneficiar dos conhecimentos e dos resultados alcançados pela equipa da Unidade de Arqueologia (Botica *et al.*, 2014) com base nesta metodologia, tendo sido possível reconstituir os *footprints* referentes à nossa área de estudo, como se apresenta na figura 27.

Para além destas competências, o CityEngine também permite comparar os vários modelos criados. Dessa forma, é possível identificar as alterações que a cidade sofreu no seu todo, bem como as ruas e as fachadas das habitações, em particular.

Nesse sentido, a equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho tem desenvolvido trabalhos de reconstituição 3D para a cidade de Braga, tal como se pode observar nas figuras 28 e 48 (Botica *et al.*, 2014).



Figura 28 - Modelo 3D baseado no MRB (Botica, 2014: 6)

5. A Evolução da morfologia urbana de Braga desde a Idade Moderna até à contemporaneidade: espaços públicos e periferia

5.1 Introdução

A morfologia da cidade de Braga na época Moderna é, desde logo, herdeira de um vasto conjunto de características urbanas, que foram sendo introduzidas em diversos períodos cronológicos, desde a sua fundação romana até à atualidade.

Apesar de no período romano a cidade ter conhecido uma área urbana amuralha de 48 ha, englobados na muralha construída no Baixo-império, na Alta Idade Média esta área não ultrapassaria os 15 ha, em resultado de uma sucessão de períodos ocupacionais conturbados que terão permitido a consolidação urbana no quadrante nordeste da cidade romana.

Todavia, ao longo dos séculos XIII e XIV a área construída foi sendo dilatada para norte e nordeste, através da criação de novos bairros, da urbanização de vias e caminhos, alguns dos quais de génese romana, que se situavam extramuros, bem como da estruturação de novos eixos viários e de parcelas. O crescimento urbano registado durante este período encontra expressão na ampliação da cerca alto medieval, que praticamente duplica a anterior. A cidade apresenta neste período uma série de elementos estruturantes e definidores do espaço urbano, designadamente a Sé catedral, o Castelo e a muralha, o Paço Arquiepiscopal, bem como praças, ruas e mercados.

Todavia, seria no século XVI, devido à atuação do arcebispo D. Diogo de Sousa, que a cidade foi alvo de enormes renovações e transformações, conhecendo a sua maior etapa de crescimento demográfico e económico e assinalando novas formas de conceptualização do espaço urbano.

Tal como já referido, este interveio de forma pensada e consciente no anterior plano da cidade, modificando alguns aspetos da sua morfologia, através da criação de novos espaços e estruturas tanto intra como extramuros e, aproveitando outros que regulavam o urbanismo medieval, como a Sé Catedral, o Castelo ou o Paço Arquiepiscopal.

É importante referir que a atuação do arcebispo lançou as linhas mestres do futuro desenvolvimento urbano de Braga, munindo-a de estruturas e espaços de continuidade como, por exemplo, o conjunto de saídas periféricas alternativas, que deram expressão a uma fisionomia perfeitamente radial, massivamente urbanizada durante os séculos seguintes (Ribeiro, 2008: 504).

Importa igualmente referir que as grandes alterações urbanísticas que se observaram na cidade moderna, nomeadamente na periferia, resultaram também da perda da funcionalidade defensiva da muralha fernandina, razão pela qual irão surgir novas construções e espaços viários na sua envolvente, que irão ser, pouco a pouco, urbanizados.

A cidade de Braga possui um enorme acervo de fontes de informação, referentes a diferentes séculos, que permitem determinar e analisar de uma forma contínua algumas das alterações que tiveram lugar na morfologia do espaço urbano, desde o século XVI à atualidade. De facto, estas fontes apresentam grande importância pois permitem fazer uma análise regressiva da estrutura do espaço urbano bracarense.

Neste sentido, a interpretação morfológica da cidade, desde a época moderna até à atualidade, beneficiou da adoção de uma metodologia de estudo que cruza diferentes fontes de informação, designadamente, cartográficas e iconográficas, documentais, o edificado histórico e as marcas fossilizadas na paisagem.

Desta forma foi possível analisar o plano urbano Moderno de Braga, nomeadamente as principais alterações registadas ao nível do sistema viário e dos quarteirões bem como das parcelas edificadas, que consistiram nos objetivos do estágio realizado.

Em forma de tabela, apresentamos para cada rua e quarteirão, o número de parcelas edificadas, bem como as suas dimensões desde o século XVIII até à atualidade. Estas medidas surgem com base nas fontes de informação utilizadas neste relatório, designadamente o MRB, a Planta de 83/84 e a cartografia atual. De igual modo, são apresentados alguns dados socioeconómicos relativos aos inquilinos das parcelas edificadas pertencentes ao cabido constantes no IPCC, apresentando-se no apêndice 20 e 30 a totalidade dos dados obtidos.

5.2 O plano urbano

O plano urbano constituiu um documento imprescindível no que se refere ao reconhecimento e compreensão da estrutura do conjunto da cidadã, permitindo descodificar a estratificação histórica ocorrida no seu espaço através da análise dos seus vários elementos e da relação que se estabelece entre eles (Ribeiro, 2008: 73).

O plano urbano de Braga no século XVI, a julgar pelo próprio *Mapa de Braunio*, apresenta semelhanças com os planos radiocentros, sendo composto por um núcleo central, definido pelo perímetro da muralha medieval e por um conjunto de ruas periféricas que partem dos largos abertos em frente das principais portas da muralha e permitem ligar à periferia urbana. De igual

modo, a ligar estes diferentes largos e circundando a muralha pelo lado exterior encontram-se um conjunto de ruas, que reforçam a centralidade do núcleo urbano. No caso de Braga, a perda da funcionalidade defensiva da muralha fernandina, a partir do século XVI e ao longo dos períodos que se seguiram, originaram o desaparecimento paulatinamente desta estrutura, quer pelo seu desmantelamento, quer pela sua integração nas construções que lhe surgem adossadas.

No caso do núcleo urbano definido pela muralha medieval, o plano urbano apresenta duas áreas com características morfológicas diferenciadas, divididas por uma rua. Referimo-nos, à área a norte e a sul da artéria formada pela rua Nova de Sousa e rua do Souto, que atravessa o núcleo urbano no sentido este / oeste, ligando duas das principais entradas na cidade. A área norte apresentava características maioritariamente rurais, com um maior número de zonas verdes ou quintais e com poucos eixos viários, sobressaindo, ainda assim, o Campo dos Touros (que corresponde ao atual quarteirão A7) e o Paço Arquiepiscopal (que na atualidade integra o quarteirão B3). Por outro lado, a zona sul estava praticamente toda urbanizada, correspondendo à parte mais antiga da cidade.

Algumas das principais alterações urbanísticas ocorridas na época moderna realizaram-se na parte norte do núcleo urbano, e são originárias da ação urbanística do arcebispo D. Diogo de Sousa, que compreendeu a criação, regularização e/ou alargamento de várias ruas, nomeadamente a abertura da rua Nova de Sousa (atual rua D. Diogo de Sousa), e da rua de S. João do Souto, muito embora esta última se encontre na parte sul. Este arcebispo mandou igualmente regularizar a rua do Souto, a antiga rua do Campo, localizadas na área norte, bem como as atuais rua D. Paio Mendes e rua do Cabido nas imediações da Sé Catedral.

Dentro dos muros da cidade também abriu algumas praças: a Praça do Pão, situada em frente à fachada principal da Sé, a Praça do Pescado, no fim da Rua de D. Diogo de Sousa, e a praça atualmente designada de Largo D. João Peculiar, entre a fachada norte da Sé e o Largo do Paço (Ribeiro, 2008: 505).

Na zona extramuros, nas imediações das portas da muralha medieval, o referido arcebispo mandou abrir grandes campos, designadamente, o Campo da Vinha, o Campo das Hortas, o Campo das Carvalheiras, o Campo dos Remédios e o Campo de Santa Ana. A ligar estas praças surgem novos arruamentos. A rua de S. Marcos permitia ligar o Campo de Santa Ana ao Campo dos Remédios; a rua do Anjo unia o Campo dos Remédios ao Campo de S. Tiago; a rua do Alcaide estabelecia a ligação entre o Campo de S. Tiago e o Campo de S. Sebastião; e a rua dos Biscainhos

conectava o Campo das Hortas ao Campo da Vinha. Por fim, o Campo da Vinha ligava-se ao Campo de Santa Ana através da antiga rua da Fonte da Carcova, atual rua dos Capelistas.

Com a ampliação e a criação destes novos espaços, o sistema viário tornou-se mais regular, surgindo, posteriormente, novos quarteirões. Exemplos são os A8 e o B2, localizados na zona norte da cidade, tornando a divisão das parcelas mais regulares.

É possível afirmar que a morfologia urbana de Braga se manteve praticamente inalterável, nomeadamente ao nível da estrutura viária, da distribuição das praças e do traçado da muralha, até ao século XVIII.

A cidade moderna de Braga atinge o seu ponto áureo com a adoção dos modelos da cidade barroca que vão dominar o cenário urbano bracarense a partir do século XVIII, mais uma vez sobre influência dos arcebispos e pelas mãos de vários arquitetos (Ribeiro, 2008: 549).

As características morfológicas do plano urbano de Braga no século XVIII estão representadas no *Mapa das Ruas de Braga* e no *Mapa de Braga Primas*, assinalando-se a urbanização quase total das ruas e praças abertas no século XVI, bem a construção de grandes edifícios que ao estilo barroco passaram a integrar a paisagem urbana. Entre estes destacam-se, por exemplo, no nível do núcleo urbano o novo paço e o novo edifício da Câmara Municipal, localizados na atual Praça do Município, promovidos pelo arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), que analisaremos com maior detalhe quando examinarmos o quarteirão A7 e B3. Trata-se de construções que, desde logo, se distinguiu pelas suas características fisionómicas e grandes proporções.

O plano urbano irá conhecer significativas alterações durante os séculos XIX e XX, nomeadamente no núcleo urbano, através do alargamento de algumas artérias, bem como o aparecimento de novas ruas que acabaram por destruir completa ou parcialmente a sua forma anterior, resultando na alteração dos quarteirões e das parcelas. Refira-se, a título de exemplo, a abertura da rua Frei Caetano Brandão, iniciada em 1890, no lado ocidental do núcleo urbano, no sentido sul/norte, que destrói praticamente três arruamentos de génese medievais, designadamente as ruas Verde, dos Sapateiros e do Campo Novo. Processo idêntico ocorre com a abertura da rua D. Afonso Henriques, em 1923, neste caso, vem substituir a medieval rua das Travessas que corria no sentido este/oeste. Este tipo de alterações ocorre igualmente na periferia urbana, onde se procuram regularizar algumas ruas, como foi o caso das ruas das Águas, que passou a integrar a Avenida da Liberdade ou da rua dos Chãos. Por fim, refira-se ainda a abertura de ruas novas, nomeadamente em 1923 a rua Dr. Justino Cruz e em 1954 a rua Francisco

Sanches no núcleo urbano, das quais resultou a fragmentação dos quarteirões medievais bem como a destruição do seu parcelamento.

A representação cartográfica destas alterações encontram-se registadas nos apêndices 22 a 27, e resultam do exercício de sobreposição das várias plantas elaboradas.

Procederemos, nas próximas seções, à análise detalhada dos principais elementos urbanos introduzidos no espaço urbano na época moderna.

5.2.2 Sistema Viário

As modificações registadas no plano urbano na época moderna compreendem, como já referido, a regularização de algumas ruas, bem como a abertura de novas artérias. De um modo geral, trata-se de ruas mais amplas e regulares comparativamente às medievais.

Através das várias fontes de informações utilizadas, procuraremos perceber quais as alterações que ocorreram no sistema viário da cidade desde os inícios do século XVI à atualidade.

Nesse sentido, analisaremos as novas ruas que compõem o plano urbano de Braga na época moderna, estudando, mais concretamente, as que se situavam dentro do espaço amuralhado, designadamente as que se localizam a norte da rua do Souto, primeiramente, bem como as que se desenvolveram na periferia da cidade ou que, por outro lado, permitiam a ligação entre as várias praças ou campos, como podemos verificar no apêndice 21.

5.2.2.1 Rua do Campo

A rua do Campo sofreu inúmeras alterações morfológicas e toponímicas ao longo dos tempos. Assim, esta artéria com sentido N/S, começou por ser chamada de rua Nova, passando no século XVI a denominar-se de rua do Campo, no tempo do arcebispo D. Diogo de Sousa. Em 1890 foi integrada na rua D. Frei Caetano Brandão.

O Mapa de Braunio representa a interseção da muralha medieval no seu extremo norte, no local onde se localizaria uma das portas da cidade. Também esta porta conheceu diversas designações, nomeadamente, Porta de S. Francisco, Porta Limpa ou Porta do Campo dos Arcebispos (Freitas, 1890), permitindo, por um lado, o acesso ao Campo dos Touros dos Arcebispos, localizado intramuros e correspondendo na atualidade à Praça Municipal de Braga e, por outro, à área situada extramuros e denominada de Campo da Vinha, atual Praça Conselheiro Torres de Almeida.

A rua do Campo teria grande importância durante a Idade Média devido à existência desta porta que permitia, ainda, o acesso imediato à saída da cidade para diversos locais como Prado, Ponte de Lima e Valença (AAVV, 1989/91, vol. II).



Figura 29 - Rua do Campo (Mapa de Braunio)

No MRB podemos ver a representação de ambos os lados desta rua, incluindo a figuração intramuros da sua porta, localizada no lado Poente da artéria, também representadas no Mapa da *Cidade de Braga Primas*.

A rua era assim constituída no século XVIII por 10 casas do lado Nascente, nenhuma pertencente ao Cabido, e 14 do Poente mas somente 3 pertenciam ao Cabido, como podemos observar na Tabela 1.

O prazo mais antigo remonta a 1519, embora a data seja comum às casas número 1 e 2, os inquilinos eram diferentes, ou seja, na casa 1 passou a residir Leonor Luís e, na 2, Sebastião Gonçalves, Escudeiro e Criado do Deão D. Jorge. Contudo, no século XVIII, mais concretamente em 1719, estas duas casas unem-se e passam a possuir o mesmo inquilino, Luísa Mendes, que não teria profissão, tal como a esmagadora maioria das mulheres dessa altura, e, na casa 3, morava o Padre Domingos Tinoco de Magalhães (ver apêndice 30). Na realidade, através das informações constantes nos IPCC, relativas à ocupação e estatuto social, bem como às relações de parentesco dos inquilinos, é possível compreender o tipo de pessoas que moravam numa determinada casa, bem como analisar alguns aspetos sócio económicos da cidade de Braga na época Moderna.

A maioria das casas apresentava 3 pisos, telhados de 2 águas e fachadas pouco ornamentadas e simples, à exceção, por exemplo, da casa que designamos por fRC, localizada no lado Poente da rua (ver figura 30).

Por outro lado, julgamos que a influência desta artéria terá decaído neste século. A Porta de S. Francisco foi demolida, embora não se saiba a data exata em que tal aconteceu e, em 1745, a zona central do seu lado nascente foi destruída com o intuito de construir, nesse local, a Câmara Municipal (Smith, 1968).

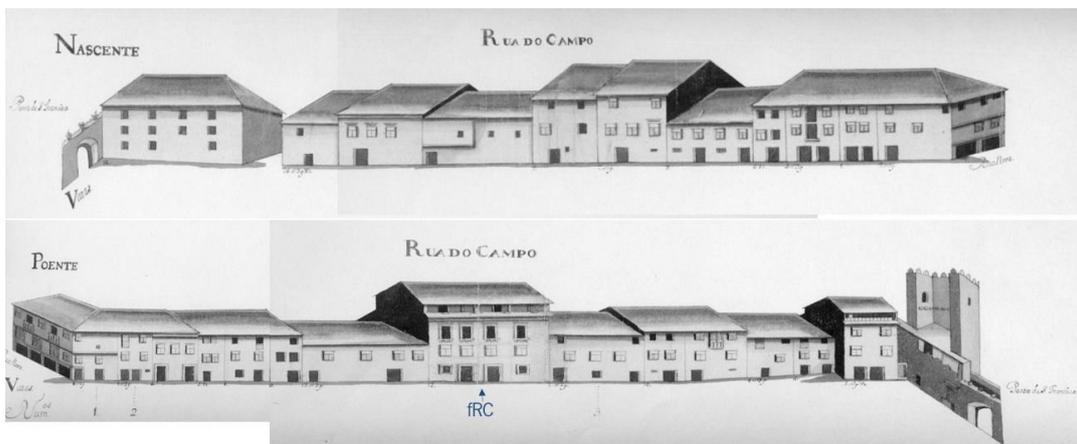


Figura 30 – Esquema do Lado Nascente e Poente da Rua do Campo no Mapa das Ruas de Braga, do século XVIII, e localização da parcela fRC

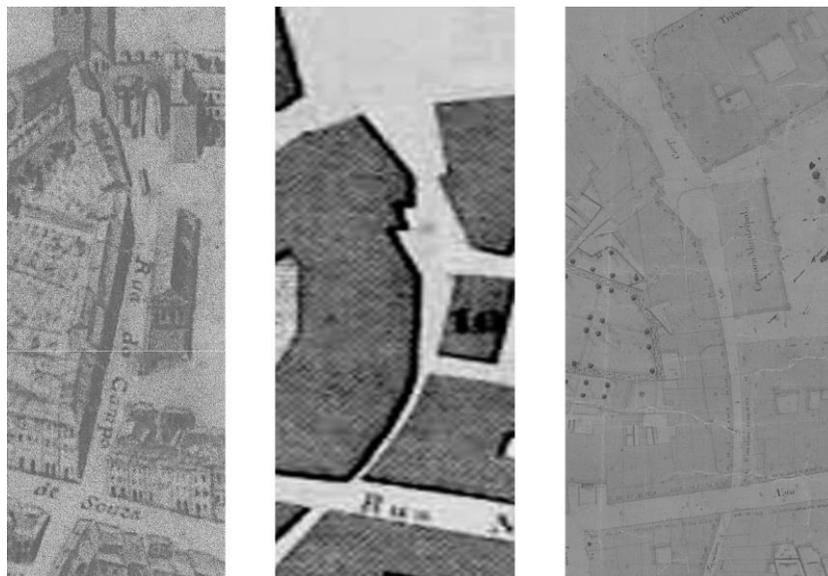


Figura 31 – Da esquerda para a direita vemos a representação da Rua do Campo no Mapa da Cidade de Braga Primas, na Planta de Braga do século XIX e no Levantamento topográfico de 1883/84

Na atualidade, esta artéria encontra-se totalmente modificada devido à sua inclusão na rua D. Frei Caetano Brandão (ver figura 157, da página 144) que, desta forma, a tornou mais larga e retilínea, provocando a destruição de algumas parcelas (apêndice 20), registando-se contudo desde o século XVIII até à atualizada um processo de reparcelamento que originou um aumento do número de parcelas (ver tabela 1).

Importa referir que o lado Poente da rua integra o quarteirão A2, e o lado Nascente os quarteirões A6, A7 e A8 (ver apêndice 28).

Alçado Poente			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	14	20	15
Parcela Maior	13,86m	13,49m	19,80m
Parcela Menor	3,30m	3,34m	3,52m
Dimensão Total da Rua	93,29m ⁴	133,92m	113,52m
Alçado Nascente			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	10	7(A6)+1(A7)+ 5(A8)	5(A6)+1(A7)+ 5(A8)
Parcela Maior	29,37m(total)	9,95m(A6) 39,03m(A7) 16,67m(A8)	12,38(A6) 39,38m(A7) 16,90m(A8)
Parcela Menor	3,85m	4,12m(A6) 5,68m(A8)	4,91m(A6) 5,03m(A8)
Dimensão Total da Rua	98,81m ⁵	137,11m	135,72m

Tabela 1- Parcelas edificadas dos alçados Poente e Nascente da Rua do Campo, do século XVIII à atualidade

⁴ A dimensão do lado Poente da rua do Campo para o século XVIII, vai desde a Porta de S. Francisco até à Rua Nova de Sousa.

⁵ A dimensão do lado Nascente da rua do Campo para o século XVIII, vai desde a Porta de S. Francisco até à Rua Nova de Sousa.

5.2.2.2 Rua Nova de Sousa

A rua D. Diogo de Sousa, no sentido N/S, é um dos eixos principais do espaço intramuros e, em conjunto com a rua do Souto, separa as duas grandes áreas do plano urbano, com características morfológicas diferenciadoras, localizadas a norte e a sul desta artéria.

A abertura desta artéria, no século XVI, foi uma iniciativa do arcebispo D. Diogo de Sousa, demonstrando, de uma forma exemplar, a importância atribuída à circulação na cidade, de acordo com os postulados do urbanismo renascentista (Ribeiro, 2008). Trata-se, de facto, de uma artéria larga e regular, que permitia a ligação entre a rua do Souto e o Campo das Hortas, localizado na área extramuros, através de uma porta da muralha, também ela mandada abrir por D. Diogo Sousa, tal como se pode observar no Mapa de Braunio.

A importância desta artéria é realçada pelo facto de ser por aqui que os novos arcebispos faziam a sua entrada solene na cidade de forma ostentosa e festiva (Melo e Ribeiro, 2014).



Figura 32 - Rua Nova no Mapa de Braunio, de 1594

Esta artéria, também designada por rua Nova de Sousa, continuava a ser bastante importante no século XVIII, apresentando-se como uma rua comercial, ostentando muitas casas com gólias na sua fachada, bem como grandes portas no rés-do-chão, muitos edifícios com varandas e a maioria apresentando 3 e 4 pisos.

No MRB encontra-se ainda representada a igreja da Misericórdia, a este, e a Pracinha, a oeste, no alçado Sul e, no alçado Norte, para além da Porta Nova, é possível identificar uma fonte, mandada abrir por D. Diogo, com cerca de 11 metros de largura, bem como uma casa brasonada e inúmeras parcelas cujas fachadas apresentam características morfológicas bastante interessantes.

Importa referir que a versão do MRB utilizada apresenta um erro de impressão. De facto, foi possível perceber que uma das casas, a que precede a fonte, de Oeste para Este, se encontra cortada. Ao realizarmos a conversão do MRB num suporte cartográfico, em conjunto com os levantamentos topográficos do século XIX, comprovamos esse facto e, desta forma, foi possível determinar a largura que essa casa teria. Assim, consideramos que essa casa, à qual demos o nome e2RN, teria cerca de 8,50 metros (ver figura 33).

No total, esta rua apresentaria 28 casas do lado Norte, se individualizarmos as casas nº 14 e 15, sendo que 13 destas pertenciam ao Cabido. No alçado sul existiam 27 casas, sendo somente uma pertença do Cabido (confrontar Tabela 2). O prazo mais antigo remonta a 1515, relacionada muito provavelmente com o início da urbanização desta artéria, aberta nos princípios do século XVI.

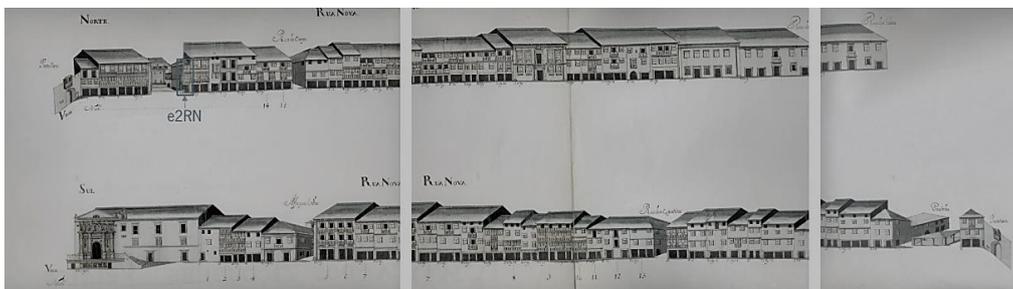


Figura 33 – Esquema do Lado Norte e Sul da Rua Nova no MRB e a localização da parcela e2RN



Figura 34 - Rua Nova no Mapa da Cidade de Braga Primas

Apesar da perda da influência social e comercial desta artéria, sobretudo devido à crescente importância da rua do Souto e da Arcada, as alterações morfológicas sofridas até à atualidade foram pontuais. Entre as mais significativas regista-se a abertura, no século XIX, da rua Frei Caetano Brandão, no sentido N/S, que ocasionou a destruição de algumas das suas parcelas construídas no tramo oeste, como se pode verificar na tabela 2.

Refira-se, igualmente, em termos arquitetónicos, o desaparecimento de todas as gelosias das casas, muito embora a composição da fachada dos edifícios se tenha mantido praticamente inalterada (ver apêndice 13), registando-se, em alguns casos, um aumento ou diminuição do número de pisos, janelas e portas como, por exemplo, nas parcelas jRN (apêndice 1), 7RN (apêndice 2) e bRN (apêndice 3). Mencione-se, ainda, o encerramento da fonte localizada no alçado norte, no lado poente.

O lado norte da atual rua D. Diogo de Sousa pertence aos quarteirões A2 e A6, enquanto o seu lado Sul se inclui nos quarteirões A4 e A5 (ver apêndice 28), que posteriormente analisaremos mais detalhadamente.

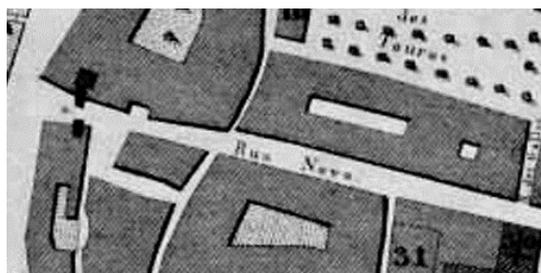


Figura 35 - Rua Nova na Planta da Cidade, do século XIX



Figura 36 - Localização da Rua Nova no Levantamento topográfico de 1883/84

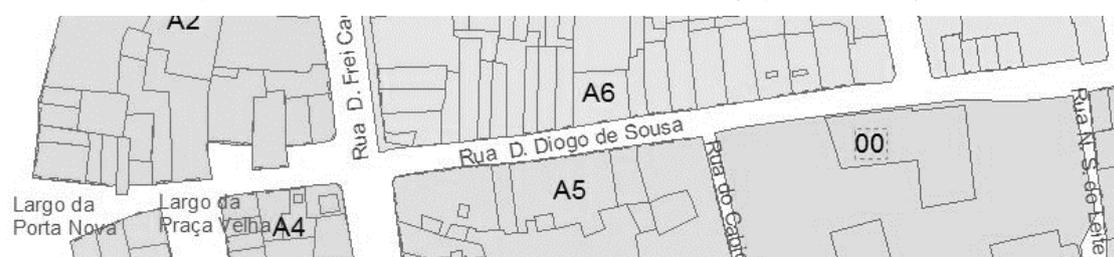


Figura 37 - Rua D. Diogo de Sousa na Atualidade (CAD)

Alçado Norte			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	11(A2)+17(A6)	9(A2)+18(A6)	7(A2)+19(A6)
Parcela Maior	8,5m(A2)	12,58m(A2)	12,55m(A2)
	18,92m(A6)	16,13m(A6)	13,77m(A6)
Parcela Menor	2,93m(A2)	4,10m(A2)	4,79mm(A2)
	3,41m(A6)	3,56m(A6)	3,13mm(A6)
Dimensão Total da Rua	196,56m	197,70m	194,57m
Alçado Sul			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	1(A1)+7(A4)+	1(A1)+7(A4)+	1(A1)+7(A4)+
	14(A5)+6(00)	14(A5)+6(00)	14(A5)+6(00)
Parcela Maior	6,60m(A1)	8,64m(A1)	7,70m(A1)
	8,69m(A4)	7,58m(A4)	8,66m(A4)

	7,15m(A5) 33,32m(00)	9,07m(A5) 33,52m(00)	9,01m(A5) 33,32m(00)
Parcela Menor	6,60m(A1) ⁶ 3,3m(A4) 3,96m(A5) 3,3m(00)	5,73m(A1) 3,50m(A4) 4,18m(A5) 3,57m(00)	6,29m(A1) 3,72m(A4) 3,58m(A5) 4,27m(00)
Dimensão Total da Rua	235,72m	234,05m	232,05m

Tabela 2 – Parcelas edificadas dos alçados Norte e Sul da Rua Nova de Sousa, do século XVIII à atualidade

5.2.2.3 Rua dos Açougues Velhos

A rua dos Açougues Velhos, de sentido N/S, corresponde na atualidade à rua do Cabido. Esta ligava a rua Nova, atual rua D. Diogo de Sousa, à fachada da Sé.

Esta artéria deveria constituir um pequeno caminho medieval, onde até ao século XV se localizariam os açougues da cidade, tal como o seu nome indica, derivando a sua constituição como rua das iniciativas levadas a cabo no século XVI, por D. Diogo de Sousa (AAVV, 1989-91).



Figura 38 - Rua dos Açougues Velhos no Mapa de Braunio

Durante os séculos XVII e XVIII, a Sé de Braga sofreu inúmeras alterações, nomeadamente acrescentos no seu lado sul devidos à construção de uma nova sacristia. Para além destes acrescentos, os anexos que se localizavam no lado poente da zona exterior da Sé foram ampliados, permitindo desta forma fixar e delimitar este espaço de circulação (Ferreira, 1928-1934.).

Através do MRB verificamos que esta rua, de pequenas dimensões, possuía 8 casas do lado Poente, onde todas pertenciam ao Cabido, e 3 casas do Nascente, onde somente uma era prazo do Cabido (ver Tabela 3).

⁶ No extremo Poente do lado Sul da Rua Nova de Sousa está representada (no MRB) apenas uma casa junto à Porta Nova. Esta parcela corresponde ao quarteirão A1 e apresenta de largura 6,6 metros.

Todas as casas do lado Poente apresentavam 3 pisos, contudo, esta regularidade não se verificava no lado Nascente.

De notar a particularidade arquitetónica existente nas casas 3 e 4, cuja forma das suas águas era bastante diferente de todas as outras, bem como a existência de uma janela de canto entre elas (ver figura 40, da página 75).

O prazo mais antigo registado no IPCC remonta a 1522, correspondendo à casa 9 do Cabido.



Figura 39 - Rua dos Açougues Velhos (MCBP)

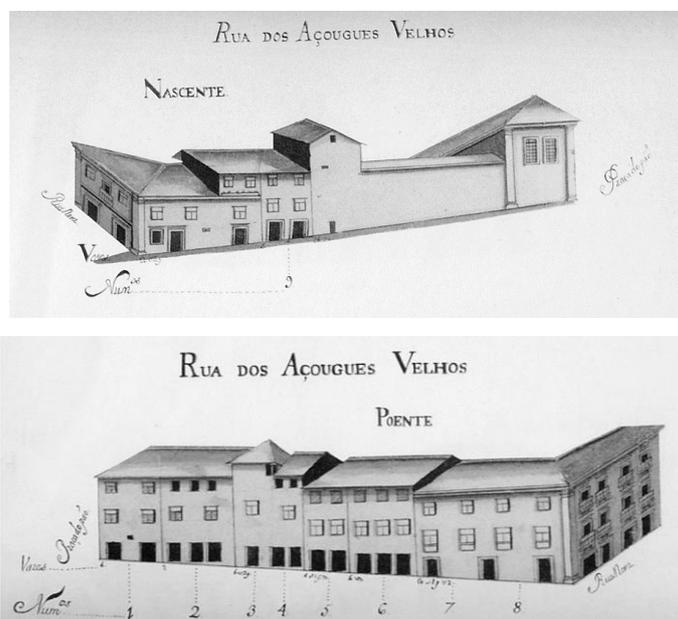


Figura 40 - Lado Nascente (em cima) e Poente (em baixo) da Rua dos Açougues Velhos no MRB

Seria de esperar que existisse um maior número de inquilinos com profissões ligadas à igreja nesta rua devido à proximidade com a Sé, todavia, tal facto não se verifica inteiramente. Na verdade, apenas sabemos, através dos IPCC, que nesta rua existiram 3 pessoas com esse tipo de profissão - na casa 5, em 1617, o inquilino seria Clérigo de Missa; na casa 6, também no século XVII, mais propriamente em 1641, morava um Escrivão do Eclesiástico de Braga e, finalmente, residia na casa nº9, um padre, em 1793 (ver apêndice 30).

Na atualidade, esta rua apresenta a mesma largura e um tamanho muito semelhante ao que exibiu já no século XVIII (ver tabela 3). Apesar das poucas alterações que foi sofrendo, a última casa do lado nascente da rua, e que pertencia à Sé, é a que apresenta alterações mais visíveis, nomeadamente, no aumento da sua altura.

Devemos aqui referir que o lado Poente da rua pertence ao quarteirão A5 e que o lado Nascente se inclui no quarteirão de referência, ou seja, o 00.



Figura 41 - Localização da Rua do Cabido na Planta de Braga do século XIX (à esquerda), no Levantamento topográfico de 1883/84 (no centro) e na Atualidade (à direita) (CAD)

Alçado Poente	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	8	4	8
Parcela Maior	8,8m	18,53m	14,04m
Parcela Menor	2,93m	3,65m	3,04m
Dimensão Total da Rua	43,72m	48,05m	47,21m
Alçado Nascente			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	3	2	2

Parcela Maior	16,13m	33,71m	31,10m
Parcela Menor	5,5m	13,50m	16,98m
Dimensão Total da Rua	48,01m	48,23m	48,57m

Tabela 3 – Parcelas edificadas dos alçados Poente e Nascente da Rua dos Açougues Velhos, do século XVIII à atualidade

5.2.2.4 Rua do Souto

A rua do Souto mantém a mesma designação na atualidade, muito embora tenha sido denominada por rua Rodrigues de Carvalho de 1897 a 1942 (Oliveira, 1981). Esta encontra-se localizada entre a rua D. Diogo de Sousa e o Largo Barão de S. Martinho e corre no sentido E/O.

A origem deste topónimo poderá estar relacionado, muito provavelmente, pela sua proximidade a uma zona arborizada e, por essa mesma razão, a sua procedência seria rural e manter-se-ia pouco urbanizada durante os primeiros séculos da época medieval. Contudo, durante os séculos XIII e XIV, esta zona será alvo de inúmeras construções, passando a ligar o castelo e respetiva torre de menagem ao Paço Arquiepiscopal e à Sé Catedral de Braga (Marques, 1986).

Através do Mapa de Braunio verifica-se que, durante o século XVI, a rua do Souto mantinha o seu aspeto rural, principalmente no seu lado Norte, apesar do Paço Arquiepiscopal se encontrar edificado nesse local.

As intervenções realizadas nos inícios da Época Moderna, nomeadamente da iniciativa do arcebispo D. Diogo de Sousa, vieram regularizar o seu traçado, bem como aumentar a sua extensão, passando a prolongar-se até ao átrio mandado edificar pelo referido arcebispo entre os paços dos arcebispos e a Sé (Maurício, 2000).

A rua do Souto tornou-a, desta forma, na Idade Moderna, na maior artéria localizada intramuros, bem como numa das mais emblemáticas ao integrar nos seus alçados dois dos edifícios mais representativos da cidade, a Sé e os Paços dos Arcebispos, também eles intervencionados arquitetonicamente por D. Diogo de Sousa (Maurício, 2000).

Esta artéria conhece um prolongamento natural com a rua Nova de Sousa passando a constituir um dos principais marcadores morfológicos do plano urbano da Época Moderna.

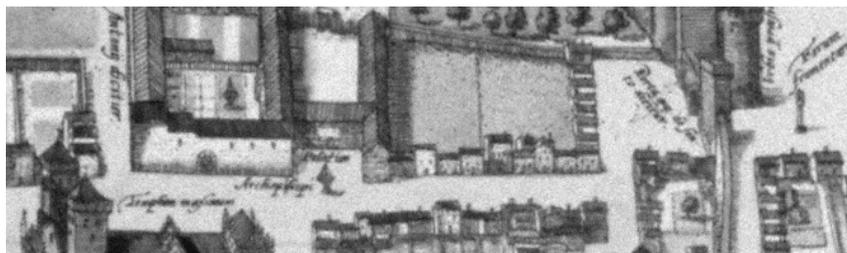


Figura 42 - Rua do Souto no MRB

Estas alterações provocaram inúmeras transformações na dinâmica social da cidade pois, nos séculos que seguiram, o centro económico passou a localizar-se nesta artéria e na Arcada do Castelo. Assim, este passou a constituir um dos eixos mais importantes de Braga, quer em termos urbanísticos quer económicos (Bandeira, 1993).

As fontes do século XVIII demonstram-nos que este eixo se encontrava bem organizado, apresentando fachadas, maioritariamente, de 3 pisos e telhados de 2 águas. A altura das fachadas não ultrapassava os 10 metros, enquanto a largura máxima rondaria os 6 metros (ver Tabela 4).

A maioria das casas possuía gelsias, varandas em madeira nos pisos superiores, também com gelsias, e portas de grandes dimensões no rés-do-chão. Assim, e em conjunto com os dados fornecimentos no IPCC sobre os enfileitadas, determinamos que, para além da funcionalidade habitacional de cada umas parcelas, estas também apresentariam lojas no primeiro piso. Tal, indica que estas casas estariam, obviamente, ligadas ao comércio (ver apêndice 17).

No MRB, a rua do Souto era constituída por 37 casas do lado Norte, das quais 16 pertenciam ao Cabido, e, das 55 do lado Sul, também 33 lhe pertenciam, sendo que o prazo mais antigo remonta a 1466. De notar que, a maioria dos contratos eram realizados a inquilinos do sexo masculino, casados, com as mais diversas profissões como, por exemplo, mercadores e padres (apêndice 30). Assim sendo, esta rua apresentava uma grande heterogeneidade de pessoas, com inúmeros inquilinos cujas profissões estavam relacionadas com o comércio, o que denota a grande atividade económica e comercial desta rua, durante o século XVIII.

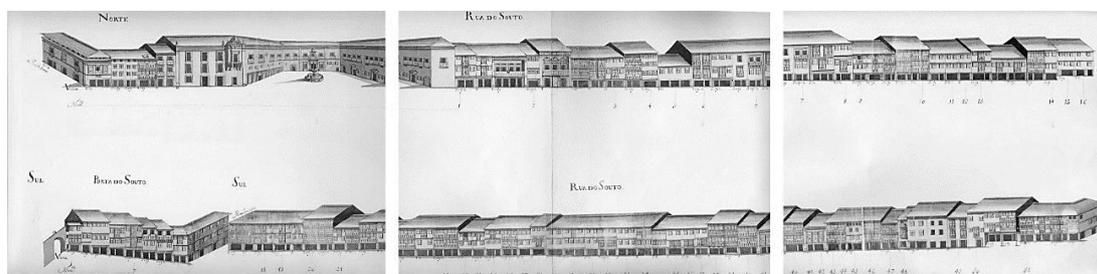


Figura 43 – Esquema dos Lados Norte e Sul da Rua do Souto no MRB, 1750

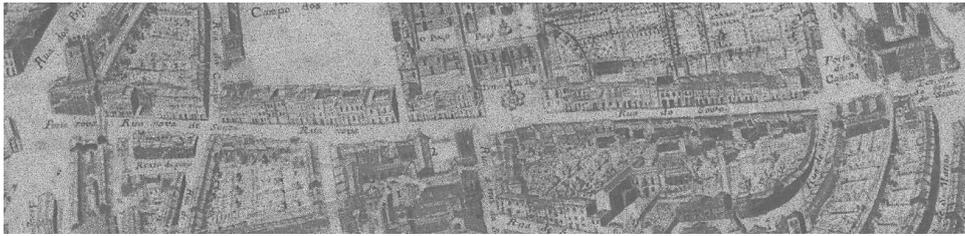


Figura 44 - Rua do Souto no Mapa da Cidade de Braga Primas, 1755

Durante o século XIX, não são visíveis alterações morfológicas na rua. Contudo, sabemos que as casas, embora tenham mantido muitos dos seus traços arquitetónicos, foram sofrendo contínuas alterações ao nível das suas fachadas, facto comprovado pela destruição da quase totalidade das suas gelosias.



Figura 45 - Rua do Souto na Planta de Braga, do século XIX



Figura 46 - Rua do Souto na Planta de 83/84

No século XX, pelo contrário, a rua do Souto sofre significativas alterações provocadas pela abertura de 2 ruas, que originaram a destruição de várias parcelas construídas, em ambos os alçados (apêndice 20 e tabela 4).

Na realidade, a abertura da rua Dr. Justino Cruz, em 1923, corta quase a meio o seu alçado Norte, passando a permitir a ligação ao antigo Campo da Vinha, atual Praça Conde Agrolongo. Por sua vez, a abertura em 1954, da rua Francisco Sanche, no enfiamento da anterior, permite estabelecer uma ligação a norte para a Praça Conde Agrolongo e, a sul, para o largo de S. João do Souto. Estas artérias passam deste modo a permitir a circulação de carros entre as duas praças tendo, no entanto, originado a destruição de significativas construções. A passagem para a rua do Souto, através do alçado sul, fazia-se até ao século XX através da denominada Casa do Passadiço, apenas para passageiros (ver apêndice 23).

Refira-se, por fim, que na atualidade, a rua do Souto continua a ser um dos eixos mais emblemáticos e simbólicos do centro histórico de Braga, mantendo funções comerciais e preservando, em parte, parcelas estreitas, com edifícios que se foram desenvolvendo em altura, muito embora algumas das fachadas dos edifícios atuais se mantenha semelhante às do século XVIII (ver apêndice 13).

É importante referir ainda que o lado Norte desta rua se insere nos quarteirões B1 e B3, e o lado Sul nos quarteirões D5, D6 e D7, como podemos ver na figura 47.



Figura 47 - Rua do Souto na Atualidade (CAD)

Alçado Norte			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	37	34	11(B1)+18(B3)
Parcela Maior	63,05m	74,90m	72,56m(B1) 12,50m(B3)
Parcela Menor	3,3m	3,01m	2,94m(B1) 3,05m(B3)
Dimensão Total da Rua	253,45m	255,31m	255,39m
Alçado Sul			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	40(D5/6)+ 8(D7)	41(D5/6)+ 7(D7)	20(D5)+19(D6)+ 9(D7)
Parcela Maior	6,93m(D5/6) 5,06m(D7)	10,45m(D5/6) 13,80m(D7)	10,60m(D5) 8,49m(D6) 9,91m(D7)
Parcela Menor	2,2m(D5/6) 2,64m(D7)	2,0m(D5/6) 3,18m(D7)	3,30m(D5) 2,60m(D6)

			3,50m(D7)
Dimensão Total da Rua	249,18m	266,11m	260,71m

Tabela 4 – Parcelas edificadas dos alçados Norte e Sul da rua do Souto, do século XVIII à atualidade



Figura 48 - Modelo 3D de um pormenor do lado Norte da rua do Souto (UAUM)

5.2.2.5 Loura e Terreiro do Castelo

A Loura e Terreiro do Castelo encontram-se atualmente integrados na rua designada por rua do Castelo, embora lhe tenham sido atribuídos outros nomes como, por exemplo, Travessa da Cadeia, em 1857 (Oliveira, 1981). O seu lado Poente pertence ao atual quarteirão B3 e o lado Nascente ao B4.

Atualmente o topónimo Largo do Terreiro do Castelo ainda persiste, muito embora para designar o espaço formado em torno da Torre de Menagem, o único elemento sobrevivente do Castelo, destruído no século XX (Lemos, Leite e Fontes, 2001).

O topónimo Loura terá derivado da existência neste local de um campo constituído por loureiros, parcialmente ainda representado no Mapa de Braunio. Importante salientar que a construção do castelo, nos inícios do século XIV, bem como o alargamento da muralha medieval para nordeste, terão sido os fatores responsáveis pela inclusão desta área dentro dos muros da cidade (Lemos, Leite e Fontes, 2001).

No século XVI esta zona apresentava-se bem organizada, com um aspeto regular devido, muito provavelmente, à ação do arcebispo D. Diogo de Sousa, tal como se pode observar no Mapa de Braunio.

Todavia, a fisionomia apresentada para a Loura no MRB terá decorrido da urbanização deste espaço durante o século XVII, pois os seus limites precisos ainda não aparecem representados no Mapa de Braunio, sendo nessa altura denominada de Largo do Eirado.



Figura 49 - Loura e Terreiro do Castelo no Mapa de Braunio

No MRB apenas temos representado o lado poente desta artéria que, no século XVIII, já se encontrava totalmente edificada, muito embora a sua fisionomia se encontrasse completamente modificada. A perda da funcionalidade defensiva da muralha e do castelo deverão ter sido os fatores responsáveis pela urbanização deste local.

Esta rua pequena e sinuosa apresentava algumas casas de boa qualidade, um deslumbrante portal de pedra e a particularidade de formar um recanto entre as parcelas 2 e 3.

Das 10 casas representadas, apenas 3 eram do Cabido. O prazo mais antigo é de 1480 e pertence à casa número 3 (Tabela 5).

Através dos IPCC sabemos que, no século XVIII, as 3 casas pertencentes ao Cabido tinham o mesmo inquilino, Manuel Ribeiro Pereira (ver apêndice 30), facto que comprova, uma vez mais, que existe uma tendência dos proprietários em deter mais do que uma casa numa mesma rua.

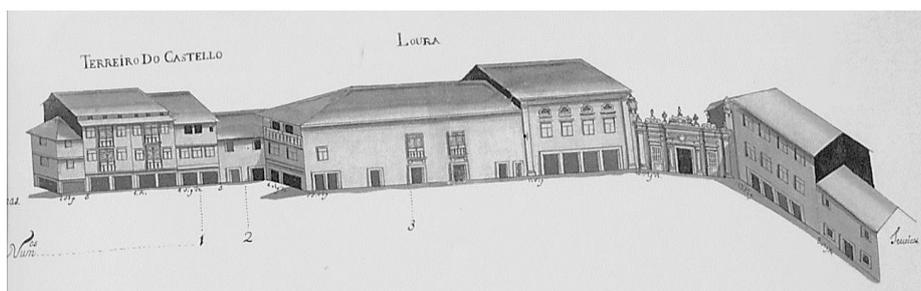


Figura 50 - Lado Poente da Loura e Terreiro do Castelo no MRB

Até à atualidade assistimos a inúmeras modificações neste espaço, decorrentes da própria destruição do castelo, que permitia definir o lado ocidental, mas também no alçado poente, designadamente a destruição do portal de pedra, bem como a reorganização e regularização da sua fachada, circunstâncias que ocasionaram o desaparecimento da Loura e a alteração das características arquitetónicas da sua fachada. Contudo, o recanto existente entre as antigas casas 2 e 3 ainda existe embora de uma forma menos pronunciada.



Figura 51 - Localização da Rua do Castelo, da esquerda para a direita: Mapa da Cidade de Braga Primas de 1755, Planta de Braga do século XIX, Levantamento topográfico de 1883/84 e Atualidade (CAD)

Alçado Poente	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	10	12	9
Parcela Maior	25,96m	20,04m	19,31m
Parcela Menor	4,73m	2,24m	2,25m
Dimensão Total da Rua	98,25m ⁷	115,47m	115,69m

Tabela 5 – Parcelas edificadas do alçado Poente da rua do Castelo, XVIII à atualidade

5.2.2.6 Rua de S. João do Souto

A rua de S. João foi mandada abrir por D. Diogo de Sousa, no século XVI e ligava a Porta de S. João com a cabeceira da Sé Catedral.

⁷ A dimensão total da rua não inclui a Igreja dos Terceiros pois não está representada no MRB.

A rua foi traçada como uma via ampla que, terminando na rua das Oussias, atual rua de Nossa Senhora do Leite, originava algo semelhante a um largo que proporcionava um maior ângulo de visão sobre a capela-mor da Sé.



Figura 52 - Rua de S. João no Mapa de Braunio

No seu extremo existia uma porta, a Porta de S. João, que foi revalorizada pelo arcebispo D. Diogo, por se tratar de uma zona de grande interesse urbanístico para o desenvolvimento da cidade de Braga, passando a constituir uma das entradas mais simbólicas (AAVV, 1989-91, vol. II.)

A abertura desta artéria, bem como a remodelação da área extramuros localizada junto à porta supracitada, alterou a organização desta zona, aumentando o seu processo de urbanização e embelezamento, comprovando, assim, a aplicação dos ideais renascentistas.

No MRB temos representadas no lado Norte 8 casas, em que 6 eram pertença do Cabido e, no lado Sul, outras 10, das quais apenas 4 constituem prazos do Cabido (verificar tabela 6). O prazo mais antigo remonta a 1471. Nesta fonte de informação também nos deparamos com uma advertência relativamente à numeração das casas 9, 10 e 11 (ler “Observações” do apêndice 8).

A tipologia e morfologia das suas fachadas são amplamente variáveis, existindo diversos tipos de janelas, portas, maior ou menor número de andares, presença ou não de elementos decorativos, entre outros.



Figura 53 – Esquema da representação de ambos os lados da Rua de S. João no MRB e localização da parcela

dRSJ

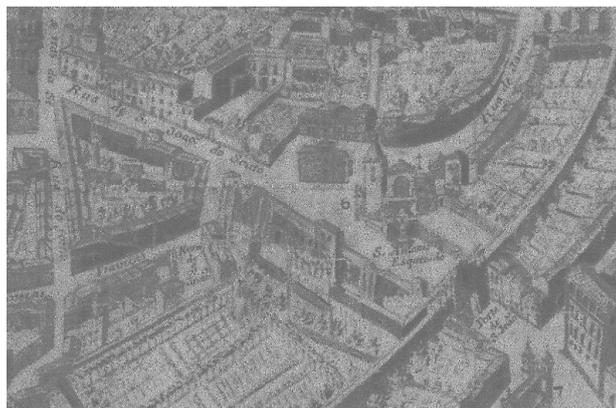


Figura 54 - Localização da Rua de S. João no Mapa da Cidade de Braga Primas

Aqui vieram a fixar-se inúmeras famílias de elite, nomeadamente os Coimbras. Esta família ocupava uma parcela que não era pertença do Cabido e que, por essa mesma razão, designamos por dRSJ (confrontar figura 52, da página 103). Durante o século XX esta casa foi trasladada para o Largo de S. João do Souto, muito embora tenham sido mantidas as suas características arquitetónicas, como podemos observar na figura 54.



Figura 55 - Casa dos Coimbras na Atualidade⁸

Através do IPCC conseguimos obter mais informações sobre as pessoas que residiam nesta rua, nomeadamente, Manuel Falcão Cotta, um Fidalgo da Casa de Sua Majestade que sabemos

⁸ Fonte: <https://ssl.panoramio.com/photo/14110754>. Consultado a 04/10/2015 pelas 23.30.

ser também o Proprietário de todas as casas da Rua do Anjo (ver apêndice 16), o que permite comprovar, uma vez mais, a existência de pessoas de elevado estatuto social nesta artéria.

Uma vez que se trata de uma rua localizada junto à Sé procurámos averiguar a existência ou não, nos IPCC, de profissões relacionadas com a igreja. De facto, foi possível apurar que, desde o século XV ao século XVIII, dos 42 contratos celebrados (onde 15 não têm qualquer informação quando às atividades dos enfiteutas), 16 tinham profissão ligada à igreja como, por exemplo, dois Cônegos de Braga, nomeadamente, Lourenço Cerveira e Belchior da Silva (apêndice 30).

Durante o século XIX a rua foi sofrendo um paulatino desmantelamento e, no século XX, com a construção da rua D. Afonso Henriques muitas casas do lado Sul foram destruídas, passando a integrar o Largo de S. João de Souto.

Resta ainda referir que em 1944 foi aberta a rua Francisco Sanches que estabeleceu a ligação entre a rua de S. João e a rua do Souto (ver apêndice 23).

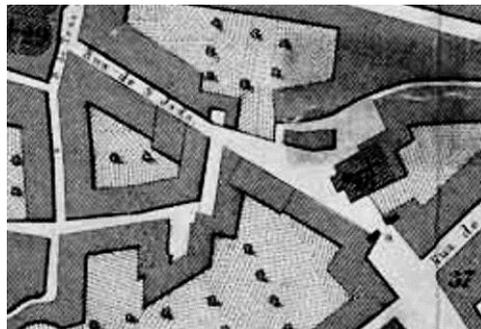


Figura 56 - Rua de S. João na Planta de Braga no século XIX



Figura 57 - Rua de S. João na Planta de 83/84

Na atualidade, esta rua apresenta dimensões mais pequenas e os vestígios da porta de S. João desapareceram na totalidade. Todavia, algumas das fachadas que se encontram representadas no MRB ainda persistem na atualidade, como podemos verificar nos apêndices 7 e 8 e na tabela comparativa 6.

Devemos aqui referir ainda, que o lado Norte da rua de S. João pertence aos quarteirões D5 e D6, enquanto o lado Sul integra os quarteirões D4 e D2.

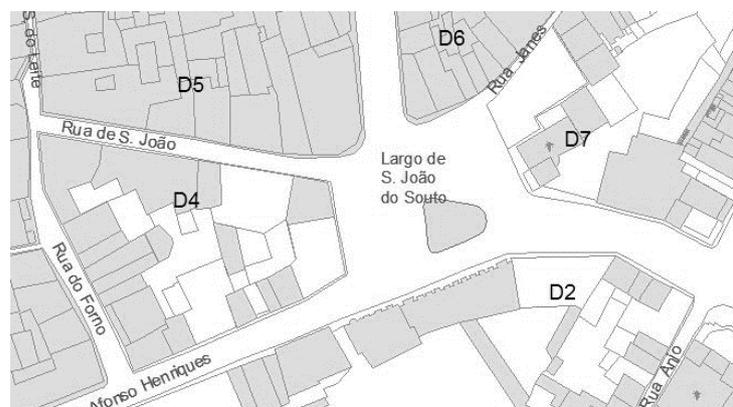


Figura 58 - Rua de S. João na Atualidade (CAD)

Alçado Norte			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	8	5	5
Parcela Maior	29,04m	29,03m	28,99m
Parcela Menor	13,95m	13,12m	13,14m
Dimensão Total da Rua	113,24m	114,75m	96,12m
Alçado Sul			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	10	9	5
Parcela Maior	28,16m(D4) 36,30m(D2)	38,16m(D4) 38,82m(D2)	29,44m(D4) 31,62m(D2)
Parcela Menor	5,72m(D4) 4,62m(D2)	9,97m(D4) 10,95m(D2)	6,48m(D4) 4,73m(D2)
Dimensão Total da Rua	179,79m	182,44m	88,38m

Tabela 6 - Parcelas edificadas dos alçados Norte e Sul da rua de S. João, do século XVIII à atualidade

5.2.2.7 Rua da Vielinha

A rua da Vielinha, hoje denominada por rua da Violinha, encontra-se localizada entre a rua D. Paio Mendes e o Largo da Praça Velha. O seu lado Poente integra o quarteirão A1 e o lado Nascente, o A3 (apêndice 28).

Tendo em conta a fisionomia desta rua, pequena e estreita, consideramos que o topónimo mais correto seria Vielinha e não Violinha, tal como é designada atualmente.

No Mapa de Braunio, de 1594, apenas são visíveis construções no lado nascente. O seu lado oposto foi urbanizado nos séculos posteriores.



Figura 59 - Rua da Vielinha no Mapa de Braunio

O MRB apresenta o desenho das fachadas de ambos os lados desta rua. Através da sua observação, constatamos que a rua da Violinha detinha uma configuração estranha e que as casas do seu lado Poente se encontravam edificadas junto à linha de muralha.

De facto, o lado Poente apresenta fachadas com maior qualidade arquitetónica, sendo visíveis algumas varandas e até mesmo gelsias, contrariamente ao que ocorre no lado Nascente que é totalmente heterogéneo, de aspeto modesto, com casas muito estreitas, com menos de dois metros de largura, entre outros.

Assim, são visíveis 7 casas do lado Poente, nenhuma pertencente ao Cabido, e das 8 presentes no lado Nascente 6 eram prazos do Cabido (verificar tabela 7).

O prazo mais antigo refere-se à casa 3, com data de contrato de 1515, cujo inquilino era Mateus Rodrigues, Cónego de Braga. As datas dos contratos apenas se prolongam até finais do século XVII, mais especificamente, até 1686 (confrontar apêndice 30).

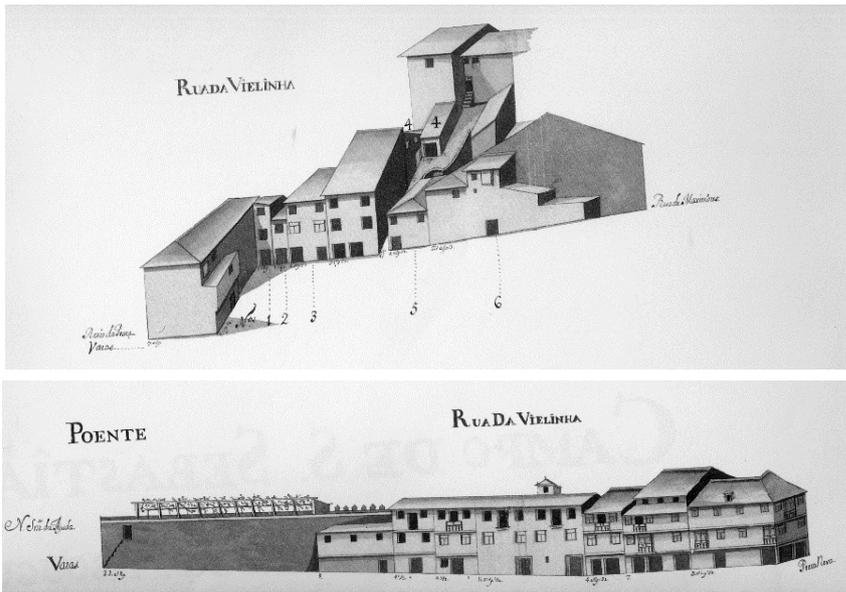


Figura 60 - Lado Nascente (em cima) e lado Poente (em baixo) da Rua da Violinha no MRB

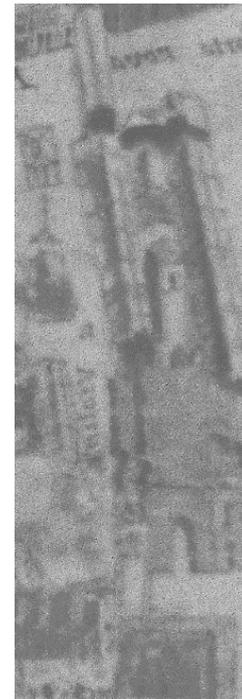


Figura 61 - Rua da Violinha no MCBP

Até à atualidade a rua não apresenta alterações quanto à sua largura e extensão, muito embora as suas fachadas se encontrem amplamente modificadas.

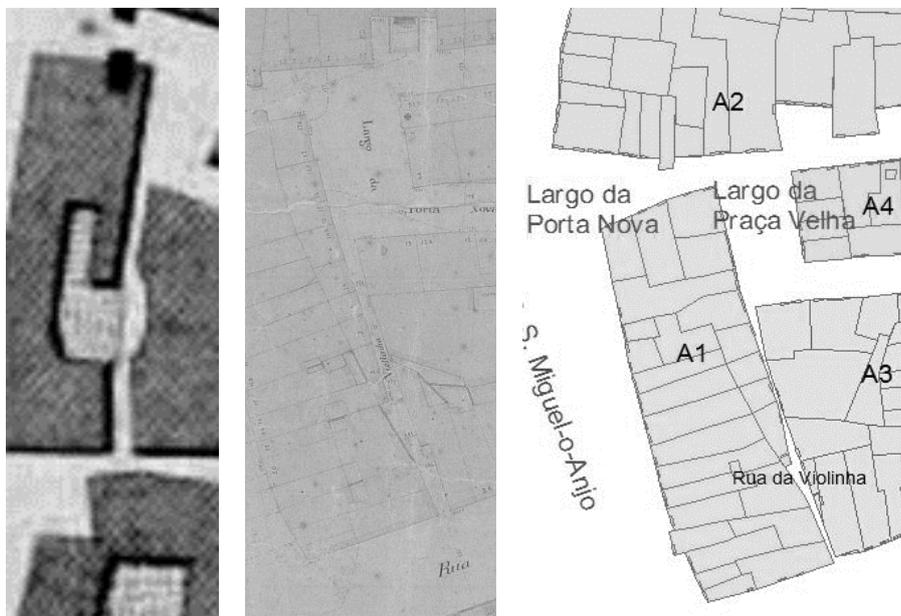


Figura 62 - Localização da Rua da Violinha, da esquerda para a direita: Planta de Braga do século XIX, Levantamento topográfico de 1883/84 e Atualidade (CAD)

Alçado Poente			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	7	11	11
Parcela Maior	13,09m	11,68m	11,60m
Parcela Menor	4,73m	4,37m	4,19m
Dimensão Total da Rua	73,64m	74,98m	75,20m
Alçado Nascente			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	8	4	5
Parcela Maior	9,13m	15,80m	12,35m
Parcela Menor	1,76m	10,50m	6,46m
Dimensão Total da Rua	53,43m	51,31m	49,90m

Tabela 7 - Parcelas edificadas dos alçados Poente e Nascente da rua da Vielinha, do século XVIII à atualidade

5.2.2.8 Rua do Alcaide

A rua do Alcaide, que mantém o mesmo nome na atualidade, ligava o campo de Santiago ao Campo de S. Sebastião, abertos no século XVI, acompanhando pelo exterior o perímetro da cerca medieval.

No Mapa de Braunio podemos verificar como ambos os lados se encontravam totalmente edificados e, por isso, definida na sua totalidade. Também são visíveis as duas torres da muralha medieval, localizadas nos extremos do alçado Norte.

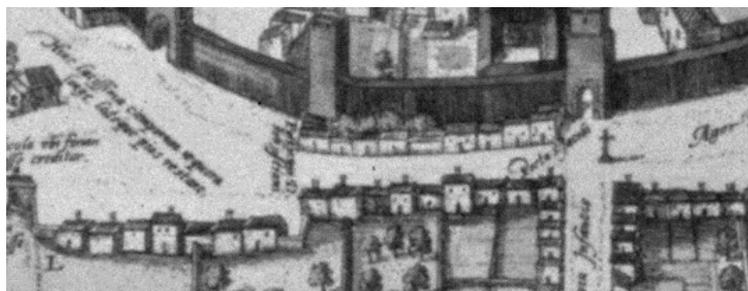


Figura 63 - Rua do Alcaide no Mapa de Braunio

No MRB apenas está representado o lado Sul desta artéria. As casas do lado Norte, que se encontravam encostado à muralha, deveriam pertencer à Câmara Municipal.

O lado Sul tem 18 casas representadas e todas eram pertença do Cabido. O prazo mais antigo remonta a 1550, pertencendo à casa número 2, cujo inquilino era Gil Pires, casado com Madalena Dias (ver apêndice 30).

Através do MRB e do MCBP, verificamos que as casas 12 e 18 a 21, por exemplo, apresentam maiores dimensões, chegando a atingir, sensivelmente, 37 metros de largura. Todas estas parcelas possuíam dois pisos e elementos arquitetónicos peculiares como, por exemplo, janelas com um filete de pedra na sua parte superior.



Figura 64 - Rua do Alcaide (MRB)

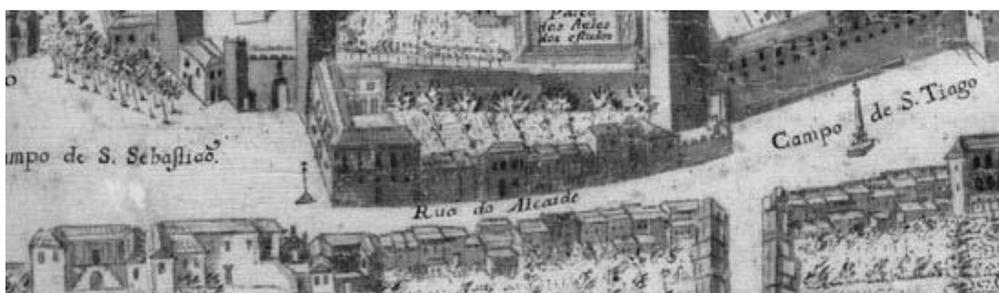


Figura 65 - Rua do Alcaide no Mapa da Cidade de Braga Primas

Observando os aspetos arquitetónicos das fachadas, e tendo em conta tanto o topónimo desta rua como as profissões dos enfiteutas, acreditamos que aqui viveram pessoas abastadas, membros de famílias nobres, muito embora não sejam visíveis brasões na frontaria das casas.

Desde o século XVIII até à atualidade não se verificam alterações significativas quanto ao número de parcelas, o tipo de edificado e até as fachadas permanecem quase inalterados (verificar tabela 8). Contudo, no troço poente do lado sul desta rua, ocorre a abertura da atual rua dos Bombeiros Voluntários que provocou a interrupção desta rua, como podemos observar figura na 207, da página 194).

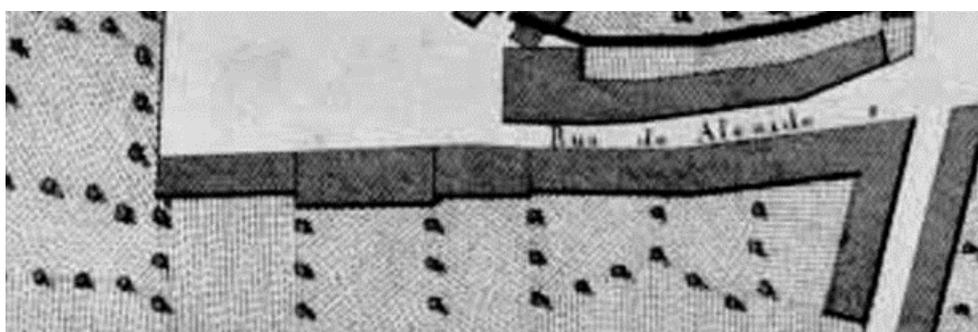


Figura 66 - Rua do Alcaide na Planta de Braga do século XIX



Figura 67 - Rua do Alcaide no Levantamento topográfico de 1883/84

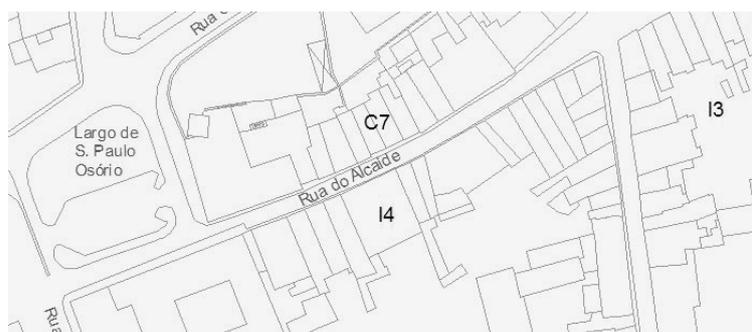


Figura 68 - Rua do Alcaide na Atualidade (CAD)

Alçado Sul	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	18	16	17
Parcela Maior	33,22m	43,52m	32,48m
Parcela Menor	3,74m	3,63m	2,97m
Dimensão Total da Rua	243,49m	243,12m	179,30m

Tabela 8 – Parcelas edificadas do Lado Sul da Rua do Alcaide, do século XVIII à atualidade⁹

5.2.2.9 Rua dos Pelames

A rua dos Pelames, conhecida na atualidade por rua de S. Geraldo, ligava o Campo de Santiago com a Ponte dos Pelames, que, por sua vez, permitia a ligação ao Porto.

Esta rua longa, de sentido N/S, foi mandada abrir durante o século XVI, pelo arcebispo infante D. Henrique (1533-1540) tendo sido designada, consequentemente, por Via infantis, como podemos observar no Mapa de Braunio.

Posteriormente, a rua passou a ser designada por rua dos Pelames, pois aí existiria uma fábrica de curtumes, ou seja, uma fábrica onde eram curtidos couros e peles. Refira-se, que a existência

⁹ No MRB apenas está representado o lado Sul desta rua e, por essa razão, procedemos ao estudo das dimensões apenas deste lado.

de pelames de sapateiros nesta zona se encontra documentada desde a Idade Média (Ribeiro e Melo, 2012: 158).

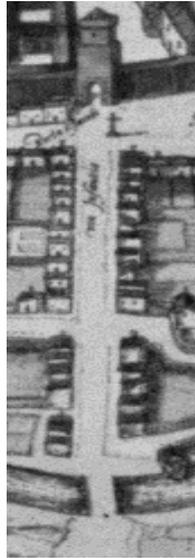


Figura 69 - Rua dos Pelames
no Mapa de Braunio

Durante o século XVII passa a chamar-se de rua de S. Geraldo, devido a um dos fundadores do Convento de Nossa Senhora da Conceição, Geraldo Gomes¹⁰.

No MRB ambos os laçados da rua se encontram representados, apresentando 34 casas do lado Nascente, com 9 pertencentes ao Cabido, e 30 do lado Poente, das quais 7 eram prazos do Cabido (ver tabela 9).

De notar que todas as casas desta rua que eram pertença do Cabido se localizavam na zona mais a norte, junto ao lado sul do Campo de Santiago.

As parcelas desta artéria eram caracteristicamente heterogéneas, alternando entre casas simples de pequenas dimensões como, por exemplo, as casas 6, 7 e 8, e outras bastante maiores como 10, entre outras.

Através da comparação das fachadas das casas representadas no MRB com as existentes na atualidade (apêndice 13), admitimos que algumas delas ainda se preservam como, por exemplo, as casas 4, 5, 7, 8, 10 e 19, mantendo algumas das características arquitetónicas do século XVIII.

Relativamente às casas 1 a 20 importa referir que todas eram pertença do mesmo enfiteuta da casa número 2 do Campo de Santiago. Esta casa era cabeça do prazo de Campo de Avelar, Figueira e Laranjeira e cujos proprietários foram Rodrigo de Moura, Escudeiro de Lamego, emprazada em 1524; passando para Diogo Lopes de Lemos Leão, cidadão de Braga, de quem foi

¹⁰ Fonte: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375557>. Consultado a 30 de setembro de 2015.

herdeiro Francisco Pinheiro Lobo, no século XVIII (apêndice 16). Este facto mostra, em parte, a distribuição de alguns proprietários na cidade, ou seja, alguns detinham a grande maioria das casas desta rua, e seriam, por sua vez, provenientes de famílias abastadas, facto que se repete noutras artérias.

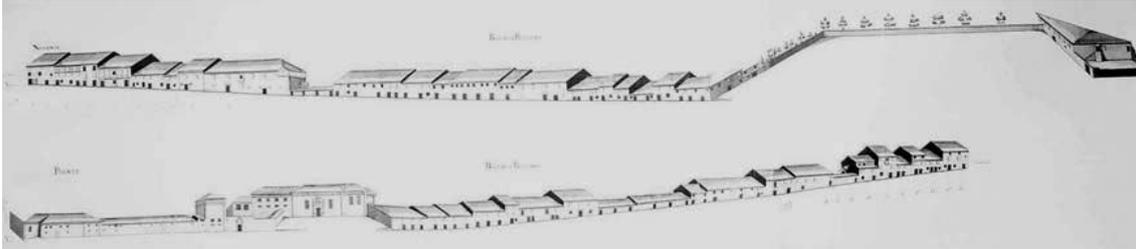


Figura 70 - Representação de ambos os lados da Rua dos Pelames no MRB

De salientar que existia um caminho que cortava a Rua dos Pelames junto ao Convento da Conceição, de sentido E/O, já representado no Mapa de Braunio, surgindo também no *Mapa da Cidade de Braga Primas*, de 1755, com o nome Quingosta de Urjais, e que continua a aparecer representado na cartografia do século XIX, nomeadamente, no levantamento topográfico de 1883/84, com o nome Cangosta dos Urjaes. Este caminho foi inutilizado, dando origem à Avenida da Imaculada Conceição, aberta no século XX, que constituiu umas das primeiras grandes passagens para permitir a circulação pelo exterior da cidade, no enfiamento da estrada que liga Braga ao Porto. Refira-se que a abertura desta grande artéria cortou, no sentido N/S, os quarteirões I3 e I4 tornando, conseqüentemente, o comprimento da rua de S. Geraldo muito mais diminuto.

Por fim, importa referir que o lado Poente desta rua se integra no quarteirão I4, enquanto o seu lado Nascente pertença ao I3.

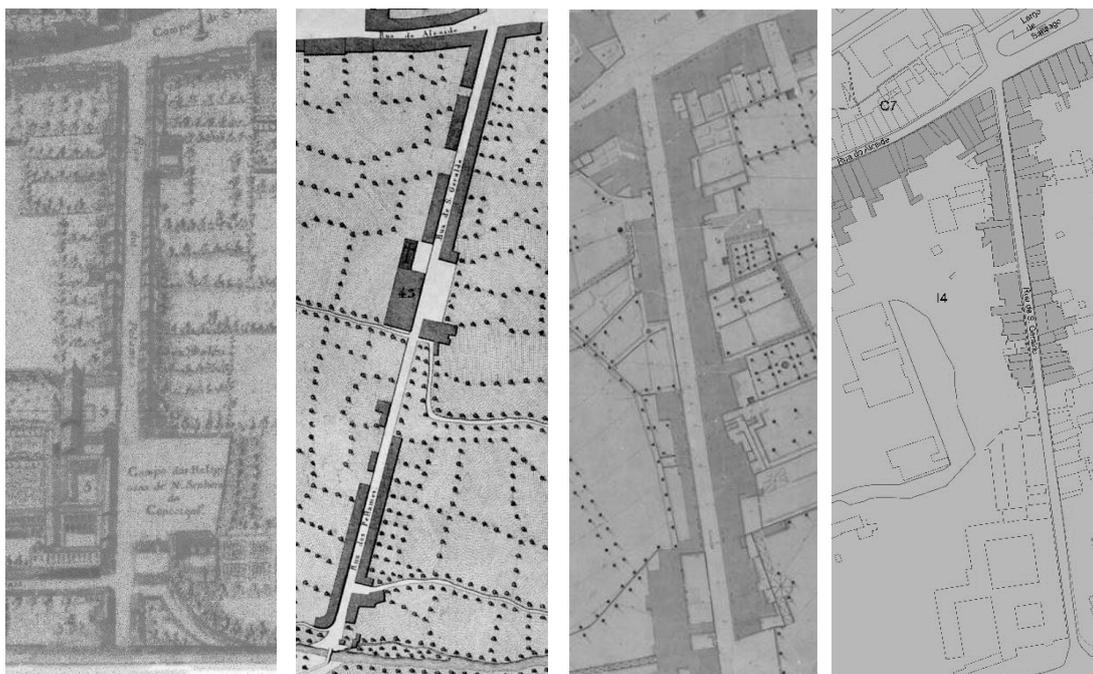


Figura 71 - Rua de S. Geraldo, da esquerda para a direita: no Mapa de Braga Primas de 1755, na Planta de Braga do século XIX, no Levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD)

Alçado Poente			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	30	38	25
Parcela Maior	88,66m	85,42m	84,07m
Parcela Menor	3,3m	4,90m	3,92m
Dimensão Total da Rua	335,16m	355,92m	356,56m
Alçado Nascente			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	34	27	29
Parcela Maior	31,90m	33,43m	33,12m
Parcela Menor	3,52m	5,20m	4,61m
Dimensão Total da Rua	349,54m ¹¹	348,69m	355,06m

Tabela 9 – Parcelas edificadas dos alçados Poente e Nascente da Rua dos Pelames, do século XVIII à atualidade

¹¹ As dimensões totais de ambos os lados da rua referem-se somente à parte que está representada no MRB

5.2.2.10 Rua do Anjo

A rua do Anjo localizava-se na área extramuros, ao longo do tramo sul da muralha medieval, e ligava o Campo de S. Tiago ao Campo dos Remédios, ambos mandados abrir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, no século XVI.

Esta rua, originada na Época Moderna, encontra-se representada no Mapa de Braunio como uma artéria em vias de urbanização, designadamente no seu lado Norte. Na realidade, o lado sul da rua já se encontrava totalmente edificado, no final do século XVI, enquanto o lado Norte, se achava parcialmente edificado e, por conseguinte, definido.

À semelhança do verificado na rua do Alcaide, as construções do alçado Norte ou o limite dos seus quintais encontram-se encostados à cerca medieval acompanhando a morfologia do seu perímetro. Trata-se de exemplos bastante expressivos da forma como as muralhas constituem elementos estruturantes e condicionadores da morfologia urbana, designadamente do sistema viário.

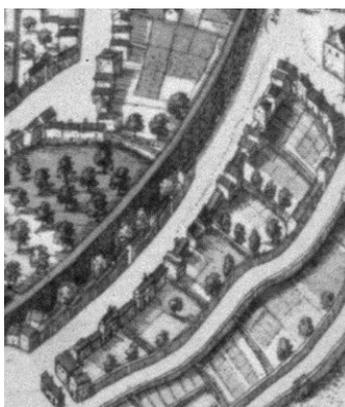


Figura 72 - Rua do Anjo (Mapa de Braunio)

A rua do Anjo terá conhecido um processo de urbanização mais lento vendo o número de edificações aumentar, pelo menos até ao século XVIII. O seu lado Norte, o único que se encontra representado no MRB, passou a estar totalmente edificado até à Porta de S. João, enquanto o lado sul, que não figura no referido documento, pois as suas casas deviam ser pertença da câmara, deveria apresentar construções idênticas às do lado oposto.

No seu extremo Nascente do alçado sul é construída durante o século XVII a Igreja de Santa Cruz virada para o atual Largo Carlos Amarante, antigo Campo dos Remédios (Costa, 1982). O alçado lateral Norte desta igreja ladeava por completo a rua, ocupando uma extensa área.

No MRB, a grande maioria das casas apresentavam pequenas dimensões, bem como elementos arquitetónicos característicos de ruas secundárias, afastadas do centro da cidade ou de zonas periféricas, ou seja, portas ladeadas por janelas no piso térreo como podemos observar,

por exemplo, nos números 1 e 2. A exceção ocorre com as casas 17, 18 e 19, unidas em 1643, que, na sua totalidade, possuíam 22 varas de largura, ou seja, 24,2 metros.

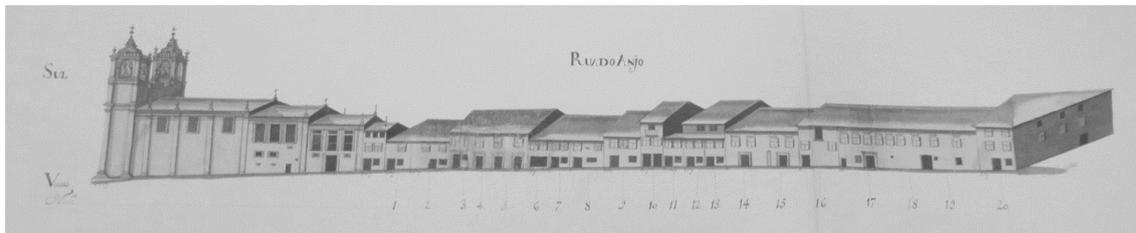


Figura 73 - Lado Sul da Rua do Anjo no MRB

Assim, das 16 casas representadas no referido mapa (ver tabela 10), todas eram prazos do Cabido, com exceção da que se encontrava atrás da igreja. O proprietário de todas essas casas era Estevão Falcão Cotta, o proprietário principal do prazo do campo ou lugar de Castelo Rodrigo (apêndice 16) Como já referimos, este pertencia a uma família abastada, sendo o detentor de inúmeras casam dentro e fora do perímetro amuralhado, tanto como proprietário, como inquilino. Estes factos comprovam a importância que esta família teria na cidade de Braga.

Por outro lado, através do IPCC, sabemos que o primeiro contrato de emprazamento remonta a 1576, cuja inquilina era Francisca de Carvalhais, viúva de António Jácome (ver apêndice 30).

O *Mapa de Braga Primas* e as fontes cartográficas do século XIX demonstram que a quase totalidade das casas, tanto as do lado norte como as do sul, apresentavam espaços não construídos nas suas traseiras.

Desde o século XVIII à atualidade, a fisionomia da rua manteve-se. O seu parcelamento continuou a ser heterogêneo e a retaguarda de algumas das suas casas ainda apresentam espaços livres como, por exemplo, pátios. Refira-se, contudo, os processos de reparcelamento que originaram o aumento do número de parcelas edificadas (tabela 10).

Importa referir que a rua integra, a norte, o quarteirão D2 e, a sul, o quarteirão I2.

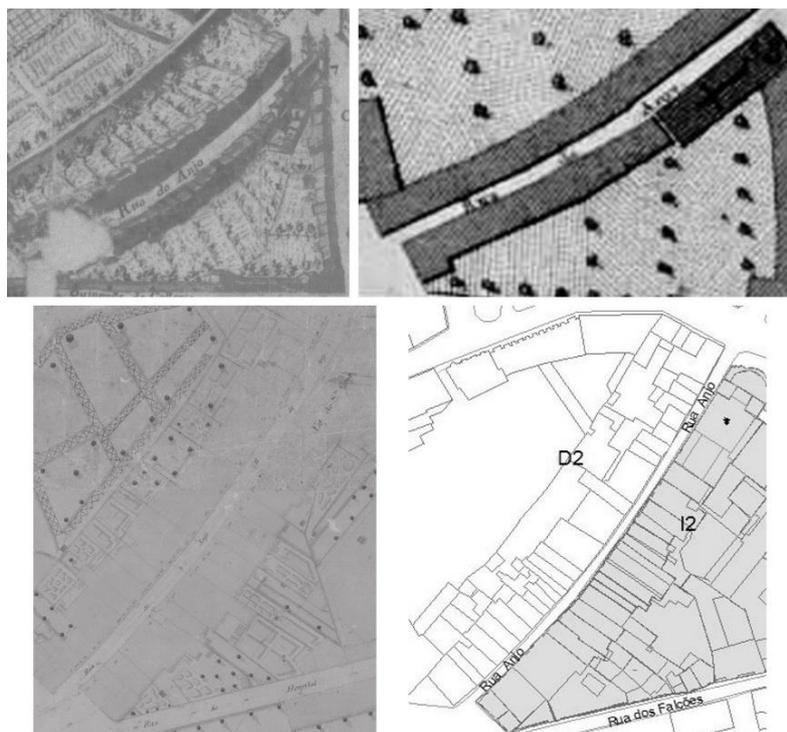


Figura 74 – Localização da Rua, em cima, no Mapa de Braga Primas (à esquerda) e na Planta de Braga do século XIX (à direita) e, em baixo, no Levantamento topográfico de 1883/84 (à esquerda) e na atualidade (à direita) (CAD)

Alçado Sul	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	16	15	19
Parcela Maior	40,48m	44,65m	42,38m
Parcela Menor	3,12m	5,23m	2,75m
Dimensão Total da Rua	150,18m	160,46m	162,11m

Tabela 10 – Parcelas edificadas do alçado Sul da rua do Anjo, do século XVIII à atualidade¹²

5.2.2.11 Cangosta das Cruzes

A cangosta das Cruzes, nome pelo qual é identificada no MRB, corresponde à atual rua dos Falcões, e ligava o Campo de Santiago ao antigo Hospital de S. Marcos. No MCBP esta é designada por Cangosta do Collegio.

¹² No MRB apenas está representado o lado Sul desta rua e, por essa razão, procedemos ao estudo das dimensões apenas deste lado.

Esta rua, longa e estreita, está representada no Mapa de Braunio, onde são visíveis pouquíssimas construções em ambos os seus lados. As construções localizam-se apenas nos extremos, tratando-se, por isso, de uma artéria caracteristicamente rural.

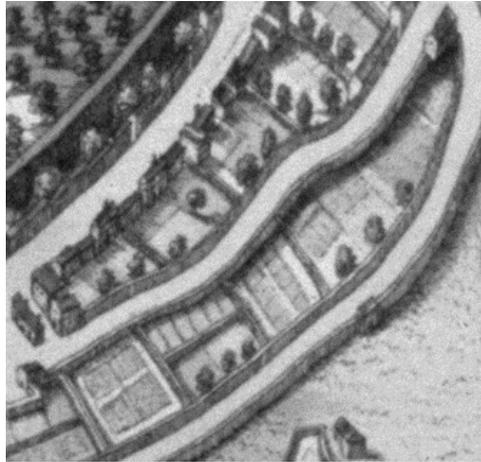


Figura 75 - Cangosta das Cruzes no Mapa de Braunio

Não se sabe ao certo o porquê de esta cangosta ter sido denominada pelo nome “cruzes” e, por outro lado, é possível que o nome “Falcões” seja proveniente da família dos Falcões Cotta, detentores de um palácio no Campo de Santiago e cujos terrenos desse edifício se prolongavam até esta rua, designadamente os que se encontravam do lado oeste da casa 13 (AAV 1989-91, vol. II).

A rua terá aumentado o número de construções em ambos os lados até ao século XVIII, mantendo, contudo, o seu aspeto rural, pois continuava a apresentar inúmeros quintais (ver figuras 75 e 77, das páginas 99 e 100, respetivamente).

O MRB representa ambos os alçados da rua. Das 17 casas que apresenta no lado norte apenas 5 eram pertença do Cabido, e das 9 casas do lado sul, 8 eram prazos do Cabido (Tabela 11).

Todavia, nenhuma destas parcelas apresenta contratos de emprazamento nos IPCC. As razões decorrem do facto de aparecerem referenciadas por outras ruas, nomeadamente pela rua do Anjo. Assim, as casas 1 e 3 apresentavam portas de serventia para a rua do Anjo; os números 2, 4 e 5 eram pertencentes à rua do Anjo; a 6 era uma leira denominada Castelo Rodrigo e pertenceria ao quintal de uma casa dizima a Deus; e da casa 7 à 13, os subenfiteutas pagavam foro ao número 1 do Campo de Santiago, cujo proprietário era Estevão Falcão Cotta (ver apêndice 30).

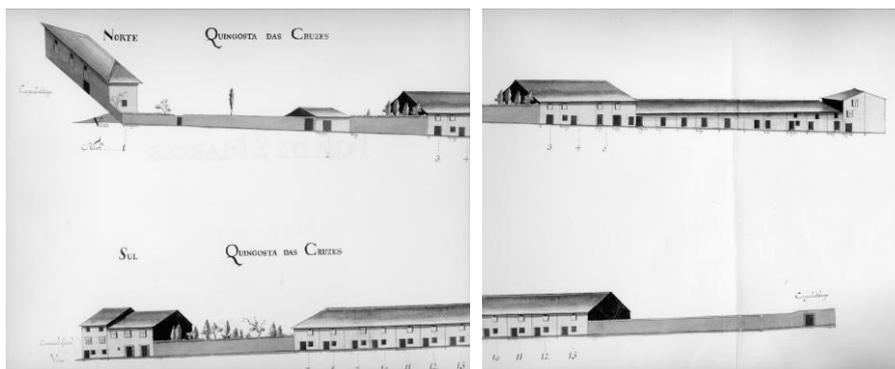


Figura 76 - Esquema da Cangosta das Cruzes no MRB

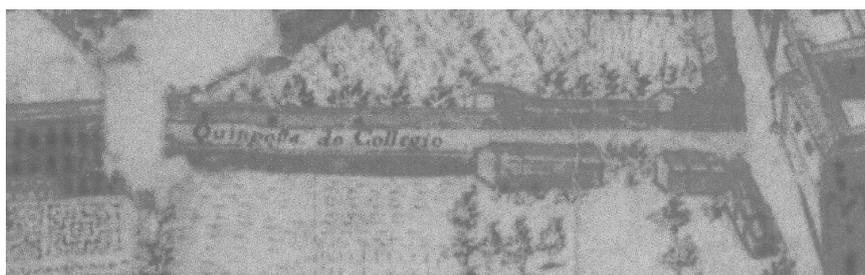


Figura 77 - Rua dos Falcões no Mapa de Braga Primas

No século XIX o aspeto rural manteve-se, verificando, contudo, no extremo nascente do lado sul da rua o surgimento de construções pertencentes ao Hospital de S. Marcos (número 39) que se encontravam adossadas ao cemitério do Hospital (número 42¹³).

Importante salientar ainda que no levantamento topográfico de 1883/84 a rua surge denominada por Rua do Hospital.

Ao longo do século XX a rua sofreu um processo mais intenso de urbanização e a funcionalidade e morfologia das suas parcelas alteraram-se por completo.

O lado norte desta artéria integra o quarteirão I2, enquanto o lado sul se inclui no I3 (apêndice 28).



Figura 78 - Rua dos Falcões (Planta de Braga, século XIX)

¹³ Numeração que está presente na Planta de Braga do século XIX.



Figura 79 - Rua do Hospital no levantamento topográfico de 1883/84

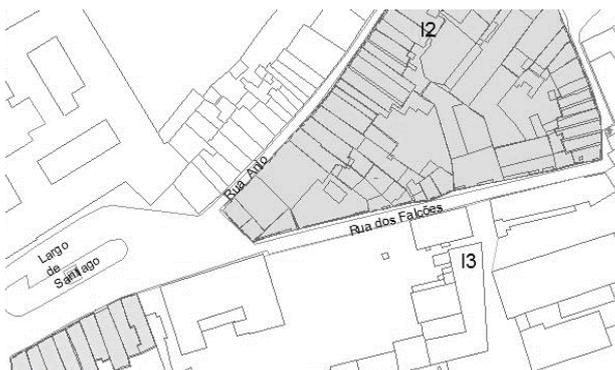


Figura 80 - Rua dos Falcões na atualidade (CAD)

Alçado Norte			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	17	10	10
Parcela Maior	5,5m	13,59m	28,26m
Parcela Menor	3,41m	4,96m	5,05m
Dimensão Total da Rua	141,45m	141,33m	137,68m
Alçado Sul			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	9	2	3
Parcela Maior	9,90m	47,39m	45,88m
Parcela Menor	5,5m	37,47m	22,44m
Dimensão Total da Rua	137,74m	140,60m	140,46m

Tabela 11 – Parcelas edificadas dos alçados Norte e Sul da Cangosta das Cruzes, do século XVIII à atualidade

5.2.2.12 Rua de S. Marcos

A rua de S. Marcos, que mantém o mesmo nome na atualidade, permite a ligação entre o Largo Carlos Amarante e o Largo Barão de S. Martinho. Deste modo, o seu lado poente pertence ao atual quarteirão D7 e, por sua vez, o lado nascente insere-se no I1 (ver apêndice 28).

A sua origem remonta ao século XVI, na consequência da abertura dos campos dos Remédios e de Santa Ana, por D. Diogo de Sousa, permitindo simultaneamente a ligação entre estes campos e entre a Porta de S. João e a Porta do Souto, nas imediações do castelo, pelo lado exterior da muralha.

O processo de urbanização da rua de S. Marcos terá sido lento, não apresentado no século XVI, segundo o Mapa de Braunio, qualquer construção no lado poente, muito embora o alçado nascente já se encontre totalmente edificado.

Todavia, ao longo dos séculos seguintes o número de parcelas edificadas no lado poente aumentou significativamente, permitindo definir a totalidade deste alçado que se estende até à Porta de Sousa, tal como se pode observar no MCBP. À semelhança das ruas do Anjo e do Alcaide a sua fisionomia acompanha o perímetro da muralha medieval.

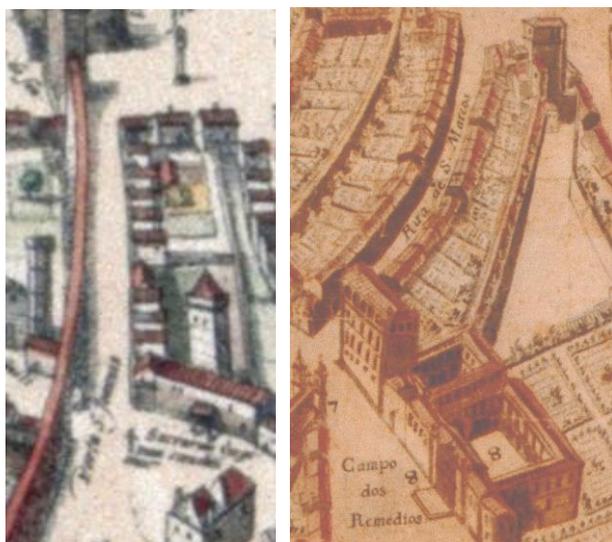


Figura 81 - Rua de S. Marcos no Mapa de Braunio (à direita) e no MCBP (à esquerda)

O MRB apenas representa as construções localizadas na parte inicial do lado nascente da rua, nomeadamente, o Convento dos Remédios (com os números 2, 3 e 4), a casa nº1 e uma outra que não pertencia ao Cabido (Tabela 12).

O prazo mais antigo remonta a 1515 e corresponde à casa número 1, cujo inquilino era Lopo Ribeiro, Bacharel (apêndice 30).

O Convento dos Remédios que terá sido fundado por D. Frei André de Torquemada, Bispo de Dume, em 1544-49. Infelizmente, este convento foi extinto a 7 de Maio de 1898, sendo concedido, por essa razão, ao Hospital de S. Marcos e à Câmara Municipal (Araújo, 1985: 169).

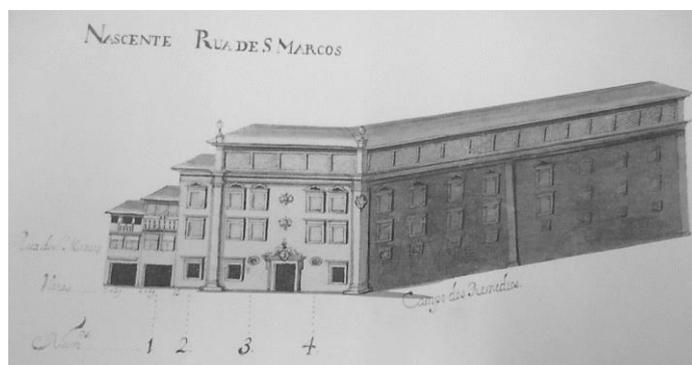


Figura 82 - Rua de S. Marcos (MRB)

Até à atualidade a rua não sofreu alterações quanto ao seu traçado, embora se registem inúmeras modificações ao nível das parcelas. O lado poente é o que melhor comprova e regista a história da sua morfologia.

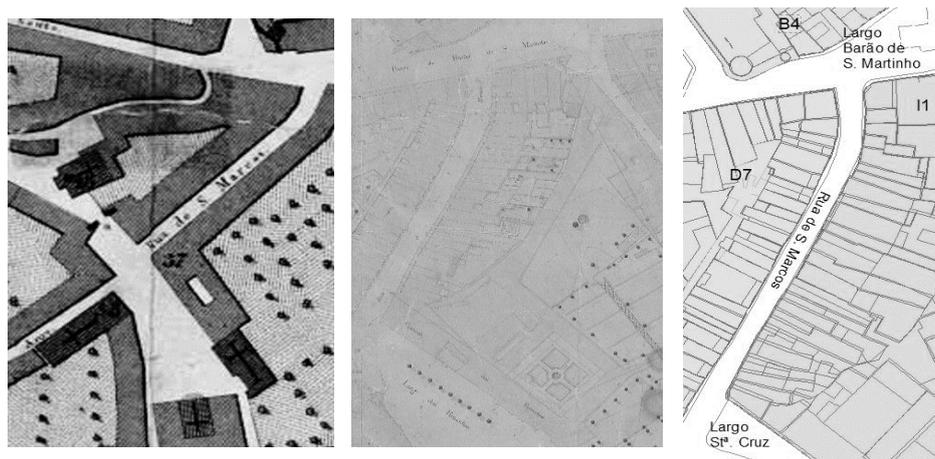


Figura 83 - Localização da Rua de S. Marcos, da esquerda para a direita: na Planta de Braga do século XIX, no Levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD)

Alçado Sul			
	Século XVIII ¹⁴	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	4	30	25
Parcela Maior	13,57m	16,13m	8,01m
Parcela Menor	2,64m	3,02m	3,05m
Dimensão Total da Rua	22,65m	142,87m	127,03m

Tabela 12 – Parcelas edificadas do alçado Sul da rua de S. Marcos, do século XVIII à atualidade

¹⁴ As medidas do século XVIII apenas se referem às parcelas representadas no MRB, e não à totalidade da rua.

5.2.2.13 Rua das Águas

A rua das Águas corresponde na atualidade à Avenida da Liberdade, situando-se entre a Arcada e a Ponte de S. João do Souto, que permitia a ligação para Guimarães. Assim, o seu lado nascente pertence ao quarteirão H1 e o lado poente ao quarteirão I1 (ver apêndice 30).

O topónimo “das águas” denota a abundância deste elemento na zona, comprovado aliás para os períodos mais recuados, designadamente romano, nomeadamente pela localização do santuário rupestre da Fonte do Ídolo (Garrido Elena, Mar e Martins, 2008).

A rua das Águas sofreu profundas alterações ao longo dos séculos. A sua génese pode situar-se ainda no século XV, segundo os dados referentes aos emprazamentos do Cabido. Todavia, a sua morfologia já se encontrava bem definida no século XVI, em resultado do elevando número de parcelas edificadas, em ambos os lados registadas no Mapa de Braunio.

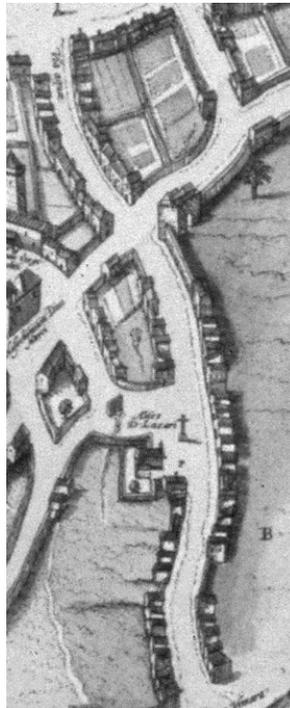


Figura 84 - Rua das Águas no Mapa de Braunio

Na realidade, esta artéria permitia um acesso privilegiado à zona da Arcada, sobretudo aos que provinham de Guimarães, espaço que conhece, a partir do século XVI, uma dinamização urbana, bem como uma crescente importância económica elevada (Ribeiro, 2010: 523-530).

A importância adquirida por esta artéria ao longo dos séculos XVII e XVIII, bem como a sua transformação em grande eixo comercial pode ser avaliada pela sua representação no MRB e no MCBP.

O MRB, que documenta ambos os lados da rua das Águas, apresenta 38 casas do lado nascente, das quais 35 pertencem ao Cabido e, no lado poente 35 casas, embora nenhuma delas fosse prazo do Cabido (ver dimensões do lado Poente da rua na Tabela 13).

De facto, o lado nascente, apesar de ter algumas casas simples, exhibe múltiplas casas com gelosias, de três pisos, varandas e portas de grandes dimensões. Essas características denotam uma forte componente comercial, principalmente junto ao Campo de Santa Ana.

No lado poente está representada a retaguarda do Convento dos Remédios e verificamos que as casas são, maioritariamente, mais modestas, muito embora existam algumas com gelosias e varandas.

O prazo mais antigo constante do IPCC remonta a 1470 e pertenceria à casa 3. O contrato foi feito a Gomes Fernandes, Tesoureiro e Cónego de Braga.

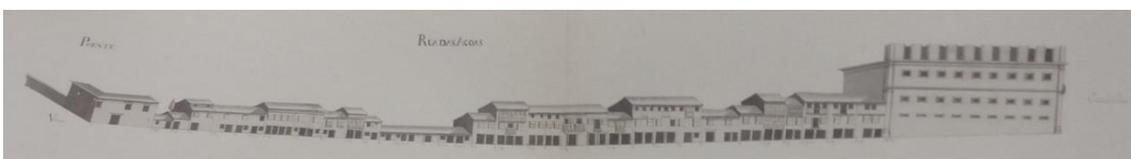


Figura 85 - Lado Poente da Rua das Águas no MRB



Figura 86 - Localização da Rua das Águas, da esquerda para a direita: Mapa de Braga Primas, na Planta de Braga do século XIX e no Levantamento topográfico de 1883/84

No século XIX não se verificam grandes alterações morfológicas na rua, muito embora no século XX se registem importantes mudanças, entre as quais destacaríamos a retificação do seu traçado, no tramo norte, que originará a atual Avenida da Liberdade, mas também a abertura da Avenida Imaculada Conceição, no sentido E/O, de largas dimensões, que rasga praticamente ao meio a rua.

Na realidade, o traçado da rua das Águas não coincide totalmente com o da Avenida da Liberdade, em resultado da retificação do mesmo no século XX, nomeadamente do tramo norte (apêndices 23 e 25).

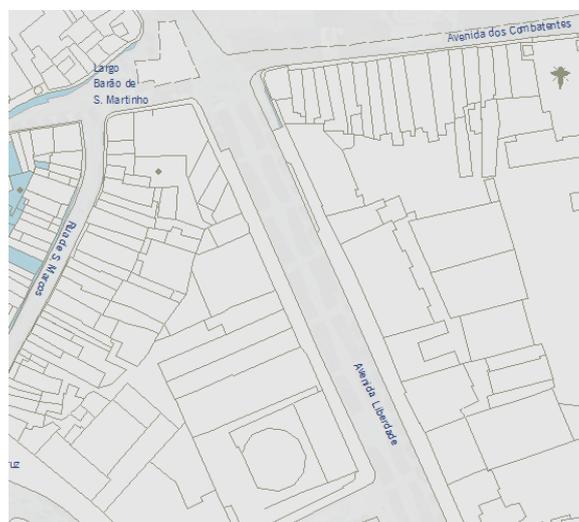


Figura 87 - Rua das Águas na atualidade (CAD)

Alçado Poente	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	35	37	12
Parcela Maior	31,35m	31,58m	38,51m
Parcela Menor	2,97m	2,60m	5,60m
Dimensão Total da Rua	197m	240,93m	155,94m

Tabela 13 – Parcelas edificadas no alçado Poente da Rua das Águas, do século XVIII à atualidade¹⁵

5.2.2.14 Rua do Carvalho

A rua do Carvalho, cujo alçado Sul define um dos lados do atual quarteirão F1, apresenta o mesmo nome na atualidade e estabelecia a ligação entre o Largo dos Penedos e o local onde, no século XVII, se instalaram a igreja e o Convento do Carmo.

No século XVI a rua apresentava construções em ambos os lados, assim como grandes espaços abertos nas suas traseiras, tal como documenta o Mapa de Braunio e acontece na maioria das casas dessas épocas.

¹⁵ No MRB apenas está representado o lado Poente desta rua e, por essa razão, procedemos ao estudo das dimensões apenas deste lado.



Figura 88 - Rua do Carvalho (MRB)

O MBR apenas representa as 27 casas existentes no lado sul desta artéria, com fachadas bastante heterogéneas (ver Tabela 14). Estas alternam, por um lado, entre casas muito simples, com apenas um piso e uma porta no rés-do-chão ladeada por uma janela como, por exemplo, os números 13 a 16 e, por outro, edifícios com 2 e 3 pisos, de grandes dimensões e elementos arquitetónicos mais elaborados como as casas 12 e 18, por exemplo.

Através desta dissemelhança entre as fachadas, e juntando a leitura feita aos prazos, concluímos que a rua tanto foi ocupada por pessoas ricas como pobres, durante o século XVIII. Por exemplo, na casa 5 e 12 viviam pessoas mais abastadas, um Escrivão dos Livros Reais e um Fidalgo da Casa de Sua Majestade (o já mencionado Manuel Falcão Cotta), respetivamente, e, por outro lado, na casa 16 sabemos que o inquilino teria uma profissão mais humilde, sendo surrador.

O prazo mais antigo do IPCC remonta a 1600, correspondendo à casa 18 do MRB, cujo inquilino era o Sapateiro Francisco Gonçalves, casado com Maria Fernandes (apêndice 30).

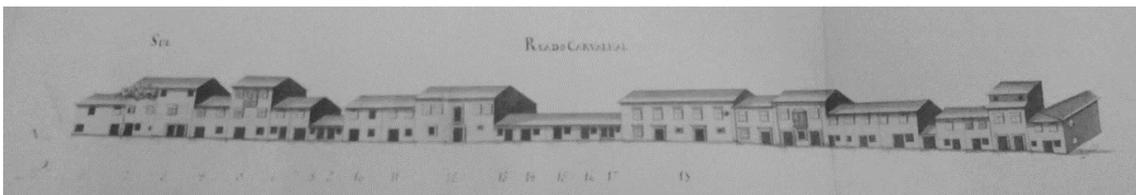


Figura 89 - Lado Sul da Rua do Carvalho no MRB



Figura 90 - Rua do Carvalho no Mapa da Cidade de Braga Primas

No MCBP surgem representadas as instalações da igreja e Convento do Carmo que, no século XIX, passaram a acolher o Hospital Militar (ver figura 90, da página 107).

Comparando as fontes do século XVIII com a informação cartográfica do século XIX verifica-se que a rua não apresentaria uma fisionomia totalmente linear, como podemos verificar nos apêndices 24 e 26.

Desde então e até à atualidade, não se registam alterações morfológicas significativas.

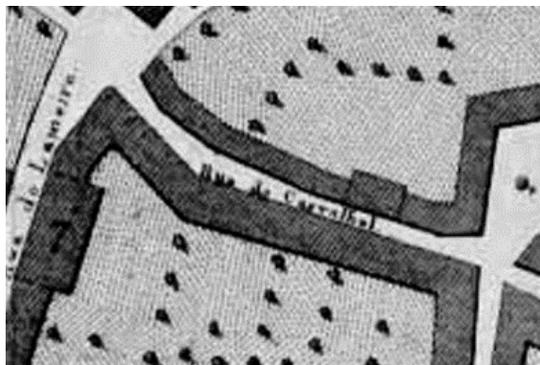


Figura 91 - Rua do Carvalho (Planta de Braga do século XIX)



Figura 92 - Rua do Carvalho no levantamento topográfico de 1883/84

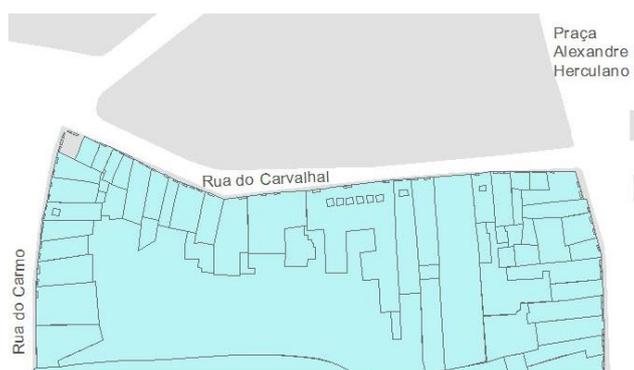


Figura 93 - Rua do Carvalho na Atualidade (CAD)

Alçado Sul	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	27	24	21
Parcela Maior	18,92m	18,87m	26,40m

Parcela Menor	2,75m	3,49m	3,22m
Dimensão Total da Rua	160,36m	162,30m	159,38m

Tabela 14 – Parcelas edificadas no alçado Sul da Rua do Carvalhal, do século XVIII à atualidade¹⁶

5.2.2.15 Rua da Fonte da Carcova

A rua da Fonte da Carcova, atualmente designada por rua dos Capelistas, contornava a zona exterior da muralha medieval, permitindo a ligação entre dois campos abertos pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, o Campo de Santa Ana e o Campo da Vinha.

O topónimo Fonte da Carcova deverá ser proveniente da existência de uma fonte localizada no seu extremo Este. Esta fonte era chamada de Fonte da Cárcoda ou Cárcova (AAV, 1989-91, vol. II).

No século XVI o lado norte estava totalmente edificado, enquanto o lado sul, adossado à muralha, não apresentaria qualquer construção, segundo a representação do mapa de Braunio.

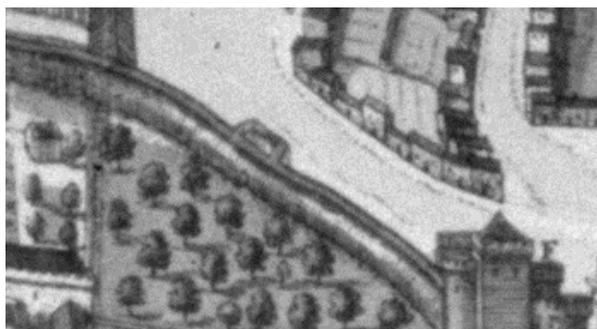


Figura 94 - Rua da Fonte da Carcova no Mapa de Braunio

O MRB apenas representa as 27 casas localizadas no alçado norte, sendo que apenas 10 eram pertença do Cabido (ver Tabela 15).

Todas as casas desta rua apresentam grandes portas em madeira no rés-do-chão, a maioria com 2 ou 3 pisos, janelas do tipo bracarense, algumas varandas e gelosias e telhados de 2 águas.

Relacionando estes elementos arquitetónicos com a informação presente no IPCC, que nos indica a profissão da maioria dos inquilinos cujas casas eram pertença do Cabido (carniceiros, cuteleiros, sapateiros, mercadores, marceiros, etc), concluímos que esta foi uma rua com uma forte componente comercial. De facto, esta artéria conheceu a denominação de rua dos Mercadores (Oliveira, 1981).

¹⁶ No MRB apenas está representado o lado Sul desta rua e, por essa razão, procedemos ao estudo das dimensões apenas deste lado.

De acordo com o IPCC, o prazo mais antigo desta rua data de 1531 e pertence à casa 9, cujo inquilino era Fernão Soares, Escudeiro da Cidade de Braga (apêndice 30).



Figura 95 - Rua da Fonte da Carcova no MRB



Figura 96 - Rua da Fonte da Carcova no Mapa de Braga Primas

Até ao século XIX, o lado sul da rua foi alvo de inúmeras alterações resultantes do aumento de construções em quase toda a sua extensão, tal como podemos observar na documentação cartográfica da época e na tabela 15. De salientar a existência, no extremo sul desta artéria, da Igreja dos Terceiros de S. Francisco, sediada neste local deste o século XVII¹⁷.

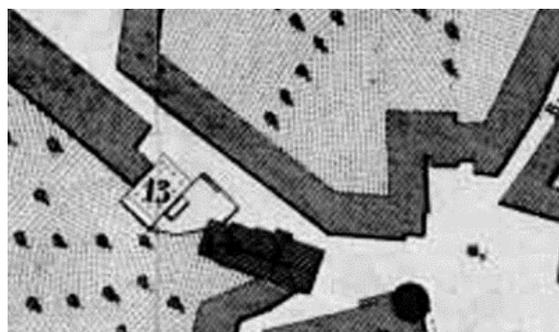


Figura 97 - Rua da Fonte da Carcova na Planta de Braga do século XIX

¹⁷ Fonte: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156322/>. Consultado a 30 de setembro de 2015.



Figura 98 - Rua dos Capelistas no Levantamento topográfico de 1883/84

Por fim, é importante referir que esta artéria tem o seu lado norte inserido no atual quarteirão F1, enquanto o lado sul pertence ao B3.

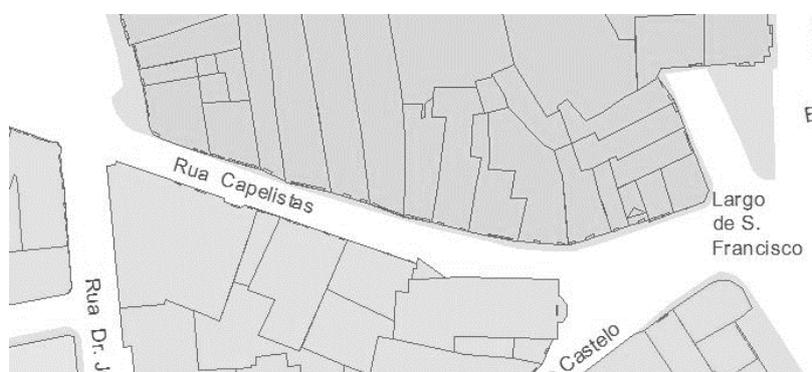


Figura 99 - Rua dos Capelistas na Atualidade (CAD)

Alçado Norte			
	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	27	21	15
Parcela Maior	16,50m	11,48m	12,56m
Parcela Menor	2,86m	2,20m	4,51m
Dimensão Total da Rua	141,87m	141,91m	139,94m

Tabela 15 – Parcelas edificadas no alçado Norte da rua da Fonte da Carcova, do século XVIII à atualidade¹⁸

5.2.2.16 Rua dos Chãos de Baixo

A rua dos Chãos de Baixo corresponde na atualidade à rua dos Chãos. Na Idade Moderna, existia no início desta artéria um largo designado de Eyrado e que compreende hoje o largo de S. Francisco, bem como a zona do Banco de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos.

¹⁸ No MRB apenas está representado o lado Norte desta rua e, por essa razão, procedemos ao estudo das dimensões apenas deste lado.

A génese da rua dos Chãos encontra-se na via XVIII romana que constituía uma das vias principais de ligação a *Bracara Augusta*. Igualmente, as fontes escritas medievais, designadamente o Primeiro Tombo do Cabido, dos finais do século XIV, registam casas nesta artéria (Ribeiro, 2008: 521). Todavia, terá sido a partir do século XVI que se regista um aumento significativo de construções, tal como ilustra o Mapa de Braunio. Neste século, ambos os lados da rua se encontravam repletos de construções. Este processo de urbanização terá sido impulsionado com a abertura do Campo de Santa Ana, bem como a existência de condições económicas, políticas e demográficas favoráveis.



Figura 100 - Rua dos Chãos no Mapa de Braunio

A artéria surge no MRB dividida em duas, ou seja, em rua dos Chãos de Baixo e rua dos Chãos de Cima, estabelecendo, na sua totalidade, a ligação entre o Campo de Santa Ana e a Igreja de S. Vicente.

Desta forma, a rua dos Chãos de Baixo estendia-se desde a zona do Eyrado ao Largo dos Penedos e, por sua vez, a rua dos Chãos de Cima seguia até à Igreja de S. Vicente. A origem desta divisão encontra-se relacionada com a abertura de novas ruas que a segmentam, facto que se justifica pelo seu grande comprimento.

No MRB estão representadas 44 casas no lado poente da rua e 45 casas do lado oposto, e eram pertença do Cabido 24 e 30, respetivamente (ver Tabela 16). O prazo mais antigo corresponde à casa número 8, com data de contrato de 1491. Este prazo tinha como enfiteuta Álvaro Gonçalves, que exercia a profissão de sapateiro e era casado com Inês Anes (apêndice 30).

Cabe igualmente salientar que a rua tinha casas com características bastante heterogéneas. De facto, podemos verificar que existem casas com portas ladeadas por uma janela no piso térreo, simples e sem elementos decorativos como, por exemplo, os números 2 e 3, e por outro, casas com 3 pisos, possuindo grandes portas no rés-do-chão, com gelsias, varandas, entre outros, que

indicavam uma grande vontade em mudar e adotar novos estilos arquitetónicos como podemos comprovar na casa 45, por exemplo.

A análise feita às profissões presentes no IPCC apresentou algumas particularidades interessantes. A título de exemplo, refira-se que a casa 5, ao longo do século XVI, foi sendo consecutivamente ocupada por inquilinos que exerciam a profissão de sapateiros.

O traçado irregular desta artéria pode ser observado nas fontes cartográficas e iconográficas dos séculos XVIII e XIX. Estas revelam ainda a existência do parcelamento gótico constituído, na sua maioria, por edifícios modestos e por parcelas de pequenas dimensões.

Saliente-se, ainda, a alteração do topónimo da rua dos Chãos de Cima para rua de S. Vicente durante o século XIX, como nos demonstra a Planta de 83/84.

A atual rua dos Chãos foi alvo de imensas alterações ao nível do edificado, sofrendo novos processos de reparcelamento e modificações na sua fisionomia, durante o século XX (ver tabela 16).

Assim, o seu lado Poente pertence ao quarteirão F1, enquanto o Nascente, no G1 (apêndice 28).



Figura 101 - Lado Poente da Rua dos Chãos de Baixo no MRB



Figura 102 - Rua dos Chãos de Baixo e de Cima no Mapa de Braga Primas

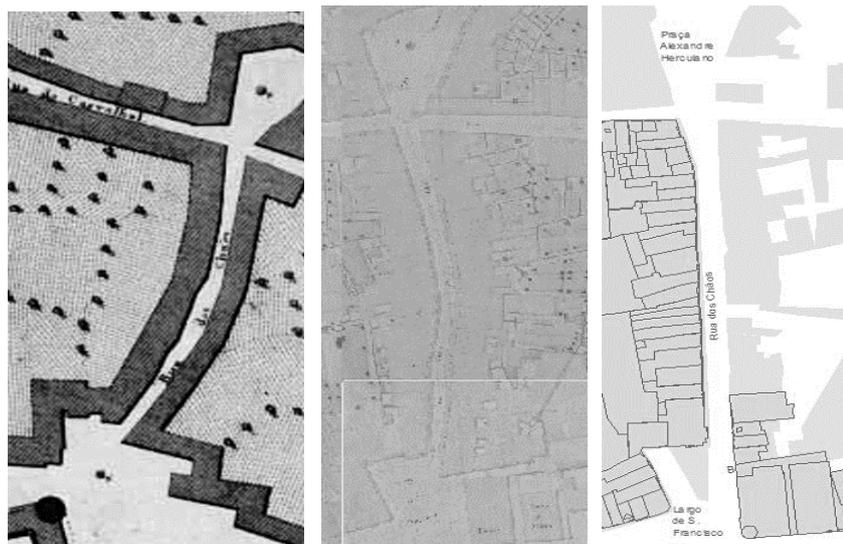


Figura 103 - Localização da Rua dos Chãos de Baixo (da esquerda para a direita): Planta de Braga do século XIX, Levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD)

Lado Poente	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	44	33	28
Parcela Maior	10,43m	23,17m	23,44m
Parcela Menor	1,98m	3,13m	3,57m
Dimensão Total da Rua	166,06m (Sem eirado)	167,89m	160,68m

Tabela 16 – Parcelas no alçado Lado Poente da Rua dos Chãos de Baixo, do século XVIII à atualidade¹⁹

5.2.2.17 Rua dos Biscainhos

A rua dos Biscainhos, que mantém o mesmo nome na atualidade, estabelecia a ligação entre o Campo das Hortas e o Campo da Vinha, ambos mandados abrir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa.

Localizada extramuros, a rua estabelecia o acesso entre o Arco da Porta Nova e a Porta de S. Francisco, sendo mais um dos exemplos do tipo de ruas modernas que surgiram na área extramuros, com a perda da funcionalidade defensiva das muralhas, e cuja morfologia acompanha o perímetro da estrutura defensiva.

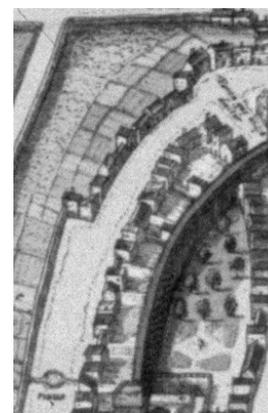


Figura 104 - Rua dos Biscainhos no Mapa de Braunio

¹⁹ O lado Poente da Rua dos Chãos de Baixo pertence ao quarteirão estudado neste trabalho, o F1, razão pela qual procedemos ao estudo das dimensões deste lado, uma vez que o lado oposto se encontra fora da nossa área de estudo.

No século XVI o lado nascente encontrava-se totalmente edificado, com quintais na retaguarda das casas que se estendiam até à muralha. Por sua vez, o lado poente não apresentava construções em toda a sua extensão, tal como aparece documentado no Mapa de Braunio,

No século XVII será construído, no lado Poente da rua, o Palácio dos Biscainhos.

Apesar do MRB apenas representar o referido palácio, bem como duas casas anexas, não fornecendo mais informações acerca do tipo de edificado que aí deveria existir, o *Mapa de Braga Primas* regista uma elevada densidade construtiva, documentando a edificação total de ambos os alçados da rua.

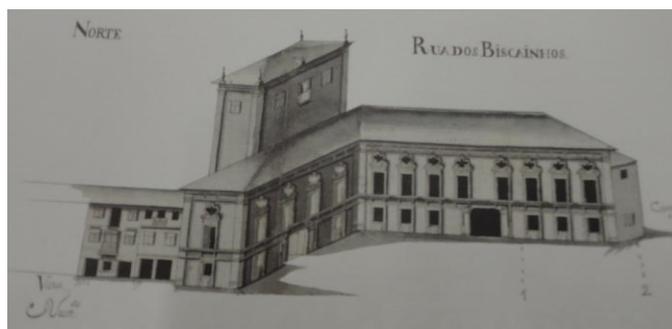


Figura 105 - Lado Norte da Rua dos Biscainhos no MRB

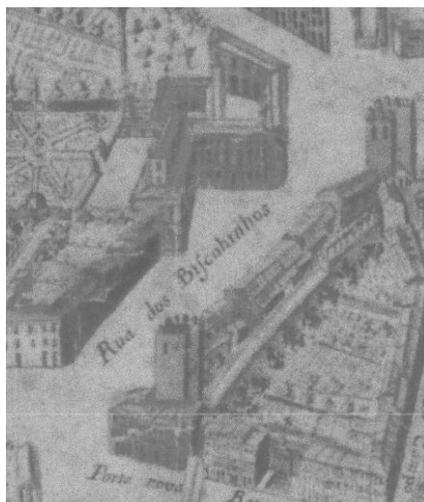


Figura 106 - Rua dos Biscainhos no Mapa de Braga Primas

Através das fontes cartográficas do século XIX e seguintes, comprova-se, de facto, que a rua não sofreu grandes alterações fisionómicas, e que o aspeto geral das fachadas, principalmente as do lado nascente parecem ter sido poucas alteradas.

Esta artéria tem o seu lado Poente inserido no quarteirão E1, enquanto o seu lado Nascente pertence ao quarteirão A2 (apêndice 28).



Figura 107 - Representação, da esquerda para a direita, da Rua dos Biscainhos, na Planta da Cidade do século XIX, no levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD)

Como já referimos anteriormente, o lado nascente, que integra o quarteirão A2, pertencente à nossa área de estudo, não se encontra representado no MRB. Contudo, procedemos ao estudo das suas dimensões para os séculos posteriores.

Lado Nascente	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	Ø	23	21
Parcela Maior	Ø	25,97m	26,13m
Parcela Menor	Ø	3,04m	3,42m
Dimensão Total da Rua	Ø	137,73m	136,38m

Tabela 17 – Parcelas edificadas no alçado Nascente da rua dos Biscainhos, do século XVIII à atualidade

5.2.2.18 Rua em Frente do Açougue

A rua em Frente do Açougue corresponde à atual Avenida de S. Miguel-o-Anjo e encontra-se inserida no quarteirão E2.

A origem desta artéria remonta ao século XVI, permitindo estabelecer a ligação entre o Campo das Hortas e o Campo de S. Sebastião, ambos mandados abrir por D. Diogo de Sousa.

No século XVI, ambos os lados desta rua, de pequeníssimas dimensões, se encontravam totalmente construídos e, uma vez mais, a traseira das suas casas era ocupada por espaços abertos, delimitados pela muralha medieval, como podemos ver no Mapa de Braunio.

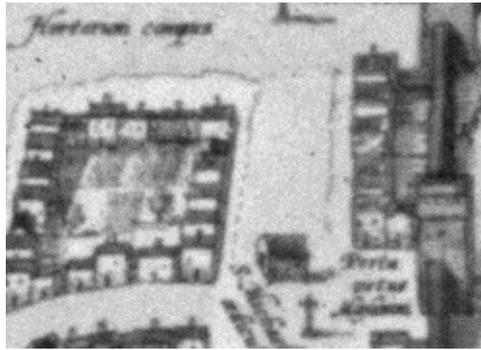


Figura 108 - Rua Em Frente do Açougue no Mapa de Braunio

O MRB apenas representa as 7 casas que compõem o lado poente da rua, das quais 5 eram prazos do Cabido (verificar tabela 18). O prazo mais antigo pertence à casa número 4, com contrato realizado em 1480.

De facto, à exceção da casa 5 que possuía frontaria e serventia principais para o Campo das Hortas, local onde existiria um cruzeiro, o proprietário das restantes casas era o mesmo, Bento de Campos, que cobrava de pensão ou foro 280 réis e 2 galinhas (apêndice 30). Este facto demonstra, uma vez mais, que existiam ruas em que um único proprietário detinha a maioria das parcelas.

Será relevante referir que a casa 1 se encontrava situada defronte da antiga Capela de S. Miguel-o-Anjo. Esta capela foi construída em data que desconhecemos e, nos séculos XVII e posteriores, era nela que os novos arcebispos se ornavam com os seus paramentos para depois fazerem a sua entrada solene na cidade através da Porta Nova (AAVV, 1989-91, vol. II).

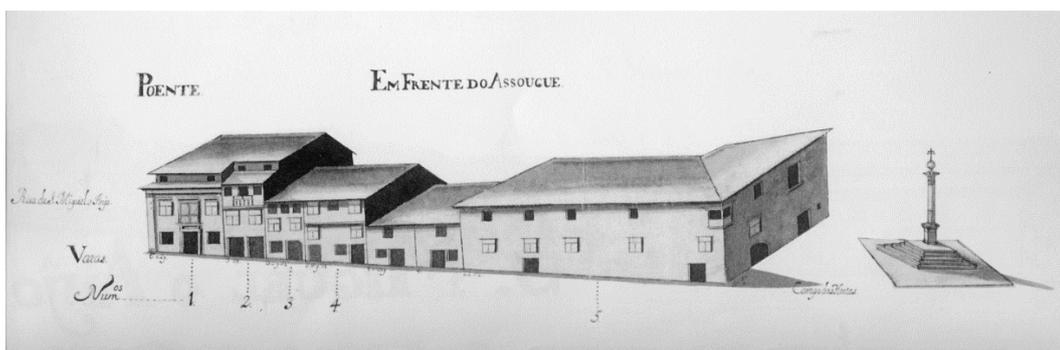


Figura 109 – Lado Poente da rua Em Frente do Açougue no MRB



Figura 110 - Rua Em Frente do Açougue no Mapa de Braga Primas

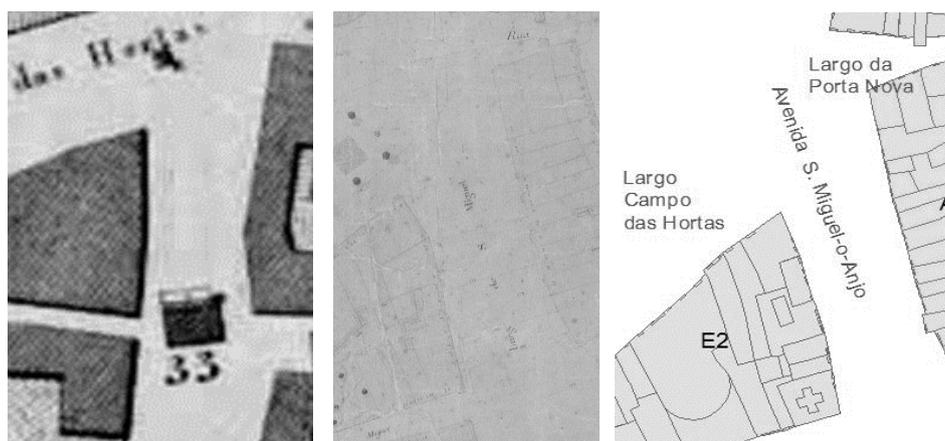


Figura 111 - Rua Em Frente dos Açougues (da esquerda para a direita): na Planta de Braga do século XIX, no Levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD)

Como podemos observar na figura 109, era neste local que se situavam os açougues da cidade, o que justifica o emprego do topónimo rua Em Frente do Açougue. Estes desapareceram no século XIX, não figurando, por esse motivo, na documentação cartográfica dessa época.

Na atualidade, o seu traçado permanece o mesmo, muito embora a fachada das suas tenha sofrido alterações, à exceção da casa 3 do MRB (ver apêndice 9).

Alçado Poente	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Número de Parcelas	7	6	6
Parcela Maior	24,75m	12,68m	12,13m
Parcela Menor	3,63m	4,27m	3,90m
Dimensão Total da Rua	58,60m	53,12m	53,28m

Tabela 18 – Parcelas no alçado Poente da rua Em Frente do Açougue, do século XVIII à atualidade

5.2.3 Praças

É a partir do século XVI, com a ação reformadora do arcebispo D. Diogo de Sousa, que surgem os grandes espaços abertos na cidade. De facto, estas praças ou largos passaram a representar um dos elementos mais importantes do espaço urbano, provocando-lhe inúmeras alterações e conferindo-lhe maior beleza e magnitude.

Nas seções que se seguem caracterizam-se as praças existentes em Braga e que, na sua maioria, foram mandadas abrir ou alargadas pelo referido arcebispo e que ainda subsistem na atualidade.

5.2.3.1 Campo das Carvalheiras / Campo das Hortas

No lado Oeste da cidade, na zona que contornava o troço noroeste da muralha, o arcebispo D. Diogo de Sousa foi o responsável pelo alargamento do Campo das Carvalheiras, assim como pela abertura de um Rossio que rapidamente se urbanizou e que, por conseguinte, deu origem ao Campo das Hortas e à Rua Em Frente dos Açougues.

O Campo das Carvalheiras, localizado extramuros, ficava situado entre a Capela de S. Sebastião e a antiga Igreja de São Miguel, numa zona de carvalhos, da qual herda o nome.

O Campo das Hortas, localizado a norte do Campo das Carvalheiras, em frente à Porta Nova, ocupava uma grande área, totalmente rodeada por construções. As que se localizavam na linha de muralha, não se encontravam adossadas à cerca por possuírem campos nas suas retaguardas, tal como podemos ver no Mapa de Braunio.



Figura 112 - Campo das Hortas e Campo das Carvalheiras no Mapa de Braunio (à esquerda) e Campo das Hortas e Campo das Carvalheiras no Mapa de Braga Primas (à direita)

Através do MCBP, percebemos que, durante o século XVIII, o lado nascente do Campo das Carvalheiras não revelava alterações fisionómicas relevantes. Contudo, a zona a sul da capela de S. Miguel-o-Anjo aparece designada por campo de S. Miguel-o-Anjo. Neste documento também figuram os açougues, na frontaria da Rua Em Frente do Açougue, assim como a Capela de S. Sebastião.

O MRB apenas nos fornece informações sobre os lados poentes da Rua em Frente do Açougue e do Campo de S. Sebastião, ambos reproduzidos na folha 25 do mencionado documento.



Figura 113 – Esquema do Lado Poente do Campo de S. Sebastião no MRB

A maioria das alterações urbanísticas que irão ter lugar nesta zona ocorreram ao longo dos séculos XIX e XX.

Deste modo, embora a Capela de S. Sebastião tenha persistido até à atualidade, o mesmo não sucede com a Capela de S. Miguel-o-Anjo que já não figura no levantamento topográfico de 1883/84.

Os açougues também não constam da documentação do século XIX, visto terem sido demolidos em data anterior, ou seja, em 1839 (AAVV, 1989-91, vol. II). Por sua vez, o cruzeiro que se localizava no Campo das Hortas é transferido para o Campo de S. Sebastião e o Matadouro Municipal passa a funcionar no lado poente do Campo das Carvalheiras.

O prolongamento da antiga Rua das Travessas para fora dos limites da muralha, através da abertura da rua D. Afonso Henriques também irá contribuir para a alteração desta zona, destruindo alguns edifícios, bem como arrasado com a restante muralha.

O aparecimento de novas construções localizadas a sul provocaram a abertura de novas ruas e, conseqüentemente, a divisão deste espaço, como se pode ver na figura 113, da página 140.



Figura 114 Campo das Hortas e Campo das Carvalheiras (da esquerda para a direita): na Planta de Braga do século XVIII, no Levantamento topográfico de 1883/84 e na Atualidade (CAD)

5.2.3.2 Largo da Porta Nova/ Largo da Praça Velha/Rossio da Praça

Uma das alterações que o arcebispo D. Diogo de Sousa empreendeu, no século XVI, foi a abertura de uma nova porta no lado poente da muralha medieval, que viria a ser designada por Porta Sousa. Esta porta ainda persiste na atualidade, embora o seu nome se tenha alterado para Porta Nova.

O objetivo da sua abertura adveio da necessidade em regularizar e prolongar a Rua do Souto, construindo, dessa forma, a Rua Nova de Sousa, bem como aumentar o desenvolvimento económico e urbano da área localizada extramuros, através da criação do já referido, Campo das Hortas.

No decorrer desta nova rua, a Rua Nova de Sousa, D. Diogo de Sousa decidiu continuar com as suas transformações urbanísticas e, assim, criar mais uma praça, utilizada como mercado, apresentando diversas designações como, por exemplo, Pracinha, Praça do Pão, Praça do Pescado, Praça da Hortaliça, entre outros, transmitindo a forte atividade comercial dessa zona.

No Mapa de Braunio, esta praça é denominada por Mercado do Pescado (Forum piscarium) que estabelecerá uma relação com o Rossio da Praça (AAVV, 1989-91, vol. II).



Figura 115- Largo da Porta Nova, Largo da Praça Velha e Rossio da Praça no Mapa de Braunio

A configuração da praça e do mercado fechado encontram-se bem representados tanto no MRB, como no MCBP, documentos do século XVIII.

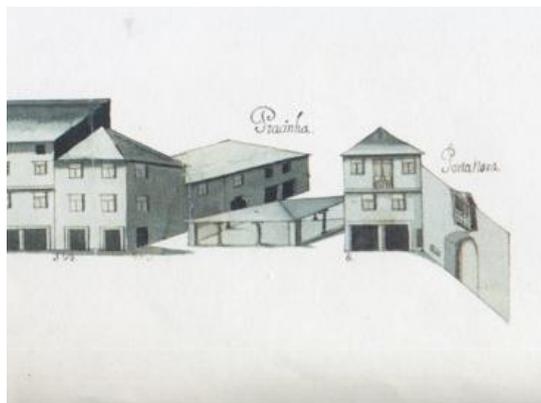


Figura 116 - Pormenor do lado Sul da rua Nova de Sousa no MRB com a localização da Pracinha



Figura 117 - Largo da Porta Nova, Largo da Praça Velha e Rossio da Praça no MCBP

A partir do século XIX podemos verificar que o mercado fechado desapareceu, como comprova a Planta de Braga, e que os edifícios da Pracinha cresceram em altura.

Por outro lado, o significado económico e social desta zona irá perder a sua força, visto o centro comercial da cidade se ter transferido para a zona da Sé e da Arcada.



Figura 118 - Largo da Porta Nova, Largo da Praça Velha e Rossio da Praça na Planta da Cidade do século XIX (à direita) e na Planta de 83/84 (à esquerda)

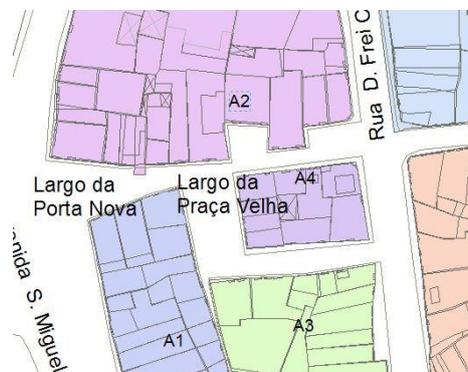


Figura 119 - Largo da Porta Nova, Largo da Praça Velha e Rossio da Praça na Atualidade (CAD)

5.2.3.3 Campo da Vinha

O Campo da Vinha, mandado abrir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, corresponde à atual praça Conde de Agrolongo. Este campo, de grandes dimensões, localizava-se na zona extramuros, junto ao troço norte da muralha fernandina, onde se localizavam as vinhas dos Arcebispo, que darão nome ao campo.

A ligação deste campo com o interior da cidade era feita através de duas entradas. Uma, através de uma torre, que funcionava também como porta, a Porta de S. Francisco, que permitia o acesso à antiga Rua Nova, que se veio a designar posteriormente como rua do Campo (Oliveira, 1981). A outra era através do Postigo de Santo António que permitia aceder, pelos quintais dos edifícios que aí se encontravam, ao antigo Campo de Touros do Arcebispo. Ambas as entradas se encontram representadas no Mapa de Braunio.



Figura 120 - Campo da Vinha no Mapa de Braunio

Toda a zona envolvente deste Campo sofreu um forte processo de urbanização até ao século XVIII, altura em que surge totalmente edificada. Dos edifícios aqui presentes, podemos destacar os Religiosos da Graça (26), o Convento das Religiosas do Salvador (24), a Capela de Nossa Senhora do Amparo (22), as Beatas de Santo António (25)²⁰ e o Seminário de S. Pedro, tal como se assinala no MRB. Se a estes edifícios juntarmos a presença de inúmeros cruzeiros, podemos concluir que esta área era marcadamente religiosa.

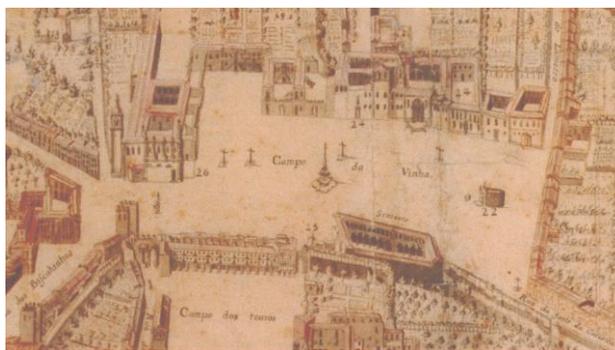


Figura 121 - Campo da Vinha no MCBP

No século XIX, passa a funcionar junto ao Convento dos Religiosos da Graça, que na atualidade compreende a Igreja do Pópulo, o regimento de infantaria (1) que levou à remodelação de algumas partes do convento.

Por outro lado, na zona este do atual quarteirão A8 passa a funcionar o “Ditto dos Orfaos”, ou seja, o Colégio dos Orfãos de S. Caetano (9)²¹.

Na Planta de Braga do século XIX já não figuram nenhum dos Cruzeiros, bem como a Capela de Nossa Senhora do Amparo.

No Levantamento topográfico de 1883/84, a área correspondente ao Campo da Vinha aparece designada e dividida em duas áreas, ou seja, a poente, em frente à Igreja do Pópulo, conforma-se o Largo de Santo Agostinho e, a restante área, que ocupa grande parte do antigo Campo da Vinha, designa-se de Campo de D. Luiz 1º.

²⁰ Os números dentro de parêntesis correspondem aos que figuram no MCBP.

²¹ Os números 1 e 9 referem-se à Planta da Cidade do século XIX.

É igualmente importante salientar que a zona norte vai sofrer inúmeras alterações urbanísticas, com a abertura de uma nova rua, a rua do Salvador, atual rua Alferes Ferreira.



Figura 122 - Campo da Vinha na Planta da Cidade do século XIX (à direita) e na Planta de 83/84 (à esquerda)

Na atualidade, o Largo de Santo Agostinho corresponde à Praça Conselheiro Torres de Almeida, e o Campo de D. Luiz 1º à Praça Conde de Agrolongo. O centro do antigo Campo da Vinha apresenta pouquíssimas construções.



Figura 123 - Campo da Vinha na Atualidade

5.2.3.4 Campo de Santa Ana

O Campo de Santa Ana compreende na atualidade a Avenida Central, a Praça da República e o Largo Barão de S. Martinho.

Nos dias de hoje, este campo de grandes dimensões é limitado por vários quarteirões, dois a norte e dois a sul. A norte encontramos os quarteirões G1 e G2, e a sul os quarteirões H1 e H2.

Este campo, localizado extramuros, foi mandado abrir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, no século XVI, na zona este da cidade. Nele, o arcebispo, mandou erigir uma capela em devoção a Santa Ana, bem como colocar ao seu redor lápides e miliários romanos que se encontrariam dispersos (Costa, 1993).

Esta ação urbanística realizada pelo arcebispo teve como consequência a grande alteração fisionómica deste espaço, com características rurais até então, passando, desta forma, a existir uma ligação directa entre o Castelo à Igreja de Nossa Senhora a Branca.



Figura 124 - Campo de S. Anna no Mapa de Braunio

Nos séculos XVII e XVIII este campo continuou a sofrer alterações, apresentando-se cada vez mais urbanizado, passando a ser constituída por inúmeras construções de estilo barroco como, por exemplo, o Convento e Igreja dos Congregados, edificado no seu lado sul (como podemos verificar na figura 124, da página 145).

Na verdade, este local tornou-se, durante a Idade Moderna, no verdadeiro ex-libris do Barroco bracarense, pela perspectiva cenográfica que foi criada entre a zona da Arcada e o Santuário do Bom Jesus de Braga (Ribeiro, 2008: 524).

Através do MRB, que representa toda a zona Sul, mas apenas uma parte das casas localizadas a norte desta artéria, identificam-se inúmeras casas de grande qualidade arquitetónica como, por exemplo, a casa 4.

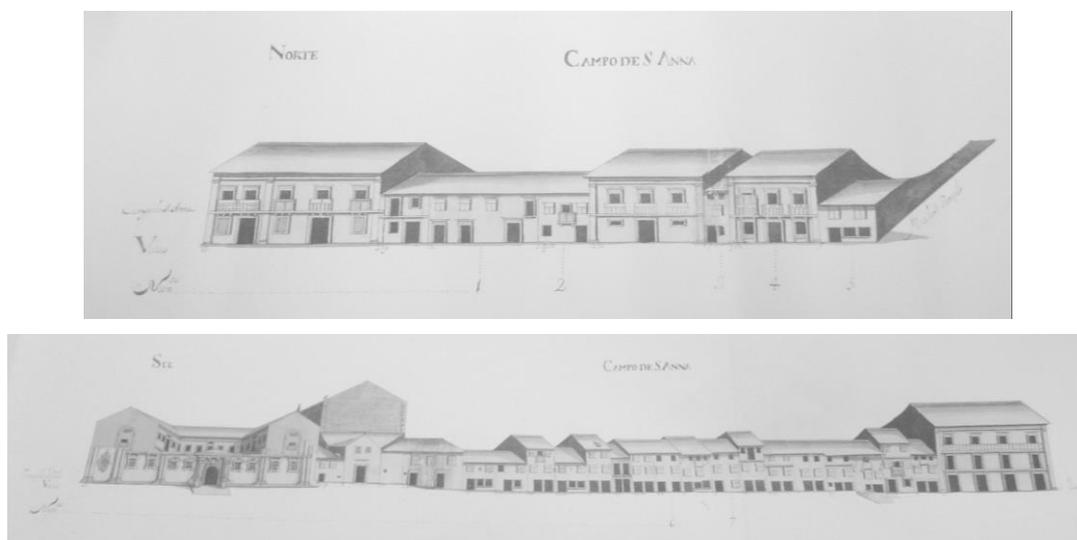


Figura 125 - Representação dos Lados Norte e Sul do Campo de S. Anna no MRB



Figura 126 - Campo de S. Anna no MCBP

Na verdade, este grande espaço potenciou o desenvolvimento do lado este da cidade, interrompido por inúmeras ruas em ambos os lados, designadamente, a rua de S. Gonçalo e a atual rua do Sardoal a norte, e a antiga rua dos Congregados a sul.

Na Planta de Braga do século XIX encontram-se identificados diversos edifícios: a Igreja da Lapa (16) na zona da Arcada, o Recolhimento das Convertidas (17) e o quartel do Sardoal (18) a norte e, por fim, o Convento das Religiosas Penha (22), o Liceu (23) e a Igreja dos Congregados (24), a sul, tal como se assinala no MPCB.

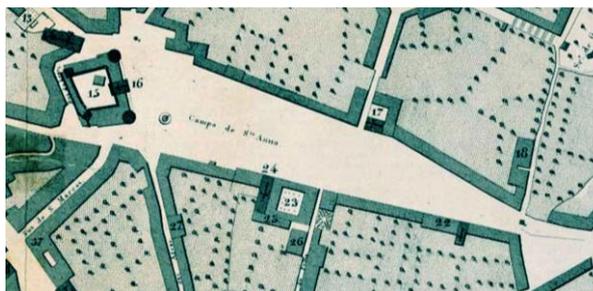


Figura 127 - Campo de S. Anna na Planta da Cidade do século XIX

Cabe igualmente salientar que a zona em frente à Arcada se passou a designar, durante os finais do século XIX, por Largo da Lapa (devido à Igreja da Lapa), e que, por sua vez, a zona a sul desta mantém o nome atual de Praça do Barão de S. Martinho.

A zona central da Avenida apresentava uma área com jardins, designada por Passeio Público, no levantamento topográfico de 1883/84.

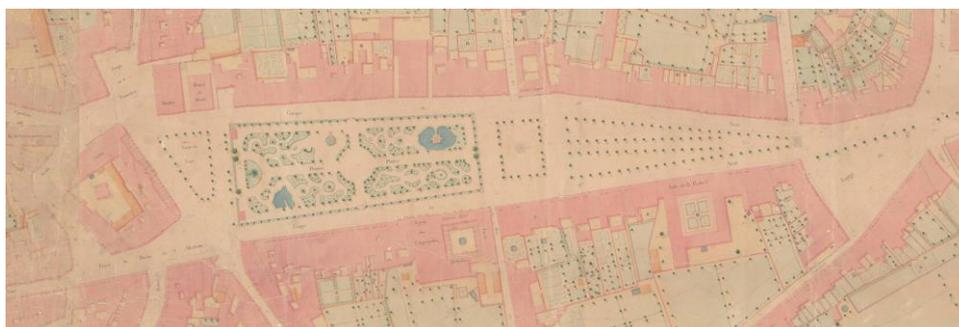


Figura 128 - Campo de S. Anna na Planta de 83/84

Desde o século XIX à atualidade ambos os lados da avenida têm vindo a sofrer alterações. Os edifícios do lado norte foram reconstruídos embora mantenham, ainda hoje, grandes dimensões mas com características arquitetónicas e funcionalidades bastante distintas, enquanto os do lado sul continuam a ser caracterizados pelas suas dimensões mais reduzidas.



Figura 129 - Avenida Central na Atualidade (CAD)

5.2.3.5 Campo dos Remédios

O Campo dos Remédios, localizado entre a rua de S. Marcos e a rua do Anjo, constitui mais um dos largos mandados abrir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, no século XVI, com o propósito de expandir a área urbana da cidade.

O campo deve o seu nome ao Convento de Nossa Senhora dos Remédios, que se localizava no início da Rua de S. Marcos, tendo sido fundado pelo Bispo de Dume, D. Frei André de Torquemada, entre 1544-1549 (Araújo, 1985: 169).

Na verdade, a abertura deste largo permitiu o desenvolvimento urbanístico da antiga Rua dos Granjinhos, localizada nas traseiras do então Hospital de S. Marcos (Maurício, 2000), como podemos observar no MCBP.

Neste documento do século XVIII também conseguimos identificar as estruturas que rodeavam este campo, designadamente a Porta de S. João a norte, a Igreja de Santa Cruz a oeste, o Convento dos Remédios a este e, por fim, o Hospital de S. Marcos a sul.



Figura 130 - Largo dos Remédios no Mapa de Braunio (à direita) e no MCBP (à esquerda)

Nos séculos XIX e XX não existem grandes alterações nesta zona, exceto no que se refere ao Convento dos Remédios que foi encerrado e demolido.

Na atualidade, o espaço aberto em frente à Igreja de Santa Cruz é agora conhecido por Largo de Santa Cruz e, por outro lado, o Campo dos Remédios é agora designado por Largo Carlos Amarante.



Figura 131 - Largo dos Remédios na Planta da Cidade do século XIX



Figura 132 - Largo dos Remédios na Planta de 83/84



Figura 133 - Largo dos Remédios na Atualidade (CAD)

5.2.3.6 Campo de S. Tiago/ Largo de S. Paulo

Junto ao troço sul da muralha medieval, nas imediações de uma torre com porta, designada de S. Jacob, ou seja, Jacobi que significa Tiago, o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou abrir o Campo de Santiago.

Este campo, de grandes dimensões, passa a constituir o ponto de chegada da estrada que vinha do Porto e que passava pela Rua dos Pelames, atual Rua de S. Geraldo.

Por outro lado, este campo viu a sua importância aumentar, ainda no século XVI, com a construção do Colégio de S. Paulo, localizado sobre a muralha, que foi posteriormente ocupado pelo Seminário de Santiago (AAVV, 1989-91, vol. II).

Refira-se que o arcebispo D. Bartolomeu dos Mártires (1559-82) procedeu à expulsão das pessoas problemáticas que frequentavam toda esta área, para que os alunos do colégio aí pudessem viver com um ambiente mais propício (AAVV, 1989-91, vol. II).

O ensino deste colégio ficou a cargo dos jesuítas que também mandaram abrir uma outra porta, localizada entre o Seminário de Santiago e a Torre, designada por Porta de Santiago, ou do Colégio, que substituiu a anterior entrada pela torre da muralha (Freitas, 1890).

A fisionomia urbana do Campo de Santiago no século XVI encontra-se bem documentada no Mapa de Braunio.



Figura 134 - Campo de S. Tiago e Largo de S. Paulo no Mapa de Braunio

Contudo, em 1759, os jesuítas foram expulsos, resultando numa significativa perda de importância do campo de Santiago (Marques, 1986).

No MRB apenas figuram as 11 casas que integravam o lado sul deste campo. Todas elas pertenciam ao Cabido e apresentavam características arquitetónicas bastante heterogéneas. Assim, vemos casas mais pobres, simples, com 2 e 3 andares, janelas caracteristicamente bracarense e que correspondem às casas 5 até à 11; por outro lado, vemos as casas 2, 3 e 4 que são mais cuidadas, a 2 apresenta 2 pisos mas as restantes 3, e as janelas e portas possuem um filete de pedra na sua parte superior; por fim, a casa 1, bastante bonita e de grandes dimensões, era propriedade da importante família dos Falcão Cotta, sendo ainda cabeça do prazo, designado, “Lugar do Pombal” e que, na atualidade, é utilizada pelo Governo Civil de Braga.

No MCBP vemos representado neste campo um chafariz que ainda se conserva na atualidade.

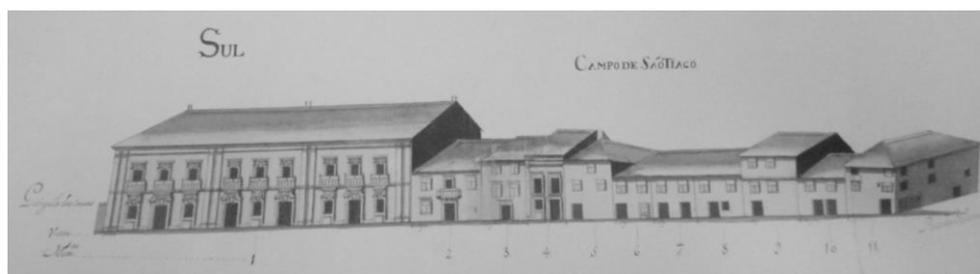


Figura 135 – Campo de Santiago no MRB



Figura 136 - Campo de S. Tiago e Largo de S. Paulo no MCBP

Por sua vez, o Largo de S. Paulo, localizado na zona intramuros, tal como o levantamento topográfico de 1883/84 indica, era rodeado, a norte, pela rua de Santo António das Travessas, a Oeste pelo Largo de S. Sebastião e a este pela rua de S. Paulo.

A rua de S. Paulo permitia a ligação com o então designado Largo do Colégio. A norte deste largo ficava a Igreja de S. Tiago da Cidade, a sul a passagem que dava para o Campo de Santiago, e a este o Seminário.

Na atualidade, o largo de S. Paulo está situado no antigo Largo do Colégio; a Igreja de S. Tiago, bem como a igreja e a torre, ainda existem; e o Seminário foi ocupado pela Igreja de S. Paulo.

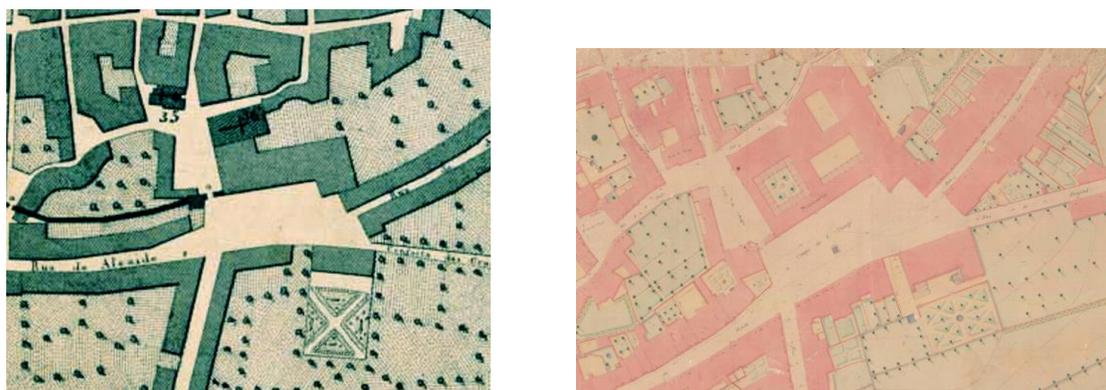


Figura 137 - Localização do Campo de S. Tiago e do Largo de S. Paulo na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)



Figura 138 - Campo de S. Tiago e Largo de S. Paulo na Atualidade (CAD)

5.2.3.7 Campo de S. Sebastião

O Largo de S. Sebastião, mandado abrir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, corresponde atualmente ao Largo de S. Paulo Osório. Este campo situava-se na zona extramuros, junto ao troço Sudoeste da muralha medieval.

Aqui localizava-se uma das portas ou postigos de acesso à cidade, que possuía vários designativos, nomeadamente S. Sebastião, da Cidade ou S. Bento.

No Mapa de Braunio verificamos que não existia qualquer construção junto à muralha mas, pelo contrário, o lado sul encontrava-se repleto de edifícios. A Capela de S. Sebastião, que ainda existe na atualidade, também está ilustrada neste documento.

A porta de S. Francisco, no século XVI, encontrava-se integrada na torre.



Figura 139 - Campo de S. Sebastião (Mapa de Braunio)

Contudo, no século XVIII, tal como o MCBP assinala, a porta de S. Sebastião passa a estar incorporada na muralha, sendo rodeada por dois torreões, destruídos no século XIX.

No MRB, a zona representada como sendo o lado Poente do Campo de S. Sebastião, corresponde, na realidade, ao Campo das Carvalheiras.

As grandes transformações nesta zona ocorrem a partir do século XIX e estendem-se até à atualidade. Entre as principais alterações assinala-se o desaparecimento da porta e do tramo da muralha, a transferência do cruzeiro que figurava no Campo das Hortas para o centro do Campo de S. Sebastião e a reconstituição das fachadas das construções que se localizavam na zona Sul do Campo. Refira-se, igualmente o surgimento de novas artérias que se articulam com o Campo de S. Sebastião, designadamente a rua D. Frei Caetano Brandão, que se prolonga até ao campo; a rua de S. Paulo, que sofreu alterações na sua fisionomia apresentando, na atualidade, maior regularidade ao nível do traçado; a antiga rua da Senhora da Saúde, agora designada por rua Jerónimo Pimentel; e, por fim, a rua de Trás das Carvalheiras, atual rua do Matadouro.

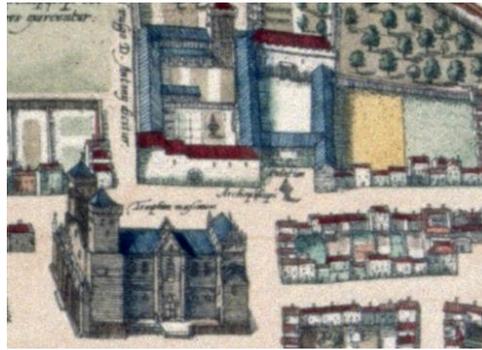


Figura 142 - Largo do Paço (Mapa de Braunio)

No arcebispado de D. Manuel de Sousa (1544-1549) foi construída a nova ala nascente do largo, situada no corpo sul e, séculos mais tarde, ocorre a última grande intervenção neste monumento, realizada por D. Rodrigo de Moura Teles, que procedeu à reconstrução das alas poente, central e nascente, que ficaram unidas no seu interior. Por fim, mandou substituir o já mencionado chafariz pelo existente na atualidade, e que é conhecido por Chafariz dos Castelos (Vasconcelos, 1992).

Até à atualidade este largo manteve a sua morfologia praticamente inalterada, muito embora a sua funcionalidade e decoração tenha variado, entre praça e espaço ajardinado, aberto e fechado. Atualmente apresenta-se como um espaço aberto, com o chafariz no centro.

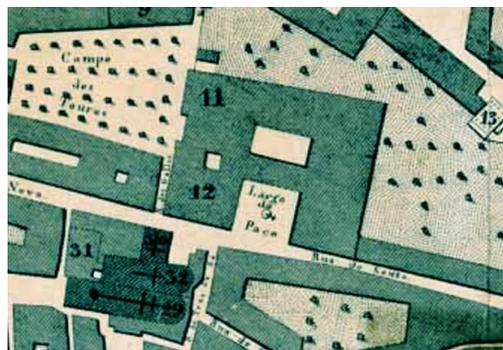


Figura 143 - Localização do Largo do Paço na Planta da Cidade do século XVII (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)

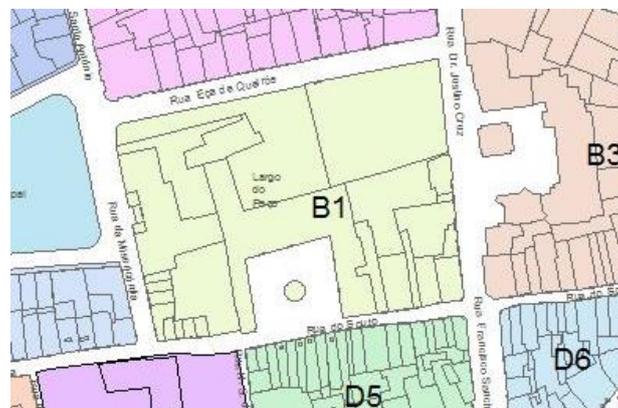


Figura 144 - Largo do Paço na Atualidade (CAD)

5.2.3.9 Largo de S. João de Souto

O Largo de S. João de Souto, aberto durante o século XX, encontra-se atualmente rodeado por inúmeras ruas, a rua D. Afonso Henriques a Sul, a rua de S. João a Noroeste, a rua Francisco Sanches a Norte, e a rua de Janes a Nordeste.

Junto ao local onde foi aberto este largo existia, no tramo Sudoeste da muralha medieval, uma porta conhecida por Porta de S. João, que deve o seu nome à proximidade da Igreja de S. João do Souto. Esta porta situava-se próximo do local onde na atualidade se localiza a Casa dos Coimbras, estabelecendo a ligação entre o espaço localizado intramuros, e o antigo Campo dos Remédios, atual Largo Carlos Amarante, localizado extramuros (Ribeiro, 2008: 347).

Durante o arcebispado de D. Diogo de Sousa esta porta foi revalorizada, bem como toda a zona envolvente, sendo um local estratégico para o desenvolvimento da cidade.

Na realidade, quando este arcebispo construiu a cabeceira da Sé Catedral, mandou igualmente abrir a rua de S. João de Souto e alargar a porta na muralha, de modo a permitir uma maior visualização da obra por ele realizada na cabeceira da Sé a todos os que chegavam à cidade (Maurício, 2000).



Figura 145 – Rua de S. João no Mapa de Braunio

Contudo, desde os finais do século XVIII ao século XX, esta zona vai sofrer profundas transformações, decorrentes em larga medida da abertura da rua D. Afonso Henriques, em 1906. Esta nova artéria provocou a destruição de todas as casas que existiam na antiga Travessa para o Rocio de S. João, bem como da porta da muralha e dos tramos adjacentes. A necessidade destas últimas destruições é reforçada, em 1944, com a abertura da rua Francisco Sanches que facilitou a comunicação entre o atual Largo Carlos Amarante e a rua do Souto (AAVV, 1989-91, vol. II).

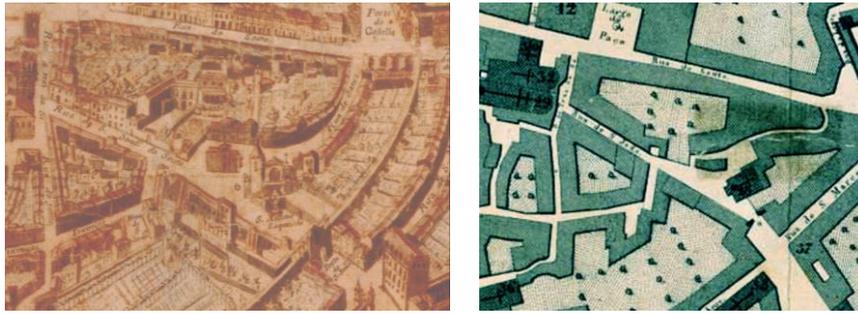


Figura 146 - Localização do Largo de S. João no MCBP (à esquerda) e na Planta da Cidade do século XIX (à direita)

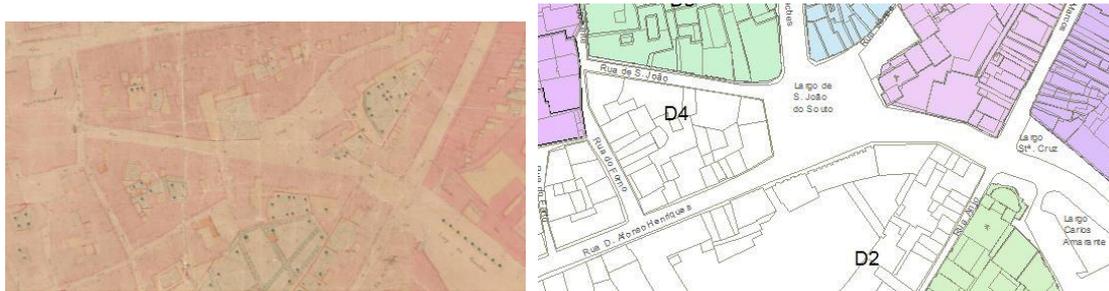


Figura 147 - Localização do Largo de S. João na Planta de 83/84 (à esquerda) e na Atualidade (CAD) (à direita)

5.2.3.10 Antiga Praça do Pão

A antiga Praça do Pão localizava-se em frente à fachada principal da Sé Catedral de Braga e estava ligada à antiga rua dos Burgueses que, no século XV, se passou a designar por rua de Maximinos e corresponde, na atualidade, à rua D. Paio Mendes.

No final desta artéria localizava-se a Porta de Maximinos ou Porta da Senhora da Ajuda, que se incluía numa torre da muralha, no lado Poente da cidade (AAVV, 1989-91, vol. II).

Desde o século XIV que esta rua, de sentido E/O, era abundantemente constituída por propriedades pertencentes ao Cabido, onde morariam muitos dos mercadores da cidade, tal como o seu topónimo indica. No século XVI, irá sofrer alterações realizadas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, que mandou aumentar a sua largura e diminuir o seu comprimento, com a criação da Praça do Pão, junto à fachada da Sé.

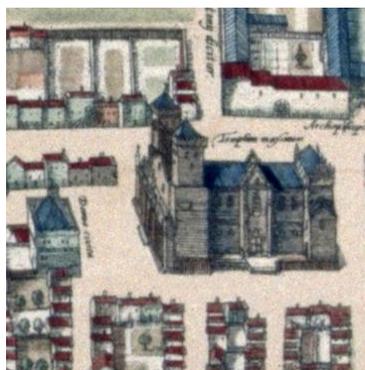


Figura 148 - Praça do Pão (Mapa de Braunio)

Desde modo, a Praça do Pão era limitada a oeste pela rua de Maximinos, a norte pela rua dos Açougues Velhos, atual rua do Cabido, e este pela Sé e a Sul pela rua de Gualdim Pais e a rua do Poço, antiga rua da Erva.

No MRB as casas da Praça do Pão apresentavam 3 pisos, portas de grandes dimensões no rés-do-chão, algumas ladeadas por uma janela, outras com varandas e gelosias, entre outros. Todos estes aspetos remetem para a funcionalidade comercial deste local.

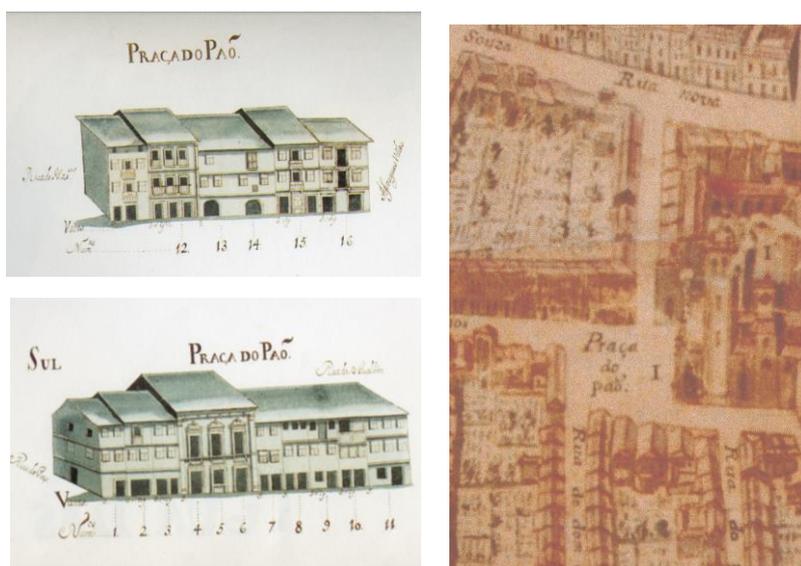


Figura 149 – Localização dos Lados Norte e Sul da Praça do Pão (à esquerda) e no MCBP (à direita)

Contudo, na segunda metade do século XVIII, a Praça irá perder importância comercial, que é transferida para a zona da rua do Souto, bem como importância política, com a construção do novo edifício da Câmara Municipal, na praça dos Touros dos arcebispos, atual praça do Município (AAV, 1989-91, vol. II).

É importante referir ainda que durante este século o edifício da Câmara foi demolido e que no século XIX, a Porta e a Torre de Maximinos foram destruídas.

De salientar também que a rua de Maximinos foi alongada até à fachada principal da Sé passando, deste modo, a abranger a Praça do Pão e a unir-se ao Largo das Carvalheiras. Como consequência, todas as construções do lado Sul da Praça foram destruídas, mantendo-se ainda algumas do lado Norte (apêndice 13).

Assim, e tendo como base o levantamento topográfico de 1883/84, esta artéria passou a designar-se por Rua da Sé e a zona onde antes se localizaria a Praça do Pão passou a denominar-se Largo da Sé.

5.2.4.1 Quarteirão 00

O quarteirão 00 encontra-se situado na área mais central correspondente à muralha medieval fernandina e, na atualidade, é limitado a norte pela rua D. Diogo de Sousa, a sul pelo Rossio da Sé, a oeste pela rua do Cabido e pela rua D. Paio Mendes, e a este pela rua de Nossa Senhora do Leite.

Sabemos que a urbanização da cidade medieval esteve estritamente conectada com a edificação da Sé Catedral, mandada restaurar em 1070 pelo bispo D. Pedro, e sagrada em 1089, passando, assim, a ser o centro vital da cidade. Durante a sua edificação também foram mandados construir alguns edifícios anexos a ela para serem utilizados pelo Bispo, pelo Cabido, como Escola Episcopal e para os mais variados serviços administrativos (Fontes *et al.*, 1997/98).

Devido à presença deste edifício emblemático, a sua envolvente começou a urbanizar-se e a organizar-se em sua função, assim como se desenvolveu o sistema viário. Por outro lado, era também em torno da Catedral que se concentrava a maioria das atividades comerciais.

Ao longo dos séculos, a Sé conheceu longos processos de transformação, sendo enriquecida com novas estruturas ou, pelo contrário, sofrendo destruições. Assim, foi também alvo de constantes remodelações e acrescentos, realizados pelo cabido e por diversos arcebispos.

Devido a um conjunto de diferentes circunstâncias, a Catedral começou a expandir-se para Norte, influenciando, nos séculos seguintes, o desenvolvimento urbano da Rua do Souto.

No século XVI, D. Diogo de Sousa, introduziu várias alterações no edifício da Sé, nomeadamente a construção da Capela de Nossa Senhora da Piedade, investindo também na valorização da zona envolvente da fachada principal da Sé, mandando edificar, entre outros, a Casa da Câmara, originando a Praça do Pão, mas também ordenando a transferência dos açougues, mester poluente, para fora de muros (Ribeiro e Melo, 2012).

Ao longo do século XVI, na zona contígua à capela, no lado Norte, foi construída a Igreja da Misericórdia. Esta uniu-se à parede da Catedral, delimitando o fim da antiga rua Nova.

No Mapa de Braunio pode observar-se, de um ponto de vista geral, o estado de desenvolvimento em que a zona da Sé Catedral se encontrava.

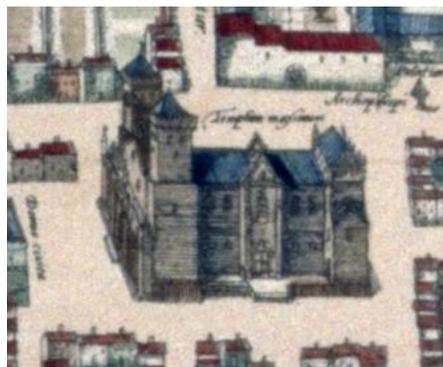


Figura 152 - Quarteirão 00 (Mapa de Braunio)

Nos séculos XVII e XVIII, surge uma nova sacristia no lado Sul da Sé que passará a dominar toda a fachada. Por outro lado, os anexos localizados a poente vão sofrer novas ampliações, reduzindo, deste modo, o espaço de circulação da antiga Rua dos Açougues Velhos, atual Rua do Cabido.

No MRB podemos ver a representação da fachada principal da Igreja da Misericórdia, bem como das suas construções anexas, desenhadas na rua Nova.

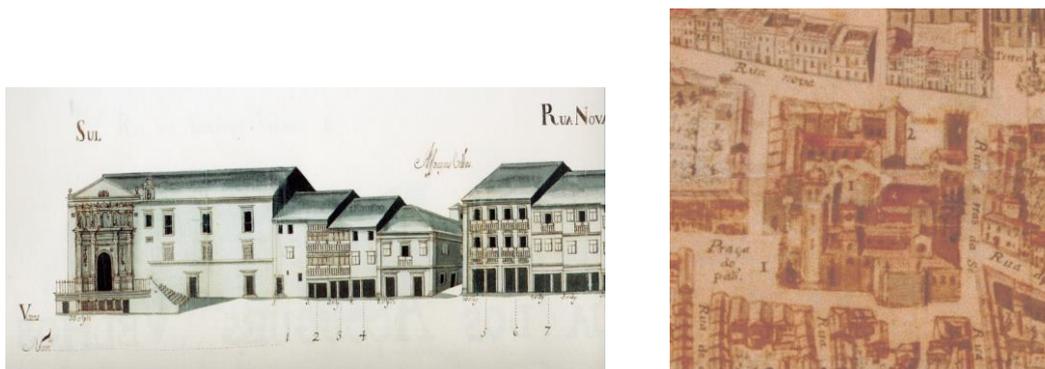


Figura 153 - Lado Sul da Rua Nova no MRB (à esquerda) e Quarteirão 00 no MCBP (à direita)



Figura 154 - Localização do Quarteirão 00 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)

Durante o século XX forma-se junto à fachada Sul da Sé Catedral, o atual Rossio da Sé, resultante da destruição de algumas casas que aí existiam, como podemos verificar no apêndice 23.

Atualmente, a Sé Catedral continua a ocupar um local de referência em termos arquitetónicos e morfológicos.

As várias alterações registadas neste quarteirão conduziram ao aumento sucessivo da área ocupada, como se apresenta na tabela 19.

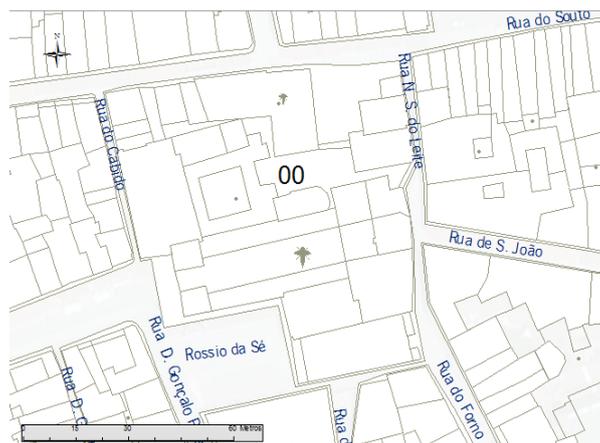


Figura 155 - Quarteirão 00 na Atualidade (CAD)

	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua do Souto (sul)	86,22m	86,95m	85,90m
	Rua do Cabido (nascente)	48,01m	48,23m	48,57m
	Rua Nossa Senhora do Leite (poente)	68,80m	73,59m	85,30m
Área ocupada pelo Quarteirão		5208,94m ²	5547,94m ²	6187,79m ²
Tipo de quarteirão		Quadrangular		

Tabela 19 - Dimensões do Quarteirão 00

5.2.4.2 Quarteirão A2

O quarteirão A2 é na atualidade definido pela Praça Conselheiro Tores de Almeida, a norte, pela rua D. Diogo de Sousa, a sul, pela rua dos Biscainhos, a poente, e pela rua D. Frei Caetano Brandão, a nascente.

Este quarteirão tem origem na Idade Média, aquando do alargamento da muralha medieval, no século XIV, devendo referir-se igualmente a passagem nesta zona da via XIX romana, que permitia a ligação entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta* (Astorga), por Ponte de Lima (Ribeiro, 2008: 388).

O alargamento da muralha medieval para norte e nordeste irá integrar, no lado ocidental, a medieval rua Nova, formando desta maneira este quarteirão, com um dos seus limites definido pela própria muralha. Os limites a sul são imprecisos para a época medieval, só podendo ser verdadeiramente definidos no século XVI com a abertura da rua Nova de Sousa e o seu prolongamento para o campo das Hortas, através da abertura da porta Nova na muralha, também ocorrida no século XVI.

Será também a partir do século XVI que este quarteirão irá conhecer um alargamento, com a abertura da rua dos Biscainhos, extramuros, passando a incorporar no seu interior uma parte do sistema defensivo medieval, onde se inclui um tramo da muralha, bem como duas das suas torres.

A morfologia do quarteirão A2 no século XVI apresenta uma forma triangular, tendo em conta as três artérias que o definem, tal como se pode observar no Mapa de Braunio, verificando-se igualmente que o quarteirão ocupava uma área considerável dentro do recinto amuralhado e que as ruas que o definiam estavam todas praticamente edificadas. No entanto, no seu interior existiam grandes espaços por edificar, ocupados por quintais e áreas verdes.



Figura 156 - Quarteirão A2 (Mapa de Braunio)

Através do MCBP verificamos que, no século XVIII, a área localizada intramuros, definida pelas ruas do Campo e Nova de Sousa, continuava a ser totalmente delimitada por construções e que o seu interior era todo ele ocupado por quintais, encontrando-se ainda o tramo da muralha e as

torres muralha bem conservados. No caso do limite definido pela rua dos Biscainhos, as traseiras das casas e /ou os seus quintais encontram-se definidos pelo muro da estrutura defensiva.

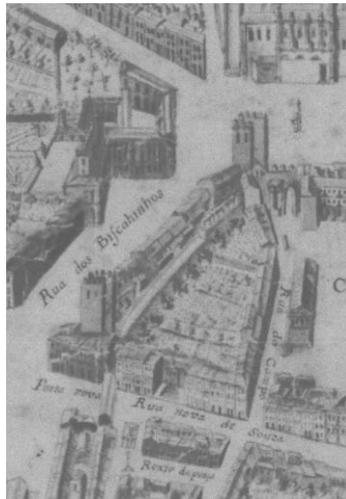


Figura 157 - Quarteirão A2 (MCBP)

As grandes alterações neste quarteirão irão ocorrer durante o século XIX, com a abertura da atual rua D. Frei Caetano Brandão, que arrasou completamente as vias que corriam no sentido N/S, em particular, a Rua do Campo, bem como o extremo nascente da rua Nova de Sousa.

A abertura desta via terá igualmente originado a demolição da Porta de S. Francisco, permitindo formar um largo no extremo norte da rua D. Frei Caetano Brandão, tal como se verifica atualmente.



Figura 158 – Transformações ocorridas na antiga rua do Campo (a rosa), em comparação com a atual rua D. Frei Caetano Brandão na atualidade (a azul)

Desta forma, a maioria das construções que ocupavam o lado Poente da rua do Campo foram destruídas, dando lugar a novas construções que persistem na atualidade (apêndice 27).

Constatamos ainda que as áreas verdes que existiam no interior do quarteirão foram diminuindo em tamanho.

As várias alterações registadas neste quarteirão conduziram ao aumento da área ocupada, como se apresenta na tabela 20.

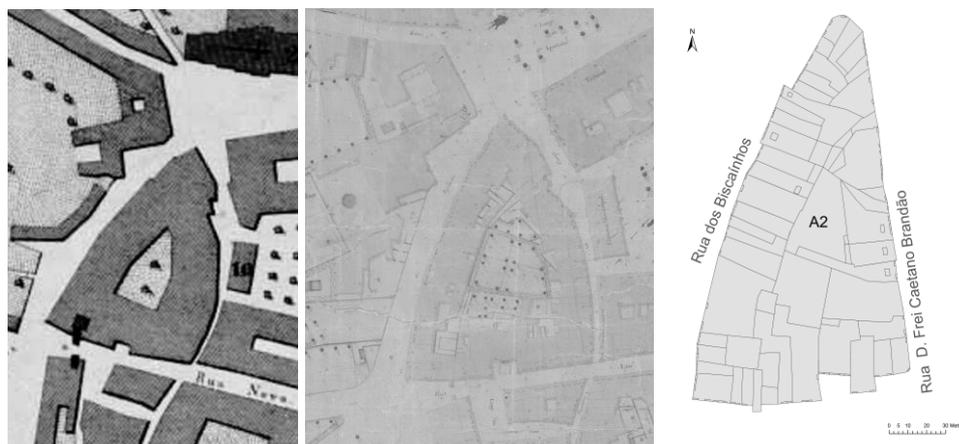


Figura 159 - Localização do Quarteirão A2 (da esquerda para a direita) na Planda da Cidade do século XIX, na Planta de 83/84 e na Atualidade (CAD)

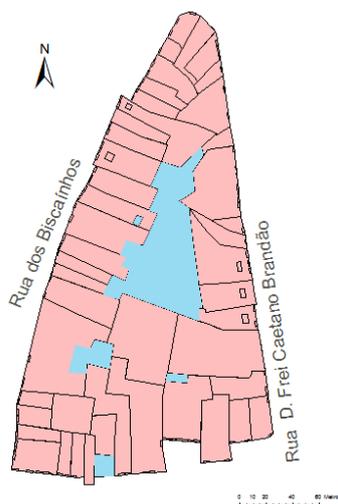


Figura 160 – Espaços não edificados ou abertos no Quarteirão A2 (a azul) na Atualidade (CAD)

	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua D. Diogo de Sousa (norte)	66,58m	67,33m	50,50m
	Rua dos Biscainhos (nascente)	∅	137,73m	136,38m
	Rua do Campo – atual rua D. Frei Caetano Brandão (poente)	93,29m ²²	133,92m	113,52m

²² As medidas referentes ao século XVIII apenas correspondem à área localizada intramuros.

Área ocupada pelo Quarteirão		4432,92m ²²³	7761,2m ²	5909,05m ²
Tipo de quarteirão		Triangular		

Tabela 20 - Dimensões do Quarteirão A2

5.2.4.3 Quarteirão A6

O quarteirão A6 encontra-se delimitado, na atualidade, pela Praça Municipal, a norte, pela rua D. Diogo de Sousa, a sul, pela rua D. Frei Caetano Brandão, a oeste, e pela rua da Misericórdia, a este, apresentando desta forma uma forma retangular.

Este quarteirão situa-se na zona Norte da cidade e a sua génese resulta do alagamento da muralha medieval para norte, não se registando até ao momento ocupação romana neste local, pois a área urbanizada não se terá desenvolvido até aqui.

A formação exata deste quarteirão só ocorrerá no século XVI com a abertura da rua Nova de Sousa, que permite definir o seu limite sul, muito embora os limites a norte derivassem dos muros traseiros das parcelas com fachada para a rua Nova de Sousa, que conjuntamente com a rua do Campo permitiam fechar o quarteirão.



Figura 161- Quarteirão A6 (Mapa de Braunio)

Importa salientar que o lado nascente da Rua do Campo surge, no MRB, com uma configuração semelhante à do século XVI, mas, pelo contrário, no MCBP isso já não acontece, verificando-se uma abertura no troço sul, que pode ainda ser observado na atualidade.



Figura 162 - Lado Nascente da Rua do Campo no MRB

²³ Foi feita uma estimativa à área do quarteirão A2 que se localizava intramuros, para o século XVIII, através da comparação com a cartografia existente.



Figura 163 - Quarteirão A6 no MCBP

Quanto à rua da Misericórdia que correspondia no século XVIII, à rua dos Pattos ou Gatos, pouco sabemos, pois apenas tem representada, no MRB, uma das suas casas (ver figura 43, da página 78).

Desde o século XIX à atualidade, verificamos que todas as ruas que compõem este quarteirão se encontram totalmente edificadas, apresentando poucos espaços não construídos no seu interior.

As alterações registadas no quarteirão A6 em termos de área ocupada encontram-se na tabela 21.



Figura 164 - Quarteira A6 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)

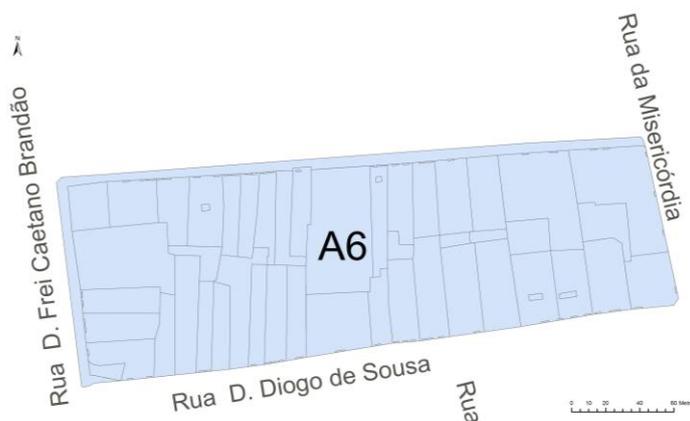


Figura 165 - Quarteirão A6 na Atualidade (CAD)

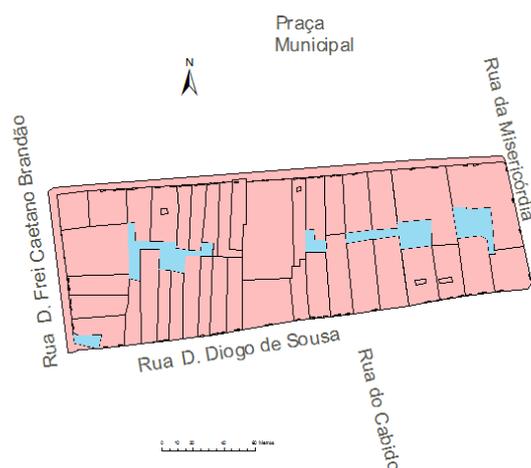


Figura 166 - Espaços não edificadas ou abertos no Quarteirão A6 (a azul) na Atualidade (CAD)

	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua D. Diogo de Sousa (norte)	115,79m	116,45m	123,10m
	Rua D. Frei Caetano Brandão (nascente)	78,35m	41,26m	43,09m
	Rua da Misericórdia (poente)	∅	33,07m	35,89m
Área ocupada pelo Quarteirão		∅	4165,41m ²	4582,58m ²
Tipo de quarteirão		Retangular		

Tabela 21 - Dimensões do Quarteirão A6

5.2.4.4 Quarteirão A7

Na atualidade, o quarteirão A7 inclui o edifício da Câmara Municipal e o Jardim da Praça do Município, que se encontram delimitados pela interseção de 4 ruas, apresentando uma forma quadrangular.

No século XVI este local era ocupado pelo antigo Campo de Touros dos Arcebispos onde se desenrolavam as mais variadas cenas de espetáculo como, por exemplo, corridas de touros. Era visível, ainda, uma fonte no centro deste amplo campo, como se documenta no Mapa de Braunio.

O acesso a este local podia ser feito de diversas maneiras: através do Postigo de Santo António, localizado no norte da cerca, que se ligava à atual rua de S. António; pela Porta de S. Francisco, situada no setor noroeste da muralha, que se unia à antiga rua do Campo, atual rua D. Frei

Caetano Brandão; e, por fim, através da atual rua da Misericórdia, antiga rua dos Pattos/Gattos, localizada do lado Sul do Campo de Touros, entre a antiga rua Nova, atual rua D. Diogo de Sousa, e a Rua do Souto.

Todavia, somente no século XVIII podemos fixar com alguma precisão os limites deste quarteirão, em resultado da construção do novo edifício da Câmara Municipal, em 1754, a mando do arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), na parte ocidental do Campo de Touros, local que atualmente ainda ocupa. Trata-se de um edifício de grandes proporções que define o lado ocidental do quarteirão, passando igualmente as suas traseiras a integrar a fachada nascente da rua do Campo.

Refira-se que no MRB, realizado em 1750, o alçado da rua do Campo não inclui o novo edifício da Câmara (ver figura 30, da página 69), enquanto no MCBP, datado de 1755, já o contempla. Refira-se, igualmente que a construção desse edifício neste local provocou o derrube de algumas das casas aí existentes, bem como o acesso ao Campo passou a ser feita por duas aberturas, uma de cada lado do edifício da Câmara.



Figura 167 - Quarteirão A7 no Mapa de Braunio (à esquerda) e no MCBP (à direita)

No século XIX não se registam grandes alterações neste quarteirão, à exceção da demolição da porta de S. Francisco.

Contudo, no Planta de Braga do século XIX esta área continua a ser designada por Campo dos Touros, o que não acontece no levantamento topográfico de 1883/84 que lhe atribui o nome de Praça Municipal.

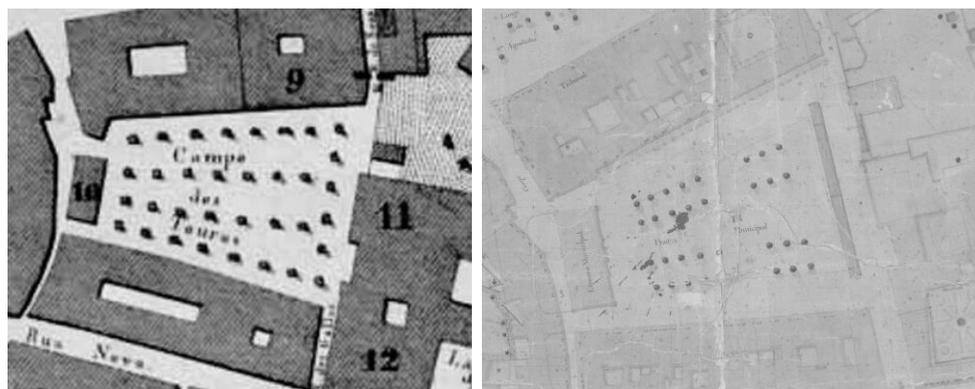


Figura 168 - Quarteirão A7 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)

A abertura da rua D. Frei Caetano Brandão, durante o século XX, provocou poucas alterações no lado nascente da rua do Campo, como podemos verificar quando comparamos a documentação do século XIX com as imagens aéreas e os mapas cartográficos da atualidade. Assim, a grande diferença reside na zona referente ao quarteirão A6.

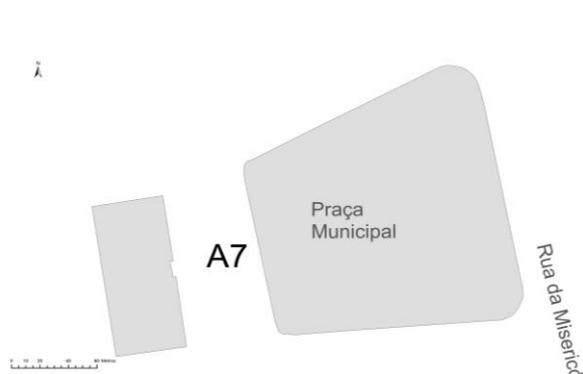


Figura 169 - Quarteirão A7 na Atualidade (CAD)

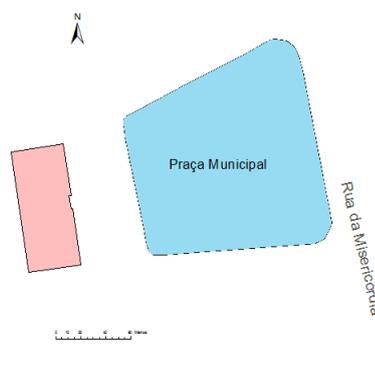


Figura 170 - Espaços não edificadas ou abertos no Quarteirão A7 (a azul) na Atualidade (CAD)

	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Largura do edifício da Câmara Municipal	Ø	39,32m	39,38m
Área ocupada pelo Edifício da Câmara Municipal	Ø	622,94m ²	695,47m ²
Área Total	Ø	6400,23m ²	4732,78m ²
Tipo de quarteirão	Quadrangular		

Tabela 22 - Dimensões do Quarteirão A7

5.2.4.5 Quarteirão A8

O quarteirão A8 encontra-se limitado pela Praça Conselheiro Torres de Almeida, a Norte, pela Praça do Município e o Jardim da Praça Municipal, a Sul, pela rua D. Frei Caetano Brandão, a Oeste, e pela rua de Santo António, a Este. O quarteirão A8 apresenta uma forma quadrangular semelhante ao A7.

No século XVI, como se pode observar no Mapa de Braunio, este quarteirão era atravessado pela muralha medieval e possuía nos seus extremos duas passagens que permitiam a ligação entre o Campo da Vinha, localizado extramuros, e o Campo de Touros dos Arcebispos. Essas passagens correspondiam, ao Postigo de Santo António, a este, e à Porta de S. Francisco, no seu extremo a poente.

A muralha passava no interior dos quintais das construções cujas fachadas estavam voltadas para o Campo da Vinha. Assim, verificamos que a área localizada extramuros se encontrava repleta de edifícios mas o mesmo não sucede com a zona intramuros que praticamente não possuía parcelas edificadas.



Figura 171 - Quarteirão A8 (Mapa de Braunio)

Até ao século XVIII, tal como o MCBP documenta, tanto a área norte como a sul parecem estar totalmente preenchidas com construções. O MRB não fornece qualquer informação complementar sobre este quarteirão.

Todavia, a área ocupada por este quarteirão foi sendo sucessivamente aumentada até à atualidade, como se apresenta na tabela 23.



Figura 172 - Quarteirão A8 (MCBP)

No século XIX a metade Este do quarteirão passou a ser ocupada pelo “Ditto dos Orphãos” (número 9), ou seja, o futuro Colégio dos Orfãos de S. Caetano, também representado no levantamento topográfico de 1883/84. O colégio foi construído neste local após a direção do mesmo ter comprado o imponente edifício que aí existia, conhecido como a Quinta da Madre Deus, também designada por Quinta dos Órfãos ou Quinta de Gondariz²⁴, à família dos Falcão Cota.

No Mapa de Goullard também vemos a identificação do Tribunal Judicial, que pertencia à Câmara, e cujo edifício foi comprado à família Costa Pereira de Vilhena, em 1869²⁵.



Figura 173 - Quarteirão A8 na Planta da cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)

Na atualidade, o colégio e o tribunal já não funcionam neste quarteirão. Em relação ao local onde se situaria o tribunal, podemos verificar que somente se preservou a sua fachada, enquanto o seu interior foi totalmente destruído e é agora uma espécie de descampado.

²⁴ Informação retirada do site: <http://coscabraga.no.comunidades.net/>. Consultado no dia 4 de Setembro de 2015, pelas 15 horas.

²⁵ Retirado da página da internet: <http://luisdiascosta.blogs.sapo.pt/8733.html>. Consultado no dia 4 de Setembro pelas 15 horas.



Figura 174 - Quarteirão A8 na Atualidade (CAD)

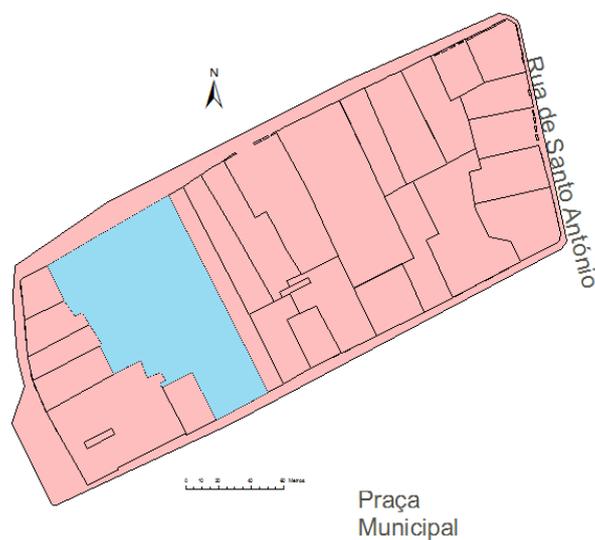


Figura 175 - Espaços não edificadas ou abertos no Quarteirão A8 (a azul) na Atualidade (CAD)

	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua do Campo – atual rua D. Frei Caetano Brandão (nascente)	17,61m ²⁶	42,91m	51,50m
	Rua de Santo António (poente)	∅	40,34m	48,50m
Área ocupada pelo Quarteirão		2328,45m ²	5028,02m ²	5182,78m ²

²⁶ O valor apresentado corresponde somente à dimensão total das larguras das fachadas das casas representadas no MRB e que se encontram localizadas intramuros.

Tipo de quarteirão		Retangular
-----------------------	--	------------

Tabela 23 - Dimensões do Quarteirão A8

5.2.4.6 Quarteirões B1/B2/B3

O quarteirão B1 encontra-se atualmente delimitado a Norte pela rua Eça de Queirós, a Sul pela rua do Souto, a Este pela rua Dr. Justino Cruz e a Oeste pela rua da Misericórdia.

O B2 tem como limite a Norte a atual Praça Conde Agrolongo, a Oeste pela rua de Santo António, a Sul pela rua Eça de Queirós e a Este a rua Dr. Justino Cruz.

Por fim, o quarteirão B3, a Norte é delimitado pela rua dos Capelistas, a Este pela rua do Castelo, a Sul pela rua do Souto e a Oeste pela rua Dr. Justino Cruz.

A área ocupada por estes três quarteirões correspondia à parte nordeste do centro urbano medieval de Braga, e a sua génese remonta a essa época pois a cidade romana não se alongou até esta zona.

Nos finais do século XVI, neste quadrante da cidade existiam pouquíssimas ruas, algo que só se alterou no século XIX, como se documenta pela diferente cartografia.

Assim, até essa data, estes três quarteirões formavam apenas um, sendo ele limitado a nascente pelo Castelo e o Largo do Eirado, a Poente pelo Paço Arquiepiscopal e seus terrenos adjacentes até ao Postigo de Santo António, a Norte pela muralha medieval fernandina e a Sul pela rua do Souto.

Deste modo, toda esta área representada intramuros possuía poucas construções junto à zona da muralha, destacando-se, todavia, o Paço Arquiepiscopal, bem como as casas pertencentes à rua do Souto e ao Largo do Eirado.

Na verdade, a zona Norte da cidade possuía poucas construções, principalmente junto à muralha, comparativamente à zona Sul, embora seja notório o desenvolvimento desta área desde que o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou abrir o Campo da Vinha.

Este arcebispo também procedeu à regularização de toda a área correspondente ao Paço Arquiepiscopal, à parte norte da Sé Catedral e à zona poente da Rua do Souto.

Na zona extramuros podemos ainda verificar que praticamente não existiam construções encostadas à muralham com exceção do Seminário de S. Pedro, mandado abrir em 1571²⁷ e do

²⁷ Informação retirada do site: <http://www.bragavirtual.com/index.php?lang=pt§ion=campodavinha>. Consultado a 6 de setembro de 2015.

Recolhimento de Santo António, instalado nas casas que foram compradas pelo licenciado Domingos Peres, em 1572 (Machado, 2014: 27).



Figura 176 - Quarteiros B1, B2 e B3 (Mapa de Braunio)

Apesar da zona localizada extramuros permanecer ainda no século XVIII com pouquíssimas construções, fora do perímetro amuralhado, vemos representada, no MCBP, a Igreja dos Terceiros, mandada erguer nos finais do século XVII, junto ao lado nordeste desta grande área, correspondendo ao extremo Sul da então Rua da Fonte da Carcova.



Figura 177 - Quarteiros B1, B2 e B3 (MCBP)

No século XIX persiste apenas um quarteirão com áreas verdes no seu interior, verificando-se, ainda, que toda a zona onde passava a muralha estava já completamente urbanizada.

A cartografia referente a este século também indica quais os edifícios mais notáveis que integravam este quarteirão, nomeadamente o Seminário de S. Pedro (8), o Governo Civil (11), o

Paço Arquiepiscopal (12), o Mercado do Peixe (13), a Igreja dos Terceiros de S. Francisco (14)²⁸ e o Recolhimento de Sto. António.



Figura 178 - Quarteirões B1, B2 e B3 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)

Contudo, no século XX ocorrem profundas alterações devidas à abertura de novas ruas que resultaram na divisão deste quarteirão em 3, que passaram a apresentar dimensões mais pequenas.

Assim, surge a rua Dr. Justino, em 1923, que dividiu o anterior quarteirão praticamente ao meio, no sentido N/S, rasgando o troço norte da muralha e destruindo quase toda a sua estrutura mas, por outro lado, favorecendo a construção de novos edifícios nos seus extremos.

Por conseguinte, o troço da muralha que se encontrava junto ao Castelo foi destruído, conferindo ao lado nascente a delimitação que existe na atualidade.

Assim, esta rua separou os quarteirões B1 e B2 do agora individualizado quarteirão B3, e passou a ligar a atual Praça Conde Agrolongo à rua do Souto.

Por sua vez, a atual rua Eça de Queirós, mandada abrir em 1950, correndo no sentido O/E, marcou a separação entre os quarteirões B1 e B2, permitindo a ligação entre a Rua de Sto. António com a Rua Dr. Justino Cruz.

A evolução esquemática em termos de área ocupada pelos quarteirões B1, B2 e B3, apresenta-se na tabela 24.

²⁸ A informação quanto ao nome dos edifícios, bem como os números entre parêntesis, foram retirados da Planta da Cidade de Braga, por Belchior Garcez e Miguel Maciel, datada do século XIX.

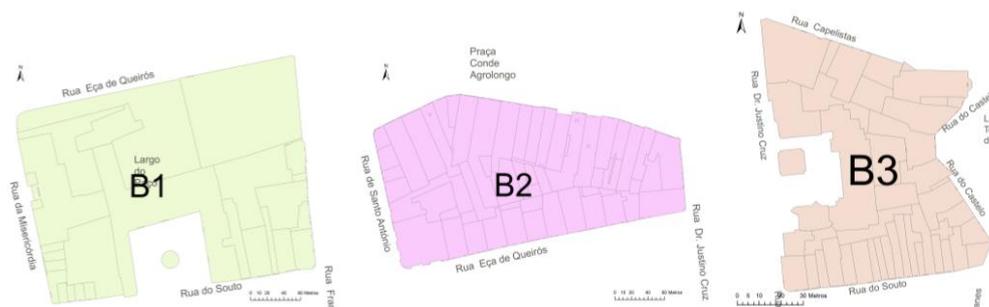


Figura 179 - Quarteirão B1 (à esquerda), Quarteirão B2 (ao centro) e Quarteirão B3 (à direita) na Atualidade (CAD)



Figura 180 - Espaços não edificados ou abertos nos atuais Quarteirões B1, B2 e B3 (a azul) (CAD)



Figura 181 – Transformações ocorridas nos quarteirões B1, B2 e B3 (azul – atualidade; e rosa – MRB)

Quarteirão B1				
	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua Eça de Queirós (Sul)	∅	∅	140,56m
	Rua do Souto (Norte)	∅	∅	131,67m

	Rua da Misericórdia (Nascente)	∅	∅	93,92m
	Rua Dr. Justino Cruz (Poente)	∅	∅	102,84m
Área ocupada pelo Quarteirão		∅	∅	12474,28m²
Área Total dos Quarteirões B1/B2/B3		34578,57m²	38291,78m²	∅
Tipo de quarteirão		Quadrangular		
Quarteirão B2				
	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua Eça de Queirós (norte)	∅	∅	143,35m
	Rua Santo António (nascente)	∅	∅	67,28m
	Rua Dr. Justino Cruz (poente)	∅	∅	34,60m
Área ocupada pelo Quarteirão		∅	∅	9288,65m²
Área Total dos Quarteirões B1/B2/B3		34578,57m²	38291,78m²	∅
Tipo de quarteirão		Retangular		
Quarteirão B3				
	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua dos Capelistas (Sul)	∅	∅	85,85m
	Rua do Souto (norte)	∅	∅	112,50m
	Rua Dr. Justino Cruz (oeste)	∅	∅	144,48m
	Rua do Castelo	∅	∅	115,69m

	(poente)			
Área ocupada pelo Quarteirão		∅	∅	10661,26m²
Área Total dos Quarteirões B1/B2/B3		34578,57m²	38291,78m²	∅
Tipo de quarteirão		Retangular		

Tabela 24 - Dimensões dos Quarteirões B1, B2 e B3

5.2.4.7 Quarteirão B4

O quarteirão B4 corresponde à área onde se localizava o Castelo medieval, na zona nordeste da cidade, e é atualmente delimitado a Norte pelo Largo de S. Francisco, a Sul pelo Largo Barão de S. Martinho, a Oeste pela rua do Castelo e a Este pela Praça da República. Deste modo, a sua forma atual é quadrangular.

A génese deste quarteirão encontra-se no castelo medieval, construído no século XIV, muito embora não se saiba a data exata em que começou a ser construído, e terá resultado do alargamento da muralha medieval para nordeste.

A planta primitiva do castelo apresentava uma planta retangular, com 4 torres também com planta retangular nos seus cantos e no interior ficava a torre de menagem, ainda existente atualmente. A sua porta principal ficava situada a nascente e hoje prevalece assimilada num dos edifícios do quarteirão ao lado, o B3. A Torre de menagem era um elemento dominante, detém cerca de 10 metros de largura, 30 metros de altura e 3 pisos e ainda se mantém na atualidade (Ribeiro, 2008: 340).

O Castelo foi sofrendo inúmeras alterações ao longo dos tempos, principalmente desde o século XVI até ao século XIX, data em que grande parte da sua estrutura foi demolida. Estas transformações e destruições estão associadas à paulatina perda da sua funcionalidade militar.

Deste modo, no século XVI, o Castelo e a sua envolvente sofreram alterações, passando a constituir um espaço com grande agitação social e, principalmente, comercial, apresentando vários tipos de edifícios anexos (Lemos, Leite e Fontes, 2001)

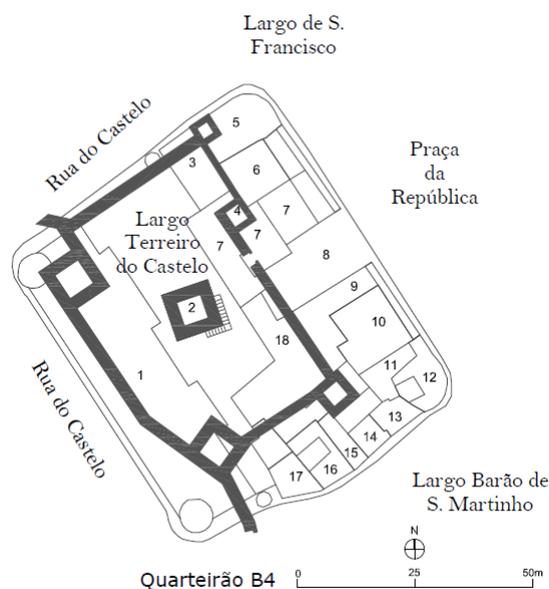


Figura 182 - Proposta de Reconstituição do Castelo medieval de Braga por Maria do Carmo Ribeiro (2008: 342)



Figura 183 - Quarteirão B4 (Mapa de Braunio)

Nos séculos XVII e XVIII, como podemos observar no MCBP, o castelo sofreu acrescentos no lado nascente, onde foi criada a Arcada que apresentava duas torres semicirculares nas suas extremidades, bem como surgem novas construções como, por exemplo, a Igreja da Nossa Senhora da Lapa, cujas obras se iniciaram em 1761²⁹.

Do século XVIII até à sua destruição no século XX, as instalações localizadas na zona norte do Castelo foram utilizadas como prisão.

Na atualidade, apesar do castelo ter sido destruído nos inícios do século XX, ainda existem vestígios da sua existência como, por exemplo, a torre de menagem e outros elementos integrados nas construções atuais. As alterações registadas nas dimensões deste quarteirão são apresentadas na tabela 25.

²⁹ Informação retirada da página da internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17173. Consultada a 6 de Setembro de 2015 pelas 23 horas.

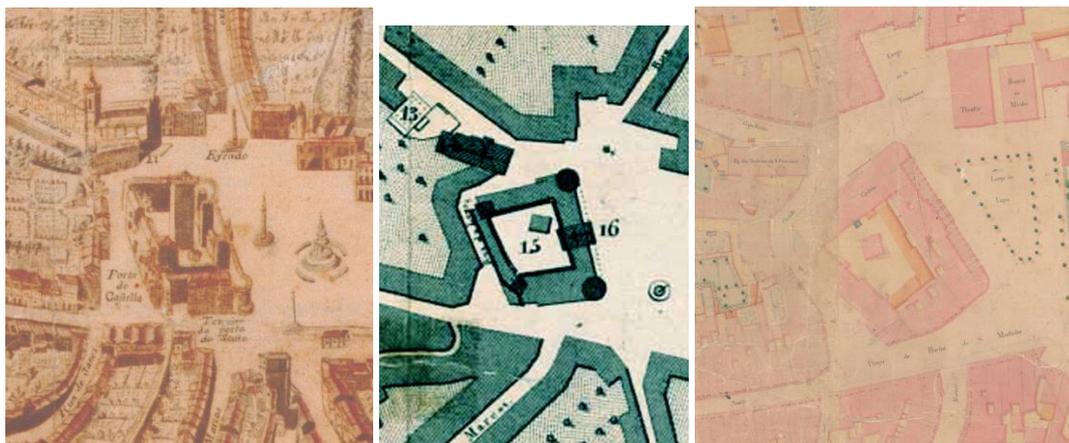


Figura 184 - Quarteirão B4 no MCBP (à esquerda), Planta da Cidade do século XIX (ao centro) e na Planta de 83/84 (à direita)



Figura 185 - Quarteirão B4 na Atualidade (CAD)



Figura 186 - Espaços não edificados ou abertos no atual Quarteirão B4 (a azul) (CAD)

Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade

Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua do Castelo (nascente)	Ø	73,15m	72,48m
Área ocupada pelo Quarteirão		Ø	4460,73m ²	4831,27m ²
Tipo de quarteirão		Quadrangular		

Tabela 25 - Dimensões do Quarteirão B4

5.2.4.8 Quarteirão F1

Na atualidade, o quarteirão F1 tem grandes dimensões, encontra-se limitado a Norte pela rua do Carvalho, a Sul pela rua dos Capelistas, a Oeste pela rua do Carmo e a Este pela rua dos Chãos.

Este quarteirão localizava-se fora da cerca medieval, mais concretamente na zona nordeste da cidade, e apresentava já no século XVI, como podemos observar no Mapa de Braunio, uma configuração pouco regular, com todos os seus lados completamente edificados, muito embora o seu interior fosse marcadamente rural.

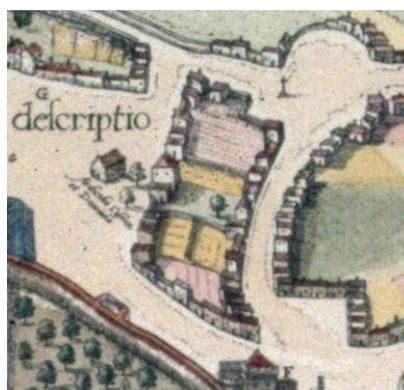


Figura 187 - Quarteirão F1 (Mapa de Braunio)

A origem das ruas que o delimitam é bastante variável. Assim, a rua da Fonte da Carcova (atual rua dos Capelistas) parece ter tido origem em inícios do século XVI e era, no século XVIII, uma rua bastante orientada para o comércio. A rua do Carvalho foi aberta em data desconhecida, embora o seu topónimo já venha a ser utilizado desde o século XIV. A rua dos Chãos de Baixo (atual rua dos Chãos) remonta ao século XIII e também era um local marcadamente comercial no século XVIII. Por fim, a atual rua do Carmo não se encontra representada no MRB, o que nos leva a crer que as suas construções eram pertença da Câmara, sendo apenas referida na documentação como Rua do Lameiro.

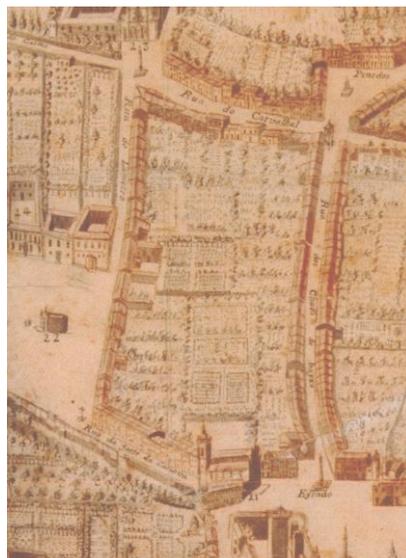


Figura 188 - Quarteirão F1 (MCBP)

A rua do Lameiro, até inícios do século XIX mantinha ainda este nome, como podemos verificar no Planta de Braga do referido século. Ainda nesta planta é possível identificar o Recolhimento da Caridade (número 7), que era composto por uma capela privativa e um edifício, construído provavelmente nos finais do século XVIII (uma vez que ainda não configura no MCBP, de 1755).³⁰ Este localizava-se mesmo em frente do Convento do Salvador (número 3).

No levantamento de 1883/84, a rua supracitada já aparece denominada por rua do Carmo.

A fisionomia do quarteirão aparenta ser a mesma até à atualidade, embora a rua do Carvalhal demonstre algumas diferenças no seu lado Poente, registando-se igualmente alterações nas dimensões das parcelas e na área ocupada (tabela 26).



Figura 189 - Quarteirão F1 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)

³⁰ Informação recolhida do site: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-emvias-de-classificacao/geral/view/71032/>. Consultado a 7 de Setembro de 2015 pela 1 hora.

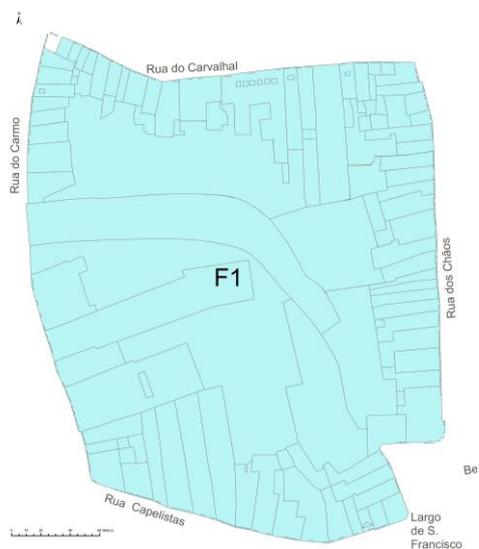


Figura 190 - Quarteirão F1 na Atualidade (CAD)

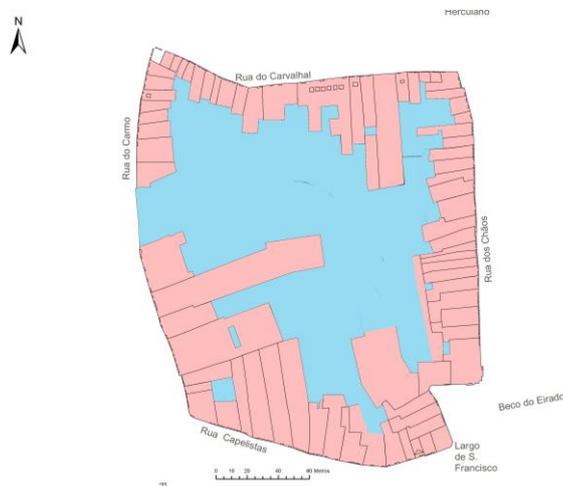


Figura 191 - Espaços não edificados ou abertos na atual Quarteirão F1 (a azul) (CAD)

	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua do Carvalho (sul)	160,36m	162,30m	159,38m
	Rua dos Capelistas (norte)	141,87m	141,91m	139,94m
	Rua do Carmo + Rua Dr. Justino da Cruz (poente)	∅	195,56m	195,37m
	Rua dos Chãos (nascente)	166,06m	167,89m	160,68m
Área ocupada pelo Quarteirão		31548,28m ² ³¹	32257,71m ²	30979,41m ²

³¹ Foi feita uma estimativa para a área do quarteirão F1 durante o século XVIII, comparando com outros os suportes cartográficos usados no presente trabalho.

Tipo de quarteirão		Quadrangular
--------------------	--	--------------

Tabela 26- Dimensões do Quarteirão F1

5.2.4.9 Quarteirão I1

O quarteirão I1 é limitado a Norte pelo Largo Barão de S. Martinho, a Sul pela rua Dr. Gonçalo Sampaio, a Oeste pela rua de S. Marcos e o Largo Carlos Amarante, e a Sul pela Avenida da Liberdade.

No século XVI, tal como se pode observar no Mapa de Braunio, possui todos os lados (com exceção do lado Sul, correspondente à Quingosta da Rua da Agoa), completamente construídos e o seu interior era fortemente ruralizado, algo que é comum à grande maioria dos outros quarteirões da cidade.

Tal como já referido, toda esta área extramuros foi revitalizada pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, através da abertura de campos, passando a constituir uma das zonas de entrada preferenciais na cidade.

Por outro lado, junto ao seu extremo Sul encontrava-se a Porta de S. João, sem torre, bem como o Convento dos Remédios, fundado em 1544, pelo auxiliar do arcebispo D. Diogo de Sousa, o bispo D. André de Torquemada (Araújo, 1985: 169).



Figura 192 - Quarteirão I1 no Mapa de Braunio

Refira-se, igualmente, a importância deste arcebispo nas obras do Hospital de S. Marcos, no largo Carlos Amarante (Freitas, 1890).

No século XVIII, o lado Nascente deste quarteirão, que era constituído pela então rua das Águas, viu a sua expansão económica/comercial aumentar, principalmente a Norte, devido à proximidade com o Campo de Santa Ana e o Terreiro da Porta do Souto.

Por outro lado, o Convento dos Remédios mantinha a sua importância e magnitude no lado Poente do quarteirão, sendo o seu interior ocupado sobretudo pelos quintais do referido convento, cujas traseiras se prolongavam até à rua das Águas, como podemos observar no MRB (ver figura 84, da página 104).



Figura 193 - Quarteirão I1 (MCBP)

As grandes transformações neste quarteirão ocorrerão ao longo dos séculos XIX e XX. Por um lado, a rua das Águas sofrerá uma completa modificação das suas características originais com a construção da Avenida da Liberdade, de maiores dimensões e bastante mais regular. Por outro, a zona sul do quarteirão será cortada, no sentido O/E, pela rua Dr. Gonçalo Sampaio, diminuindo a sua extensão, visto que anteriormente se prolongaria até à rua do Raio. Por fim, como já referido, o Convento dos Remédios é demolido neste século (apêndices 29 e 31).



Figura 194 - Quarteirão I1 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)

Na atualidade, o quarteirão encontra-se profundamente alterado, sem vestígios das zonas verdes que anteriormente invadiam o seu interior, muitos edifícios apresentam agora grandes

dimensões como, por exemplo, o Teatro do Circo e o Centro Comercial Santa Cruz. A área ocupada anteriormente pelo Convento dos Remédios está hoje preenchida por diversas casas (tabela 27).



Figura 195 - Quarteirão I1 atual, à esquerda, e espaços não edificados ou abertos no atual Quarteirão I1, à direita (a azul) (CAD)



Figura 196 - Transformações do Quarteirão I1 entre o século XVIII e o XIX, à esquerda, durante o século XIX (ao centro) e do século XIX à atualidade (à direita)

	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua Dr. Gonçalo Sampaio (norte)	∅	107,63m ³² 107,17m ³³	80,39m
	Rua de S. Marcos (sul)	22,65m ³⁴	142,87m	127,03m

³² Medida retirada da Planta da Cidade do século XIX.

³³ Medida obtida da Planta de 83/84.

³⁴ A medida da rua apenas se refere às parcelas representadas no MRB, e não à totalidade da rua.

	Avenida da Liberdade (poente)	197m	242,93m	155,94m
Área ocupada pelo Quarteirão		22304,34m ²³⁵	29323,05m ²	14240,53m ²
Tipo de quarteirão		Retangular		

Tabela 27- Dimensões do Quarteirão I1

5.2.4.10 Quarteirão I2

O quarteirão I2 é limitado a norte pela rua do Anjo, a sul pela rua dos Falcões, a oeste pelo Largo de Santiago e a este pelos Largos de Santa Cruz e Carlos Amarante.

Este quarteirão estava inserido dentro do perímetro amuralhado romano mas, na época medieval, passa a localizar-se fora da cerca medieval.

No Mapa de Braunio podemos verificar que este quarteirão, localizado extramuros e que ladeava a muralha medieval no seu troço a sul, era marcadamente rural, verificando-se a existência de pouquíssimas construções no seu lado sul, sendo delimitado apenas por um muro.



Figura 197 - Quarteirão I2 no Mapa de Braunio

No século XVII, surge no lado nascente da rua do Anjo, a Igreja de Santa Cruz, cuja fachada principal estava virada para o atual Largo Carlos Amarante, antigo Largo dos Remédios. A sua representação lateral encontra-se no MRB (ver figura 72), bem como no MCBP que nos fornece uma perspetiva tridimensional da igreja, muito semelhante ao seu estado atual.

³⁵ Estimativa da área feita através da comparação com os restantes suportes cartográficos utilizados no presente trabalho.

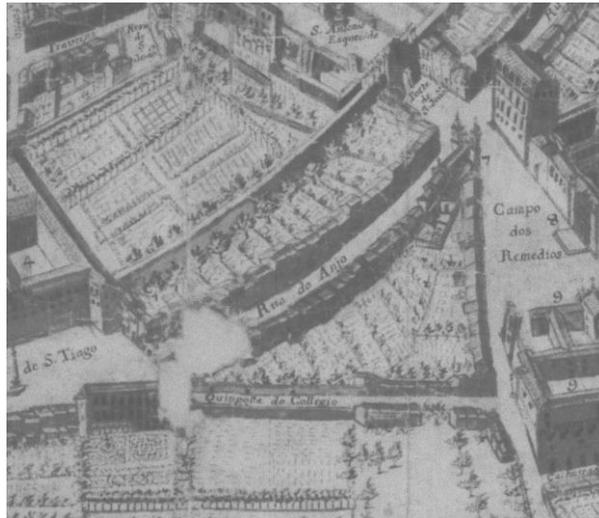


Figura 198 - Quarteirão I2 no MCBP

Até à atualidade, este quarteirão não assinala grandes alterações, contudo, regista-se um aumento paulatino no número de construções no lado sul (tabela 28).

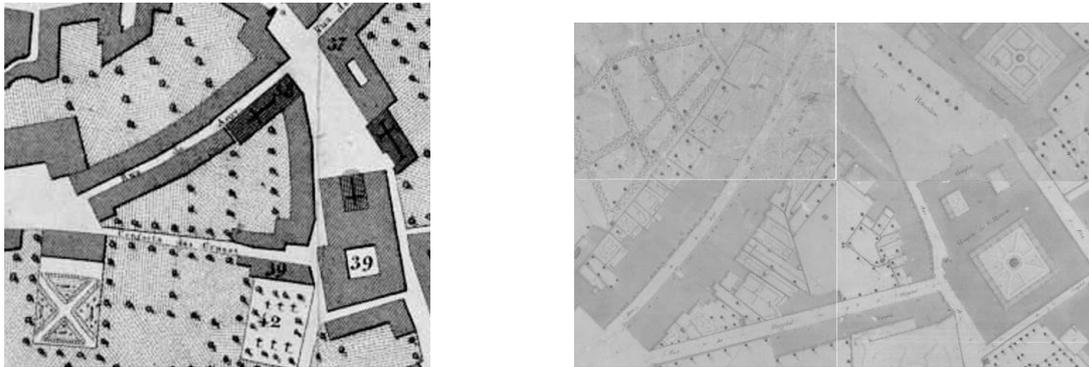


Figura 199 - Quarteirão I2 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)

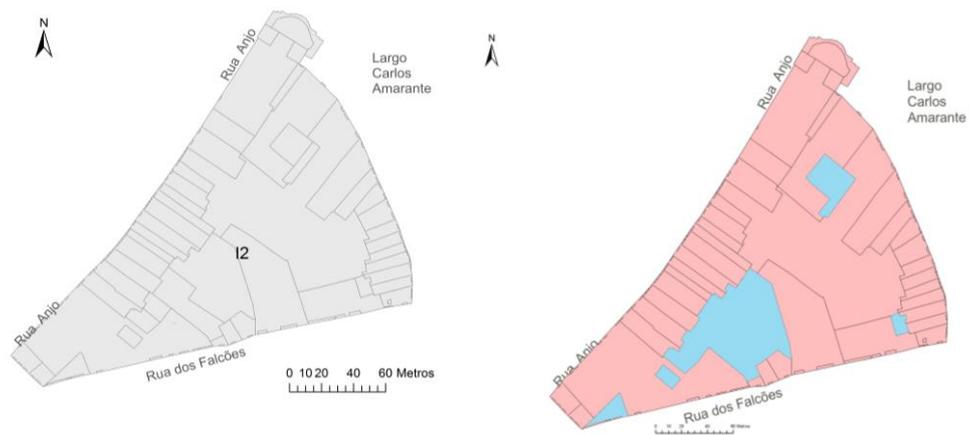


Figura 200 - Quarteirão I2 na atualidade, à esquerda, e espaços não edificados ou abertos no atual Quarteirão I2, à direita (a azul) (CAD)

	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua do Anjo (sul)	150,18m	160,46m	162,11m
	Rua dos Falcões (norte)	141,45m	141,33m	137,68m
Área ocupada pelo Quarteirão		8492,70m ²	9786,63m ²	9663,82m ²
Tipo de quarteirão		Triangular		

Tabela 28 - Dimensões do Quarteirão I2

5.2.4.11 Quarteirão I3

O quarteirão I3 é delimitado a norte pelo Largo de Santiago, a oeste pela rua de S. Geraldo, a sul pela Avenida da Imaculada Conceição e a este pela Avenida da Liberdade.

A sua localização encontra-se afastada do núcleo urbano medieval, ocupando uma área significativa da cidade romana. Todavia, da morfologia de *Bracara Augusta* praticamente nada restou, permanecendo como uma área bastante rural até à Idade Moderna, registando apenas construções em algumas ruas.

De facto, no século XVI esta grande área era ocupada no seu interior por uma extensa superfície rural, com amplos quintais de grandes dimensões no seu interior. O lado norte, que se prolongava desde o Largo de São Tiago até ao final da Quingosta das Cruzes, apresentava construções maioritariamente na zona do Largo. Contrariamente, o lado poente, que seguia pela então Via Infantis, atual rua de S. Geraldo, estava totalmente edificado. Nos restantes lados do quarteirão não são visíveis nenhuma construções, embora o quarteirão se encontrasse fechado pela existência de um muro, que fossiliza a muralha romana do baixo-império, como se pode ver no MCBP.

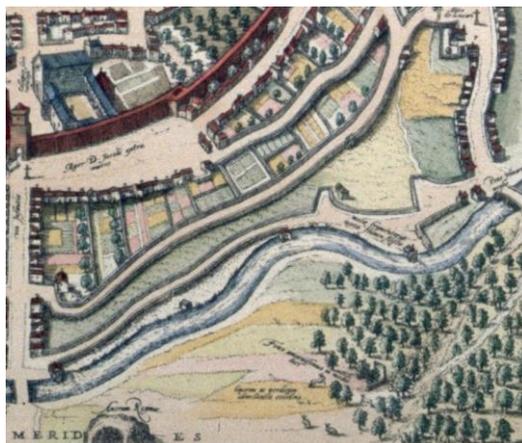


Figura 201- Quarteirão 13 (Mapa de Braunio)

Até ao século XVIII este enormíssimo quarteirão (ver Tabela 24) manteve o seu aspeto rural, embora tenham começado a surgir algumas edificações na zona da Cangosta das Cruzes (ou do Collegio) e, como se regista no MCBP e no MRB, no lado nascente da rua dos Pelames surge o Campo das Religiosas de Nossa Senhora da Conceição, mandado abrir no século XVII.

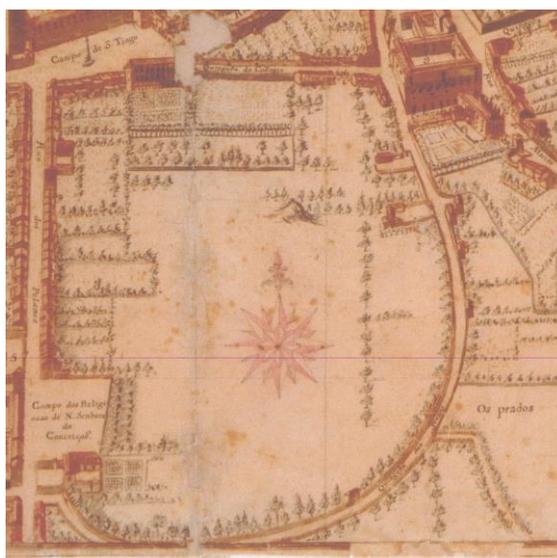


Figura 202 - Quarteirão 13 no MCBP

Até à atualidade, este quarteirão foi sofrendo imensas alterações (tabela 29), e embora apresente algumas zonas verdes no seu interior, foi sendo amplamente urbanizado e subdividido, pelo surgimento de novas artérias, como por exemplo, a Rua Sá de Miranda, no sentido E/O e a Avenida da Imaculada Conceição, no sentido N/S.



Figura 203 - bairro 13 na Planta da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)



Figura 204 - Bairro 13 na Atualidade (CAD)



Figura 205 - Transformações ocorridas no Bairro 13

	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua de S. Geraldo (nascente)	349,54m	348,69m	355,06m
	Avenida da Imaculada Conceição (norte)	∅	275,44m	465,98m
	Avenida da Liberdade (poente)	∅	360,09m	342,39m
Área ocupada pelo Quarteirão		103608,13m ²	105718,98m ²	100307,32m ²
Tipo de quarteirão		Quadrangular		

Tabela 29 - Dimensões do Quarteirão I3

5.2.4.12 Quarteirão I4

O quarteirão I4 é delimitado pela rua do Alcaide e o Largo de S. Paulo Osório, a norte, pela rua dos Bombeiros Voluntários, a oeste, pela rua de S. Geraldo, a este, e pela Avenida da Imaculada Conceição, a sul.

Este quarteirão, à semelhança do que acontece com o quarteirão vizinho I3, encontrava-se inserido na muralha romana, mas, durante a época medieval, surge localizado na zona extramuros, junto à Porta de Santiago.

No século XVI apresenta igualmente um aspeto marcadamente rural no seu interior, muito embora, a rua dos Pelames e a rua do Alcaide, localizadas a este e a norte, respetivamente, estivessem completamente edificadas.

O quarteirão apresentava uma configuração bastante irregular, sendo interrompido por um caminho e por uma linha de água a Sul.

A zona norte do quarteirão era limitada, como já referido, pela rua do Alcaide, que permitia a ligação entre o Campo de Santiago, onde existia uma torre que dava acesso à entrada na cidade, ao antigo Campo de S. Sebastião, hoje designado por Largo de S. Paulo Orósio. Refira-se que no período romano, no espaço correspondente a este largo, situava-se o fórum (Ribeiro, 2008: 221).

No final da rua do Alcaide, localizava-se uma segunda torre da muralha medieval que seguia em direção a um postigo, localizado no referido Largo de S. Paulo Orósio, que permitia a passagem à medieval rua Verde, que estaria construída sobre uma antiga via romana e que, na atualidade, corresponde à rua D. Frei Caetano Brandão (Ribeiro, 2008: 336).

Estas torres, bem como o postigo, encontram-se bem documentados no Mapa de Braunio e no MCBP.

Também no MCBP se encontra ilustrada a Igreja de S. Sebastião, bem como o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga, fundado no século XVII (Araújo, 2005: 113), na Rua dos Pelames, que era ladeado, a sul, pela antiga Cangosta dos Urjaes.

Até ao século XIX não se verificam alterações significativas na estrutura e morfologia do quarteirão.

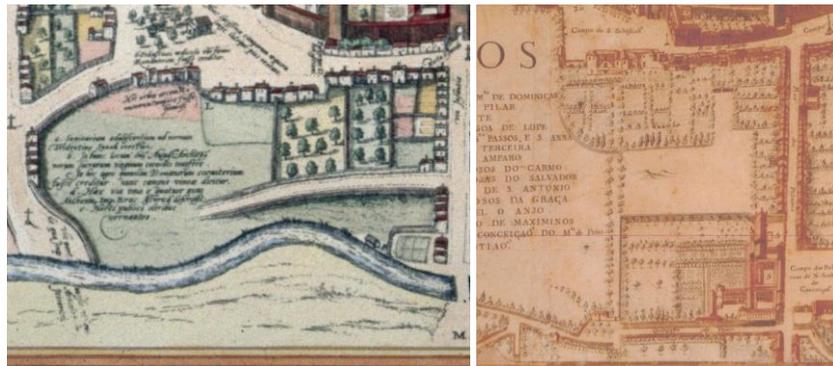


Figura 206 - Quarteirão I4 no Mapa de Braunio (à esquerda) e no MCBP (à direita)

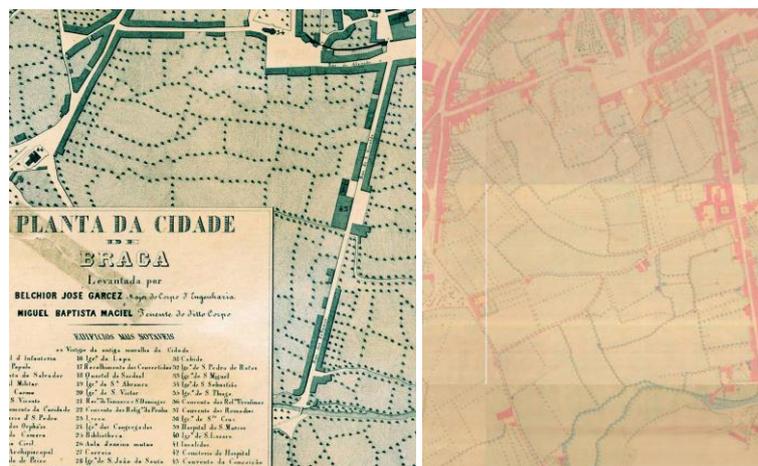


Figura 207 - Quarteirão I4 na Plana da Cidade do século XIX (à esquerda) e na Planta de 83/84 (à direita)

Contudo, desde o século XX à atualidade, dão-se alterações no Campo de S. Sebastião, agora Largo de S. Paulo Osório, onde surge uma Unidade de Saúde Familiar, ao lado da qual foi rasgada a atual rua dos Bombeiros Voluntários, de sentido N/S. No lado sul do quarteirão surge também a Avenida da Imaculada Conceição, de sentido O/E.

As várias alterações registadas neste quarteirão conduziram ao aumento sucessivo da área ocupada, como se apresenta na tabela 29.



Figura 208 - Quarteira I4 na Atualidade (à esquerda) e transformações que ocorreram no Quarteirão I4 (à direita) (CAD)

	Ruas e respetivo alçado	Século XVIII	Século XIX	Atualidade
Dimensão Total das ruas que o compõem	Rua do Alcaide (sul)	243,49m	243,12m	179,30m
	Rua dos Bombeiros Voluntários (nascente)	∅	392,11m	373,92m
	Rua de S. Geraldo (ponte)	335,16m ³⁶	355,92m	356,56m
	Avenida da Imaculada Conceição (norte)	∅	564,66m	192,33m
Área ocupada pelo Quarteirão		210592,94m ²	212423,56m ²	61747,57m ²
Tipo de quarteirão		Quadrangular		

Tabela 30 - Dimensões Quarteirão I4

5.2.5 Parcelas

O sistema de parcelamento dominante nas partes do plano urbano de Braga originadas na Época Moderna, designadamente nos espaços criados de novo ou intervencionados, possuem, regra geral, maiores dimensões na fachada virada para a rua, comparativamente ao período

³⁶ As dimensões totais de ambos os lados da rua para os séculos XVIII e XIX referem-se somente à parte que está representada na cartografia dos referidos séculos.

medieval, assim como uma morfologia mais regular, muito embora, as parcelas dos quarteirões localizados no núcleo amuralhado sejam normalmente mais pequenas do que na periferia urbana.

De forma geral, também se verifica uma relação entre a dimensão e a funcionalidade da parcela. Assim, as parcelas maiores costumam deter funções de carácter religioso, político, comercial e residencial, para pessoas de estatuto mais elevado, enquanto as parcelas mais pequenas servem maioritariamente propósitos mais modestos, como, habitacionais, por exemplo.

Efetivamente, o parcelamento é um dos elementos mais importantes para o estudo e análise da cidade, constituindo a base para uma melhor compreensão da malha urbana, carregada de inúmeras marcas que lhe foram incutidas ao longo da sua história e que foram sofrendo muitos ajustes nas suas diferentes fases de urbanização (Allain, 2005).

Na generalidade, o parcelamento mais antigo encontra-se por norma associado a origens diversas que resultaram de processos de modificação e readaptação ao longo de diferentes períodos históricos. Os tecidos urbanos antigos também foram submetidos a uma grande tensão durante bastante tempo, resultando numa maior dificuldade na sua análise. Se aliarmos estes fatores a um plano urbanístico bastante denso, com quarteirões mais superficiais, ruas pequenas e apertadas e construções frágeis, realizadas com materiais de construção perecíveis, o potencial de divisão aumenta exponencialmente (Ribeiro, 2008: 58).

A partir do século XIX, o aumento demográfico alterou substancialmente a função e a forma das parcelas nos centros urbanos, proporcionando a urbanização das zonas limítrofes e o aparecimento da cidade inorgânica caracterizada pelas suas ampliações desorganizadas. Deste modo, as cidades históricas sofreram grandes processos de reparcelamento com o intuito de maximizar o espaço construídos, seguido do alargamento das antigas vias medievais que, na sua maioria, perduraram até à época barroca. Esta situação provocou o congestionamento do edifício tradicional, com a uma consequente transformação do casario antigo, mas, também, num processo de fusão das antigas parcelas, para permitir a construção de novos edifícios (Ribeiro, 2008: 88).

Hoje, nos centros históricos, são grandes os esforços relativos à aquisição paulatina de parcelas para a criação de grandes conjuntos imobiliários, sacrificando por vezes as marcas e vestígios que permitiriam uma melhor reconstituição do passado morfológico da cidade.

O plano urbano de Braga na Idade Moderna é o resultado de inúmeros processos de reparcelamento ocorridos no centro histórico e na periferia, devido a vários fatores, mas onde, desde logo, a abertura de novas ruas e praças, ou a ampliação das já existentes provocou o

aparecimento de novos quarteirões ou a alteração da sua morfologia, assim como, o surgimento de novas parcelas, mas também à destruição de parcelas herdadas dos períodos anteriores, como se pode observar no apêndice 26. Todavia, algumas parcelas apresentam ainda grande parte das características morfológicas e arquitetónicas de períodos históricos mais antigos.

Na verdade, um dos objetivos do nosso trabalho consistiu no estudo das parcelas que se encontram relacionadas com as ruas e praças, espaços públicos, originados ou transformados na Idade Moderna, que por sua vez formaram os novos quarteirões ou permitiram estabelecer a ligação entre os espaços existentes na cidade.

Através do nosso estudo foi-nos possível identificar quais as parcelas que já não existem na atualidade e quais as que ainda se mantêm, como podemos observar nos apêndices 20 e 13, respetivamente.

De facto, procedemos ao estudo de um grande número de parcelas, contabilizando cerca de 767 para a atualidade e de 684 referentes ao século XVIII e, por essa mesma razão, não nos foi possível apresentar uma descrição pormenorizada de todas elas.

Na verdade, e através da relação que estabelecemos entre as fachadas atuais com as que figuram no MRB, decidimos selecionar apenas algumas das casas localizadas tanto intra como extramuros e que na sua maioria fossem pertença do Cabido, visto serem as que contêm mais informação.

Assim procedemos à descrição das seguintes parcelas:

- Apêndice 1 – Parcela jRN da atual Rua D. Diogo de Sousa
- Apêndice 2 – Parcela 7RN da atual Rua D. Diogo de Sousa
- Apêndice 3 – Parcela bRN da atual Rua D. Diogo de Sousa
- Apêndice 4 – Parcela iRS da Rua do Souto
- Apêndice 5 – Parcela a1RP do atual Largo da Praça Velha
- Apêndice 6 – Parcela 12PP da atual Rua D. Paio Mendes
- Apêndice 7 – Parcela 1RSJ da Rua de S. João
- Apêndice 8 – Parcela 11RSJ da Rua de S. João
- Apêndice 9 – Parcela 3RFA da atual Avenida de S. Miguel o Anjo
- Apêndice 10 – Parcela 5RP da atual Rua de S. Geraldo
- Apêndice 11 – Parcela 10RP da atual Rua de S. Geraldo
- Apêndice 12 – Parcela 1RAIc da Rua do Alcaide

É importante referir ainda que no interior de cada parcela podemos encontrar diferentes tipos de edificações que se adaptam tanto à sua dimensão, como à sua forma.

De facto, durante o século XVI podemos verificar que em Braga uma parte das parcelas era utilizada para construção, localizando-se, na maioria das vezes, na zona adjacente à rua. O restante espaço da parcela era reservado a logradouros, pátios ou construções anexas e que, na grande maioria das vezes, se situavam nas suas traseiras.

Ao longo dos vários períodos cronológicos vemos aumentar, paulatinamente, o número de construções, bem como a edificação total das parcelas, tal como podemos comprovar através do apêndice 29. De facto, através desta planta pretende-se mostrar a localização das parcelas não edificadas estudadas, que atualmente ainda integram o plano urbano.

O estudo das fachadas presentes no MRB permitiu, em conjunto com a observação efetuada das casas que existem na atualidade, bem como do levantamento das suas larguras, estabelecer uma relação entre ambas, identificando, no apêndice 13, todas aquelas que, na nossa opinião, ainda permanecem no espaço atual de Braga.

Como podemos observar no apêndice supracitado, a maioria das fachadas apresentam inúmeras semelhanças e características arquitetónicas provenientes de períodos cronológicos anteriores. Algumas destas parcelas encontram-se caracterizadas nos apêndices 1-12.

Na verdade, conseguimos perceber que tanto as parcelas, como as ruas e os quarteirões são os elementos morfológicos urbanos que apresentam maior variedade de características provenientes de épocas anteriores. Assim, o estudo da estratificação histórica das paisagens urbanas foi o maior beneficiário desta situação.

5.3 Considerações Socioeconómicas

Com base na informação contida tanto no MRB como nos IPCC foi possível produzir algumas considerações sócio económicas acerca das ruas estudadas, bem como um conjunto de plantas interpretativas relativas às profissões, aos proprietários das casas, à funcionalidade comercial, bem como às pensões e rendas praticadas pelo Cabido de Braga na Idade Moderna.

5.3.1 Profissões

A informação referente às profissões, ofícios ou artes exercidas por cada um dos enfiteutas contemplados nos IPCC, para cada uma das casas que estudadas, permitiu produzir uma planta interpretativa referente ao século XVIII (ver apêndice 14).

Embora a profissão dos proprietários também se encontre discriminada, apenas procedemos ao estudo das que se relacionam com os enfiteutas.

Assim, e apesar de a profissão não aparecer discriminada para todos os enfiteutas, é possível, em alguns casos, descobrir ou complementar essa informação, recorrendo a outros elementos, designadamente, ao conjugue, ao seu antecessor ou parentes, bem como aos seus atributos pessoais como, Dom e Dona e ao título de cidadão.

O levantamento desta informação compreendeu aproximadamente 84 profissões diferentes, designadamente: abade, alfaiate, almocreve, arcediogo, armador, ataqueiro, bacharel, barbeiro, batefolha, beneficiado, besteiro, bispo, boticário, caldeireiro, caminheiro, capelão, capitão, carnicheiro, carpinteiro, cavaleiro, cerieiro, chanceler, chantre, cidadão de Braga, clérigo de missa, cónego, coronheiro, correeiro, criado, cuteleiro, deão, dourador, escrivão, escudeiro, escultor, estudante, fidalgo da Casa de Sua Majestade, fiteiro, frei, homem de negócio, homem inquisidor, imaginário, jardineiro, juiz, lavrador, lente de gramática, licenciado, livreiro, luveiro, marceiro, menor, mercador, mestre-escola, notário apostólico, ourives, ouvidor, padre, paliteiro, pasteleiro, pedreiro, picheleiro, pintor, prebendeiro, procurador da Mitra, provisor de Braga, pintor, prebendeiro, procurador da Mitra, provisor de Braga, reitor, saboeiro, sacristão da Sé, sapateiro, seleiro, serralheiro, sirgueiro, sombreireiro, surrador, tercenário, tocador, tosador, tratante, trombeta do Arcebispo, vendeiro, vestimenteiro, vigário, vinhateiro e violeiro.

As profissões ligadas à igreja durante o século XVIII foram agregadas numa única cor – vermelho, e eram compostas pelas seguintes designações:

Padre	Sacerdote; a Primeira pessoa da Trindade.
Cónego	Padre que pertence à administração ou direção de uma igreja, usualmente, de uma basílica ou catedral; ou, então, clérigo que pertence a um Cabido.
Abade	Chefe de uma abadia; pároco
Vigário	Padre adjunto de um prior.
Bispo	Prelados que administram uma diocese.
Reitor	Prior; Pároco
Notário Apostólico	Tabelião eclesiástico, ou seja, oficial que faz e conserva as notas ou traslados de escrituras e outros documentos autênticos ligadas à igreja.
Frei	Título com que se precede o nome dos frades (monges) ou dos freires.

Por outro lado, foi ainda possível perceber, através das fontes de informação estudadas, que na quase totalidade dos casos não existe referência quanto à profissão das mulheres.

Todavia, a exceção ocorre em apenas duas situações, por exemplo, ou quando essa mulher está ligada à igreja, ocupando o cargo de madre, ou numa situação particular em que sabemos, através da casa nº7 da Rua de S. João do Souto, com data de contrato 1561-10-11, na qual Catarina Esteves era Criada de João Esteves, abade de Ajude.

5.3.2 Casas pertencentes ao Cabido

Como já referimos anteriormente, nem todas as casas representadas no MRB pertenciam ao Cabido. Assim, elaboramos uma planta interpretativa, para o século XVIII, onde se apresenta a localização dessas casas (apêndice 15).

Neste trabalho foram estudadas um total de 18 ruas, designadamente, as ruas do Campo, Nova de Sousa, dos Açougues Velhos, do Souto, de S. João, da Vielinha, do Alcaide, Pelames, do Anjo, de S. Marcos, das Águas, do Carvalhal, da Fonte da Carcova, dos Chãos de Baixo, dos Biscainhos, Em Frente do Açougue, Loura e Terreiro do Castelo e Cangosta das Cruzes.

Deste modo, para a área estudada, no século XVIII, os espaços urbanos com mais casas pertencentes ao Cabido localizavam-se no lado Sul da Rua do Anjo, no lado Sul da Rua do Alcaide, no lado Poente da Rua em Frente do Açougue, no lado Poente da atual Rua do Cabido, em ambos

os lados da Praça do Pão e da Rua do Souto (com destaque para o lado Sul), a metade Nascente da Rua do Carvalho e o lado Sul do Campo de Santiago e da Cangosta das Cruzes.

5.3.3 Proprietários

Depois de compilarmos o nome de todos os proprietários, procedemos à elaboração de uma planta que identificasse a sua distribuição ao longo das casas/ruas estudadas.

Em conjunto com a data dos contratos presentes no IPCC, foi possível perceber que os proprietários não são todos referentes apenas ao século XVIII (data em que o MRB foi elaborado). Existem casas cujos enfiteutas coincidem com os proprietários, onde a data de contrato é referente a outro século.

Por outro lado, existem contratos sem qualquer referência ao número da casa a que pertencem e, por essa mesma razão, não foi possível identificar o seu proprietário.

Há ainda casas em que sabemos quem era o seu proprietário e a renda que pagavam os seus inquilinos mas não temos qualquer informação sobre os contratos aí celebrados, por não constarem nos IPCC.

Através da observação da planta efetuada (apêndice 16) é possível perceber que existem proprietários que detinham apenas uma ou duas casas e que, pelo contrário, existem outros a possuir a totalidade, ou quase, das casas de uma determinada rua. Podemos dar como exemplo Estevão Falcão Cotta, proprietário de todas as casas da Rua do Anjo, bem como do lado Sul da Cangosta das Cruzes (com exceção de um ou outra casa) e da grande casa nº1 do lado Sul do Campo de Santiago.

5.3.4 Casas com funcionalidade comercial

A identificação dos vários elementos arquitetónicos que figuravam em cada uma das fachadas analisadas para o século XVIII, designadamente as grandes portas em madeira no rés-do-chão e a presença de gelosias, demonstram a existência de lojas nessas casas.

Se relacionarmos esses aspetos com as profissões que cada um dos seus enfiteutas detinha, e partindo do princípio que os seus moradores exerceriam aí as suas profissões, foi possível determinarmos quais as casas que apresentavam funcionalidade comercial (apêndice 17).

Assim, as ruas com maior atividade comercial, durante o século XVIII, localizavam-se tanto no centro histórico de Braga, como é o caso da artéria formada pela atual rua D. Diogo de Sousa e a

rua do Souto, mas também na antiga rua dos Chãos de Baixo (que, como já mencionamos anteriormente, se chegou a designar por rua dos Mercadores), na rua da Fonte de Carcova, atual rua dos Capelistas, na antiga rua das Águas e na zona Sul da Avenida Central.

5.3.5 Pensões/ Rendas

O levantamento das rendas permitiu elaborar duas plantas. Uma mais geral, referente à totalidade das casas estudadas e que têm associada esta informação (apêndice 18), e outra que demonstra, com mais pormenor, as rendas das casas localizadas na rua do Souto, no lado Sul da rua do Alcaide e Campo de Santiago e, por fim, nas ruas que compõem o quarteirão F1 e que se encontram caracterizadas no MRB (apêndice 19).

Como podemos observar, o pagamento das rendas, era feito, na esmagadora maioria das vezes, em Réis, geralmente acompanhados de uma contribuição em géneros, que eram maioritariamente feitos através de galinhas, capões, almudes de vinho, alqueires de pão, trigo, entre outros.

Através das plantas conseguimos perceber que as casas localizadas nas zonas intramuros são as que apresentam rendas mais baixas. Contudo, surgem casas, na maioria das vezes isoladas, com pagamentos mais elevados como, por exemplo, a n^o5 da rua de S. João cuja renda era de 1610 réis e 2 galinhas, ou as casas 13 e 14 (unidas num único prazo desde 1660) com uma pensão de 1800 réis, 2 capões e 2 galinhas. De notar que estas parcelas apresentavam proprietários com um estatuto mais elevado, facto comprovado pela utilização do denominativo Dom e Doutor, respetivamente, bem como as fachadas das casas apresentavam características arquitetónicas majestosas.

Na área extramuros, a distribuição das rendas também é bastante diversificada. Se observamos o apêndice 19, percebemos que no quarteirão F1 existem rendas muito baixas e outras altas. Por um lado, vemos a casa n^o9 da rua da Fonte da Carcova com uma renda de apenas 10 réis e 1 Galinha e, por outro, a casa n^o7 da rua dos Chãos de Baixo com uma pensão/foro de 920 réis.

Considerações finais

6. Considerações Finais

O estudo realizado procurou compreender com maior detalhe as transformações morfológicas corridas na cidade de Braga na Idade Moderna, tendo em conta que se trata de uma cidade histórica. A concretização deste objetivo pressupôs a adoção de uma metodologia multidisciplinar, favorecida por uma variedade de mecanismos de análise que, por sua vez, são auxiliados por distintas áreas do conhecimento, mas onde a Arqueologia, pela sua natureza, consegue introduzir no seu discurso dados provenientes de diferentes áreas do saber que têm como objeto de estudo a cidade.

Na realidade, os resultados alcançados pelas diferentes áreas do saber têm permitido introduzir uma nova dimensão na abordagem dos espaços urbanos, centrada no estudo do seu espaço físico, ou seja, na sua morfologia. De facto, elas permitiram identificar e individualizar os elementos morfológicos de uma cidade, designadamente, o plano urbano, o sistema viário, os quarteirões, as parcelas e o edificado.

Importa salientar também que os estudos que foram sendo realizados sobre a evolução da paisagem urbana contribuíram para a análise, identificação e individualização dos elementos constituintes da trama de uma cidade, assim como permitiram avaliar a estrutura urbana na sua totalidade, estudando diversos aspetos da sua forma, tais como a demografia, a economia, os modos de vida e suas atividades.

Contudo, tentar entender as várias formas urbanas que foram surgindo ao longo dos diferentes períodos cronológicos, bem como identificar e interpretar as suas sucessivas alterações implica a conjugação e a articulação as diferentes fontes de informação.

Neste aspeto, o estudo da paisagem urbana de Braga beneficia de um amplo e variado conjunto de fontes que permitem documentar sucessivas planimetrias, sobretudo a partir do século XVI.

Na verdade, este trabalho é o resultado da aplicação de uma metodologia já ensaiada por outros investigadores que procurou compreender e analisar, de uma forma regressiva e através do cruzamento de diferentes fontes de informação, as transformações que foram ocorrendo em diferentes espaços urbanos, a partir da Idade Moderna até à atualidade.

De facto, o estudo efetuado beneficiou dos conhecimentos já produzidos acerca da evolução da morfologia da cidade, desde a sua fundação, no período romano, até à atualidade.

Apesar da evolução urbana de Braga na Época Moderna já ter sido abordada noutros estudos, este trabalho pretendeu contribuir para esta temática através de uma análise mais detalhada dos quarteirões e parcelas que se encontram associados às ruas ou praças novas ou renovadas neste período.

Deste modo, para a concretização dos nossos objetivos começamos por estudar a morfologia da cidade atual, nomeadamente os espaços públicos e a zona periférica, cuja génese remonta ao século XVI, devido à ação reformadora do arcebispo D. Diogo de Sousa. Pretendia-se, deste modo, construir uma base cartográfica topograficamente precisa, para o século XX, a partir da qual ensaiaríamos uma análise regressiva.

A seleção da área urbana estudada teve em conta os aspetos gerais conhecidos acerca da intervenção do arcebispo D. Diogo de Sousa em Braga, no século XVI, permitindo reforçar a sua atuação planificação e renovadora da paisagem urbana, orientada pelos ideais renascentistas.

Na realidade, na época Moderna, o processo de urbanização dos espaços localizados na periferia da cidade teve início com a perda da funcionalidade defensiva da muralha fernandina, seguida da abertura de novas praças/largos e ruas e ao posterior aparecimento de construções na envôlvia desses espaços abertos, tal como podemos observar na documentação do século XVI, mais concretamente no Mapa de Braunio que melhor ilustra as alterações realizadas pelo supracitado arcebispo, e na cartografia e iconografia dos séculos XVIII e XIX.

O crescimento periférico da cidade moderna, em articulação com a morfologia resultante da urbanização das vias que surgiram nesse espaço e daquelas que o ligavam à envôlvia, representam o foco da nossa atenção pois foram os responsáveis por consolidar em definitivo o plano radial, que conduziu o crescimento de Braga até ao século XX.

De igual forma, o edificado que integra a cidade atual ainda conserva, em parte, algumas características tipológicas e arquitetónicas desde os inícios da época Moderna, tanto na área intra como extramuros.

A adoção dos modelos da cidade barroca irá constituir o ponto áureo da cidade moderna, passando a dominar o cenário urbano bracarense em meados do século XVIII.

Contudo, embora os séculos seguintes tenham sido marcados por profundas alterações, quer com a abertura de grandes artérias que passaram a regularizar parte do sistema viário, quer com a conseqüente destruição parcial ou total do seu parcelamento, a verdade é que a preservação temporal do seu tecido urbano é notável.

Mais uma vez, podemos afirmar que o estudo da evolução urbana de Braga beneficia da sua lenta evolução, permitindo, dessa forma, a permanência de características anteriores que ainda são passíveis de serem observadas na atualidade.

A junção de toda a informação recolhida e sua conseqüente interpretação resultou na construção de várias plantas e modelos interpretativos, implicando um amplo recurso à utilização de tecnologias informáticas de desenho assistido por computador, a base de dados, aos SIGs e a ferramentas de modelação.

A quantidade de dados armazenados em suporte informático foi bastante avolumada, permitindo determinar, através da sobreposição dos vários suportes cartográficos, as alterações que ocorreram ao nível do sistema viário e do parcelamento, desde o século XVIII à atualidade.

A partir do cruzamento dos dados obtidos da documentação histórica foi possível ainda proceder a análises socioeconómicas entre o século XV e XVIII. Neste sentido, elaboramos um conjunto de plantas interpretativas referentes à distribuição dos profissionais, das casas que pertenceriam ao Cabido e seus proprietários, bem como as rendas cobradas e a componente comercial que algumas casas apresentariam. Na realidade, apenas tecemos considerações gerais mais relevantes sobre este tema, muito embora conscientes que estes aspetos podem ser aprofundados com maior detalhe em trabalhos futuros.

Para concluir, cabemo-nos salientar que o estudo da morfologia urbana exige um conhecimento multidisciplinar da cidade, assim como a utilização de várias ferramentas informáticas, imprescindíveis para o estudo da sua evolução. De facto, o estudo de uma cidade envolve inúmeras perspetivas, requerendo o um cruzamento de variadíssimas fontes e conhecimentos, e de um uso contínuo da cartografia, um instrumento basilar para a compreensão e visualização das transformações, adaptações e reaproveitamentos dos vários componentes do plano urbano.

Neste sentido, o estudo da evolução morfológica de Braga tem beneficiado de muitos olhares, mas, certamente, continua a necessitar de muitos mais.

Bibliografia

Bibliografia

- AAVV (1989-91). *Mapa das Ruas de Braga*, 2 volumes, Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa.
- Allain, R. (2005) *Morphologie urbaine. Géographie, aménagement et architecture de la ville*, Paris: Armand Colin.
- Araújo, A. S. (1985) *Inventário do fundo monástico-conventual*. Braga. Arquivo Distrital, Universidade do Minho
- Araújo, M. M. L. (2005) *Dotes de Freiras no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século XVII)*. Noroeste. Revista Histórica, Braga, pp. 113-136.
- Amat, A. (2007). *La Historia y sus ciudades. Primera Parte de los comienzos al siglo XVIII*, Departamento Publicaciones Escola d'Arquitectura La Salle, Barcelona.
- Aymonino, C. (1984). *O significado das cidades*, Editorial Presença, Lisboa.
- Bandeira, M.S. (1993). "O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII". *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, Volume IX, Porto, pp. 101-223.
- Bandeira, M.S. (2003). "A expropriação coletiva de habitação na renovação urbana de Braga da segunda metade do século XIX". *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Volume VII, 146(018), Universidad de Barcelona, Barcelona. [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn146\(018\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn146(018).htm)
- Bandeira, M.S. (2006). "Profiteri operam deo et urbi : de los 500 años de la obra urbana del arzobispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) en Braga". *Revista de Estudos Euro [Regionais] Rexionais*, Ano 1º, Nº1, pp. 11-25. <http://hdl.handle.net/1822/12814>
- Bandeira, M.S. (2011). "A complexa relação entre as primeiras operações cadastrais e a cartografia urbana de meados do século XVIII: desde o caso do "Mappa das Ruas de Braga" de 1750. In *Primeiro Simpósio Brasileiro de cartografia Histórica. Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder*, Brasil, Paraty.
- Benevolo, L. (1994). *As origens da urbanística moderna*, Lisboa: Editorial Presença.
- Botica, N., Martins, M., Ribeiro, M. C. e Magalhães, F. (2014). "3D representation of the urban evolution of Braga using the CityEngine tool", in *20th Annual Meeting of the European Association of Archaeologists*, Istanbul, p. 1-12.

- Carvalho, H.P. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*, Tese de Doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga. <http://hdl.handle.net/1822/87555>
- Capela, J. (1991). *O município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira*, Braga.
- Chueca Goitia, F. (1996). *Breve História do Urbanismo*, Lisboa: Editorial Presença.
- Costa, A. (1993). *D. Diogo de Sousa. Novo Fundador de Braga e grande Mecenaz da Cultura*, Braga.
- Costa, A. (1959). *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra.
- Costa, L. (1982) *O Templo de Santa Cruz*, Braga: Irmandade de Santa Cruz.
- Ferreira, J.A. (1928-1934) *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. IIIIX)*, 4 volumes, Braga: Mitra Bracarense.
- Fontes, L. (2009). "O Período Suévico e Visigótico e o Papel da Igreja na Organização do Território", in *Minho. Traços de Identidade*, ed. by Paulo Periera, Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, p. 272-295.
- Fontes, L. (2011). "Braga e o norte de Portugal em torno a 711", *Zona Arqueológica*, 15, 711. Arqueologia e Historia entre dos mundos, p. 313-334.
- Fontes, L. (2012). "O Norte de Portugal entre os séculos VIII e X: balanço e perspectivas de investigação", in *Asturias entre visigodos y mozárabes. Visigodos y omeyas VI*, Madrid: Anejos AEspA, LXIII, CSIC, p. 443-474.
- Fontes, L., Martins, M., Ribeiro, M.C. e Carvalho, H.P. (2010). "A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII". in *Actas Espacios urbanos en el occidente mediterráneo (s. VI-VIII)*, Toletum Visigodo, Toledo, pp. 255-262.
- Fontes, L., Lemos, F. S. e Cruz, M. (1997-98). "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar', *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, série II, p. 137-164. <http://hdl.handle.net/1822/10299>.
- Freitas, A. (2003). *Urbanismo de Bracara Augusta. Articulação e restituição arquitetónica de um cardo principal*, Volume I e II, Tese de Mestrado, Braga.
- Freitas, B. (1890). "Excertos de D. Rodrigo da Cunha na sua História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga". *Memórias de Braga – 5*, Imprensa Católica, Braga.
- Ganster, B. e Klein, R. (2007). "Na integrated framework for procedural modeling". *Proceedings of the 23rd Spring Conference on Computer Graphics*, 123-130, Nova Iorque, ACM.

- García Ballesteros, A. (1995). *La ciudad: objeto de estudio pluridisciplinar*. Geografía urbana-1, Oikos-tau, Barcelona.
- Garrido Elena, A., Mar, R. e Martins, M. (2008). A Fonte do Ídolo. Análise, interpretação e reconstituição do santuário. *Bracara augusta. Escavações Arqueológicas*. 4, Braga.
- Giestal, C.D. (1998). *Sistema de Informação Geográfica para a Arqueologia Urbana: o Caso de Bracara Augusta*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia Urbana, Universidade do Minho, Braga.
- Kostof, S. (2004). *The city assembled: the elements of urban form through history*, Londres: Thames & Hudson.
- Lemos, F. (1998). “Bracara Dives. Capital da Gallecia”. *Forum*, 23, Braga, pp. 3-16.
- Lemos, F. S. (2002). “Bracara Augusta – A Grande Plataforma viária do Noroeste Peninsular”, *Forum*, 31, Braga, p. 95-127.
- Lemos, F. S., Leite, J. M. e Fontes, L. F. (2001). “A muralha de Bracara Augusta e a cerca medieval de Braga”. In: *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa, Edições Colibri, pp. 121-132
- López Lloret, J. (2003). *La ciudad construída. Historia, estructura y percepción en el conjunto histórico de Sevilla*, Ed. Diputación de Sevilla, Sevilla.
- Madeira, S. (2012). *A Arqueologia urbana. Subsídios para a sua compreensão*. <http://gch.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2012/03/A-Arqueologia-Urbana-sub%C3%ADdios-para-a-sua-compreens%C3%A3o.pdf>
- Macaulay, D. (1978). *A Cidade. Planificação e construção de uma cidade romana*. Publicações D. Queixote, Lisboa.
- Machado, C. M. S. (2014) *Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade do Minho
- Magalhães, F. (2013). “Arquitetura doméstica em Bracara Augusta”. *Interconexões - Revista de Ciências Sociais*, Volume 1, N°1, pp. 13-30.
- Marques, J. (1983). *Braga nos finais da Idade Média: subsídios para o seu estudo*, Braga.
- Marques, J. (1986). “O Castelo de Braga (1350-1450)”, *Mínia*, N° 8, Braga, pp. 5-34.
- Marques, J. (1988). *A arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- Martins, M. (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia, Monografias 5, Braga.
- Martins, M. (1991-92). “Bracara Augusta: a memória de uma cidade”, *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, série II, Braga, pp. 177-197.
- Martins, M. (1995). “A ocupação romana da região de Braga: Balanço e perspectivas de investigação”, *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, pp. 73-114.
- Martins, M. (2004). “Urbanismo e Arquitectura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana”, in *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del occidente europeo*, Estudios arqueológicos, Tarragona, pp. 149-175.
- Martins, M. (2009). “Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo”. In Dopico Cainzos, D. Villanueva Acuña e Rodríguez Alvarez (eds), *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo, pp. 181-211.
- Martins, M. e Delgado, M. (1989-90). “História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*”, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, série II, Braga, pp. 11-38.
- Martins, M. e Lemos, F.S. (1997-98). “Duas décadas de vida de um projeto: o Salvamento de Bracara Augusta”, *Cadernos de Arqueologia*, 14-15, série II, Braga, pp. 9-22.
- Martins, M., Meireles, J., Fontes, L., Ribeiro, M.C., Magalhães, F. e Braga, C. (2012). *Água. Um património de Braga*, UAUM e CITCEM, Braga.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F. e Braga, C. (2012). “Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer”. In Ribeiro, M.C e Melo, A.S. (coord.) *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*, CITCEM, Braga, pp. 29-68.
- Martins, M. e Ribeiro, M. C. (2009/2010) “A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades”, *Forum*, 44-45, Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, ISSN 0871-0422, pp. 149-177. <http://hdl.handle.net/1822/13351>
- Martins, M. e Ribeiro, M.C. (2013). “Em torno da Rua Verde. A evolução Urbana de Braga na longa duração”. In Ribeiro, M.C. e Melo, A.S. (coord.) *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*, CITCEM e IEM, Braga, pp. 11-44. <http://hdl.handle.net/1822/23983>
- Maurício, R. (2000) *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532)*, Vol. I e II, Urbanismo e arquitectura, Lisboa: Magno Edições.
- Melo, A. S. e Ribeiro, M. C. (2014) “Public festivities in Portuguese medieval towns”, *Mirabilia 18*

- (2014/1). *Electronic Journal of Antiquity & Middle Ages - Pleasure in the Middle Ages Collected Papers from the 2013 Leeds International Medieval Congress*, Ian WOOD, et alii (orgs.). pp. 178-196. <http://www.revistamirabilia.com/issues/mirabilia-18-2014-1>
- Morais, R. M. L. (2005). *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial. Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 2, UAUM e NARQ., Braga.
- Mumford, L. (2004). *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*, Martins Fontes, São Paulo
- Neves, V. (2010). *A Cidade*. Universidade Lusíada, Lisboa.
- Oliveira, E.P. (1985). "Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa II", *Cadernos de Arqueologia*, 2, série II, Braga, pp. 179-194.
- Oliveira, E.P. (1995). *Estudos sobre os séculos XIX e XX em Braga*. Edições APPACDM Distrital de Braga, Braga.
- OLIVEIRA, E. P. (1981) *Estudos Bracarense. I. As alterações toponímicas (1380-1980)*. Museu, Porto, 3ª série, 1, Sep.
- Oliveira, E. P. (2001). *A freguesia de S. Vitor*, Braga. Braga.
- Oliveira, E.P. e Fernandes, I. (1984). "Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa", *Cadernos de Arqueologia*, 1, série II, Braga, pp. 109-134.
- Panerai, P., Depaule, J.C. e Demorgon, M. (2005). *Analyse urbaine*, Marseille: Éditions Parenthèses.
- Parish, Y. I. e Müller, P. (2001). "Procedural Modeling of Cities". *Proceedings of the 28th annual conference on Computer graphics and interactive techniques*. 301-308, New York, ACM.
- Ribeiro, M.C. (2008) *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma A metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*, Dissertação de doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga. <http://hdl.handle.net/1822/8113>
- Ribeiro, M.C. (2009/2010). "A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna". Síntese de resultados. *Forum*, 44-45, Braga. <http://hdl.handle.net/1822/13437>
- Ribeiro, M.C. e Fontes, L. (2015) "The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries", in Raquel Martínez Peñin (ed.) *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*, Espai / Temps, Unidade de Arqueologia

- Universidade do Minho e Universitat de Lleida, 67 (2015), p. 29-45 (DL L 526-2015 / ISBN 978-84-8409-750-1).
- Ribeiro, M.C. e Martins, M. (2012). “Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna (1737). O Livro da Cidade de Braga”. In Martins, M., Freitas, I.V e Val Vidivieso (Coord.) *Caminhos da água – Caminhos e usos na longa duração*, CITCEM, Braga, pp. 179-222.
- Ribeiro, M.C e Sousa, A. (2014) “O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (século XII-XVI): a influência dos mesteres e das instituições religiosas”. In Ribeiro, M.C. e Melo, A.S. (coord.) *Evolução da Paisagem Urbana – Cidade e Periferia*, CITCEM e IEM, Braga, pp.79-116.
- Rosenau, H. (1988). *A Cidade Ideal. Evolução Arquitectónica na Europa*, Lisboa: Editorial Presença.
- Rossi, A. (2001). *A arquitectura da Cidade*, Lisboa: Edições Cosmos [publicação original: L'Architettura della città (1971)].
- Rota y Monter, J. A. (2008). Ciudad e historia: la temporalidade de un espácio construído y vivo, Ediciones Akal, S. A, Madrid.
- Smith, R.C. (1968) “A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)”, *Bracara Augusta*, N°. 22 (63-66), Braga: pp. 283-310.
- Soares, N. (2011). “O Arcebispo de Braga D. Diogo De Sousa “Príncipe Umanizzato” Do Renascimento e o seu Projecto Educativo Moderno”. *Humanitas* 63, pp. 527-561.
- Sousa, J.J.R. (1973). “Subsídios para a Carta Arqueológica de Braga”, *Studia Arqueológica*, Santiago de Compostela.
- Terán, F. (2009). *El Pasado Activo. Del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*, Akal/Textos de arquitectura, Madrid.
- Vasconcelos, M.A.J. (1992) 'Breve notícia das obras realizadas pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles no Paço Archiepiscopal', *Forum*, N°. 11, Jan: pp. 3-8.
- Vaz, E. A. (2008). *A morfologia da cidade. A evolução urbana de Miranda do Douro no espaço e no tempo*, Miranda do Douro: Câmara Municipal.

Lista de Sites Consultados:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1114 – 15:14 – 17/12/14

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70652/> - 15:15 – 17/12/14

Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-01-19 09:56:07].

Disponível na Internet: [http://www.infopedia.pt/\\$estrabao](http://www.infopedia.pt/$estrabao)

<http://w3.ualg.pt/~tpanago/SIGconsist.htm>

http://www.idcplp.net/archive/doc/georrefIntroducaoSIG_InesPinto.pdf

Apêndices

Apêndice 1 – Parcela jRN da atual Rua D. Diogo de Sousa



Figura 1 - *Footprint* da localização da parcela jRN pertencente ao MRB

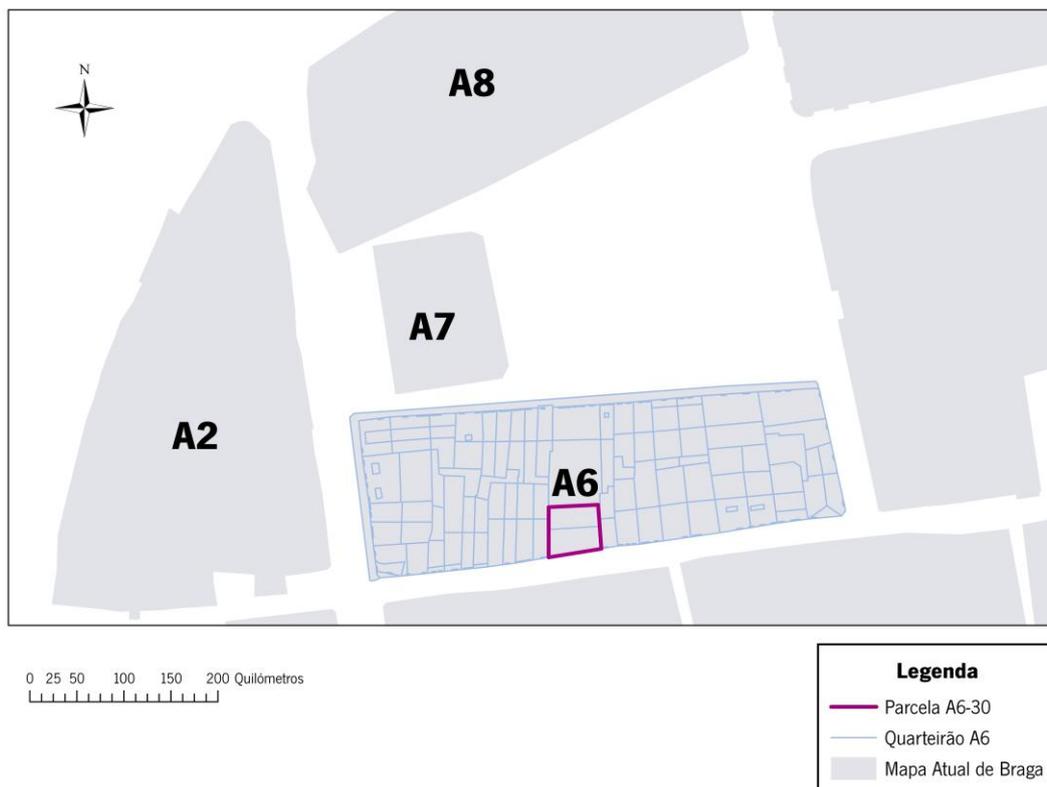


Figura 2 - Localização da parcela A6-30 atual, que corresponde à jRN representada no MRB

Designação:	jRN	A6-30
Águas:	2	2
Pisos:	2	2
Portas:	1 Porta no Rés-do-chão 1 Porta no 1ºAndar	1 Porta no Rés-do-chão 1 Porta no 1ºAndar
Janelas:	4 Janelas + 4 Postigos no Rés-do-chão 4 Janelas no 1º Piso	4 Janelas + 4 Postigos no Rés-do-chão 4 Janelas no 1º Piso
Largura:	12v4p – 12,8v – 14,08 metros	13,90metros
Altura:	2,7cms – 9,9metros	–
Comprimento:	–	13,14metros
Funcionalidade:	Habitacional	Empresa - Associação Comercial de Braga
Nº de Polícia:	–	97 a 101
Informações IPC/MRB:	–	–
Observações:	Casa com brasão sobre a Porta do 1ºPiso; janelas e portas com moldura em pedra.	O brasão encontra-se no cimo da porta do rés-do-chão.

Apêndice 2 – Parcela 7RN da atual Rua D. Diogo de Sousa

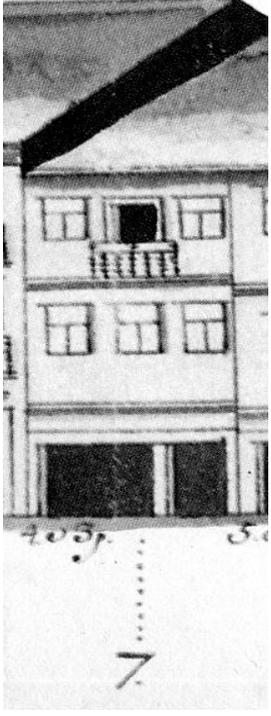
	Século XVIII - MRB	Atualidade
Imagem		
Localização	 <p>0 25 50 100 Metros</p> <p>Legenda</p> <ul style="list-style-type: none">Parcela 7RNRuas do MRB EstudadasMapa de Braga Atual	

Figura 3 - *Footprint* da localização da parcela 7RN no MRB

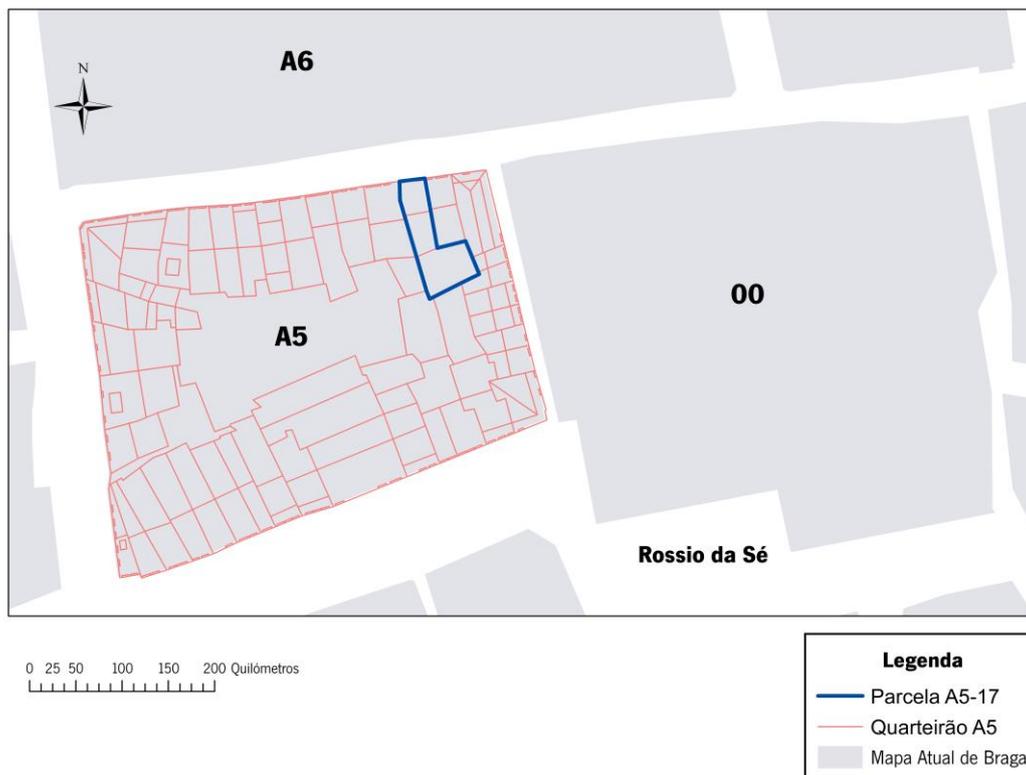


Figura 4 - Localização da parcela A5-17 atual, que corresponde à 7RN representada no MRB

Designação:	7RN	A5-17
Águas:	2	Variado
Pisos:	3	3
Portas:	2 Portas no Rés-do-chão 1 Porta com varanda no 3ºPiso	1 Porta no Rés-do-chão 1 Porta com varanda no 3ºPiso
Janelas:	5	5
Largura:	4v3p – 4,6v – 5,06metros	4,65metros
Altura:	2,9cms – 10,63metros	–
Comprimento:	–	22,30metros
Funcionalidade	Habitacional e Comercial	Habitacional e Comercial
Nº de Polícia:	–	90, 92
Informações IPC/MRB:	<p>Enfiteuta: António Fernandes Veloso, ourives de prata, e sua mulher, Assunção Vieira.</p> <p>Pensão ou Foro: 60réis e 1galinha</p> <p>Informação presente no IPC, por ordem cronológica (data de contrato, inquilino, profissão, estado civil):</p> <ul style="list-style-type: none"> 1543-07-04 – Rodrigo Anes – Alfaiate – C.C. <p>Maria Fernandes</p>	–

	<ul style="list-style-type: none">• 1641-07-06 – Cristóvão de Miranda – Escrivão do Eclesiástico de Braga – C.C. Maria Pinto• 1727-03-08 – António Fernandes Veloso – Ourives de Prata – C.C. Assunção Vieira	
Observações:		São visíveis algumas alterações no Rés-do-chão. À esquerda verifica-se que a porta existente no MRB foi substituída, na atualidade, por uma vitrina.

Apêndice 3 – Parcela bRN da atual Rua D. Diogo de Sousa



Figura 5 - *Footprint* da localização da parcela bRN no MRB



0 25 50 100 150 200 Quilómetros

Legenda	
—	Parcela Q.00
—	Quarteirão 00
 	Mapa Atual de Braga

Figura 6 - Localização da parcela pertencente ao atual Quarteirão 00, que corresponde à bRN representada no MRB

Designação:	bRN	00
Águas:	3	2
Pisos:	2	2
Portas:	2 Portas no Rés-do-chão 1 Porta no 1º Andar com varanda	3 Portas no Rés-do-chão 1 Porta no 1º Andar com varanda
Janelas:	2	2
Largura:	8v1p½ – 8,3v – 9,13metros	9,85metros
Altura:	7,7metros	–
Comprimento:	–	6,15metros
Funcionalidade:	Habitacional e Comercial	Habitacional e Comercial
Nº de Polícia:	–	108
Informações IPC/MRB:	–	–
Observações:	–	Registam-se alterações ao nível do telhado e no número de portas do rés-do-chão. Para além disso, verifica-se que o filete de pedra que encimava as janelas e porta durante o século XVIII, não existe na atualidade.

Apêndice 4 – Parcela iRS da Rua do Souto

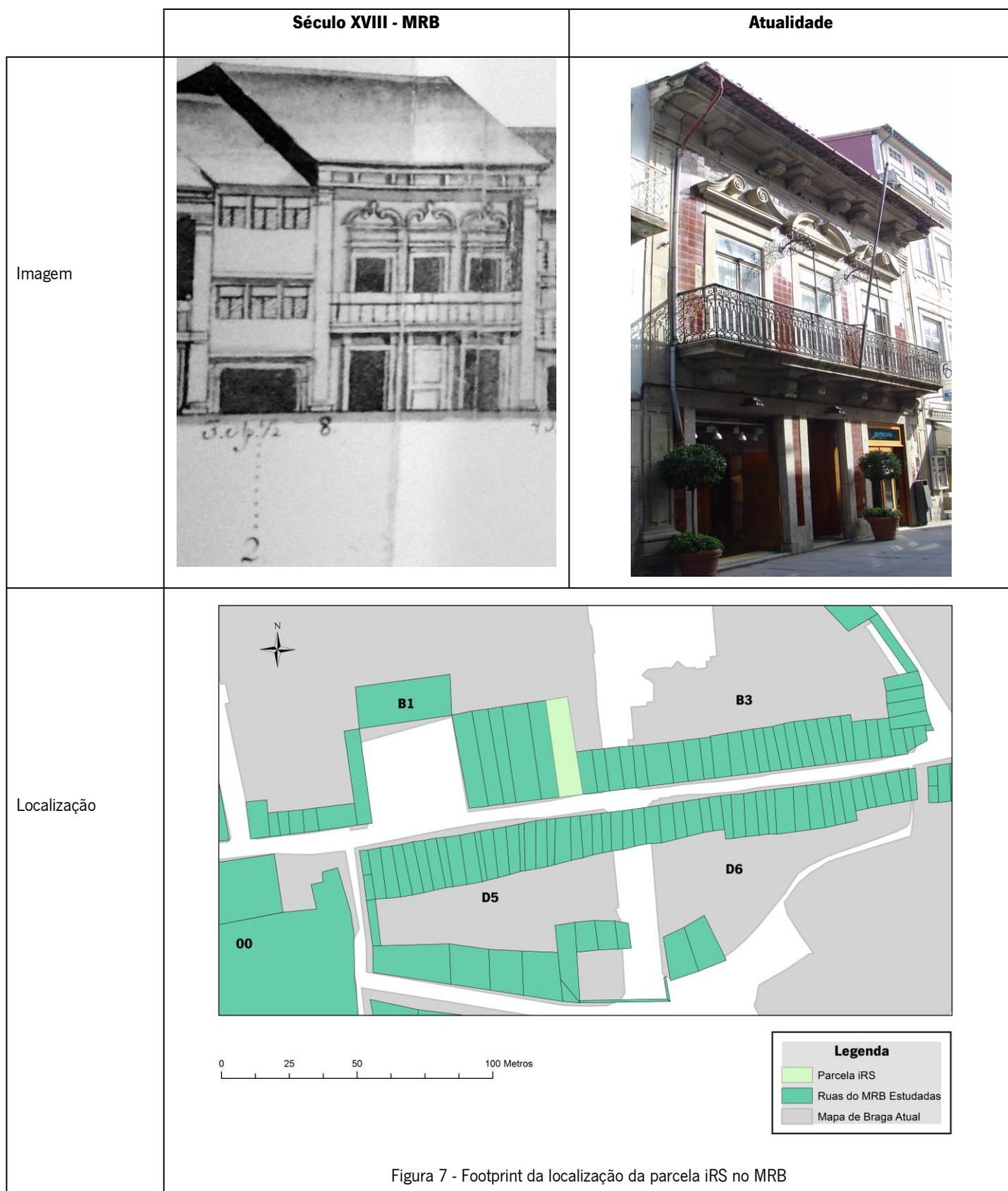


Figura 7 - Footprint da localização da parcela iRS no MRB

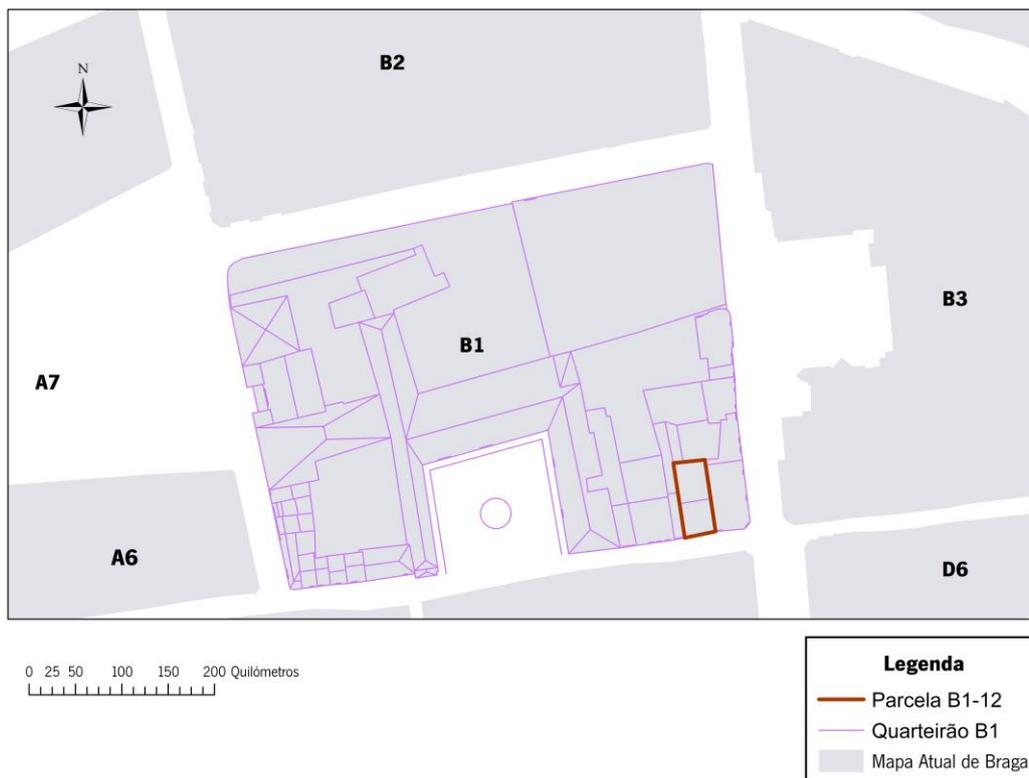


Figura 8 - Localização da parcela B1-12 atual, que corresponde à iRS representada no MRB

Designação:	iRS	B1-12
Águas:	2	2
Pisos:	2	2
Portas:	2 Portas no Rés-do-chão 3 Portas no 1ºAndar com varanda	3 Portas no Rés-do-chão 3 Portas no 1ºAndar com varanda
Janelas:	–	
Largura:	8v – 8,8metros	8,67metros
Altura:	10,27metros	–
Comprimento:	–	21,05metros
Funcionalidade:	Habitacional e Comercial	Habitacional e Comercial
Nº de Polícia:	–	17
Informações IPC/MRB:	–	–
Observações:	–	Esta casa ainda possui os mesmos elementos arquitetónicos/decorativos como, por exemplo, os que se encontram a encimar as portas do 1ºandar. A janela que existia no rés-do-chão, ao centro, foi substituída, na atualidade, por uma porta.

Apêndice 5 – Parcela a1RP do atual Largo da Praça Velha



Figura 9 - Footprint da localização da parcela a1RP no MRB

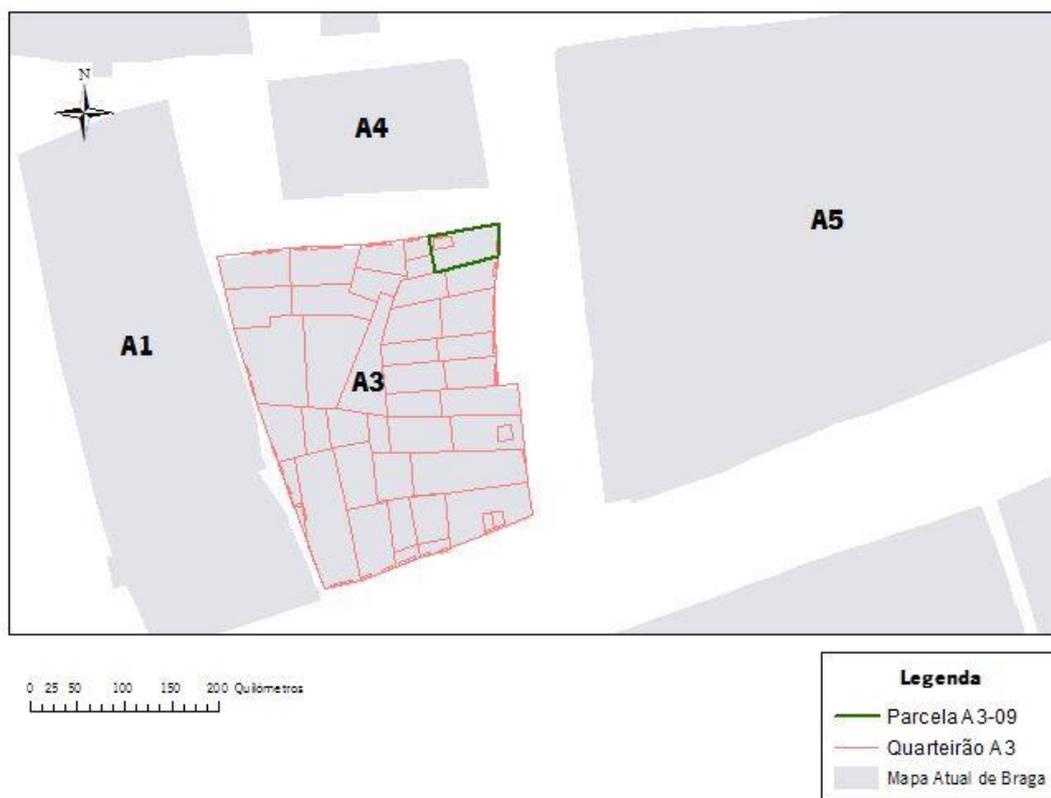
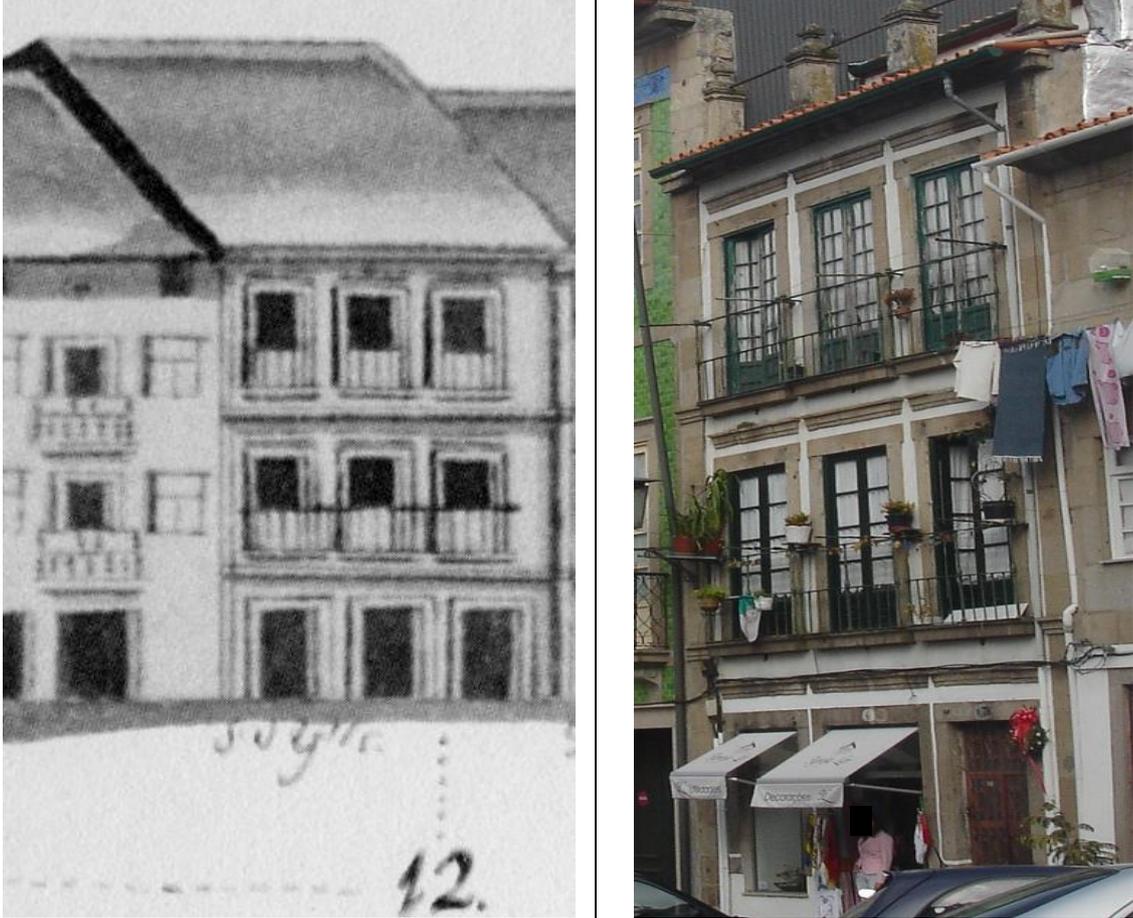


Figura 10 - Localização da parcela A3-09 atual, que corresponde à a1RP representada no MRB

Designação:	a1RP	A3-09
Águas:	4	1
Pisos:	3 e 4	3 e 4
Portas:	2	2
Janelas:	15	14
Largura:	10v½ – 10,5v – 11,55metros	11,01metros
Altura:	7,33metros	–
Comprimento:	–	5,16metros
Funcionalidade:	Habitacional e Comercial	Comercial – Restaurante Copo ½
Nº de Polícia:	–	15, 118
Informações IPC/MRB:	–	–
Observações:	–	Esta casa sofreu algumas alterações no rés-do-chão e no extremo da mesma.

Apêndice 6 – Parcela 12PP da atual Rua D. Paio Mendes

Século XVIII - MRB	Atualidade
<p>Imagem</p>	

Localização

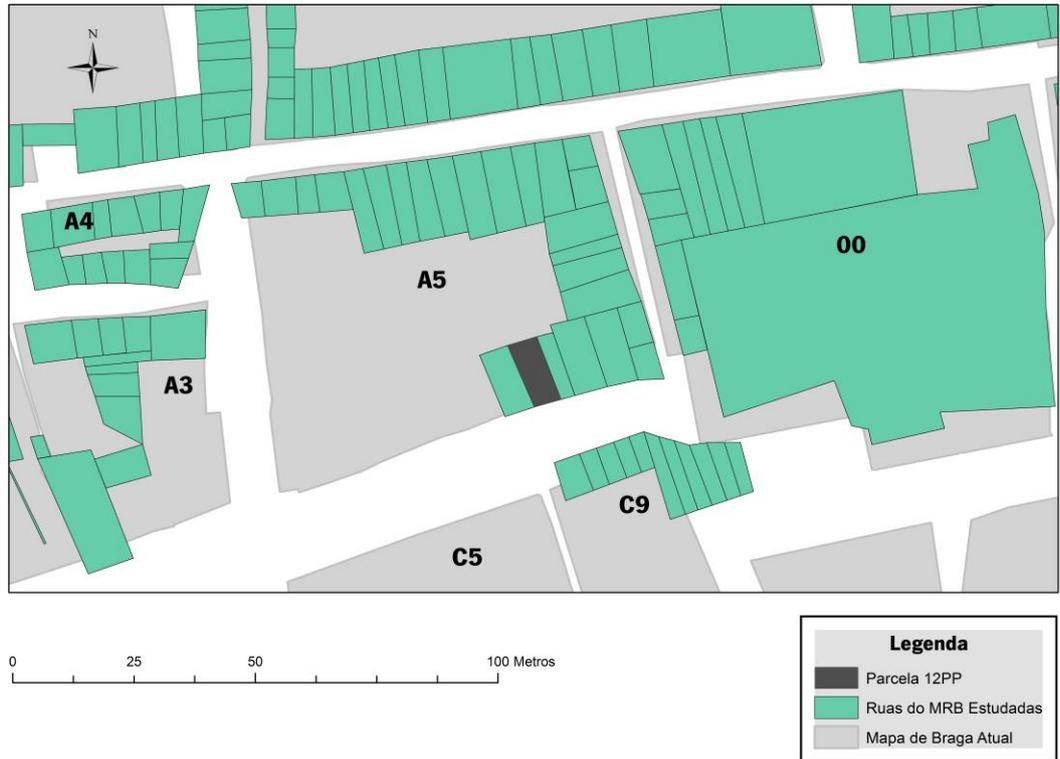


Figura 11 - *Footprint* da localização da parcela 12PP no MRB

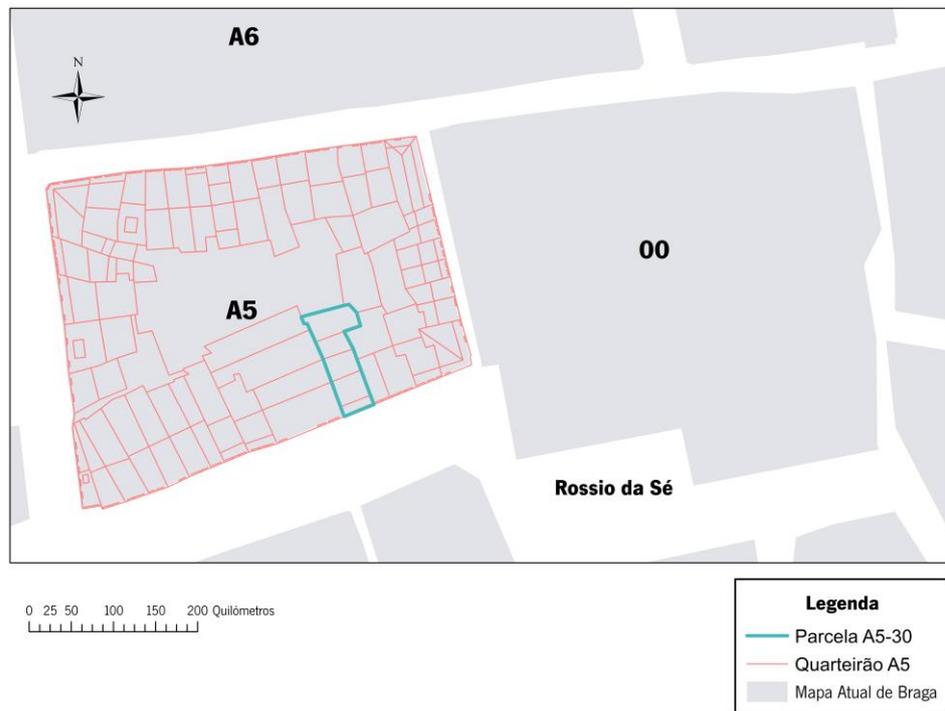


Figura 12 - Localização da parcela A5-30 atual, que corresponde à 12PP representada no MRB

Designação:	12PP	A5-30
Águas:	2	2
Pisos:	3	3 e 4

Portas:	3 Portas no Rés-do-chão 3 Portas no 1ºPiso 3 Portas no 2ºPiso	2 Portas no Rés-do-chão 3 Portas no 1ºPiso 3 Portas no 2ºPiso
Janelas:	–	1 Janela no Rés-do-chão
Largura:	5v4p½ – 5,9v – 6,49metros	6,42metros
Altura:	8,8metros	–
Comprimento:	–	21,81metros
Funcionalidade:	Habitação e Comercial	Habitação e Comercial
Nº de Polícia:	–	79
Informações IPC:	<p>Enfiteuta: João Francisco, tratante</p> <p>Pensão ou Foro: 550 réis e 2 galinhas</p> <p>Informação presente no IPC, por ordem cronológica (data de contrato, inquilino, profissão, estado civil):</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1522-06-02 – Pedro Anes – Almocreve – C.C Florença Anes • 1565-08-25 – Francisco Pires – Clérigo de Missa – Ø • 1626-06-23 – Diogo da Costa Novais – Ø – Ø • 1632-01-13 – Manuel Novais – Cónego de Braga – Ø • 1658-10-01 – Francisca Novais – Ø – Viúva de Diogo da Costa Novais • 1740-09-30 – Sebastião Xavier de Novais Frut. Mendonça – Frei, Cavaleiro do Hábito de Cristo – Ø • 1789-02-23 – Custódio José Silva – Sapateiro – C.C Quitéria Maria 	–
Observações:		A porta do rés-do-chão localizada no seu extremo poente foi substituída por uma janela.

Apêndice 7 – Parcela 1RSJ da Rua de S. João

Século XVIII - MRB

Atualidade

Imagem

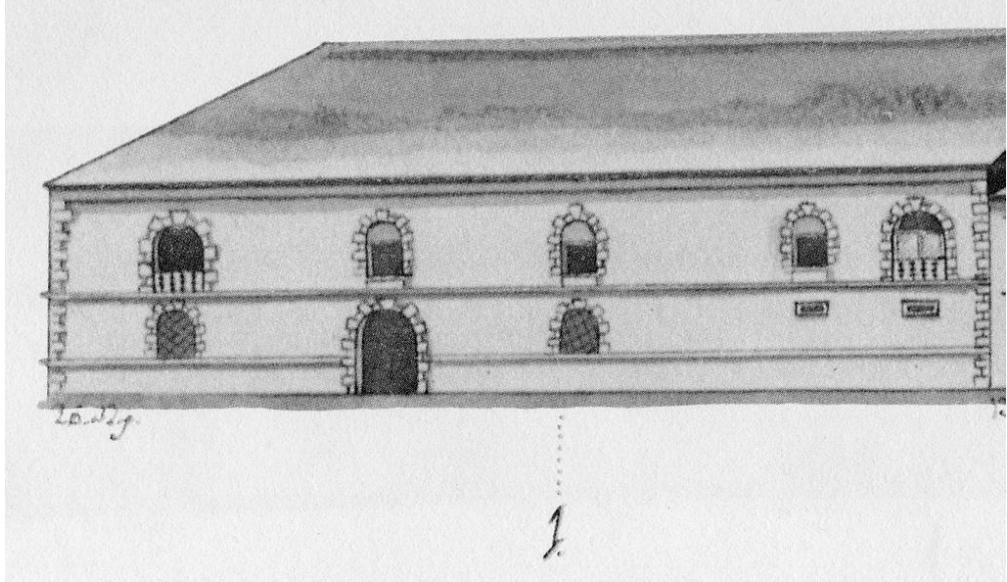


Figura 13 - Casa nº1(RSJ) do MRB



Figura 14 - Parcela na atualidade

Localização



Figura 15 - Footprint da localização da parcela 1RSJ no MRB

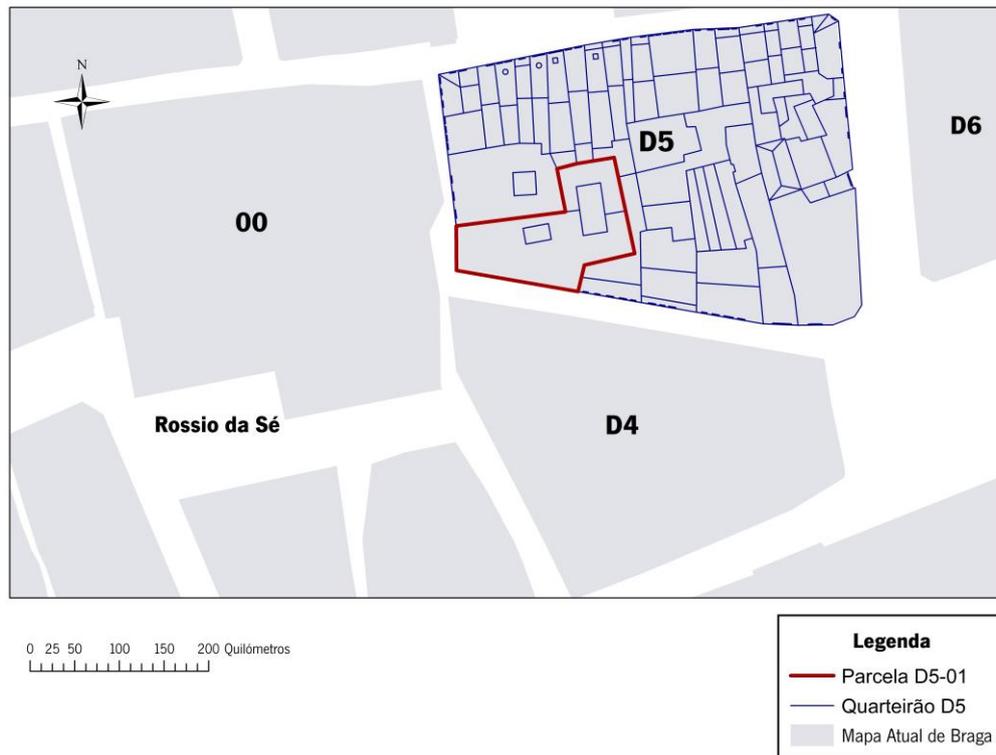
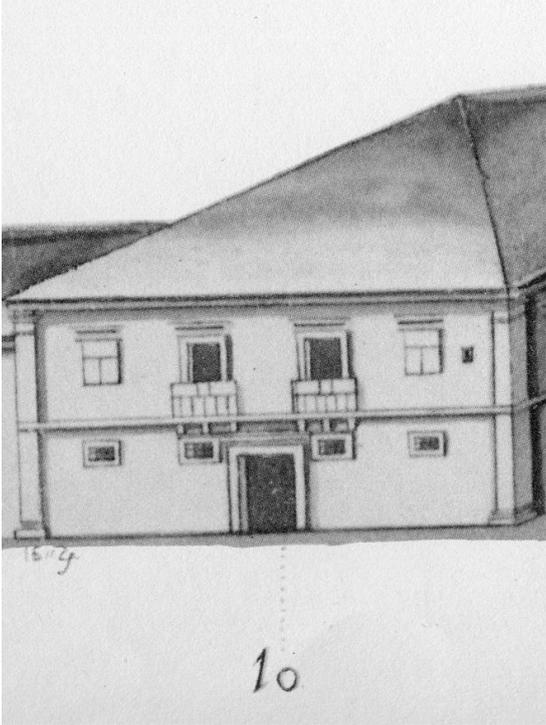


Figura 16 - Localização da parcela D5-01 atual que corresponde à 1RSJ no MRB

Designação:	1RSJ	D5-01
Águas:	2	Variado
Pisos:	2	2
Portas:	1 Porta no Rés-do-chão	3 Portas no Rés-do-chão

	2 Portas no 1ºPiso	2 Portas no 1ºPiso
Janelas:	2 Janelas + 2 Postigos no Rés-do-chão 3 Janelas no 1ºPiso	1 Janela + 1 Postigo no Rés-do-chão 3 Janelas no 1ºPiso
Largura:	26v2p – 26,4v – 29,04metros	28,97metros
Altura:	7,33metros	–
Comprimento:	–	10,51metros
Funcionalidade:	Habitacional	Junta de Freguesia de João de Souto
Nº de Polícia:	–	3, 11
Informações IPC/MRB:	<p>Enfiteuta: Juliana Leite Machado, viúva do Lic. Manuel Tinoco de Magalhães</p> <p>Pensão ou Foro: 1020 réis e 2 Galinhas</p> <p>Informação presente no IPC, por ordem cronológica (data de contrato, inquilino, profissão, estado civil):</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1530-05-21 – Lopo da Cunha – Bacharel, Tercenário na sé de Braga – Ø • 1553-07-31 – Lourenço Cerveira – Cônego na Sé de Braga – Ø • 1598-12-17 – Maria de Meneses, D. – Ø – C.C. Pedro Lopes de Azevedo • 1673-08-19 – Manuel Falcão Cota – Fidalgo de Sua Majestade – C.C. Ana Maria Teixeira, D. • 1733-09-05 – Manuel Tinoco de Magalhães – Ø – C.C. Juliana Maria Leite Machado 	–
Observações:		<p>A casa apresenta, ainda hoje, uma fachada bastante peculiar pois apresenta diversos elementos decorativos a rodear tanto as suas portas como as suas janelas.</p> <p>As únicas transformações ocorreram ao nível do número de portas e janelas.</p>

Apêndice 8 – Parcela 11RSJ da Rua de S. João

	Século XVIII - MRB	Atualidade
Imagem	 <p>A black and white architectural drawing of a two-story building. The drawing shows a symmetrical facade with a central entrance on the ground floor and two windows on either side. The second floor has two windows with small balconies. The roof is a simple gable. The drawing is dated '1874' in the bottom left corner and has the number '10' written in the bottom center.</p>	 <p>A color photograph of the current building facade. The building is a two-story structure with white walls and a red-tiled roof. The ground floor has a central entrance and two windows. The second floor has two windows with small balconies. A street lamp is visible on the left side of the building. In the background, a church with a tall spire is visible under a clear blue sky.</p>

Localização



Figura 17 - *Footprint* da localização da parcela 11RSJ no MRB

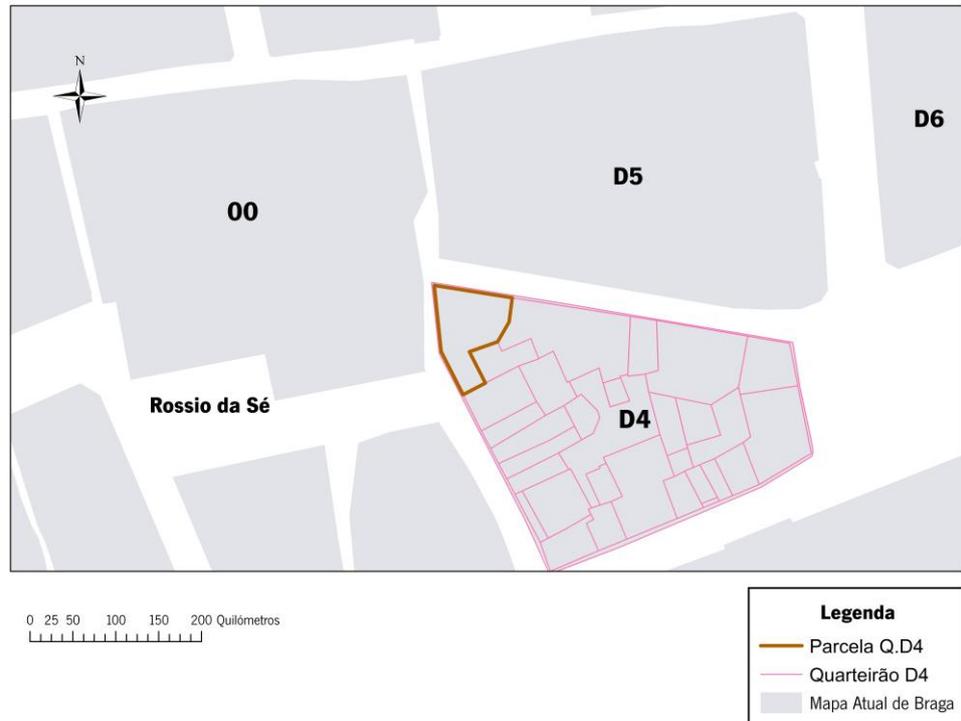


Figura 18 - Localização da parcela pertencente ao Quarteirão D4 e que corresponde à 11RSJ representada no MRB

Designação:	11RSJ	D4
Águas:	4	2

Pisos:	2	2
Portas:	1 Porta no Rés-do-chão 2 Portas com varanda no 1ºPiso	3 Portas no Rés-do-chão 2 Portas com varanda no 1ºPiso
Janelas:	4 Postigos no Rés-do-chão 2 Janelas no 1ºPiso	4 Postigos no Rés-do-chão 2 Janelas do 1ºPiso
Largura:	16 ½ p – 16,5v – 18,15metros	18,72metros
Altura:	9,17metros	–
Comprimento:	–	27,80metros
Funcionalidade:	Habitacional	Mercado de S. João
Nº de Polícia:	–	2, 4, 6
Informações IPC/MRB:	<p>Enfiteuta: Francisco Pereira Marinho</p> <p>Pensão ou Foro: 210 réis e 1 galinha (10) e 1000 réis e 4 galinhas (11)</p> <p>Informação presente no IPC, por ordem cronológica (data de contrato, inquilino, profissão, estado civil):</p> <p>(10)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1535-05-08 – Camila da Silva – Ø – Sobr. Do Dr. Diogo da Silva • 1818-11-28 – Caetano Pereira do Lago Portocarrero – Ø – C.C. M. Eduarda de Paiva e Vasconcelos, D. <p>(11)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1479-10-06 – Pero Lopes – Ataqueiro – Casado • 1512-03-03 – Rodrigo Álvares – Chanceler do Arcebispo de Braga, D. Jorge – Ø • 1532-06-15 – Sebastião Ferreira – Escudeiro – C.C. Ana de Lemos • 1581-01-19 – Manuel Coelho, Dr. – Cônego de Braga – Ø • 1602-06-15 – Miguel Lopes – Cônego de Braga – Ø • 1727-03-08 – Francisco Pereira Marinho – Ø – F. de Alexandre de Paiva Marinho 	–
	No Volume 1 do MRB há a seguinte advertência: “Nesta Rua de S. João da parte do Sul, onde está o número 10, deve ser o número 11, na forma que declara o Index: e se	As maiores alterações na fachada desta parcela ocorreram no Rés-do-chão com a abertura de duas portas situadas por baixo dos postigos já existentes e que se encontram representados no MRB.

Observações:	numerarão na forma do dito Index, e mais declarações feitas na renovação dos números 9 e 10". Assim, decidimos considerar tanto os contratos pertencentes à casa 10, como os da 11.	
---------------------	--	--

Apêndice 9 – Parcela 3RFA da atual Avenida de S. Miguel o Anjo



Figura 19 - Footprint da localização da parcela 3RFA no MRB

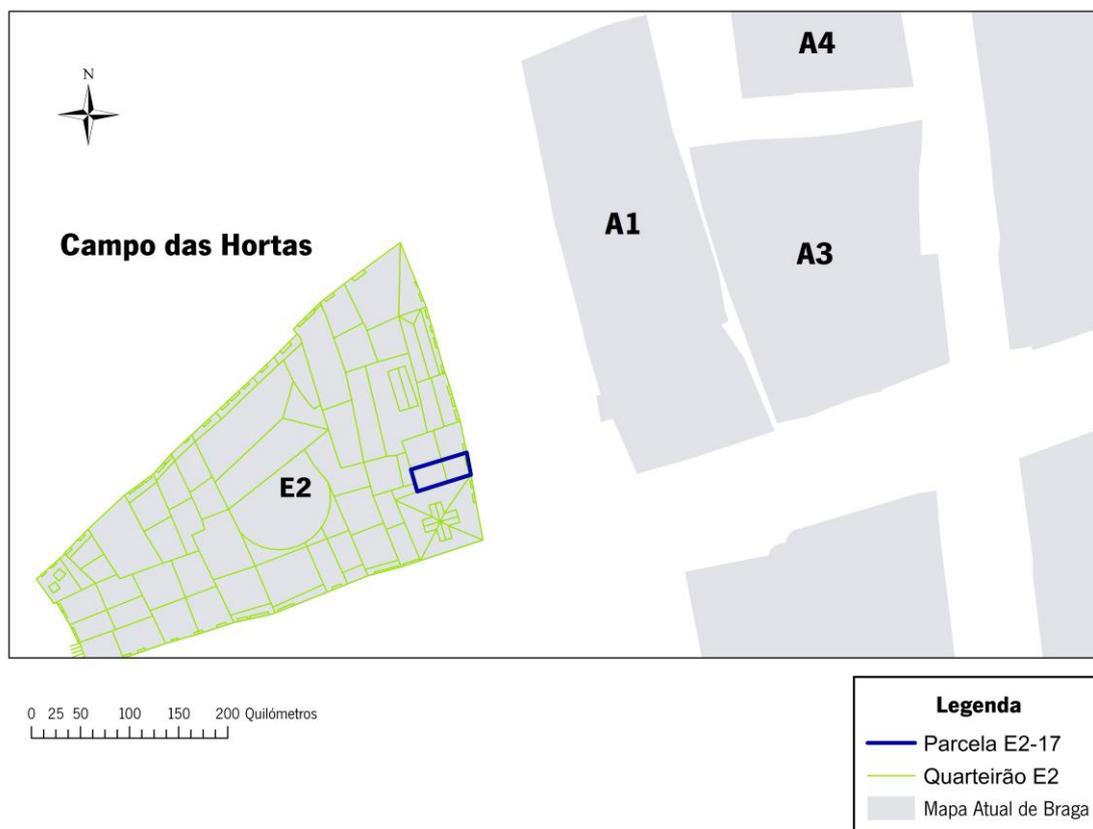
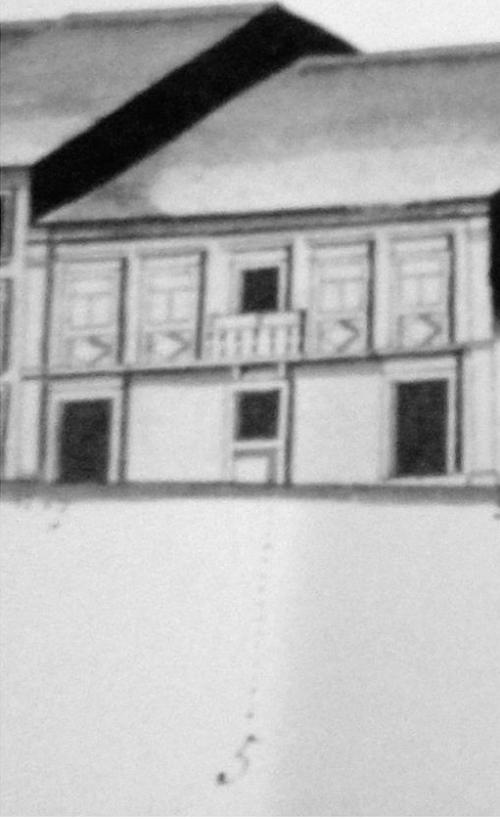


Figura 20 - Localização da parcela E2-17 atual, que corresponde à 3RFA representada no MRB

Designação:	3RFA	E2-17
Águas:	2	2
Pisos:	3	3
Portas:	1	1
Janelas:	6	5
Largura:	3v1p½ - 3,3v - 3,63metros	4,03metros
Altura:	5,87metros	-
Comprimento:	-	10,34metros
Funcionalidade:	Habitacional	Habitacional
Nº de Polícia:	-	24
Informações IPC/MRB:	<p>Enfiteuta: Bento de Campos</p> <p>Pensão ou Foro: 280 réis e 2 galinhas</p> <p>Informação presente no IPC, por ordem cronológica (data de contrato, inquilino, profissão, estado civil):</p> <ul style="list-style-type: none"> Sem contratos (cf. Casa nº1) 	-
Observações:	No Rés-do-chão a porta é ladeada por uma janela, uma das características típicas das casas localizadas na periferia da cidade.	Uma das janelas do 2ºPiso desapareceu. Existe na atualidade a imagem de um santo em cima da porta localizada no Rés-do-chão.

Apêndice 10 – Parcela 5RP da atual Rua de S. Geraldo

	Século XVIII - MRB	Atualidade
Imagem	 A black and white architectural drawing of a building facade. The drawing shows a two-story structure with a prominent gabled roof. The ground floor features several windows and a central entrance. The upper floor has a balcony with a decorative railing. The drawing is a technical representation of the building's structure and proportions.	 A color photograph of the current building facade. The building is a multi-story structure with a mix of stone and plaster. The ground floor has a green door and a window. The upper floors have windows with shutters and a small balcony with a metal railing. The building shows signs of age and wear, with some peeling plaster and exposed stone.

Localização

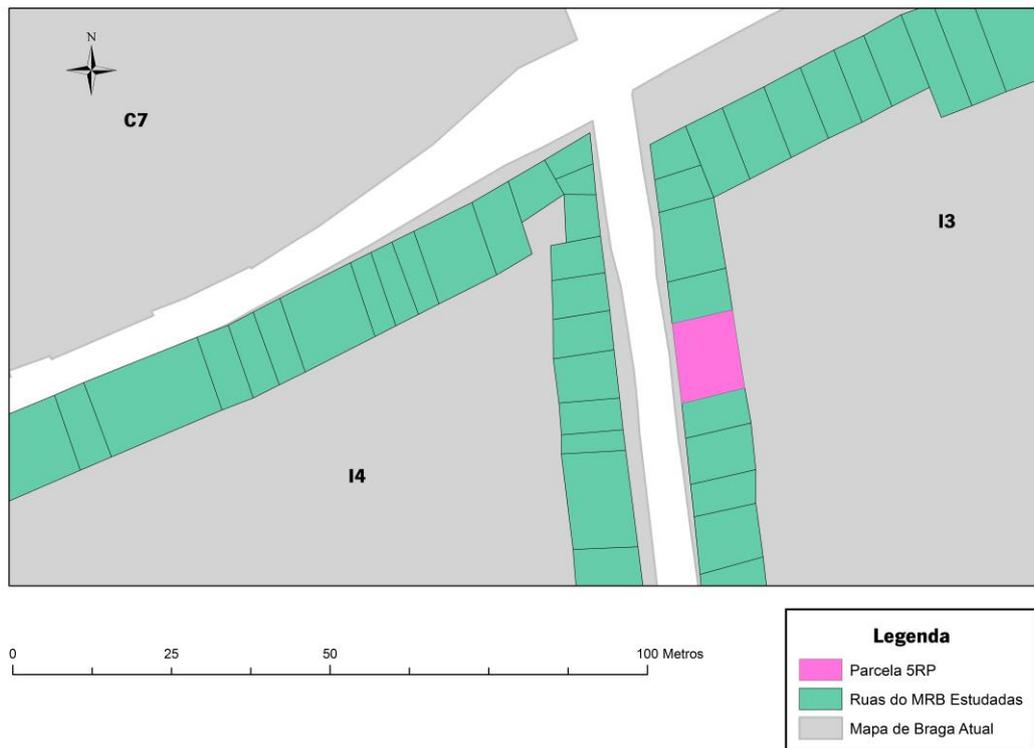


Figura 21 - *Footprint* da localização da parcela 5RP no MRB

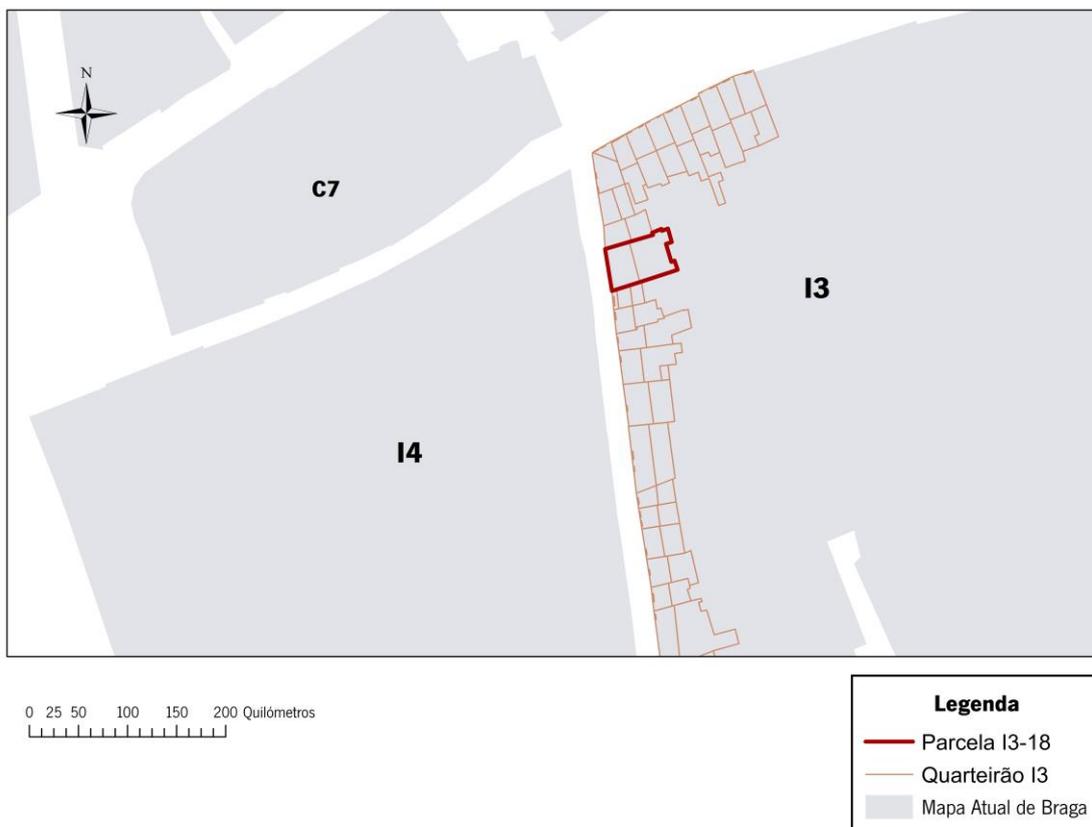


Figura 22 - Localização da parcela I3-18 atual, que corresponde à 5RP representada no MRB

Designação:

5RP

I3-18

Águas:	2	2
Pisos:	2	2
Portas:	2 Portas no Rés-do-chão 1 Porta com varanda no 1ºPiso	2 Portas no Rés-do-chão 1 Porta no 1ºPiso
Janelas:	1 Janela no Rés-do-chão 4 Janelas no 1ºPiso	1 Janela + 2 Postigos no Rés-do-chão 4 Janelas no 1ºPiso
Largura:	11v3p – 11,6v – 12,76metros	12,79metros
Altura:	8,07metros	–
Comprimento:	–	20,64metros
Funcionalidade:	Habitacional	Habitacional
Nº de Polícia:	–	17, 19
Informações IPC/MRB:	Enfiteuta: Vid. Casa nº2 do Campo de Santiago (rua nº25) – ou seja, Francisco Pinheiro Lobo Pensão ou Foro: Sem Informação Informação presente no IPC, por ordem cronológica (data de contrato, inquilino, profissão, estado civil): <ul style="list-style-type: none"> • Sem informação 	–
Observações:	Esta casa paga foro ao nº2 do Campo de Santiago, cabeça de prazo do Campo de Avelar, Figueira e Laranjeira. Escritura de subemprazamento.	A fachada mantém as mesmas características arquitetónicas e elementos decorativos que estão representados no MRB. As únicas alterações ocorreram no Rés-do-chão com a abertura de dois postigos a ladear as duas portas.

Apêndice 11 – Parcela 10RP da atual Rua de S. Geraldo

Século XVIII - MRB

Atualidade

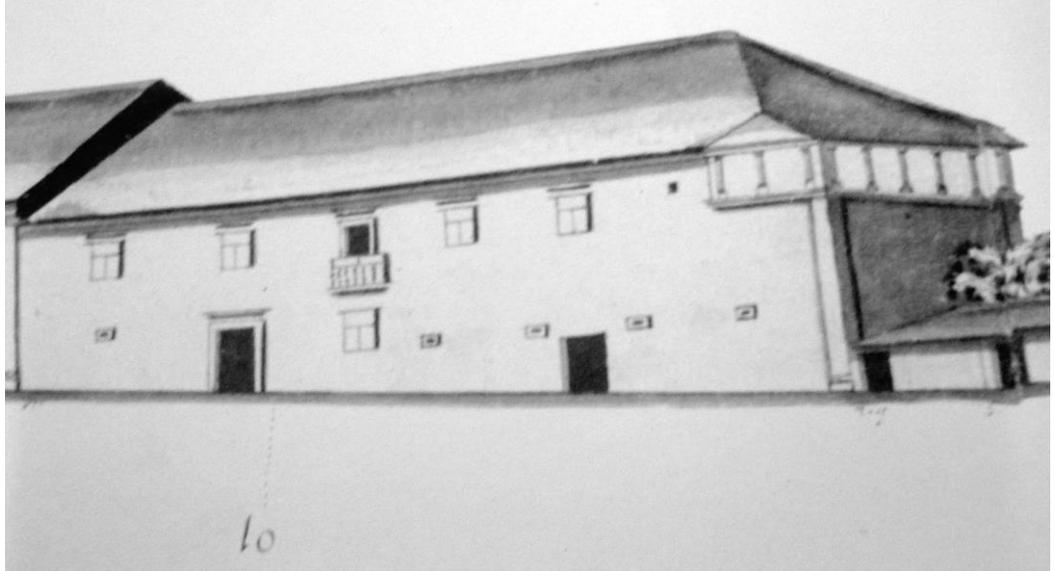


Figura 23 - Representação da parcela 10RP no MRB

Imagem



Figura 24 - Fotografias da atualidade da parcela I3-12

Localização



Figura 25 - *Footprint* da localização da parcela 10RP no MRB

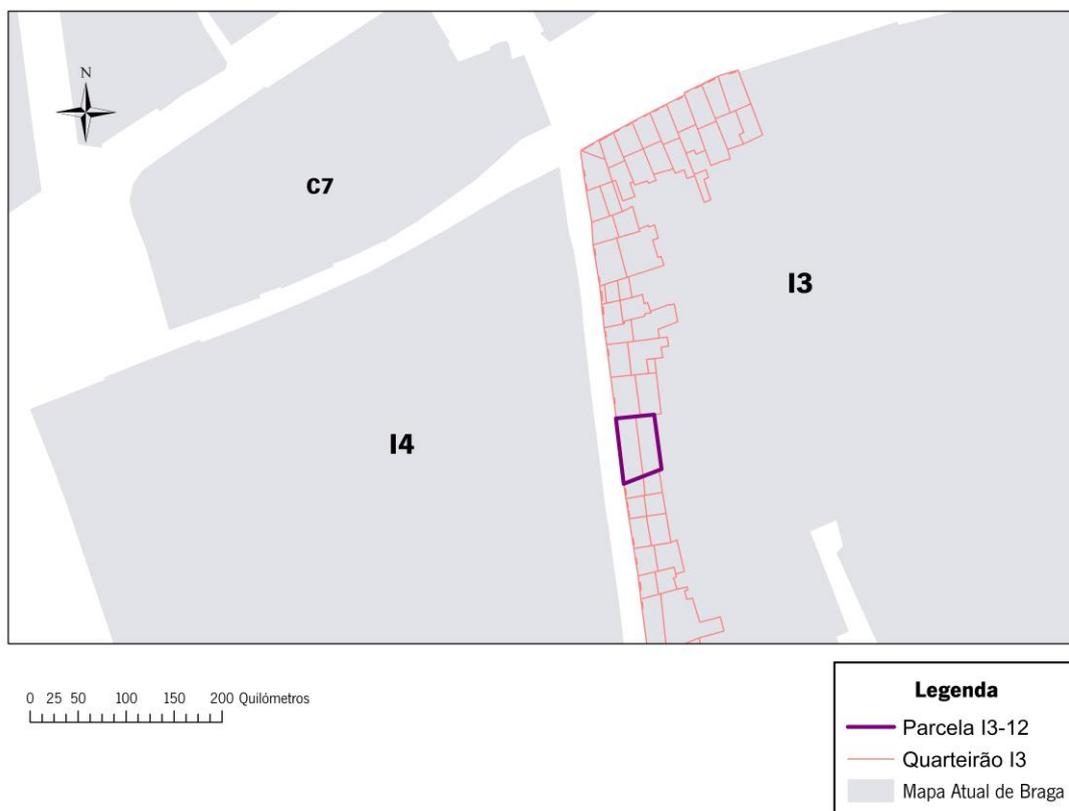


Figura 26 - Localização da parcela I3-12 atual, que corresponde à 10RP representada no MRB

Designação:	10RP	I3-12
Águas:	3	3 e 2
Pisos:	2	2
Portas:	2 Portas no Rés-do-chão 1 Porta com varanda no 1ºPiso	3 Portas no Rés-do-chão 1 Porta com varanda no 1ºPiso
Janelas:	1 Janela + 5 Postigos no Rés-do-chão 4 Janelas no 1ºPiso	2 Janelas + 4 Postigos no Rés-do-chão 4 Janelas no 1ºPiso
Largura:	29v – 31,90metros	33metros
Altura:	9,17metros	–
Comprimento:	–	13,98metros
Funcionalidade:	Habitacional	Habitacional.
Nº de Polícia:	–	29, 31, 31A
Informações IPC/MRB:	<p>Enfiteuta: Vid. Casa nº2 do Campo de Santiago (rua nº25) – ou seja, Francisco Pinheiro Lobo</p> <p>Pensão ou Foro: Ver observações</p> <p>Informação presente no IPC, por ordem cronológica (data de contrato, inquilino, profissão, estado civil):</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1602-12-19 – Manuel Álvares – Cónego de Braga – Ø • 1677-03-30 – João Pinto – Cónego na Sé de Braga – Ø • 1797-07-08 – José Gabriel de Araújo Vasconcelos – Ø – Ø 	–
Observações:	<p>Os herdeiros de João Pinto do Eirado, cónego de Braga, pagam 800 réis e 1 galinha ao nº2 do Campo de Santiago.</p> <p>As casas 9 e 10 encontram-se unidas desde 1602.</p> <p>A casa nº10 confronta, do sul, com a parte da casa foreira à Mitra.</p> <p>Possui uma <i>Loggia</i> virada a Sul.</p>	<p>A <i>loggia</i> encontra-se hoje fechada por duas janelas, como podemos ver na imagem:</p> 

Apêndice 12 – Parcela 1RA1c da Rua do Alcaide

	Século XVIII - MRB	Atualidade
Imagem		
Localização		

Figura 27 – *Footprint* da localização da parcela 1RA1c no MRB



Legenda

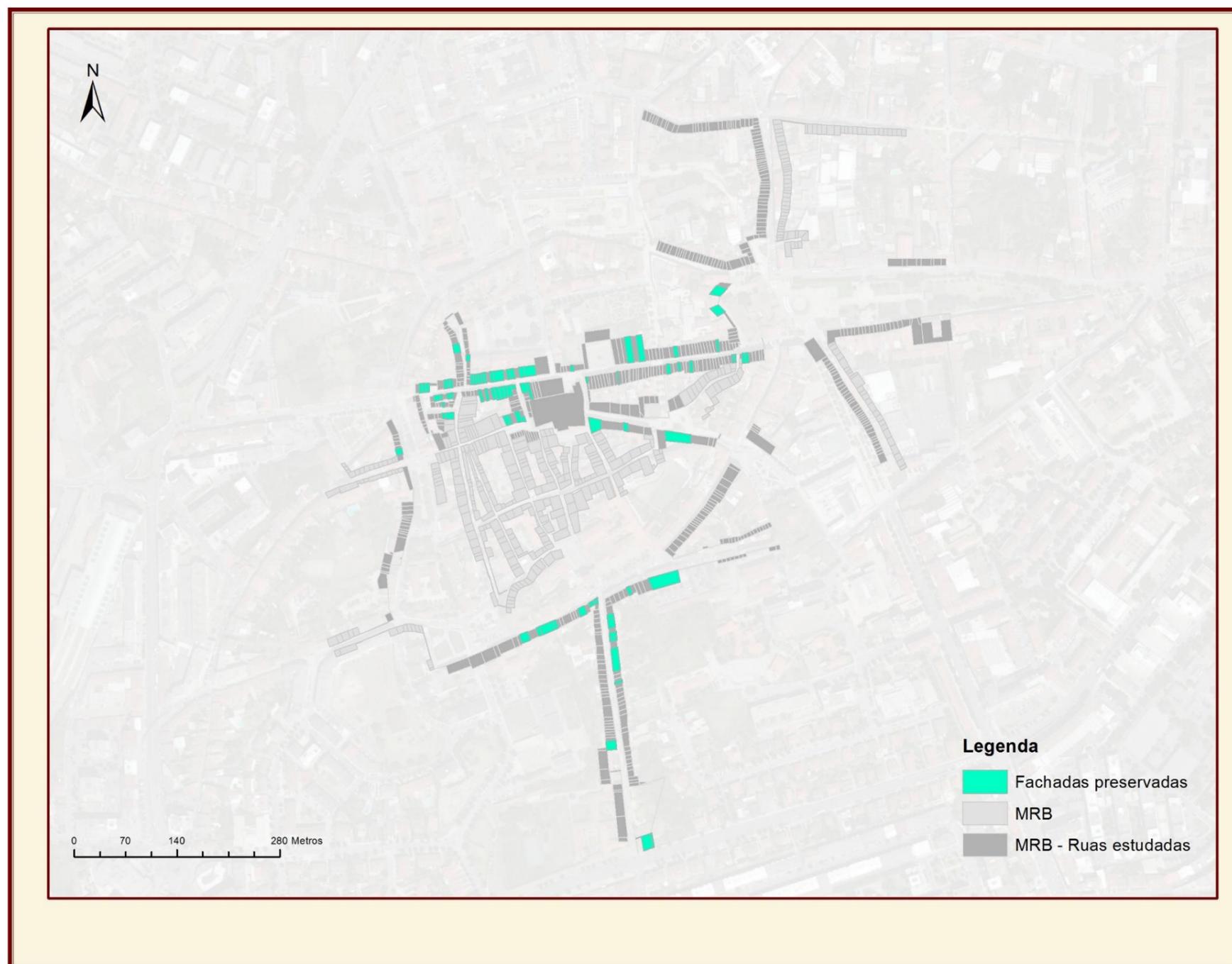
- Parcela I4-17
- Quarteirão I4
- Mapa Atual de Braga

Figura 28 - Localização da Parcela I4-17 atual, que corresponde à 1RAIc representada no MRB

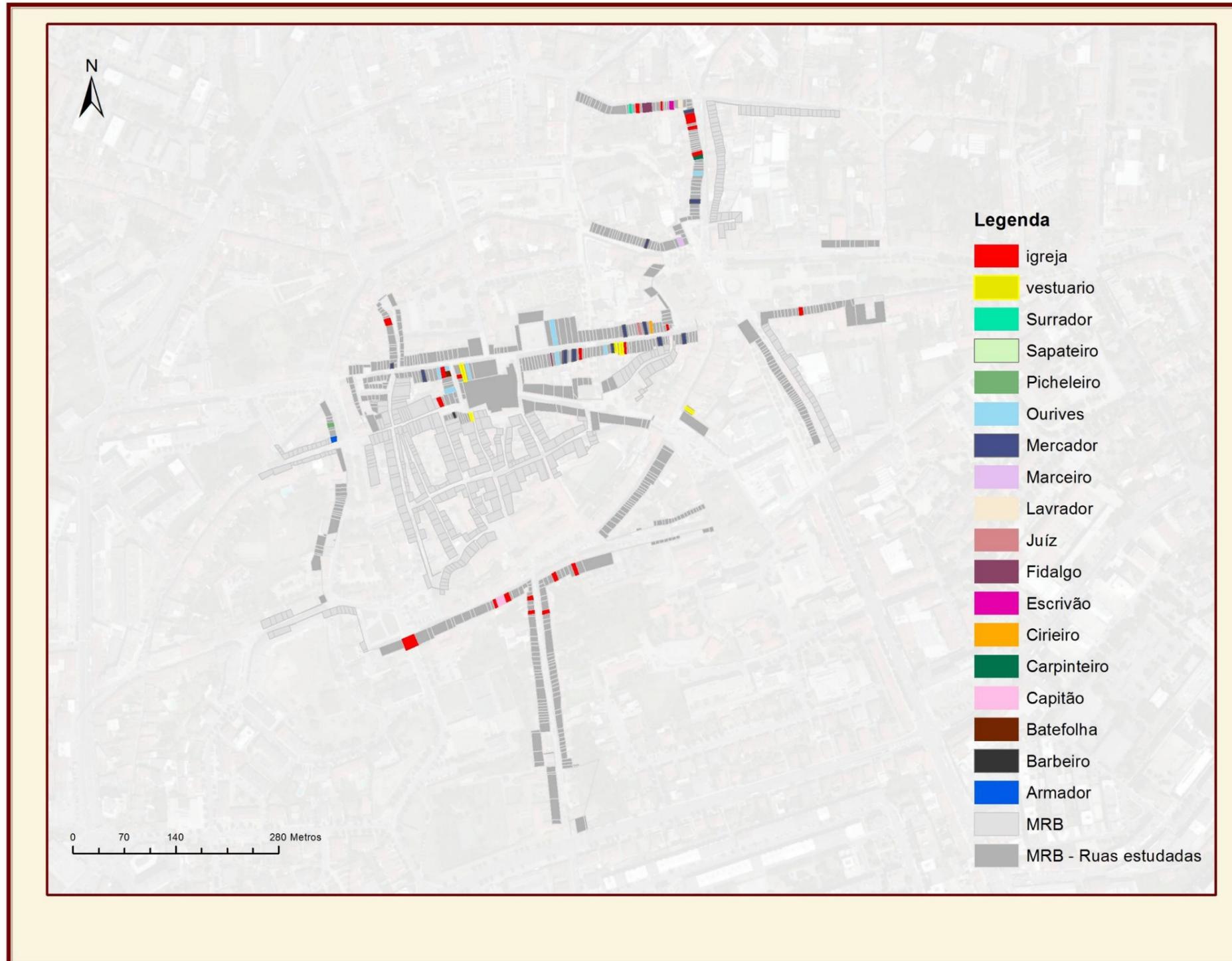
Designação:	1RAIc	I4-17
Águas:	1	1
Pisos:	3	3
Portas:	1	1
Janelas:	1 Janela no 1ºPiso 2 Janelas no 2ºPiso	1 Janela no Rés-do-chão 1 Janela no 1ºPiso 2 Janelas no 2ºPiso
Largura:	7v4p – 7,8v – 8,58metros	8,55metros
Altura:	8,43metros	–
Comprimento:	–	8,97metros
Funcionalidade:	Habitacional	Habitacional
Nº de Polícia:	–	1
Informações IPC/MRB:	Enfiteuta: Ver observações Pensão ou Foro: –	–

	<p>Informação presente no IPC, por ordem cronológica (data de contrato, inquilino, profissão, estado civil):</p> <ul style="list-style-type: none">• Sem informação	
Observações:	<p>Corresponde ao nº20 da Rua dos Pelames, para onde tem a frontaria e serventia principais.</p> <p>A casa nº20, por sua vez, tem como enfiteuta o nº2 do Campo de Santiago, Francisco Pinheiro Lobo.</p>	<p>A morfologia da casa mantém-se, embora tenha sido aberta uma janela no lado esquerdo do Rés-do-chão.</p>

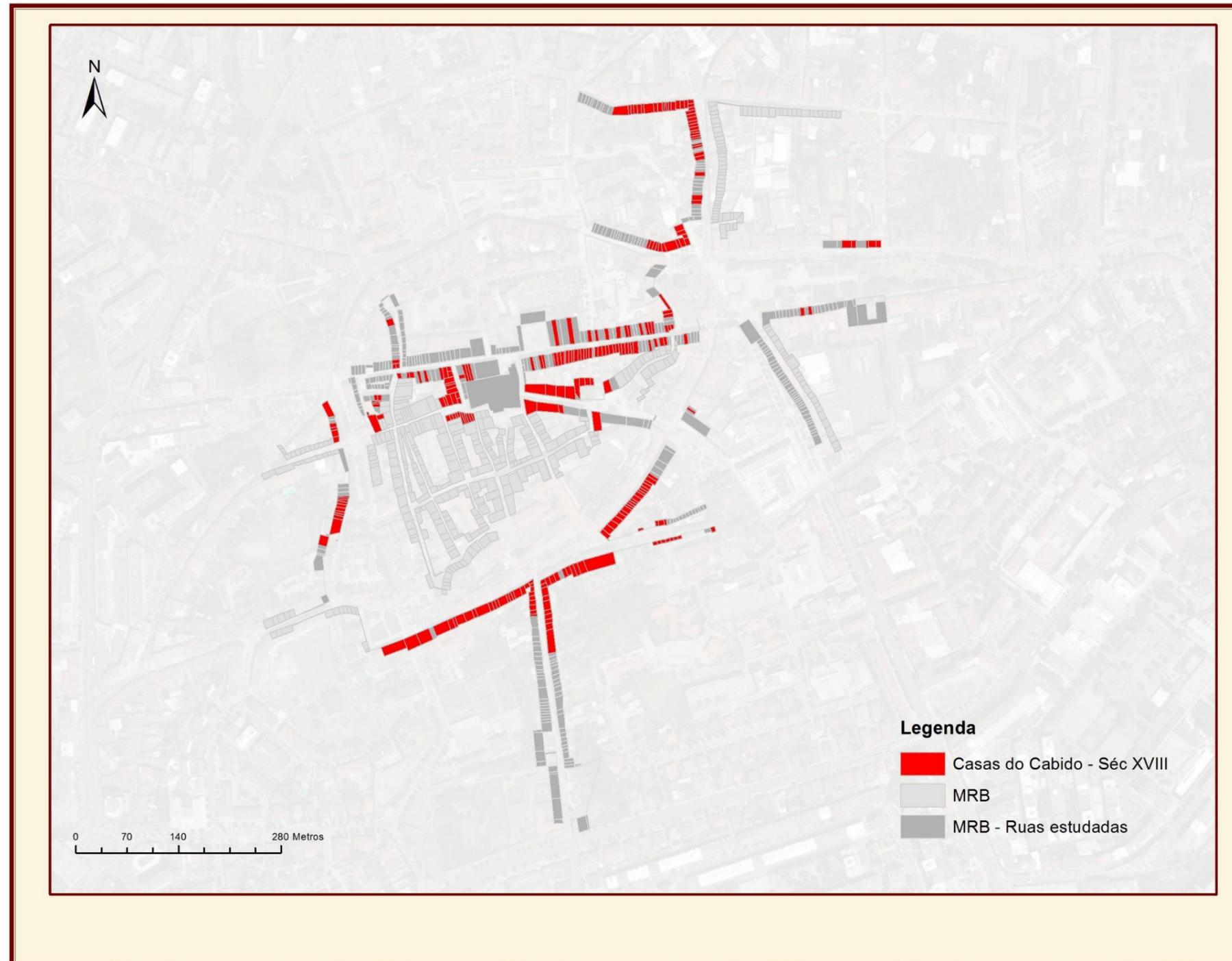
Apêndice 13 – Fachadas representadas no MRB e que persistem na atualidade



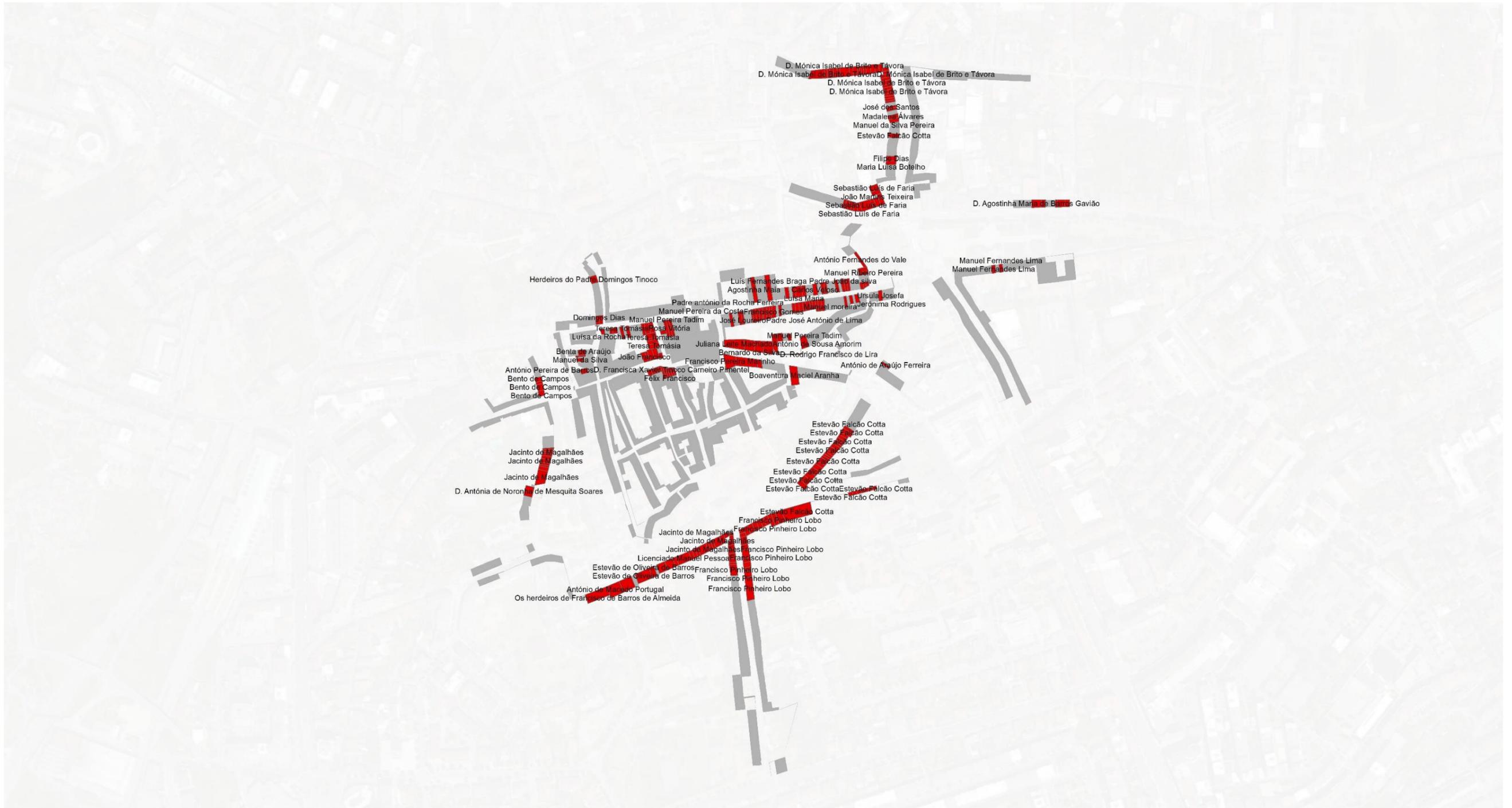
Apêndice 14 – Profissões – Século XVIII



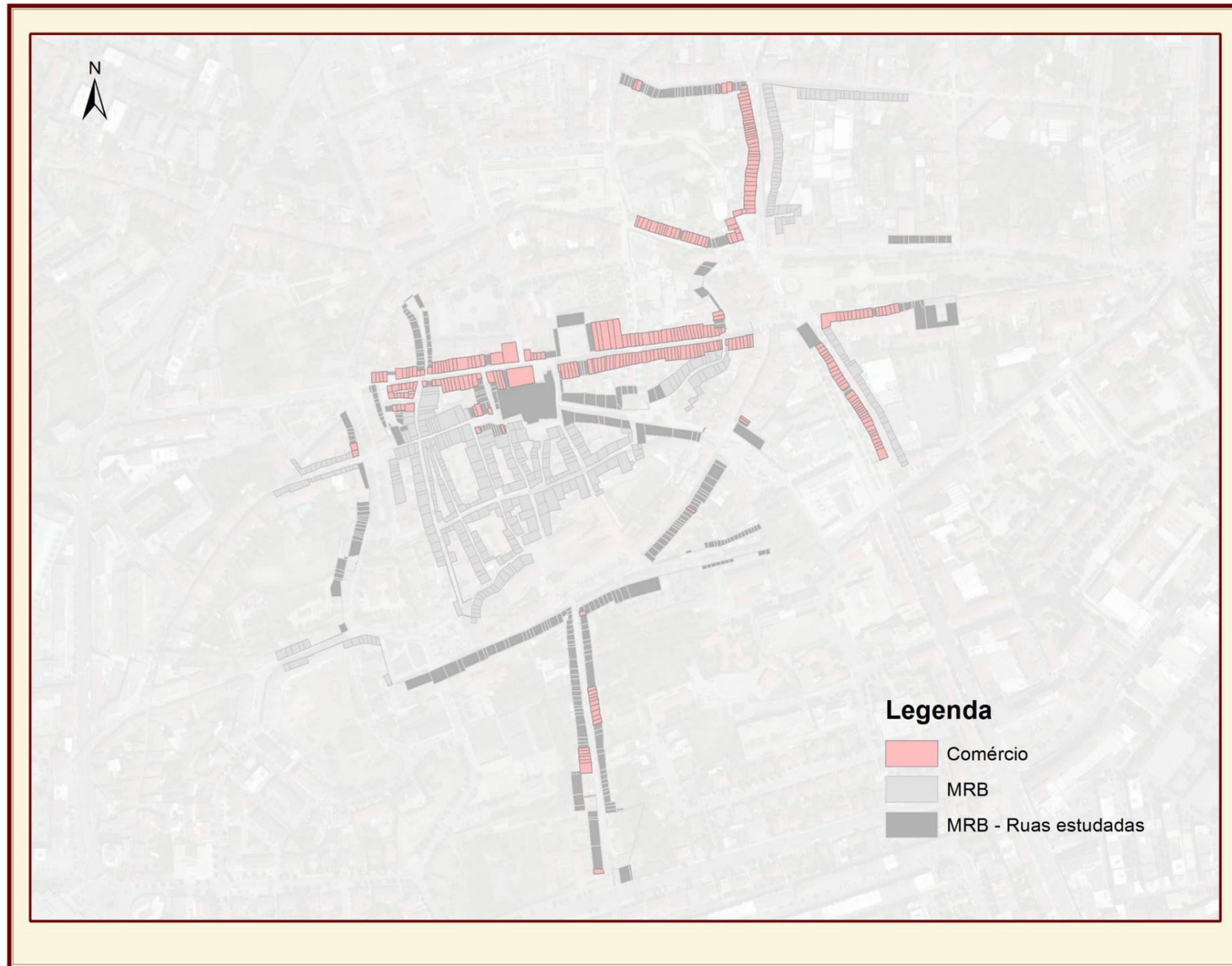
Apêndice 15 – Casas do Cabido – Século XVIII



Apêndice 16 – Localização dos Proprietários – MRB



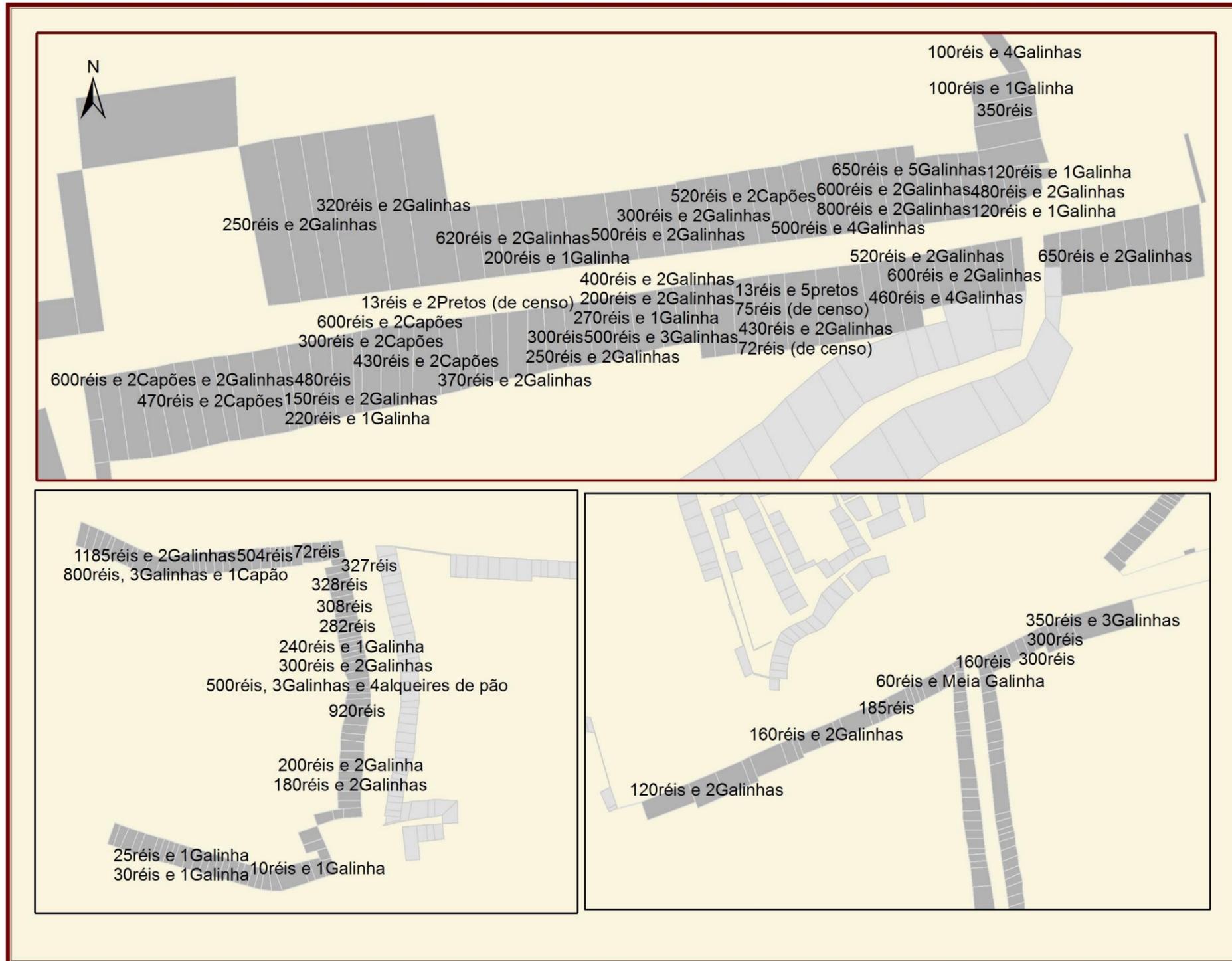
Apêndice 17 – Localização das casas do século XVIII que apresentam funcionalidade comercial



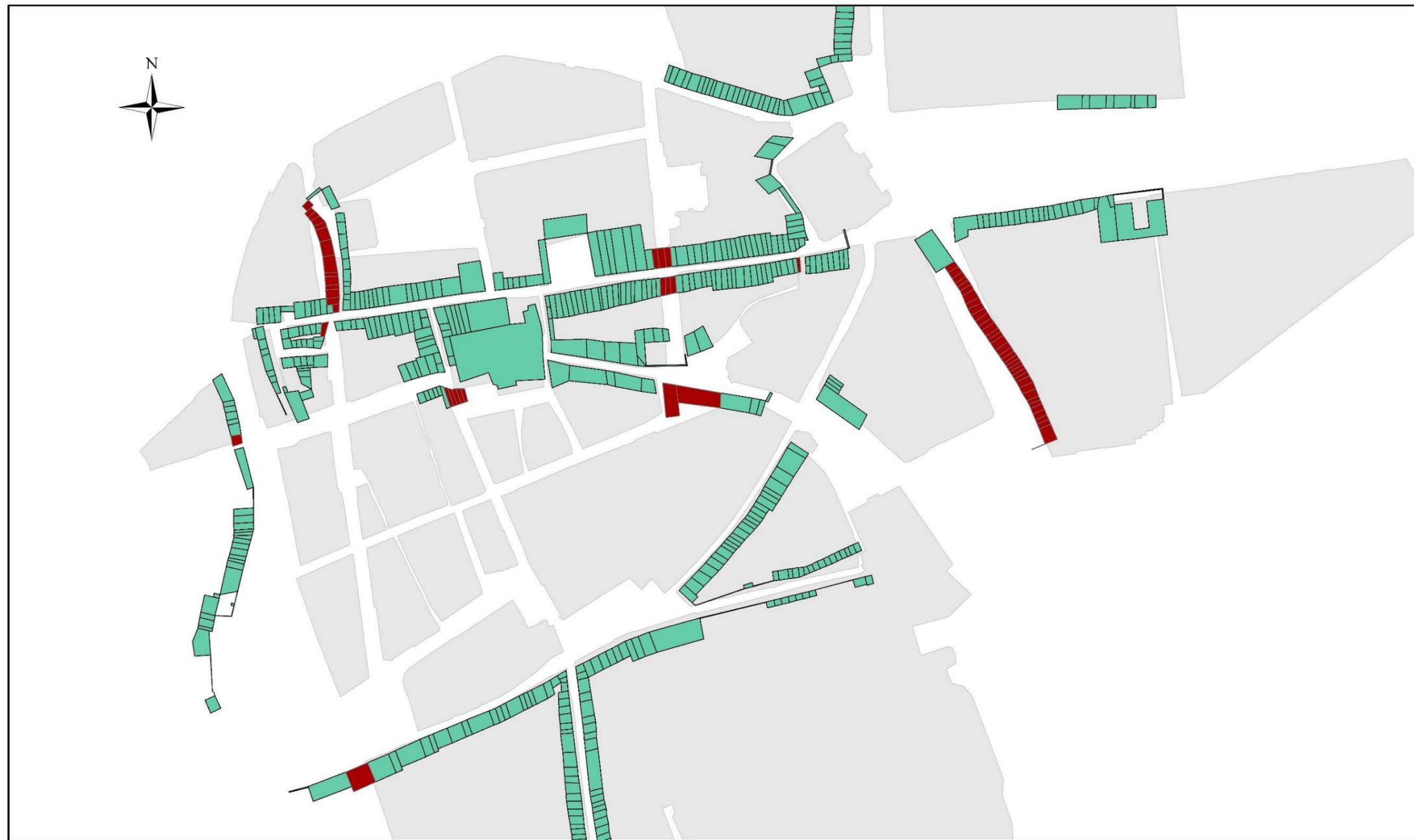
Apêndice 18 – Perspetiva geral da distribuição dos Foros/Rendas (MRB)



Apêndice 19 – Pormenor da distribuição dos Foros/Rendas



Apêndice 20 – Localização das casas total ou parcialmente demolidas pela abertura/regularização de ruas



0 75 150 300 Metros

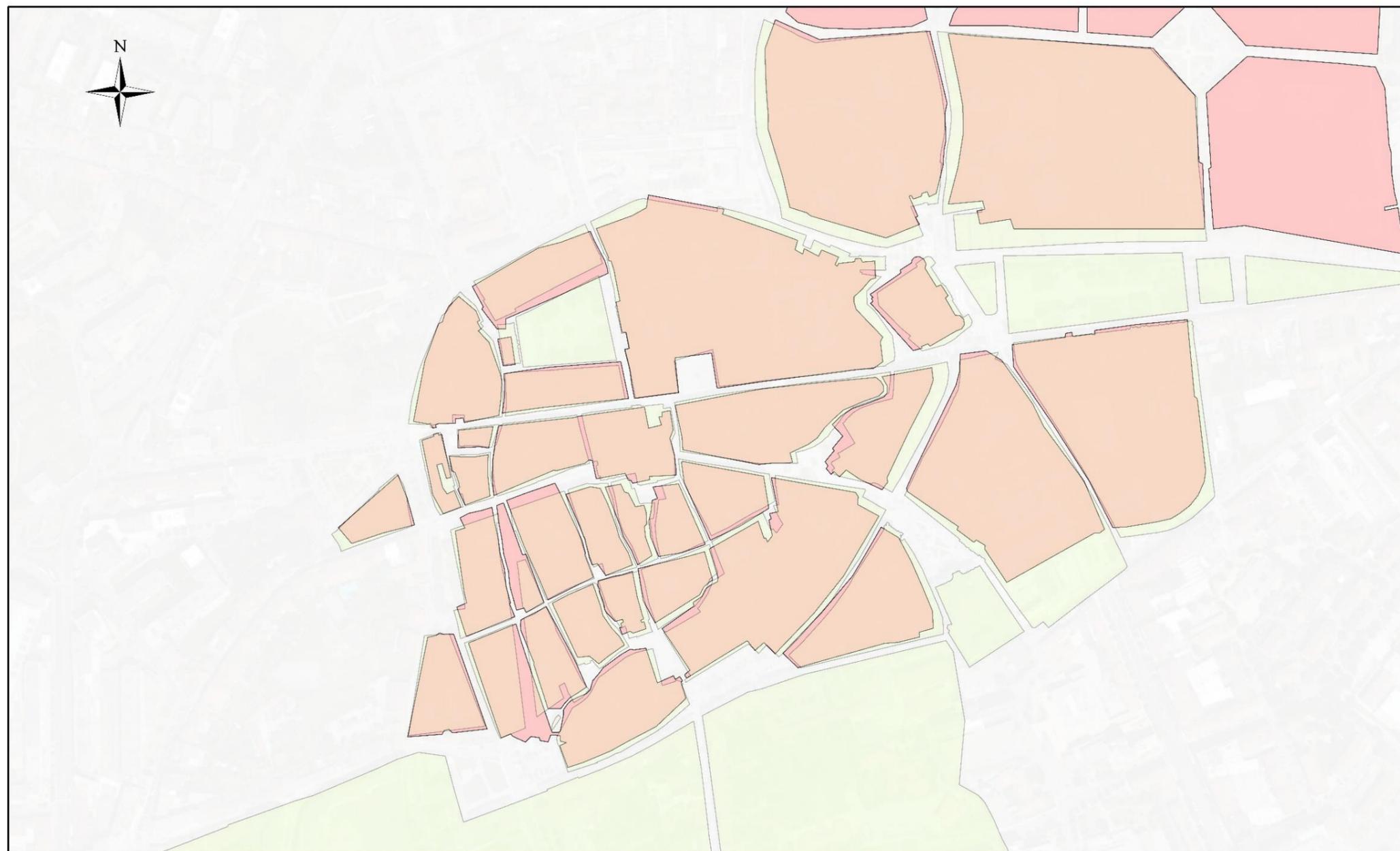
Legenda

-  Casas total ou parcialmente demolidas pela abertura/regularização de ruas
-  Ruas do MRB Estudadas
-  Mapa de Braga Atual

Apêndice 21 - Representação das Ruas do MRB estudadas



Apêndice 22 – Mapa com o levantamento topográfico de 1883/84 e Planta da Cidade de Braga do Século XIX

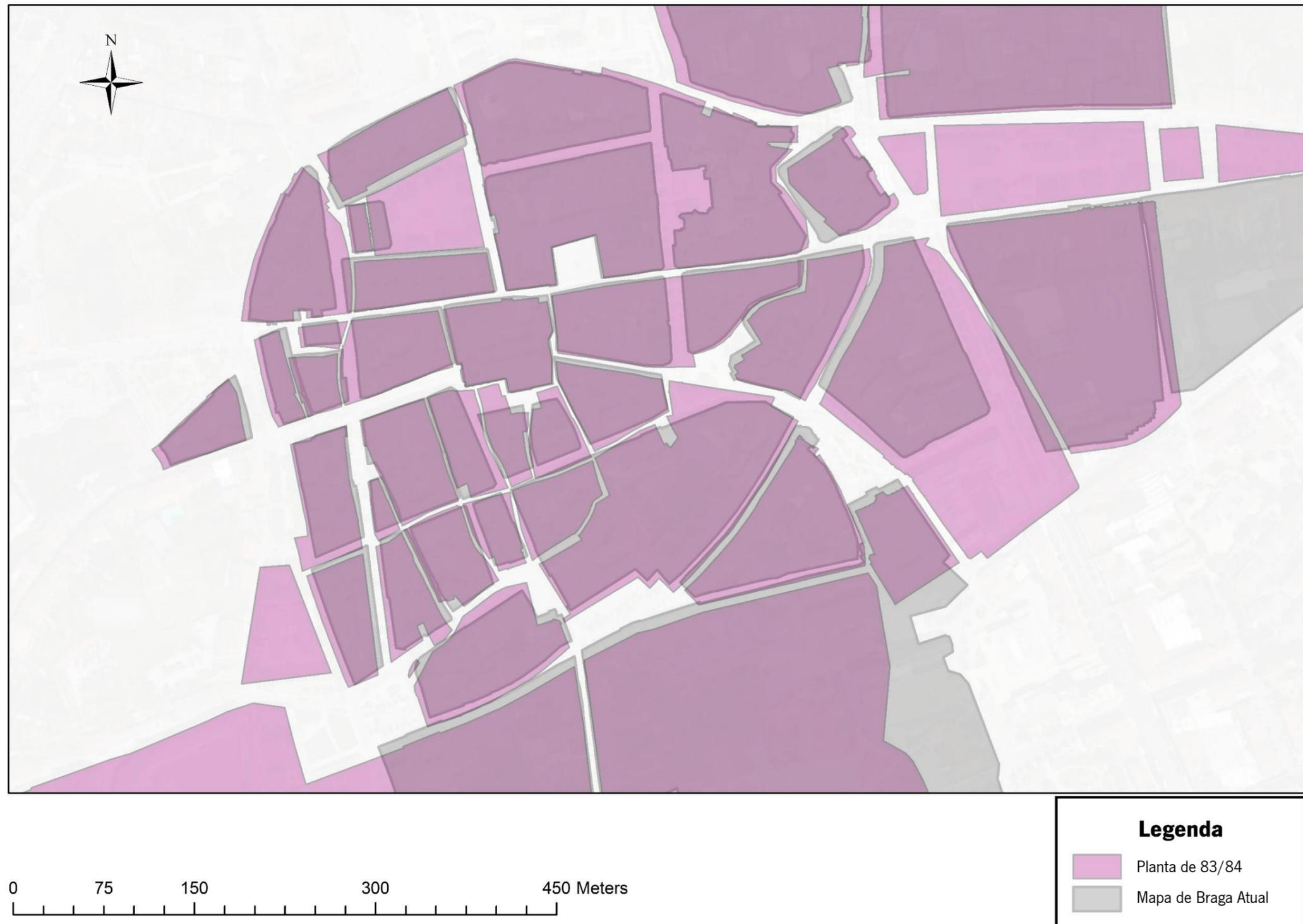


0 125 250 500 Metros

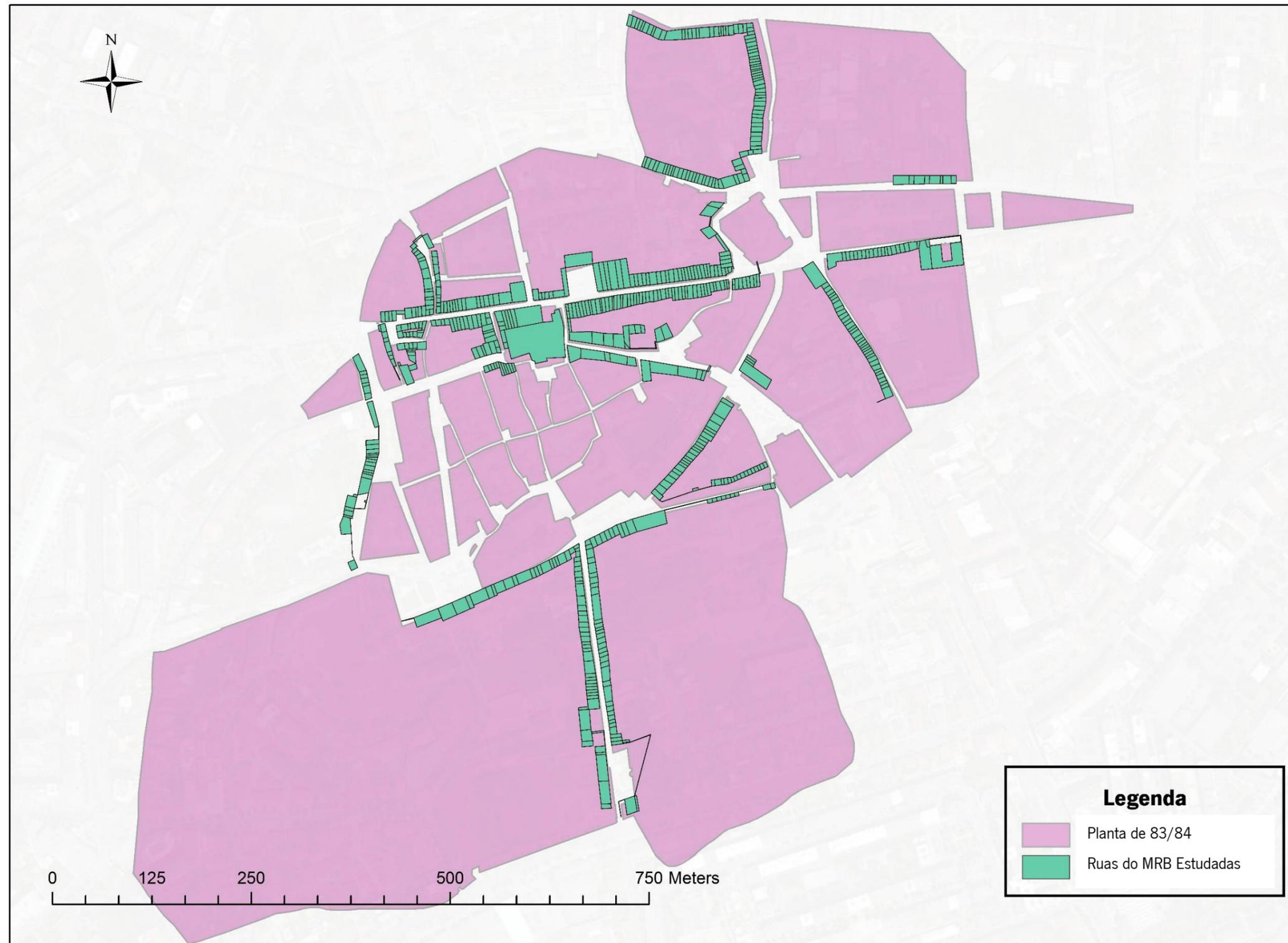
Legenda

- Planta de 83/84
- Planta de Braga, séc. XIX

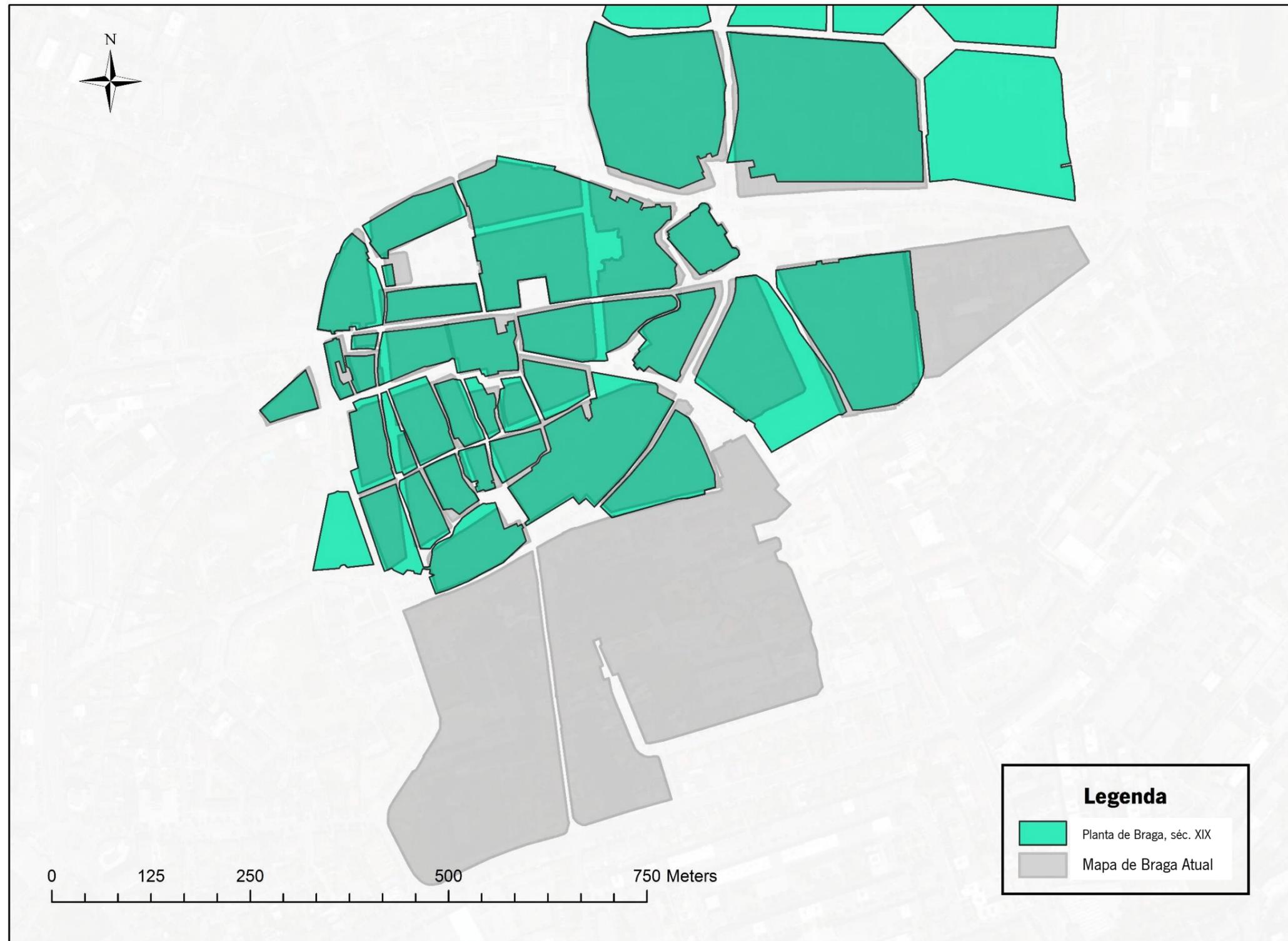
Apêndice 23 – Mapa com o levantamento topográfico de 1883/84 e a planta da cidade atual



Apêndice 24 – Mapa com o levantamento topográfico de 1883/84 e o MRB



Apêndice 25 – Mapa com a Planta da Cidade de Braga do Século XIX e a planta da cidade atual



Apêndice 26 – Mapa da Planta da Cidade de Braga do Século XIX e o MRB



Apêndice 27 – MRB e planta da cidade atual



Apêndice 28 – Mapa Geral com a localização dos quarteirões estudados, bem como a identificação das ruas e praças atuais



Apêndice 29 – Localização dos espaços não construídos em cada um dos bairros estudados

